

**RELAÇÕES LABORAIS EM PORTUGAL
E NO MUNDO LUSÓFONO**

História e Demografia

**RELAÇÕES LABORAIS EM PORTUGAL
E NO MUNDO LUSÓFONO**

História e Demografia

**Marcelo Badaró Mattos, Filipa Ribeiro da Silva,
Paulo Matos, Raquel Varela, Sónia Ferreira**
(coord.)



Edições Colibri

Biblioteca Nacional de Portugal
– Catalogação na Publicação

RELAÇÕES LABORAIS EM PORTUGAL E NO MUNDO LUSÓFONO

Relações laborais em Portugal e no mundo lusófono : história e demografia /
coord. Marcelo Badaró Mattos... [et al.]. – (Extra-colecção)

ISBN 978-989-689-412-2

I – MATOS, Marcelo Badaró, 1966-

CDU 94(469)“1800/2013”

Título: Relações Laborais em Portugal e no Mundo Lusófono:
História e Demografia

Coord.: Marcelo Badaró Mattos, Filipa Ribeiro da Silva,
Paulo Matos, Raquel Varela, Sónia Ferreira

Editor: Fernando Mão de Ferro

Depósito legal n.º 376 460/14

Lisboa, Junho de 2014

Patrocínios

IHC – Instituto de História Contemporânea
IISH – International Institute of Social History

Índice

Apresentação 7

Introdução: o Colaboratório Global para a História
das Relações Laborais
Karin Hofmeester e Jan Lucassen 9

HISTÓRIA DAS RELAÇÕES LABORAIS EM PORTUGAL E NO MUNDO LUSÓFONO

Relações Laborais em Moçambique, 1800
Filipa Ribeiro da Silva 23

Demografia e relações laborais em Angola c.1800:
um ensaio metodológico
Jelmer Vos e Paulo Teodoro de Matos 49

Guiné-Bissau: o presente lança luz sobre o passado
Maria Augusta Tavares e Cátia Teixeira 71

Relações Laborais em Portugal: 1800–1900
António Monteiro Cardoso e Sónia Ferreira 95

Relações de trabalho no Brasil, 1800-2000
Tarcísio R. Botelho e Paulo Terra 133

As relações laborais em Portugal, 1930: uma análise preliminar
do Censo da População de Portugal
Cátia Teixeira 157

O Memorando de Entendimento e a Mudança nas Relações Laborais em Portugal (2008-2013) Raquel Varela, Renato Guedes, Ana Rajado, António Simões do Paço, Maria João Berhan e Joana Alcântara	177
--	-----

TEORIA E HISTORIOGRAFIA DA DEMOGRAFIA
E DAS RELAÇÕES LABORAIS

A classe trabalhadora através do materialismo histórico: passado e presente de um debate aberto Marcelo Badaró Mattos	197
A demografia contemporânea de Portugal, 1801-2011. Para uma visão de síntese Paulo Teodoro Matos	223
História e Fundamentos do Direito ao Trabalho Manuel Couret Branco e Paulo Marques Alves	249
O movimento sindical português no turbilhão da crise global do sindicalismo Paulo Marques Alves	267
Biografia dos autores	301

Apresentação

Este livro é fruto de um esforço coletivo de colaboração acadêmica internacional, voltado para a investigação sobre as relações laborais no período do século XIX aos dias atuais. Sua origem está em um projeto sediado no Instituto Internacional de História Social (IISH), de Amsterdão, chamado *Colaboratório Global para a História das Relações Laborais*, que é detalhadamente explicado na Introdução assinada por dois dos mais respeitados investigadores daquele instituto. O projeto é um dos principais exemplos do potencial inovador da proposta apresentada pelo IISH de desenvolvimento de uma História Global do Trabalho, que em alguma medida inspira todo o trabalho aqui reunido.

Inspirado e integrado ao projeto sediado em Amsterdão, surgiu em Portugal o projeto, também de fôlego internacional, chamado *Relações Laborais em Portugal e no Mundo Lusófono*, coordenado por Raquel Varela, que reúne investigadores baseados em diferentes países e instituições, com o intuito de reunir dados quantitativos e desenvolver análises qualitativas com viés comparativo sobre as relações e trabalho em Portugal e em países que viveram a colonização portuguesa, tendo por recorte cronológico o período compreendido entre os anos 1800 e 2000.

Nos capítulos que compõem a primeira parte do livro, podem ser encontrados os resultados até aqui alcançados pelas investigações sobre relações laborais em Moçambique, Angola, Guiné-Bissau, Portugal e Brasil. A taxionomia das relações laborais construída no projeto do *Colaboratório* é utilizada como referência em todos esses capítulos. No entanto, seus autores não se resumem a coletar informações para alimentar essa base de dados global, o que por si já constitui uma tarefa difícil e relevante. Vão além, discutindo a disponibilidade e a natureza das fontes primárias utilizadas para coletar tais dados, as classificações profissionais presentes nessas fontes, as relações de classe que delas se podem inferir, assim como as referências historiográficas e teóricas adequadas para desenvolver seus estudos.

Referências teóricas e historiografia, aliás, constituem o núcleo dos 4 capítulos que constituem a segunda parte do livro, dedicados a analisar o conceito de classe social – e de classe trabalhadora em particular –, a dinâmica demográfica em longa duração, o direito ao trabalho e o movimento

sindical. São capítulos que ilustram o potencial dos estudos sobre relações laborais, nos moldes aqui apresentados, para a discussão de um conjunto amplo e absolutamente relevante de questões sobre os processos históricos e os dilemas contemporâneos das formas societárias baseadas na exploração do trabalho segundo a lógica da acumulação capitalista.

Ficam os leitores convidados a explorar as contribuições aqui reunidas.

Lisboa, maio de 2014

Os organizadores

Introdução:

O Colaboratório Global para a História das Relações Laborais

Karin Hofmeester*

Jan Lucassen**

Instituto Internacional de História Social da Academia Real
das Ciências dos Países Baixos, Amsterdão

O Colaboratório Global para a História das Relações Laborais foi criado pelo Instituto Internacional de História Social (IISH), sediado em Amsterdão. Tem por objectivo fazer um inventário global de todos os tipos de relações de trabalho, em todas as suas facetas e combinações, em diferentes partes do mundo para cinco cortes cronológicos: 1500, 1650, 1800, 1900, 2000, e, para a África também 1950.¹ Por relações de trabalho entendemos as relações humanas que são determinadas pelo trabalho que a pessoa realiza. Estas são recíprocas quando desenvolvidas no seio do agregado doméstico, enquanto uma unidade de rendimento e de consumo. Em certas sociedades todo o trabalho é considerado propriedade do Estado, em troca do qual é garantida a sobrevivência e um lugar na sociedade. Porém, na maioria das sociedades ao longo dos últimos 500 anos, os mercados regulam a troca de bens e serviços. Isso pode ser feito de três maneiras: as pessoas podem

* kho@iisg.nl

** jlu@iisg.nl

¹ Este projecto foi possível graças a generosos financiamentos da Fundação Gerda Henkel, de Düsseldorf, bem como da Organização Holandesa de Pesquisa Científica (NWO) e do Centro Internacional de Pesquisa re: work da Universidade de Humboldt, em Berlim. Além disso, foram concedidos financiamentos separados para conferências de um certo número de subgrupos, por exemplo, em Portugal, Turquia e Índia.

produzir bens e serviços que vendem no mercado. As relações de trabalho desses trabalhadores por conta própria são, portanto, estabelecidas principalmente com os seus clientes. Em segundo lugar, os indivíduos podem produzir bens e serviços para os seus empregadores em troca de salários. Estas são as relações de trabalho clássicas no sentido estrito da palavra. Em terceiro lugar, as pessoas podem ser compelidas a produzir bens ou serviços para outros que legalmente são reconhecidos como seus senhores e que vêem os seus escravos ou servos como sua propriedade.

Com base nos conjuntos de dados já reunidos, os membros do Colaboratório iniciaram, entretanto, uma segunda fase do projecto, centrada na análise das grandes mudanças nas relações de trabalho procurando dar resposta a perguntas como: quando é que um tipo específico de relação de trabalho dá lugar a outro e como podemos explicar e associar essas transições num contexto global? Essas bases de dados são um pré-requisito para qualquer reconstrução séria da história do trabalho e das relações de trabalho à escala global na longa duração². Esta reconstrução é necessária para ultrapassar as limitações das abordagens eurocêntricas que prevaleceram até muito recentemente. Mas, tal reconstrução, só é possível através da aplicação de um conjunto universal de conceitos, definições e métodos como os desenvolvidos por este Colaboratório. Além disso, nesta segunda fase, é também objectivo do projecto estudar as atitudes face ao trabalho e seu valor a nível global. Porém, nesta introdução, não podemos dedicar mais atenção a esta temática. (HOFMEESTER; MOLL-MURATA, 2011)

O projecto só pôde ser desenvolvido com a cooperação de um grande grupo de especialistas que agrupam dados para regiões específicas nos cortes cronológicos acima referidos. Estes especialistas reúnem-se em *workshops*, i.e. plenários e por região, como a África subsaariana, mas também o Império Otomano, a Índia e os países lusófonos. Inspirados pelo Colaboratório Global, os investigadores que trabalham sobre mundo lusófono, desenvolveram o seu próprio projecto, financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia de Portugal e intitulado “As relações de trabalho em Portugal e no mundo lusófono – 1800-2000: continuidade e mudança”. Este têm por base a metodologia do Colaboratório, mas acrescenta mais cortes cronológicos na sua análise das relações laborais em Portugal e no Brasil. Este volume é resultado deste projecto muito bem-sucedido.

² A limitação ao período posterior a 1500 é inspirada pelas grandes mudanças desde as grandes descobertas. No futuro, poderemos considerar recuar mais no tempo, já que percebemos muito bem que existe uma história de trabalho de pleno direito a ser descoberta antes de 1500.

Este subgrupo do Colaboratório Global têm, porém, uma vantagem acrescida face a outros que colaboram com o projecto em Amesterdão. Graças à expansão portuguesa a partir do final do século XV, estes investigadores têm à sua disposição informação primária sobre os povos de três continentes exteriores à Europa: a África, a Ásia e a América do Sul, dados esses que foram reunidos desde o estabelecimento do Império pelos funcionários da Coroa. Para os cortes cronológicos de 1500, 1600 e por vezes 1800, essas fontes são ímpares ou, por vezes, as únicas informações disponíveis para a história do trabalho e das relações laborais para um grande número de regiões do mundo.

Para além das reuniões de trabalho, os membros do Colaboratório trabalham em estreita colaboração num chamado *collaboratory*, um laboratório *on-line* que usamos para partilhar dados e discutir questões metodológicas e outras.³ Cada participante cria um conjunto de dados para a sua área e corte cronológico e, simultaneamente, fornece um documento metodológico em separado, no qual descreve as fontes e os métodos utilizados. Os conjuntos de dados e os documentos metodológicos podem ser encontrados no *site* do Colaboratório.⁴

Para permitir a combinação e comparação de todos os conjuntos de dados, foi desenvolvido um banco de dados modelo. O objectivo é criar um conjunto de dados abrangente sobre as relações de trabalho no mundo inteiro. Para este fim, um elemento inovador importante do projecto é o desenvolvimento, pelos membros do Colaboratório, de uma taxonomia das relações de trabalho com base num conjunto de definições das relações de trabalho (ver anexo 1), que pode ser aplicado a todo o mundo e permitir comparações inter-regionais e globais.

Os esforços para sistematizar o trabalho de acordo com as diferentes relações humanas envolvidas não são uma novidade. Os mais antigos são as distinções entre senhor e servo, e entre proprietário de escravos e escravos. Associada a estas distinções legais surgiu também a noção de estratificação social, bem como a de “sociedade de classes” de Karl Marx e dos que nele se inspiraram. Central a esta linha de pensamento é a ascensão do proletariado, ou seja, os trabalhadores assalariados. Tanto quanto sabemos, o estudioso alemão Werner Sombart (1863-1941) foi o primeiro a tentar aplicar este conceito a toda a população com uma ocupação num determinado país (neste caso, o Império Alemão em 1905). (SOMBART, 1906) Para além destes esforços, sociólogos e historiadores tentaram aplicar estas categorias ao total populacional da Europa (com excepção da Rússia) no decurso dos cinco

³ Para o Collaboratory, por favor consultar: <https://collab.iisg.nl/web/labourrelations/about>.

⁴ <https://collab.iisg.nl/web/labourrelations/results>

últimos séculos. (TILLY, 1984, p.1-84) Etnógrafos, geógrafos e arqueólogos (alguns dos quais referindo-se também a Karl Marx) sublinharam as diferenças entre relações laborais em economias de mercado do mundo Ocidental e as restantes, insistindo, por vezes, nas diferenças (como Karl Polanyi e antropólogos por este inspirados) (LUCASSEN, 2013)⁵. Por fim, importa salientar que, independentemente do tempo e espaço, os recenseadores das ocupações profissionais, os sociólogos e os historiadores têm sido constantemente desafiados quanto às definições de trabalho, sendo influenciados pelo impacto dos movimentos feministas emergentes, que destacaram a importância do trabalho desempenhado por mulheres e crianças, frequentemente ignorado.

Uma definição mais abrangente foi sugerida pelos sociólogos Charles Tilly e Chris Tilly: “o trabalho inclui qualquer esforço humano para acrescentar valor a bens e serviços. [...]. Antes do século XX, a vasta maioria dos trabalhadores mundiais executava a sua actividade noutros enquadramentos distintos dos trabalhos assalariados como os concebemos actualmente. Até hoje, tomando o mundo como um todo, boa parte do trabalho ocorre fora do enquadramento de profissões regulares. Apenas um preconceito criado pelo capitalismo Ocidental e os seus mercados de trabalho industrial centra-se no extremo esforço feito para adquirir um pagamento monetário fora da casa como “trabalho real”, relegando outros esforços como o divertimento, o crime e o simples trabalho doméstico” (TILLY; TILLY, 1998, p.22)

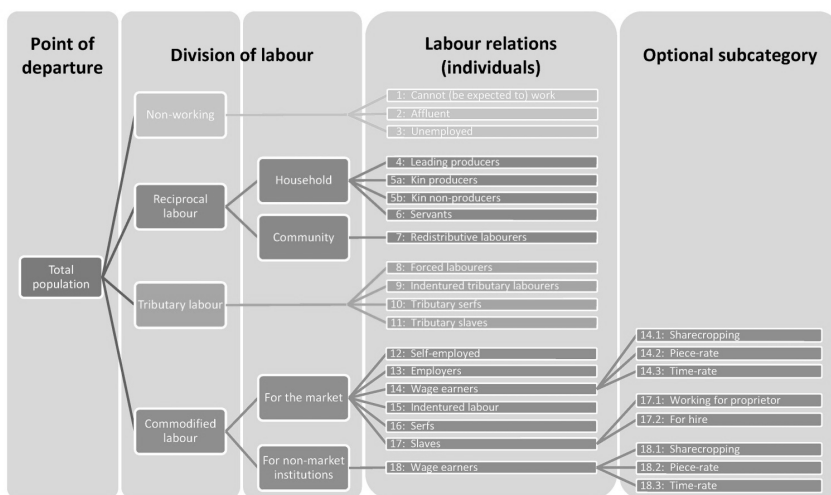
Todas estas linhas pensamento inspiraram os membros do Colaboratório a desenvolver uma nova classificação abrangente das relações laborais que permita estabelecer comparações na longa duração. Esta classificação requer uma validação bastante mais ampla daquela que é tradicionalmente recoberta pelas ocupações fornecidas nos censos, uma vez que pretende abarcar o mundo desde 1500 e em potência para períodos ainda anteriores. Ao mesmo tempo esta proposta presta tributo a uma longa linhagem histórica de ideias e pretende oferecer um instrumento analítico para comparar as relações laborais em perspectiva global.

Como ponto de partida para examinar cada unidade geográfica e corte cronológico (e em consequência para cada conjunto de dados subsequente) é tomada em consideração toda a população excluindo-se aquela que legalmente não é susceptível de trabalhar e, consequentemente qual o efectivo que trabalha em cada um dos tipos de relação laboral previstos na taxonomia. Outra consideração a ter em linha de conta é a dimensão do agregado doméstico. Tomando o agregado doméstico em consideração como a unidade básica no qual a maioria do rendimento e consumo são partilhados

⁵ “Outlines of a History of Labour” (*IISH Research Papers* 51, 2013), disponível em <http://socialhistory.org/en/publications/outlines-history-labour> (commenting upon Weber, Polanyi, Chayanov and others).

podemos segmentar os respectivos chefes e seus co-residentes (biologicamente ou não relacionados como cabeça de casal). Ideias básicas acerca do género, sexo e sexualidade determinam as tarefas atribuídas a cada membro do agregado doméstico⁶. Por estas razões a demografia afigura-se como um pilar importante deste projecto o que se manifesta, aliás, nos capítulos de que se compõe este livro.

Taxonomia das Relações Laborais



Versão de Dezembro de 2013

A lógica de classificação dos dados sobre população total pode ser resumida da seguinte forma. Primeiro, distinguimos entre aqueles que podem ou não trabalhar (a categoria “Indivíduos que não trabalham” na nossa Taxonomia). Esta distinção apresenta, pelo menos, duas vantagens: por um lado, força o investigador a estar atento à definição de trabalho; e, por outro lado, permite-lhe ter, explicitamente, em linha de conta as mulheres e as crianças que trabalham. Consequentemente, no processo diário de investigação histórica, o investigado é obrigado a testar a lógica demográfico-estatística dos seus resultados, dado que juntas todas as categorias devem igualar o total da população.⁷ Além disso, esta distinção permite ao investi-

⁶ Cf. KOK, Jan, “The family factor in migration decisions”. In: LUCASSEN, Jan; LUCASSEN, Leo; MANNING, Patrick (Eds.), *Migration History in World History. Multidisciplinary Approaches*. Leiden: Brill, 2011, p. 215-250.

⁷ Para uma definição de trabalho, ver TILLY, Charles; TILLY, Chris, *Work under Capitalism*. Boulder, CO: Westview Press, 1998, capítulo 2.

gado fazer uma análise crítica de praticamente todos os censos/recenseamentos com informação relativa às ocupações, em particular, no que respeita à sub-representação do trabalho feminino e do trabalho realizado no agregado doméstico, de um modo mais geral.

Em segundo lugar, distinguimos entre três princípios diferentes com base nos quais as sociedades podem organizar a troca de bens e serviços, incluindo o trabalho. (Frequentemente, esta organização é coincidente com diferentes tipos de sociedades dominadas por um desses três princípios, mas não necessariamente).⁸ Estes princípios são: a reciprocidade (ou seja, o trabalho realizado para os restantes membros do mesmo agregado doméstico ou comunidade), o pagamento de tributo (ou seja o trabalho realizado com base em obrigações face a entidades políticas e governativas, que detém direitos de propriedade sobre o trabalho), e as trocas de mercado, nas quais o trabalho está “mercantilizado” (ou seja, o trabalhador – ou no caso do trabalho não-livre (relações laborais 16, 17 e – ainda que temporariamente – também a relação laboral 15) o dono do trabalhador – vende os seus meios de produção ou o produto do seu trabalho).

Nos últimos 500 anos, o trabalho recíproco fora do agregado doméstico deixou de ser a categoria mais importante nas principais regiões do mundo. No caso do subcontinente Indiano, por exemplo, foi já salientado que “auto-suficiência” não poderá ter sido absoluta. Alimentos básicos, como o sal, ou materiais para ferramentas e armas, como o ferro, eram adquiridos através de trocas directas ou transacções monetárias, mesmos em sociedades tribais que, por volta de 1500, estariam apenas marginalmente expostas à produção orientada para o mercado.⁹

Tal facto, é verdade mesmo se admitirmos que a “auto-suficiência,” que tem lugar ao nível das relações laborais 4, 5 e 6 da nossa Taxonomia, pode incluir transacções mercantis de pequena escala que se destinam a garantir a sobrevivência dos agregados domésticos, e não à acumulação de capital como forma de lucrar através do valor da troca.¹⁰

⁸ Destacamos “dominada”, pois desde a introdução da agricultura qualquer sociedade combina dois ou mais destes princípios organizativos. Pensemos, por exemplo, no trabalho recíproco realizado nos agregados domésticos realizado pelo(a)s esposo(a)s (relação laboral 5b) no seio de uma sociedade dominada por trabalho mercantilizado, ou seja, bem destinado a economia de mercado.

⁹ De acordo com Amalendu Guha (1982, p.487), “de um modo geral, a auto-suficiência das aldeias foi um mito”, mesmo nas zonas relativamente mais remotas de Assam nos séculos XVI e XVII.

¹⁰ LINDEN, Marcel van der, *Workers of the World. Essays toward a Global Labor History*. Leiden: Brill, 2008, p. 315-316, referindo-se a COHEN, G.A., *Karl Marx's Theory of History: A Defence*. Oxford: Oxford University Press, 1978. Ver também HAYAMI, Akira; SAITÔ, Osamu; TOBY, Ronald P. (Eds.), “Emergence of Economic Society in Japan, 1600-1859”, Vol. I, *The Economic History of Japan, 1600-1990*. Oxford: Oxford

Todas as outras distinções, mais específicas, entram nestas quatro categorias (que no âmbito da nossa taxonomia significa relações laborais 1 a 3 para indivíduos que não trabalham, relações laborais 4 a 6 para trabalho recíproco, relações laborais 7 a 11 para trabalho como pagamento de tributo e relações laborais 12 a 18 para trabalho como bem consumível destinado à economia de mercado). Estas baseiam-se em diversas considerações, nomeadamente nas entidades que organizam o trabalho (agregados domésticos, comunidades, autoridades públicas), nos níveis de liberdade ou coerção, nas formas de remuneração, etc. Estas subcategorias serão explicadas em detalhe mais abaixo.

O Colaboratório reconhece igualmente o facto de os indivíduos poderem encontrar-se simultaneamente em diferentes relações laborais. Nesses casos (por exemplo, servos a quem é permitido que ganhem salário durante uma parte do ano) o investigador deve atribuir uma primeira relação laboral à actividade principal (definida pela horas a esta dedicada) e uma segunda ou mesmo terceira a actividades subsidiárias. Esta questão é significativa já que a pesquisa realizada até ao momento revelou que as mudanças nas relações laborais tomam frequentemente a forma de mudanças nessas combinações, especialmente a curto prazo.

Resultados preliminares

Este Colaboratório oferece, assim, um instrumento para o desenvolvimento de uma completa e verdadeiramente global história do trabalho. Até ao momento, análises de duração longa para o período que se inicia em 1500 estão disponíveis para a Rússia, a Ásia Ocidental, o Brasil e partes da Europa Ocidental e para o período a partir de 1800 para mais países e regiões. Tendo consciência de que partes importantes do mundo aguardam ainda por uma análise deste género, podemos apenas provisoriamente e de forma breve fazer um sumário dos resultados do Colaboratório – incluindo os elementos que se encontram nos artigos publicados neste volume.¹¹ Importa, assim, destacar, o seguinte:

University Press, 2004, que de um modo semelhante defende um conceito alargado de “auto-suficiência” que inclui também produção para o mercado desde que a acumulação de capital não seja o principal objectivo de tais transacções.

¹¹ Para outros resultados ver: KESSLER, Gijs “Wage Labor and the Household Economy: A Russian Perspective”. In: LINDEN, Marcel van der; LUCASSEN, Leo (Eds.), *Working on labor. Essays in Honor of Jan Lucassen*. Leiden and Boston: Brill, 2012, p. 353-369; HOFMEESTER, Karin and SILVA, Filipa Ribeiro de (Eds.), “Labour relations in Africa 1500-2000”, Special Issue of *History in Africa. A Journal of Method*, Vol. 41, Dez. 2014; LUCASSEN, *Outlines of a History of Labour*.

- a possibilidade real de estudar a história do trabalho exterior à Europa e anterior à Revolução Industrial; que inclui o trabalho realizado pelas mulheres e pelas crianças;
- a possibilidade de quantificar a importância do trabalho realizado fora do mercado, como Tilly já havia salientado;
- a pouca relevância da auto-suficiência como única fonte de rendimento e do trabalho como pagamento de tributo a nível mundial nos últimos 500 anos;
- o aumento gradual e sustentável do trabalho como bem consumível destinado à economia de mercado, mundialmente, a partir de 1500, quer na sua variante livre (produtores independentes e assalariados) quer na sua variante de trabalho forçado (maioritariamente escravos e servos);
- o crescimento e desaparecimento do trabalho forçado entre o século XVI e os séculos XIX/XX particularmente em África, nas Américas e na Europa de Leste, o que não exclui ressurgimentos no século XX, como aqueles a que assistimos na Alemanha, na Rússia, na China e no Camboja;
- a forte proletarianização no século XX, seguida por tendências de precarização na viragem do século, assistindo-se ao favorecimento de todo o tipo de desemprego escondido e de trabalho independente;
- um grande aumento dos que não trabalham, devido em parte ao crescimento da população dependente a partir do início no século dezanove principalmente na sequência do incremento da escolarização, e subsequentemente devido ao aumento da longevidade;
- as mudanças na relações laborais surgem frequentemente de forma lenta e ao longo de várias gerações, apresentando-se maioritariamente sob a forma de combinação de múltiplas relações laborais (como por exemplo, na primeira geração, camponeses independentes que realizam também trabalho assalariado sazonal, enquanto os seus filhos se tornam trabalhadores de uma quinta/exploração agrícola ao mesmo tempo que mantêm uma pequena parcela de terra e, na terceira geração, os netos tornam-se trabalhadores industriais por inteiro); o mesmo se passa com os servos russos que também desempenham trabalho assalariado na cidade; porém, a precarização actual representa uma mudança na direcção oposta.

Definições das Relações Laborais

Indivíduos que não trabalham:

Como ponto de partida para cada unidade geográfica e para cada corte cronológico tomamos como referência a população total para determinarmos

qual a parte da população que não trabalha e, conseqüentemente, aquela que trabalha (esses “cálculos” são frequentemente baseados em estimativas e não em dados concretos). A população que não trabalha é dividida nas três categorias seguintes:

Tipo 1 – Indivíduos inaptos para o trabalho ou que não são suposto trabalhar: aqueles que não podem trabalhar porque são muito novos (≤ 6 anos), muito idosos (≥ 75 anos)¹², portadores de deficiência física ou mental ou estudantes.

Tipo 2 – Afluentes ou indivíduos que vivem dos seus rendimentos: aqueles que são tão prósperos que não precisam de trabalhar para viver (rendeiros, pessoas que vivem de pensões de rendimentos, etc.) e conseqüentemente não trabalham. Isto também se aplica às suas esposas se todas as suas tarefas produtivas e reprodutivas forem executadas por criados, amas, etc. Existem, porém, indivíduos afluentes, proprietários de grandes empresas que são prósperos o suficiente para não trabalharem mas que escolhem continuar a fazê-lo. Esses indivíduos devem, por exemplo, ser considerados relação laboral 13 se forem empregadores e não relação laboral 2.

Tipo 3 – Desempregados: apesar do termo desempregado ser essencialmente um conceito do século XIX e particularmente do século XX, distingue-se entre os que estão empregados e os que desejam trabalhar mas não conseguem encontrar um emprego.

Indivíduos que trabalham

Trabalho Recíproco

Indivíduos que trabalham para outros membros do mesmo agregado doméstico e/ou comunidade são integrados na categoria **trabalho recíproco**.

Trabalho recíproco dentro do Agregado Doméstico

Tipo 4 – Chefes do agregado e sua produção: chefes de agregados domésticos auto-suficientes (inclui agregados baseados em relações familiares, de parentesco ou não, como por exemplo mosteiros e palácios). A auto-subsistência pode incluir pequenas transacções no mercado desde que a

¹² As idades apontadas como mínima e máxima são determinadas culturalmente. Se em alguma região ou corte cronológico essas idades diferirem das apontadas, isso será indicado na base de dados e justificado no documento metodológico que acompanha a mesma.

maior parte do rendimento provenha do trabalho de auto-subsistência. Os chefes do agregado devem ser colocados na relação laboral 4.

Tipo 5 – Familiares não remunerados envolvidos na produção do agregado:

5a) Familiares do agregado que produzem: familiares subordinados, como por exemplo esposo(a)s (homens e mulheres) e crianças dos referidos chefes do agregado que vivem maioritariamente da auto-subsistência, e que contribuem para a manutenção do agregado desempenhando tarefas de produção.

5b) Familiares do agregado que não produzem: familiares subordinados, como por exemplo esposo(a)s (homens e mulheres) e crianças dos chefes do agregado que contribuem para o agregado (através de relações laborais recíprocas ou mercantilizadas, ou seja, associadas à economia de mercado) para que a/o esposa(o) e os familiares dependentes fiquem libertos do trabalho produtivo mas possam contribuir para a manutenção do agregado desempenhando trabalho reprodutivo a este destinado, como por exemplo, tomar conta das crianças, cozinhar, limpar e outros serviços domésticos.

Porém, os esposo(a)s e familiares produtores referidos nas categorias acima referidas que tenham rendimentos essenciais para a sobrevivência do agregado provenientes de actividades direccionadas para o mercado ou para instituições públicas serão igualmente incluídos numa dessas relações laborais, ou seja, relação laboral 12, 13, 14 ou 18.

Tipo 6 – Criados do agregado e escravos envolvidos na sua produção: subordinados que não são familiares (homens, mulheres e crianças) que contribuem para a manutenção de agregados auto-suficientes. Esta categoria não se aplica aos criados dos agregados domésticos que auferem salário e que são livres de deixar o seu empregador (isto é, relação laboral 14), mas criados de agregados autocráticos, mosteiros e palácios. Estes podem trabalhar sob variadíssimas condições, desde aprisionamento (incluindo situações de escravatura ou dependência por dívidas ou empréstimos) com o objectivo de receber protecção ou outros benefícios. Essas condições podem alterar-se entre gerações¹³.

¹³ A primeira geração de escravos pode ter sido considerada mercadoria, enquanto os seus descendentes podem já não ser considerados escravos, podendo trabalhar para o agregado numa condição de maior liberdade como é o caso das crianças das escravas e dos homens livres Assanti. Ver AUSTIN, Gareth, *Labour, Land and Capital: From Slavery to Free Labour in Asante, 1807-1956*. Rochester NY, 2005, p.106-134, 174-180, 481-490, 498-500.

Trabalho recíproco no seio de uma Comunidade:

Tipo 7 – Agentes redistribuidores no seio de uma comunidade: indivíduos que desempenham tarefas para a comunidade local em troca de remuneração em géneros, como comida, alojamento e serviços ou uma parcela de terra e sementes para produzir os seus próprios alimentos. Exemplos deste tipo de trabalho incluem aqueles que trabalham sob o sistema indiano *jajmani*, na caça e na defesa no sistema aborígene taiwanês ou no trabalho comunitário junto das tribos nômadas e sedentárias do Médio Oriente e de África. No caso dos trabalhadores *jajmani* do subcontinente Indiano, as estruturas hereditárias formam as bases do compromisso, enquanto que nalgumas partes de África e em Taiwan os critérios determinantes do sistema de trabalho comunitário são o género e a idade (em Taiwan por exemplo homens com idades compreendidas entre os seis e os quarenta anos).

Trabalho como pagamento de tributo:

Indivíduos que são obrigados a trabalhar para uma entidade política e governativa (frequentemente o Estado mas também pode ser uma autoridade feudal ou religiosa). O seu trabalho não se destina à economia de mercado e pertence à autoridade para o qual é executado. Esses trabalhadores são incluídos na categoria de **trabalho como pagamento de tributo**.

Tipo 8 – Trabalhadores forçados: os que tem de trabalhar para uma autoridade política e governativa e que são remunerados maioritariamente em bens. Inclui os trabalhadores em corveias, soldados e marinheiros em serviço obrigatório e degredados/condenados. No entanto, o trabalho forçado também surge associado a funções que detinham um elevado ou médio prestígio social, como a ocupada pela nobreza europeia ou indiana, os samurais no Japão ou as tropas especiais (*banners*) da dinastia Qing, na China.

Tipo 9 – Trabalhadores contratados-dependentes (do empregador até à data do pagamento da dívida): indivíduos contratados para trabalhar como trabalhadores não-livres para uma autoridade política e governativa durante um período específico de tempo para pagar uma dívida ou multa a essa entidade.

Tipo 10 – Servos: indivíduos que trabalham para uma autoridade política e governativa porque se encontram vinculados à terra e ao desempenho de tarefas específicas por um determinado número máximo de dias, por exemplo, servos do Estado na Rússia.

Tipo 11 – Escravos: indivíduos que são propriedade e trabalham para uma autoridade política e governativa *ad eternam* (privados do direito de partir, de se recusar a trabalhar ou de receber compensação pelo seu trabalho). Um exemplo é o trabalho forçado nos campos de concentração.

Trabalho como bem consumível destinado à economia de mercado:

Trabalho realizado com base em trocas mercantis nas quais o trabalho é entendido como “mercadoria”, isto é, onde o trabalhador ou o produto do seu trabalho são vendidos. Esta categoria “trabalho mercantilizado, ou seja, bem consumível destinado à economia de mercado” encontra-se subdividida entre os que trabalham para o mercado e os que trabalham para instituições públicas que podem, porém, produzir para o mercado (mas não tendo como fim o lucro de entidades privadas).

Para o mercado, mercado de trabalho privado:

Tipo 12 – Indivíduos empregados por conta própria: os que produzem bens ou serviços para instituições de mercado, possivelmente em cooperação com outros membros do agregado doméstico, ou com não mais do que três empregados assalariados, aprendizes, servos ou escravos (por exemplo, camponeses, artesãos, pequenos comerciantes, carregadores, assim como aqueles que detêm uma profissão). Não esquecer, porém, que todos os membros de uma família empregados sob um sistema domiciliar de produção (*putting-off system*) devem ser contabilizados como produtores empregados por conta própria.¹⁴

Tipo 13 – Empregadores: os indivíduos que produzem bens ou serviços para instituições de mercado empregando mais do que três trabalhadores assalariados, trabalhadores contratados-dependentes, servos ou escravos.

Tipo 14 – Empregados assalariados: trabalhadores assalariados que produzem mercadorias ou serviços para o mercado em troca, na maior parte dos casos, de uma remuneração monetária (incluindo os que se encontram temporariamente desempregados).

14.1 – Trabalhadores assalariados em regime de parceria-rural (sharecropping), enquanto parceiros-produtores: a remuneração é uma percentagem fixa do total produzido ou do lucro.

14.2 – Trabalhadores assalariados à peça ou unidade: a remuneração é calculada pelo número de peças ou unidades fabricadas, tendo cada uma um valor unitário.

14.3 – Trabalhador assalariado à unidade temporal (hora, dia ou semana): a remuneração é calculada tendo a parcela de tempo como valor unitário (por exemplo, à hora).

¹⁴ Desde que tenham idade superior a 6 anos ou inferior a 75 (ou outras indicações de idade em que sejam demasiado novos ou idosos para trabalhar, tal como documentado na secção temporal que esteja a ser analisada em concreto).

Tipo 15 – Trabalhadores contratados-dependentes (do empregador até à data do pagamento da dívida) que trabalham para o mercado: indivíduos contratados como trabalhadores não-livres por um empregador por um determinado período de tempo como forma de pagamento de uma dívida privada. Inclui os trabalhadores contratados-dependentes europeus nas Caraíbas nos séculos XVII e XVIII e após a abolição da escravatura.

Tipo 16 – Servos que trabalham para o mercado: aqueles que se encontram vinculados a terra e ao desempenho de tarefas específicas por um determinado número máximo de dias, como por exemplo os servos que trabalham em propriedades da nobreza.

Tipo 17 – Escravos que produzem para o mercado: indivíduos que são propriedade dos seus empregadores (donos/senhores). Encontram-se privados do direito de partir, de se recusar a trabalhar ou de receber compensação pelo seu trabalho. Não distinguimos, aqui, entre as diferentes formas através das quais um indivíduo pode tornar-se escravo (venda, penhor, etc).

17.1 – Escravos que trabalham directamente para o seu proprietário, por exemplo trabalho produtivo em plantações de escravos, e trabalho escravo doméstico em agregados que produzem para o mercado.

17.2 – Escravos à jorna, por exemplo, escravos alugados para trabalho agrícola ou doméstico na Virgínia do século XVIII.

Trabalho para instituições não direccionadas para a economia de mercado:

Tipo 18 – Empregados assalariados de instituições não direccionadas para a economia de mercado (que podem ou não produzir para o mercado): como o Estado, empresas estatais, a Igreja ou cooperativas de produção que produzem ou prestam serviços para um mercado livre ou regulado.

18.1 – *Trabalhadores assalariados em regime de parceria-rural (sharecropping), enquanto parceiros-produtores:* a sua remuneração é uma percentagem fixa do total produzido ou do lucro (inclui os temporariamente desempregados).

18.2 – *Trabalhadores assalariados à peça ou unidade:* a remuneração é calculada pelo número de peças fabricadas (inclui os temporariamente desempregados), por exemplo, os artesãos contratados nas fábricas de seda da China Imperial durante as dinastias Ming e Qing,

18.3 – *Trabalhador assalariado à unidade temporal (hora, dia ou semana):* a remuneração é calculada tendo a parcela de tempo como valor unitário (inclui os temporariamente desempregados); por exemplo, os artesãos contratados para projectos de construção na China Imperial durante as

dinastias Ming e Qing e também os trabalhadores e empregados em empresas estatais do século XX, incluindo o Exército e a Marinha.

Bibliografia:

- AUSTIN, Gareth, *Labour, Land and Capital: From Slavery to Free Labour in Asante, 1807-1956*. Rochester NY, 2005
- GUHA, Amalendu, The Medieval Economy of Assam. In Raychaudhuri, Tapan; Habib, Irfan (Eds.), *The Cambridge Economic History of India*, v.I. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.
- HAYAMI, Akira; SAITÔ, Osamu; TOBY, Ronald P. (Eds.), *The Economic History of Japan, 1600-1990, Emergence of Economic Society in Japan, 1600-1859*, v. I. Oxford: Oxford University Press, 2004.
- HOFMEESTER, Karin; SILVA, Filipa Ribeiro de (Eds.), Labour relations in Africa 1500-2000, Special Issue of *History in Africa. A Journal of Method*, v. 41, Dez. 2014.
- HOFMEESTER, Karin; MOLL-MURATA, Christine (Eds.), The Joy and pain of Work: Global Attitudes and Valuations, 1500-1650, *International Review of Social History*, v. 56, Special Issue 19, 2011.
- KESSLER, Gijs, Wage Labor and the Household Economy: A Russian Perspective. In: LINDEN, Marcel van der; LUCASSEN, Leo (Eds.), *Working on labor. Essays in Honor of Jan Lucassen*. Leiden and Boston: Brill, 2012, p. 353-369
- KOK, Jan, The family factor in migration decisions. In: LUCASSEN, Jan; LUCASSEN, Leo; MANNING, Patrick (Eds.), *Migration History in World History. Multidisciplinary Approaches*. Leiden: Brill, 2011.
- LINDEN, Marcel van der, *Workers of the World. Essays toward a Global Labor History*. Leiden: Brill, 2008, p. 315-316
- LUCASSEN, Jan, Outlines of a History of Labour (*IISH Research Papers* 51, 2013). Disponível em: <http://socialhistory.org/en/publications/outlines-history-labour>
- SOMBART, Werner, *Das Proletariat. Bilder und Studien*. Frankfurt am Main: Rütten & Loening, 1906.
- TILLY, Charles; TILLY, Chris, *Work under Capitalism*. Boulder, CO: Westview Press, 1998
- TILLY, Charles, Demographic Origins if the European Proletariat, In: LEVINE, David (Ed.), *Proletarianization and Family History*. Orlando [etc.]: Academic Press, 1984, p. 1-85.

HISTÓRIA DAS RELAÇÕES LABORAIS
EM PORTUGAL E NO MUNDO LUSÓFONO

Relações Laborais em Moçambique, 1800

Filipa Ribeiro da Silva

Universidade de Macau, SAR China

Neste artigo analisamos as relações laborais em Moçambique na transição do século XVIII para o XIX, utilizando o ano de 1800 como referência. O nosso estudo está dividido em cinco secções, onde apresentamos o estado da arte sobre o tema, as fontes históricas consultadas e seus desafios metodológicos, os limites territoriais, a população total da região à época e as suas principais actividades económicas. Terminamos com a estimativa e análise da população activa e dos tipos de relações de trabalho na região.

Introdução

Nas últimas décadas, vários estudiosos interessados em questões de demografia e história económica têm tentado estimar a população de Moçambique nos últimos cinco séculos, utilizando como referência os actuais limites territoriais. O primeiro desses estudos de McEvedy and Jones estimou a população da região em cerca de 2 milhões de habitantes (MCEVEDY & JONES, 1978). Maddison, alguns anos depois, ofereceu um valor ligeiramente superior, indicando um total de 2.2 milhões para o ano de 1850 (MADDISON, 2004); enquanto as mais recentes estimativas da autoria de Patrick Manning apontam para um total bastante superior, cerca de 8 milhões de habitantes em 1850 (MANNING, 2010). Estas estimativas da população, ainda que importantes contributos para demografia histórica e estudo das realidades socioeconómicas da região, dizem-nos pouco sobre a densidade populacional do território, a distribuição geográfica das actividades económicas, os tipos de actividades e de relações de trabalho, quer em Moçambique, quer nas áreas vizinhas no final do século XVIII e início do

século XIX, ou mesmo no século XX. Nos últimos 50 anos, outros investigadores, utilizando uma abordagem mais qualitativa, têm apresentado importantes estudos sobre a economia da região e suas ligações com o Oceano Índico e o Atlântico Sul, em particular através do comércio, incluindo o tráfico de escravos (ALPERS, 1975; CAPELA, 1987, 1993, 1995, 2002; ALLEN, 1999; MACHADO, 2003, 2005, NEWITT, 1978; ISAACMAN, 1972; ALLINA-PISANO, 1997, 2012).

Aliando o contributo das duas grandes linhas de pesquisa referidas acima ao estudo detalhado de fontes primárias e à recente abordagem das relações laborais desenvolvida pelo Colaboratório Global para a História das Relações Laborais, vamos, neste artigo apresentar uma primeira análise da população total e economicamente activa em Moçambique e as suas relações de trabalho no final do século XVIII e início do século XIX, utilizando como referência o ano de 1800.

O nosso estudo está dividido em quatro secções. Na primeira secção, apresentamos as fontes históricas consultadas e discutimos alguns dos principais desafios e problemas metodológicos que estas nos colocam. Segue-se uma breve análise dos limites territoriais de Moçambique durante a época estudada e a apresentação das primeiras estimativas mais pormenorizadas da sua população total e economicamente activa. Na secção três e quatro iremos finalmente examinar as principais actividades económicas da região à época. Terminamos com uma breve análise dos grupos populacionais envolvidos nos diferentes tipos de actividades e dos tipos de relações de trabalho em que surgem envolvidos.

Para isso, é essencial o estudo cuidadoso de diversas colecções de fontes primárias produzidas por alguns grupos de habitantes e pelas autoridades de Moçambique à época. Começaremos precisamente por uma breve análise destes materiais e dos desafios metodológicos que colocam ao investigador.

Fontes e Problemas metodológicos

Os marinheiros e exploradores portugueses chegaram, pela primeira vez, à costa de Moçambique na década de 1490. Desde então, as referências à geografia da região, seu povo, seu modo de vida e de trabalho surgem com alguma regularidade em vários tipos de documentos produzidos por funcionários civis, militares e religiosos ao serviço da Coroa portuguesa, bem como por privados envolvidos em actividades económicas na região, no Oceano Índico ou no comércio intercontinental. A maioria desses materiais encontra-se depositada no Arquivo Nacional de Moçambique (AHM), em Maputo, no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (IAN/TT), e no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), ambos localizados em Lisboa. Outros docu-

mentos estão dispersos pelas colecções de vários arquivos europeus em Espanha, França, Inglaterra e no Vaticano. Relatórios de funcionários régios, descrições da terra, das pessoas e da economia, e relatos de viagens de pilotos, capitães e mestres estão entre as fontes mais comuns para o estudo da Época Moderna. Estes tipos de fontes fornecem-nos informações preciosas sobre as populações e actividades económicas, incluindo a produção, circulação e comercialização de produtos, e pessoas. No entanto, na maioria das vezes, essa informação é de natureza qualitativa, forçando o investigador interessado em dados quantitativos para analisar as relações económicas e sociais a procurar formas alternativas de ler e explorar esses materiais. Extrapolações e estimativas são, muitas vezes, as soluções adoptadas para superar a falta de dados seriais. Nas fontes portuguesas anteriores a 1900 este é um problema constante.

Somente, a partir da década de 1750, dado o crescente interesse dos Estados Europeus nos seus impérios e respectivos recursos materiais e humanos, é possível encontrar alguma informação estatística sobre a população e suas actividades. Entre este tipo de documentos encontram-se mapas de população, contagens e censos parciais. Dados os interesses económicos e políticos que guiaram a produção destas estatísticas históricas, na maioria dos casos, a informação está organizada por colónias e suas divisões administrativas.

Para a população moçambicana encontraremos contagens populacionais para várias localidades e distritos a partir de 1722. Muitos destes documentos contêm informações sobre a população total por distrito, a distribuição por grupo étnico, e, em alguns casos, por sexo e grupos etários. Alguns mapas incluem também informações sobre nascimentos, óbitos e casamentos. Menos comuns são mapas com a contagem e distribuição da população por profissão ou actividade económica. Na maioria dos casos, estas foram feitas somente após a década de 1780. Estes tipos de informações têm um enorme potencial, pois permitem não só o estudo dos movimentos populacionais, a sua densidade territorial, e composição étnica, etária e por sexos, mas dão-nos também a possibilidade de identificar a população activa dos territórios nestes recortes cronológicos mais recuados.

Porém, estas fontes também colocam vários desafios ao investigador. Em primeiro lugar, a sua cobertura geográfica é limitada às áreas sob a jurisdição e controle efectivo da Coroa portuguesa e dos seus funcionários e súbditos. Como é sabido esse controlo ficava muito aquém dos limites fronteiriços do actual território de Moçambique, e em alguns períodos históricos ter-se-ia estendido a territórios que actualmente correspondem a zonas de fronteira com os estados africanos do Malawi e do Zimbabwe. Por isso, a informação disponibilizada por estas fontes só pode ser considerada como uma amostra para o actual território do país.

Associado ao problema da cobertura geográfica esta também a questão da delimitação das fronteiras modernas. Em África, estas demarcações só teriam lugar a partir do final do século XIX e no decurso do século XX, verificando-se ainda algumas alterações nos limites geográficos de alguns países africanos na segunda metade da mesma centúria na sequência dos processos de descolonização e independência, por vezes, associados a situações de guerra civil e conflitos com países vizinhos. No caso de Moçambique, a delimitação das fronteiras modernas só se verificaria a partir do final do século XIX e princípio do século XX, na sequência de várias campanhas militares organizadas pela Coroa portuguesa para ganhar controlo sob o interior, dadas as disputas com a Grã-Bretanha e outros poderes coloniais pelos territórios coloniais no continente africano.

As reformas introduzidas pelos Estados Europeus na divisão administrativa interna dos antigos territórios coloniais constituem um outro problema relacionado com as dificuldades suscitadas pela limitada cobertura geográfica das fontes disponíveis.

O segundo grande desafio colocado ao investigador por estas fontes é o conjunto de critérios utilizados pelos produtores das mesmas para incluir e/ou excluir determinadas informações. Como já mencionado anteriormente, as descrições económicas dos territórios, as contagens populacionais e outras estatísticas acerca das colónias africanas foram encomendados a partir de meados do século XVIII para fins políticos e económicos. Os Estados europeus da época tinham como objectivo mapear a terra, as pessoas e os recursos sob sua soberania para fins de tributação, exploração da força de trabalho disponível e uso dos recursos minerais e agrícolas, a fim de maximizar a produção económica colonial. As informações recolhidas nas contagens da população, censos e estatísticas económicas das colónias reflectem, assim, esses interesses dos Estados europeus, privilegiando a colecta de determinados elementos. No caso de Moçambique, as primeiras contagens populacionais feitas a partir de meados de 1700 foram, em nosso entender, feitas essencialmente para fins fiscais.

O objectivo era, assim, registar os súbditos a residir e/ou servir no império. Os chamados Portugueses e seus descendentes, Indianos e seus descendentes, e os Africanos baptizados a viver sob o controlo dos dois grupos referidos foram, assim, o principal alvo destas contagens populacionais e dos primeiros censos parciais. A população local, ou seja, os africanos: livres, escravos ou forros, não baptizados, que viviam e/ou trabalhavam em áreas rurais nas margens da influência das autoridades portuguesas, em contra partida, ficaram por arrolar nestas contagens. No caso de Moçambique, a população contabilizada nestas primeiras estatísticas corresponde somente a cerca de 10% da população total da colónia.

Para obter informações sobre os grupos não recenseados, que na maioria dos casos, representavam cerca de 90% do total da população da colónia, o investigador necessita de recorrer a outro tipo de informação estatística, incluindo o registo parcial dos indivíduos a residir e trabalhar em fazendas (chamadas *Prazos da Coroa*, no caso de Moçambique), ou em pequenas unidades económicas. Mas, mesmo nestes tipos de fontes, nem todos os africanos aparecem inscritos. As crianças e as mulheres foram, muitas vezes, excluídas. As primeiras eram, frequentemente, vistas como pertencentes a grupos etários inaptos para o trabalho e as segundas como dependentes de seus maridos sendo, por isso, registadas juntamente com o respectivo cônjuge. Na melhor das hipóteses, o investigador encontra dados sobre casais, que lhe permitem extrapolar a dimensão destes grupos populacionais.

Um último ponto digno de nota ainda sobre a inclusão e exclusão de elementos nestas contagens populacionais são os dados relativos às profissões – fundamentais para o estudo das relações de trabalho. Para Moçambique, a primeira contagem de população com uma desagregação de dados por profissão data de 1780. Mas, os elementos disponíveis apresentam alguns desafios ao investigador. A maioria destas contagens contém apenas informações sobre as profissões para os homens de origem ou descendência portuguesa, ou nascidos em Moçambique, Portugal ou em outras partes do império, bem como indivíduos de ascendência Indiana com residência e/ou importantes actividades económicas na colónia. Tal como no caso da população total, os dados disponíveis para ocupações, na maioria dos casos, representam cerca de 1% da população activa da colónia. Estes elementos devem, por isso, ser vistos como uma pequena amostra da participação dessa população activa na economia local, regional e internacional.

Para identificar o tipo de actividades económicas nas diversas regiões do território em estudo, as profissões associadas, a participação dos diversos grupos populacionais nessas actividades e o tipo de relações de trabalho em que os seus membros surgem envolvidos, é necessária a consulta de outras fontes, incluindo: relatórios de funcionários do Estado Português em postos civis, militares e religiosos, bem como inventários e livros de contabilidade de casas, fazendas e pequenas unidades de produção.

O terceiro grande problema colocado ao investigador por estas fontes é a fluidez de categorias adoptadas pelos funcionários que definiram a estrutura destas contagens e os indivíduos que recolheram os dados no terreno. Nas primeiras contagens populacionais e censos parciais de Moçambique, a população da colónia aparece dividida em três grupos principais: portugueses, indianos e africanos. Dentro destas categorias, especialmente nas duas primeiras, há, em muitas das fontes, uma distinção ente Portugueses e Indianos nascidos em Moçambique, no Estado da Índia e em Portugal, os quais surgem arrolados em diferentes subcategorias. Em algumas fontes, é feita tam-

bém menção à categoria de pardos e/ou mestiços, embora, nem sempre seja claro quais os indivíduos contabilizados sob esta categoria. Em princípio, descendentes de casamentos inter-raciais deviam ser inscritos na mesma. No entanto, há evidências que tal arrolamento dependia em muitos casos de poder político e económico dos indivíduos envolvidos ou dos seus progenitores. Assim, crianças de descendência afro-portuguesa cujo pai ou mãe fossem pessoas influentes na colónia podiam ser registadas como Portugueses nascidos na colónia e não como mulatos ou pardos. Isto aplicava-se aos descendentes de vários tipos de relações inter-raciais. O mesmo se aplicava também às mulheres mulatas detentoras de uma boa situação económica e/ou casadas com Portugueses ou seus descendentes.

Quanto aos africanos, os funcionários responsáveis pela colecta de dados populacionais tendem a registar apenas aqueles que haviam sido baptizados, pois em muitos casos as fontes utilizadas para obtenção dos dados foram os livros de registo de baptismo. Essas pessoas, muitas vezes, aparecem arroladas em categorias vagas, como por exemplo: “Pretos cristãos” ou “Pretos baptizados”. É, porém, difícil determinar quem foi registado sob estas categorias: todos os Africanos baptizados (incluindo homens, mulheres e crianças) ou apenas os chefes de famílias cristãs africanas?

Apesar dos muitos problemas e desafios listados anteriormente, em conjunto estas fontes de meados do século XVIII e início do século XIX fornecem-nos informações preciosas para reconstruir a população total e activa do território moçambicano sob jurisdição portuguesa, estudar o tipo de actividades económicas desenvolvidas, as profissões associadas e o tipo de relações laborais estabelecidas na época. Passemos, então, à análise dos limites territoriais de Moçambique no início de Oitocentos e das estimativas preliminares da sua população total.

Território e População

No século XVIII e no início século XIX, a influência portuguesa na África Oriental cobria uma faixa de território ao longo do vale do Zambeze, que se estendia a partir da zona costeira entre Sofala e Quelimane em direcção a Sena, Tete e Zumbo no interior (actualmente regiões limítrofes com a Zâmbia e o Zimbabwe). No decorrer do século XIX, Portugal viria também a controlar várias áreas costeiras, incluindo as ilhas de Querimba e Ibo, e as regiões de Angoche, Inhambane e a actual zona de Maputo. Durante este período, a influência portuguesa fez-se também sentir em partes do sudeste da actual Zâmbia e no sul do Malawi. As fontes primárias produzidas pelas autoridades civis, militares e religiosas portuguesas na época contém, assim, apenas informações relativas à população e suas actividades na região acima

descrita, que corresponderia a cerca de 30% da superfície do actual território. Os dados aqui apresentados e discutidos devem, por isso, ser vistos somente como uma amostra representativa da população e as relações de trabalho nessa região.

As primeiras contagens e censos da população realizados pelas autoridades portuguesas em Moçambique entre 1722 e 1810 apontam para uma cifra aproximada de 1.500 a 3.000 habitantes (HOPPE, 1970, pp. 108-109; NEWITT, 1973, pp. 140-141; RODRIGUES, 2002, pp. 236-237; WAGNER, 2009, p. 227). Porém, estes números correspondem somente à população de origem portuguesa e indiana, seus descendentes, criados e escravos baptizados.

A população africana livre, não baptizada e com residência nas zonas de influência portuguesa, muitas vezes na vizinhança e dependência dos *Prazos* existentes ao longo do vale do Zambeze contabilizariam cerca de 75.000 e 80.000 casais de colonos africanos livres (AHU, *Moçambique*, cx. 95, doc. 51; RODRIGUES, 2002, p. 621). Se assumirmos que cada casal era composto pelo menos por dois cônjuges e uma média de seis filhos¹, a população africana livre a viver na zona de influência sob a categoria de colono contabilizaria cerca 150.000 para 160.000 adultos e, pelo menos, 225.000 a 240.000 crianças. O número total de indivíduos é assim estimado entre 375.000 e 400.000. No que respeita à população escrava não baptizada, de acordo com vários mapas estatísticos e relatórios estudados, o seu número seria aproximadamente de 25.000 a 35.000 indivíduos (TRUÃO, 1889, p. 40; MIRANDA, 1954-1955; RODRIGUES, 2002, p. 625). Na documentação consultada surgem também referência à presença de crianças entre a população africana. Porém, este tipo de registo não foi feito de forma sistemática, pois as mesmas eram consideradas inaptas para o trabalho, e estas contagens de escravos eram feitas para fins fiscais e económicos, como já referimos. Nos casos em que dispomos deste tipo de informação, o número de crianças raramente excede os 5 a 15% do total da população escrava. Estimamos, assim, que entre a população escrava contar-se-ia ainda cerca de 5.000 a 7.000 crianças, e podendo em algumas décadas ter atingido um máximo de 10.000. A população escrava da área sob o domínio português pode ser assim estimada entre cerca de 32.000 e 45.000 indivíduos.

Com base nestes elementos estimamos assim que a população total na área controlada pelos portugueses rondasse os 400.000 a 500.000 indivíduos, isto é, meio milhão de pessoas. Os africanos representariam cerca de 98% da população, sendo na sua maioria livre, com um número total de escravos

¹ Esta média é ainda comum no século XX e até recentemente em algumas zonas rurais de Moçambique.

igual ou inferior a 10%. O grupo dos chamados Portugueses, que incluía indivíduos nascido em Portugal, Moçambique e no Estado da Índia, bem como os seus descendentes e criados, representavam menos de 1% da população total (Tabela 1).

Tabela 1: Estimativa da população do território de Moçambique, cerca 1750-1800

Grupos Populacionais	População Total Estimada (no. min.)	População Total Estimada (no. máx.)	População Total Estimada (% min.)	População Total Estimada (% máx.)
População de origem Portuguesa e Indiana, e descendentes	1.500	3.000	0.5	1%
Colonos Africanos	375.000	400.000	91.7	89
Escravos Africanos	32.000	45.000	7.8	10
Total	408.500	448.000	100	100
Tendência	400.000	450.000	–	–

Fontes: Hoppe, 1970; Newitt, 1973; Rodrigues, 2002; Wagner, 2009; APO, Parte I, 1937; AHU, *Moçambique*, documentos vários.

A análise da distribuição geográfica dos três principais grupos populacionais, mencionados anteriormente, é também bastante reveladora. No decurso do século XVIII, iremos, na verdade, assistir a uma deslocação da população do interior para zonas costeiras. Assim, enquanto no início do século XVIII a população de origem portuguesa e indiana, bem como a população de colonos livres e escravos estava concentrada nas regiões do interior, em particular em Sena, Tete e Zumbo; no final da centúria, a população portuguesa havia-se concentrado em áreas costeiras como Querimba e a ilha de Moçambique, Inhambane e Quelimane (ver Tabela 2). Esta mudança da população das regiões do interior para a costa é também visível entre a população escrava. Entre 1766 e 1806, Tete vê a sua população escrava reduzir de 5.550 para 1.244 indivíduos; enquanto a população escrava de Sena diminui de 15.950 para cerca 5.000 indivíduos (Miranda, 1954-1955; Truão, 1889, p. 40, Rodrigues 2002, p. 625) (ver Tabela 3).

Esta deslocação populacional do interior para o litoral esteve certamente relacionada com desastres naturais que assolaram a região neste período. Entre eles conta-se, por exemplo a grande seca de Moçambique entre 1794 e 1802. A seca obrigaria as populações que viviam a norte e a sul do vale do Zambeze a abandonar as suas actividades agrícolas e de mineração e deslocar-se para outras regiões em busca de alimentos e água. A grande seca, portanto, levou a mudanças na economia da região.

Tabela 2: Distribuição geográfica da população de origem Portuguesa e Indiana e seus dependentes, entre 1722 e 1795 (em algumas das principais localidades de Moçambique)

Localities/Years	1722 (%)	1777 (%)	1786 (%)	1790 (%)	1795 (%)
Querimba	–	13	10	10	19
Ilha de Moçambique	–	12	9	17	13
Inhambane	–	–	7	7	13
Quelimane	2	8	6	9	9
Sena	30	13	20	7	9
Tete	25	24	31	26	7
Zumbo	12	11	–	6	6

Fontes: Hoppe, 1970; Rodrigues, 2002; Wagner, 2009; AHU, *Moçambique*, documentos vários.

Tabela 3: Distribuição da população escrava entre 1766-1806

Distritos/Anos	1766	1767	1806
Quelimane	4.170	3.990	4.662
Sena	15.950	13.290	4.730
Tete	5.550	9.150	1.244
Zumbo	2.600	1.600	-
Total	28.270	28.030	21.836
Tendência	30.000	30.000	20.000

Fontes: Miranda, 1911; Rodrigues, 2002; Truão, 1889.

Neste período assistiu-se também a uma crescente procura de mão-de-obra escrava no Oceano Índico, devido à expansão da economia de plantação na Ásia, bem como devido a uma crescente procura de mão-de-obra escrava no Oceano Atlântico, especialmente após a abolição do tráfico pelos Ingleses em 1807. Cidades costeiras e pequenos centros económicos ao longo da costa de Moçambique iriam, assim, adquirir um papel importante neste comércio, que iria permitir a acumulação de riqueza, atraindo novos habitantes a estes locais. Na transição do século XVIII para o século XIX assistiu-se, assim, a um crescimento da população urbana nestas regiões de Moçambique. É importante, porém, salientar que o nível de urbanização do território à época seria muito baixo, possivelmente inferior a 1% (<http://www.pbl.nl/hyde>).

No que respeita a distribuição da população por sexo, a análise dos vários grupos populacionais revela-se mais difícil. Mas, com base em dados recolhidos em diferentes mapas estatísticos, apresentamos seguidamente as principais tendências entre a população de origem portuguesa e indiana, e seus dependentes, e entre a população escrava a residir e trabalhar nos *Pra-*

zos portugueses. Em geral, a população masculina representa mais da metade da população em ambos os grupos populacionais. Em qualquer dos casos, os homens representam sempre mais de 50% da população, podendo chegar a atingir mais de 70% no caso dos escravos. Em termos proporcionais havia assim um desequilibrado entre o número de homens e mulheres. Entre a população de descendência portuguesa a proporção era cerca de 1 a 2 homens por cada mulher. As diferenças eram maiores entre a população escrava empregada nos *Prazos* onde muitas vezes havia três ou mais homens por cada mulher (ver Tabela 4 e 5). Estas tendências seriam certamente dominantes nas zonas rurais da região, que cobriam a maior parte do território. Porém, nas zonas urbanas, a percentagem de mulheres entre a população escrava tendia a ser mais elevada, rondando cerca de 50%, como o Censo da Ilha de Moçambique de 1820 ilustra (IAN/TT, *Ministério do Reino*, cx. 622, mç. 499). Uma análise idêntica é-nos impossível fazer para o grupo dos colonos africanos livres devido a escassez de elementos nas fontes consultadas.

Tabela 4: Distribuição da população por sexo: População de origem portuguesa, 1722, 1777, e 1806 (a título de exemplo)

Years/Sexo	Male Population		Female Population		Total População	
	No.	%	No.	%	No.	%
1722	311	65	167	35	478	100
1777	522	56	405	44	927	100
1806	286	57	216	43	502	100

Fonte: AHU, *Moçambique*, documentos vários.

Tabela 5: Distribuição da população por sexo: População escrava, cerca de 1800 (a título de exemplo)

Prazos/Sexo	Male Population		Female Population		Total População	
	No.	%	No.	%	No.	%
Gorongosa	605	76	290	37	795	100
Chringoma	761	80	185	44	946	100
Chupanga	425	73	154	27	579	100

Fonte: Rodrigues, 2002, p. 641-642; AHU, *Moçambique*, documentos vários.

Relativamente à distribuição da população total por grupos etários, é-nos somente possível apresentar uma análise sumária de duas pequenas amostras para a população de origem portuguesa e indiana, e a população escrava, devido ao limitado número de dados encontrados nas fontes primárias.

A análise dos dados disponíveis para a população de origem portuguesa e indiana para o ano de 1806 (bem como para outros anos estudados) coloca em evidência a baixa percentagem de crianças com menos de 7 anos de idade.

Estes dados apontam também para um limitado número de jovens entre os 7 e 15 anos; enquanto indivíduos com idades compreendidas entre os 15 e 60 anos representavam 47% da população, e os indivíduos com idade superior a 60 anos menos de 20%. Tratava-se, assim, de uma população jovem, em que mais de 80% da população teria menos de 60 anos. As crianças e os jovens contabilizavam cerca de 30% da população, sendo a faixa etária entre 0 e 7 anos aquela com menos percentual, em parte devido à elevada mortalidade infantil (ver Tabela 6). Estes números são idênticos a outras sociedades do período moderno, onde a transição demográfica ainda não havia ocorrido, e as questões epidemiológicas constituíam um problema constante.

Tabela 6: Distribuição da população de origem portuguesa e indiana, e seus descendentes, por grupos etários – 1806, a título de exemplo

Grupos Etários	População Masculina		População Feminina		População Total	
	No.	%	No.	%	No.	%
0 – 7	39	14	35	16	74	15
7 – 15	49	17	40	19	98	18
15 – 60	194	68	101	47	295	59
+ 60	4	1	40	19	44	9
Total	286	100	216	100	502	100

Fonte: Truão, 1889, p. 8; Rodrigues, 2002, p. 241.

No que respeita à distribuição etária da população escrava, o número de fontes disponíveis é muito menor e a qualidade dos dados bastante mais pobre. É-nos, assim, impossível apresentar a distribuição por grupos etários específicos. Os elementos disponíveis permitem apenas a divisão da população em dois grupos: adultos e menores ou crianças. Assim, no Censo da Ilha de Moçambique de 1820, uma das contagens com informação mais detalhada relativamente à população escrava – os adultos contabilizavam 84% da população; enquanto os “menores”, representavam apenas 16% (ver Tabela 7). Nos *Prazos* localizados no interior esse percentual seria ligeiramente menor, não excedendo os 5%, na maioria das unidades estudadas (RODRIGUES, 2002, p. 641-642; AHU, *Moçambique*, várias caixas e documentos).

Tabela 7: Distribuição da população escrava da ilha de Moçambique por grandes grupos etários, 1820

Grandes Grupos Etários	No. de escravos	% de escravos
Menores	654	16
Adultos	3495	84
Total	4149	100

Fontes: IAN/TT, *Ministério do Reino*, cx. 622, mç. 499.

No que respeita aos colonos livres africanos, não dispomos de qualquer contagem com referência à estrutura etária do grupo. Porém, os dados relativos a nascimentos e óbitos disponíveis para alguns *Prazos* ao longo do Zambeze, fornecem alguns elementos indicativos de menores níveis de mortalidade entre crianças africanas, comparativamente a crianças de origem portuguesa, indiana e mulata. Supomos, assim, que a percentagem de crianças e jovens seria ligeiramente mais elevada entre este grupo, comparativamente à população escrava e à população de origem portuguesa. A título de exemplo referimos aqui os dados disponíveis para o distrito de Cabo Delgado em 1801. Enquanto entre a população de origem portuguesa e mulata, o rácio de nascimentos/óbitos era inferior a 1 nascimento por cada óbito; entre os africanos o mesmo rácio era de cerca de 10 nascimentos por cada óbito (AHU, *Moçambique*, cx. 90, doc. 49). Isto significa que, embora a mortalidade fosse bastante elevada, era possível assegurar a substituição natural da população existente e, eventualmente, um pequeno crescimento populacional entre este grupo, que constituía a maioria da população.

População Activa

A análise da distribuição etária da população conduz-nos diretamente à questão da população economicamente activa. Qual era a dimensão da população activa da colónia cerca de 1800, e como se encontrava distribuída essa população activa por sexos, grupos etários e geograficamente?

Na actualidade, entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento, o número de anos de escolaridade obrigatória e a idade para a reforma ou aposentação são utilizadas como referência para definir a população economicamente activa. Tais critérios não são, porém, aplicáveis às populações activas durante o período moderno, quer na Europa, quer em outras partes do mundo. Na maioria dos casos os indivíduos trabalhavam desde tenra idade até, por vezes, aos últimos anos de suas vidas.

No caso de Moçambique, como se percebe através dos dados analisados anteriormente, as referências aos grupos etários da população são muito vagas, e é impossível encontrar qualquer menção clara à idade com que os indivíduos dos diferentes grupos populacionais seriam considerados aptos ou inaptos para o trabalho. Torna-se, assim, imperativo, ao investigador estabelecer alguns critérios para definir quais os limites etários dos indivíduos pertencentes à população economicamente activa.

No caso das crianças optámos por considerar os 7 anos como a idade mínima para a entrada na vida activa, uma vez que uma criança dessa idade seria capaz de executar um grande número de tarefas quer no agregado familiar, quer noutros ambientes laborais, e, na sua maioria, não estariam envolvidas em quaisquer actividades escolares.

No que respeita aos idosos, optámos por considerar inaptos para a vida activa indivíduos com idade bastante avançada, com por exemplo 80 anos. Tal decisão é justificada por dois factores. Por um lado, estamos a tratar um período onde os indivíduos não tinham acesso a qualquer assistência social por parte do Estado ou das entidades empregadoras. Era, portanto, necessário trabalhar praticamente toda a vida. Esta actividade seria, na verdade, somente interrompida em situação de acumulação de riqueza, em casos bastante raros, ou devido a debilidade física, consequência de acidente, doença ou avançada idade, passando, estes indivíduos a depender da ajuda e apoio de familiares. Consideramos, por isso, que a vasta maioria da população estaria assim ocupada desde tenra idade até bastante tarde nas suas vidas. Como é que estes critérios se traduzem em termos numéricos? Para tal é fundamental estimar o número total de crianças e idosos inaptos para o trabalho, tomando, para isso, como referência os percentuais destes grupos etários por cada um dos grupos populacionais referidos: a população de origem portuguesa, indiana, e os seus descendentes, a população de colonos livres africanos, e a população escrava.

A população inactiva para a área de Moçambique sob controlo português no período de 1800 totalizaria, assim, cerca de 115.000 a 130.000 crianças e idosos, rondando cerca de 23 a 26% da população total. A população activa, em contrapartida, representaria entre 74 e 77% da população total, contabilizando cerca de 300.000 a 475.000 habitantes (ver Tabelas 8, 9 e 10a).

Em termos de distribuição por sexos, a proporções de ambos os sexos na população total, e a análise do Censo da Ilha de Moçambique de 1820 e das contagens de indivíduos residentes e trabalhadores em vários *Prazos* do Zambeze, sugerem que a maioria da população activa seria do sexo masculino podendo rondar os 55 a 60%, enquanto as mulheres representariam entre 40 a 45% (ver Tabelas 4 e 5; RODRIGUES, 2002, p. 641-642; IAN/TT, *Ministério do Reino*, cx. 622, mc. 499).

Tabela 8: Estimativa da População economicamente inactiva em Moçambique, cerca 1800 – Crianças

Grupos Populacionais	População Total Estimada (no. min.)	População Total Estimada (no. máx.)	Percentual de Crianças	No. de Crianças (min. & max.)
População de origem portuguesa e indiana	1.500	3.000	10 – 15%	225 – 450
Colonos Africanos Livres	375.000	400.000	15 – 20%	75.000 – 80.000
População Escrava	32.000	45.000	5 – 20%	3.600 – 4.900
Total	408.500	448.000	–	78.825 – 85.350
Tendência	400.000	450.000	–	80.000 – 85.000

Observações: Estimativa feita com base em mapas populacionais e estatísticos e inventários de Prazos. AHU, *Moçambique*, documentos vários.

Tabela 9: Estimativa da População economicamente inactiva em Moçambique, cerca 1800 – Idosos

Grupos Populacionais	População Total Estimada (no. min.)	População Total Estimada (no. máx.)	Percentual de Idosos	No. de Idosos (Min. & Max.)
População de origem portuguesa e indiana	1.500	3.000	5%	75 – 150
Colonos Africanos Livres	375.000	400.000	10 – 15%	37.000 – 40.000
População Escrava	32.000	45.000	5 – 10%	1.800 – 2.450
Total	408.500	448.000	–	38.875 – 42.600
Tendência	400.000	450.000	–	40.000 – 45.000

Observações: Estimativa feita com base em mapas populacionais e estatísticos e inventários de Prazos. AHU, *Moçambique*, documentos vários.

Tabela 10a: Estimativa da População economicamente activa e inactiva em Moçambique, cerca 1800

População Estimada	Activa (min. & máx.)	Inactiva (min. & máx.)
Estimativa Total (no.)	c. 300.000 – 350.000	c. 115.000 – 130.000
Estimativa Total (%)	c. 74% – 77 %	c. 23% – 26%

Observações: Estimativa feita com base em mapas populacionais e estatísticos e inventários de Prazos. AHU, *Moçambique*, documentos vários.

Tabela 10b: Estimativa da Distribuição da População economicamente activa em Moçambique, cerca 1800, por grupos populacionais

Grupos Populacionais	População Activa Estimada (no. min. & máx.)	População Activa Estimada (% min. & máx.)
População de origem portuguesa e indiana	1.200 – 2.400	0.4 – 1
Colonos Africanos Livres	263.000 – 280.000	87 – 90.4
População Escrava	26.600 – 37.650	9.2 – 12
Estimativa Total	290.800 – 320.050	100

Observações: Estimativa feita com base em mapas populacionais e estatísticos e inventários de Prazos. AHU, *Moçambique*, documentos vários.

No que respeita à distribuição geográfica desta população economicamente activa, tomando como referência a distribuição geográfica da população total sob a influência portuguesa analisada na secção anterior deste estudo, diríamos que a população activa seguia a mesma tendência. Assim, no século XVIII, a maioria da população estaria concentrada na região do vale

do Zambeze, entre Quelimane e Sofala, na costa, e Sena, Tete e Zumbo no interior de Moçambique. No decorrer do século XIX, parte da população activa da região, gradualmente, ter-se-ia deslocado para a costa e em direção ao sul. Este movimento da população ter-se-ia ficado a dever à grande seca, ao declínio gradual da mineração na região, e à crescente procura de mão-de-obra escrava (legal e ilegal), em portos moçambicanos, para atender as necessidades de trabalho no Oceano Índico e no Atlântico, especialmente no Atlântico Sul, como já referimos. As fontes à nossa disposição não permitem, porém, uma análise mais detalhada da distribuição geográfica da população activa na região durante o período aqui em estudo.

Vejamos seguidamente o tipo de actividades económicas desenvolvidas na mesma região, a participação dos grupos populacionais, acima referidos, nas mesmas, e o tipos de relação de trabalho subjacentes a essas actividades.

Economia

Como já mencionamos anteriormente, durante o período aqui estudado a influência portuguesa na África Oriental concentrou-se ao longo do vale do Zambeze, entre Quelimane e Sofala, e Sena, Tete e Zumbo, no interior. Durante a Época Moderna e início de 1800, as principais actividades económicas desenvolvidas nesta região foram: a agricultura e actividades associadas como a caça, a recollecção de produtos silvestres, a mineração de ouro, o comércio do mesmo, juntamente com marfim e escravos, a produção de artigos artesanais e o transporte de mercadorias.

A agricultura era a principal actividade económica da região do Vale do Zambeze, pois era fundamental para a subsistência da população africana livre. Este grupo populacional era responsável pela maior parte da produção agrícola, incluindo o milho, milho painço, trigo, açúcar, tabaco e óleo de amendoim. Essas actividades foram, muitas vezes, combinadas com a caça ao elefante para obtenção de carne e marfim, e a recollecção de vários produtos silvestres, tais como o mel, a cera e a madeira.

Parte dos produtos obtidos através das referidas actividades, quer pela população africana livre, quer pela população escrava, era controlada pela população de origem portuguesa, arrendatária dos Prazos da Coroa localizados ao longo do vale do Zambeze, e na dependência dos quais inúmeros africanos livres denominados de Colonos e escravos viviam e trabalhavam, pagado ao senhor do Prazo tributo sob a forma de trabalho e/ou produtos pela protecção oferecida pelo mesmo (NEWITT, 1995, p. 237-242). Muitos dos produtos recebidos pelos Prazeiros destinavam-se à exportação, entre eles contavam-se vários produtos agrícolas como arroz, juntamente com marfim, âmbar e ouro.

Desde o século XVI, esta região fora conhecida pelas suas actividades de mineração, principalmente de ouro (amarelo e branco), e da caça ao elefante para obtenção de carne e, em especial marfim. Com o decorrer do tempo, a mineração de ouro iria diminuir, enquanto a caça ao elefante e o comércio do marfim iriam intensificar-se. A expansão do comércio de marfim e de suas intrincadas redes comerciais conduziu, na verdade, à formação de várias comunidades ao longo da costa de Moçambique, quer sob a protecção portuguesa, quer de outras autoridades locais muçulmanas e africanas.

Embora de natureza diferente, estas actividades partilhavam algumas características, nomeadamente no que respeita à introdução de seus produtos no mercado. Ambos os artigos eram obtidos no interior, onde as actuais fronteiras de Moçambique, do Malawi, da Zâmbia e do Zimbabwe se encontravam. No entanto, ambas as produções estavam destinadas a mercados externos localizados no Oceano Índico e em alguns casos na Europa, no mundo Atlântico e no Extremo Oriente. Portanto, tanto o ouro como o marfim tinham de ser transportados ao longo de distâncias consideráveis para alcançar os centros comerciais junto a costa, onde esses produtos deveriam ser trocados por outros artigos, incluindo panos indianos e pérolas importados por mercadores de Diu, Damão e Goa. No entanto, no que respeita ao comércio propriamente dito, as transacções destes artigos parecem ter sido organizadas de forma ligeiramente diferente.

O ouro era extraído em trabalhos de mineração de superfície e transportado para várias feiras no interior. Algumas delas eram controladas por comerciantes portugueses, outras tinham sido organizadas e controladas por líderes africanos. Muitos desses locais devem ter tido uma origem remota emergindo com o início das actividades de mineração no interior do Reino do Zimbabwe no século XI. As feiras mais importantes realizavam-se no vale Mazoe, nas montanhas Manica e no vale de Ruenha. No vale Mazoe, as feiras mais importantes eram Quitamborvize, Dambarare e Ongoe. Em Manica as principais feiras eram Masekesa, Vumba e Matuca. Ao longo do século XVIII, seriam as feiras de Manica e Zumbo os principais centros de comércio de ouro no interior moçambicano. A última, fundada na década de 1720, seria a mais próspera realizando o maior volume de comércio na época. No entanto, no final do século XVIII, estas feiras entrariam em declínio.

No auge da sua prosperidade, estes locais teriam aglutinado uma população considerável, que vivia nos pequenos estabelecimentos portugueses, nas aldeias vizinhas ou na proximidade dos locais onde decorriam os trabalhos de escavação (NEWITT, 1995, p. 194).

Nas feiras, os comerciantes vindos do litoral também encontravam algum marfim, embora a maior parte desta “produção” fosse encaminhada para diversos portos da costa para exportação para o Oceano Índico, e reexportação para a Europa e o Oriente. A procura de marfim nestas regiões

contribuiu, na verdade, para o desenvolvimento de três principais actividades: a caça, o transporte e o comércio, envolvendo os caçadores, carregadores e comerciantes. A primeira actividade parece ter sido desenvolvida maioritariamente por homens, enquanto a segunda terá sido desempenhada por homens ou mulheres. A última actividade foi, muitas vezes, considerada como uma actividade masculina, principalmente entre muçulmanos e cristãos. No interior os povos Maravi, Lunda e Bisa parecem ter sido os principais grupos envolvidos na caça ao elefante (NEWITT, 1995, p. 183). Para chegar aos portos costeiros, o marfim era transportado em caravanas. Até ao século XIX, estas caravanas, tanto oriundas do Norte como do Sul do vale do Zambeze, parecem ter sido controladas pelo povo Yao. O transporte de marfim, bem como de outros produtos, terá sido assim uma importante actividade económica para parte da população. Nos séculos XVI e XVII, Angoche e Kilwa tinham sido os dois principais centros de comércio de marfim. No entanto, nos séculos XVIII e XIX, a Baía de Maputo e as ilhas adjacentes tornar-se-iam os principais centros de exportação.

Tanto a mineração de ouro como a caça ao elefante eram actividades complementares para a maioria da população que se dedicava ao cultivo da terra. Estas actividades proporcionavam às aldeias e às famílias uma fonte de renda extra e carne.

O comércio de escravos era outra atividade importante na economia de Moçambique sob o domínio português. Desde o século XVI, escravos africanos surgiam nas cargas dos navios juntamente com marfim, ouro e alimentos enviados para o Estado Português da Índia ou em embarcações rumo a Lisboa. Mas, até ao início do século XVIII o seu impacto nas sociedades e economias locais terá sido limitado.

A partir da década de 1720, em parte devido à introdução da economia de plantação de açúcar no Oceano Índico, pelos franceses, uma crescente procura de mão-de-obra escrava iria surgir na costa de Moçambique. Este tráfico concentrou-se a norte das Ilhas de Moçambique, em Ibo e nas Ilhas de Querimba, envolvendo principalmente comerciantes franceses e afro-portugueses, com um reduzido envolvimento das autoridades portuguesas. Na década de 1780, este comércio passaria, porém, para o controlo (pelo menos parcialmente) dos funcionários da Coroa portuguesa (Alpers, 1975; Capela, 1987, 1995, 2002)

Durante este período, a procura de mão-de-obra escrava na costa de Moçambique iria aumentar ainda mais devido à chegada de comerciantes franceses do Caribe. No início de 1800, esta procura cresceu novamente devido à abolição do comércio de escravos pela Inglaterra no Oceano Atlântico, e a pressão exercida sobre os vários países europeus ainda envolvidos no negócio para pôr fim a esta prática. A abolição do tráfico no Atlântico levaria a um aumento do tráfico ilegal de escravos no Índico. Neste período, os comerciantes de escravos de origem portuguesa, sedeados em Moçambique, e

no Brasil, bem como comerciantes dos Estados Unidos e Cuba tornar-se-iam os principais importadores de mão-de-obra escrava no mercado moçambicano.

No interior, este tráfico parece ter sido controlado pelo povo Makua. A captura dos escravos era feita em áreas próximas à costa, sendo os escravos, posteriormente, encaminhados para os principais portos deste comércio, já referidos acima. Na costa, o negócio de exportação de escravos, era controlado pela comunidade portuguesa na região, incluindo indivíduos de origem portuguesa, indiana e mulata.

Vejamos, agora, em maior detalhe a participação dos vários grupos da população economicamente activa nestas actividades e o tipo de relações laborais em que surgem envolvidos.

Relações Laborais

Como já referimos, as contagens e censos parciais de Moçambique de finais de 1700 e inícios de 1800 só nos fornecem informação detalhada sobre as profissões de uma pequena parte da população economicamente activa. A primeira listagem de profissões conhecida data de 1780 e apenas nos apresenta dados para 219 indivíduos, que na sua maioria pertenciam ao grupo populacional de origem portuguesa, mulata e indiana, o qual representava somente 0.5 a 1% da população economicamente activa (AHU, *Mocambique*, cx. 18; NEWITT, 1973, p. 141).

Muitos destes indivíduos combinavam diferentes actividades incluindo a exploração dos *Prazos* ao longo do vale do Zambeze, o serviço militar e/ou administrativo à Coroa portuguesa, juntamente com o comércio de vários tipos de produtos, bem como o tráfico de escravos. Estes indivíduos surgem, assim, envolvidos simultaneamente em diversos tipos de relações de trabalho. Na qualidade de *Prazeiros*, eles assumiam, por um lado o papel de empregadores, quer de africanos livres (os chamados colonos), a residir e trabalhar nas imediações dos prazos, quer de escravos de sua propriedade, bem como de criados (ver Tabela 11). Por outro lado, enquanto arrendatários da terra, de escravos, do produto da exploração de ambos, e dos lucros obtidos através da sua comercialização, estes indivíduos podem também ser vistos como empresários a título individual trabalhando por conta própria (ver Tabela 11). Além disso, e como já referimos, estas actividades eram desempenhadas em paralelo com a prestação de serviço militar ou administrativo à Coroa portuguesa, pelo qual estes indivíduos recebiam um salário. Tal facto, colocava-os também numa situação de trabalhadores assalariados de uma instituição cuja actividade não se encontrava direccionada para a economia de mercado (ver Tabela 11). Finalmente, muitos destes indivíduos, quer homens quer mulheres (sobretudo viúvas), eram chefes de agregados familiares, em regra alargados, que na época funcionavam como pequenas ou

grandes (no caso dos Prazos) unidades de produção, quer vocacionadas para o consumo interno do agregado, quer para a comercialização. Em qualquer dos casos, os chefes de família surgiam, assim também, como líderes ou chefes de produção dentro do agregado, enquanto os seus cônjuges e descendentes eram, também, na maioria dos casos membros activos na referida produção do agregado familiar (ver Tabela 11).

Tabela 11: Estimativa das Relações de Trabalho da População de Moçambique, cerca de 1800

Relação Laboral	Descrição da Relação Laboral	Percentagem da População
Tipo 1	Indivíduos inaptos para o trabalho ou que não suposto trabalhar, incluindo crianças com idade inferior a 7 anos, idosos com idade superior a 80 anos, e pessoas com deficiência física ou mental	25%
Tipo 2	Indivíduos que vivem de rendimentos	0.5%
Tipo 3	Desempregados	0.5%
Tipos 4+5+10+ 16	Indivíduos que combinam as seguintes actividades: <ul style="list-style-type: none"> • Trabalho para o Agregado familiar, na qualidade de Chefes de produção • Trabalho para o Agregado familiar, na qualidade de Familiares dependentes envolvidos na produção • Trabalho como pagamento de Tributo, enquanto Colonos dependentes de um proprietário de um ou mais <i>Prazos</i> • Trabalho para a economia de mercado enquanto Colonos dependentes de um proprietário de um ou mais <i>Prazos</i> 	1% 4% 10% 50%
Sub-total		65%
Tipo 4+5+11+17	Indivíduos que combinam as seguintes actividades: <ul style="list-style-type: none"> • Trabalho para o Agregado familiar, na qualidade de Chefes de produção • Trabalho para o Agregado familiar, na qualidade de Familiares dependentes envolvidos na produção • Trabalho como pagamento de Tributo, enquanto Escravos de um proprietário em zonas rurais e/ou urbanas • Trabalho para a economia de mercado, enquanto Escravos de um proprietário em zonas rurais e/ou urbanas 	0.5% 0.5% 2% 4%
Sub-total		7%
Tipo 4+5+12+13+18	Indivíduos que combinam as seguintes actividades: <ul style="list-style-type: none"> • Trabalho para o Agregado familiar, na qualidade de Chefes de produção • Trabalho para o Agregado familiar, na qualidade de Familiares dependentes envolvidos na produção • Trabalho por conta própria 	

	<ul style="list-style-type: none"> • Empregadores (de Criados, Colonos e Escravos) • Empregados assalariados de instituições não direccionadas para a economia de mercado, como funcionários do Estado, das Forças Armadas, etc. 	1%
Sub-total		
Tipo 6	Agregado familiar – Criados envolvidos na produção	0.5%
Tipo 7	Agentes redistribuidores	0
Tipo 8	Trabalho como pagamento de Tributo – Trabalhadores forçados	0
Tipo 9	Trabalho como pagamento de Tributo – Trabalhadores contratados-dependentes (do empregador até à data do pagamento da dívida)	0
Tipo 14	Trabalho para a economia de mercado – Empregados assalariados	0.5%
Tipo 15	Trabalho para a economia de mercado – Trabalhadores contratados-dependentes (do empregador até à data do pagamento da dívida)	0%
Total		100%

Observações: Estimativa feita com base em mapas populacionais e estatísticos e inventários de Prazos. AHU, *Moçambique*, documentos vários.

Em contrapartida, as principais actividades económicas da região, como a mineração do ouro, a agricultura, a recolha de produtos silvestres e o transporte eram executadas, como já referimos, pela população africana livre, que constituía a vasta maioria da população economicamente activa. Tal como no caso dos indivíduos de origem portuguesa, mulata e indiana, e aliás como grande parte das sociedades pré-industriais do período moderno, também eles iam desempenhar, em simultâneo, várias actividades económicas surgindo assim envolvidos em diferentes tipos de relações de trabalho.

Na área sob o domínio português, grande parte desta população africana livre vivia e trabalhava ao longo do vale do Zambeze junto aos Prazos (ou nos mesmos), acima referidos. Para obter a protecção do senhor do Prazo, muitos destes africanos iriam-lhe pagar tributo. O pagamento do mesmo podia assumir duas formas: pagamento em dias de trabalho em tarefas específicas ou pagamento em géneros. Era, assim, comum ver os chamados Colonos realizar um vasto número de actividades agrícolas no Prazo, incluindo a produção de milho e açúcar, e a criação de animais de capoeira. Estas tarefas eram regularmente combinadas com a caça ao elefante para obtenção de carne e marfim, produtos que também constavam da lista de tributos exigidos pelos senhores dos prazos, bem como mel, cera, sal, madeira, extraídos directamente da natureza e peixe seco, obtido em pescarias no Zambeze (DIAS, 1954, 245-257; NEWITT, 1995, p. 239). Grande parte do trabalho e dos artigos pagos como tributo ao senhor destinavam-se não ao

consumo interno do Prazo, mas ao abastecimento de pequenos centros urbanos e à exportação através dos portos costeiros. Os produtos obtidos através das actividades agrícolas, a caça, a pesca e a recollecção na savana serviam também para alimentar as aldeias e as famílias dos colonos.

Os colonos africanos surgem, assim, envolvidos em vários tipos de relações de trabalho. Enquanto chefes de aldeias e de famílias, o seu envolvimento na produção de artigos para a subsistência das mesmas deve ser visto como Trabalho para o Agregado familiar, na qualidade de líderes de produção. Os restantes membros dessas aldeias e famílias, quer mulheres, quer outros dependentes aptos para o trabalho devem, por outro lado, ser vistos como familiares dependentes envolvidos na produção de bens para o consumo interno da família ou da aldeia (ver Tabela 11). As relações de trabalho estabelecidas entre o Colono e o Prazeiro enquadram-se noutra tipo de relação laboral, o chamado Trabalho como forma de pagamento de tributo. Nesta categoria, o tributo do Colono assumia como vimos acima duas formas: trabalho e produtos. Assim, o Colono tinha em simultâneo uma relação de dependência face ao Senhor que o obrigava a trabalhar a sua terra, bem como uma obrigação de pagamento de uma espécie de imposto em géneros, que se destinava maioritariamente a economia de mercado (ver Tabela 11).

No que respeita à população escrava, podemos distinguir três categorias principais de escravos com papéis diferentes na economia local, regional e internacional: os escravos urbanos, os escravos para exportação e os escravos rurais. Nas cidades portuguesas, nas fortalezas e nas frotas de Moçambique e da Carreira da Índia, os dois primeiros grupos eram uma presença constante desde o século XVI, quer em trânsito, quer na qualidade de trabalhadores. No último caso, eles realizaram uma ampla variedade de tarefas associadas à vida diária nesses espaços, incluindo os serviços domésticos, a venda ambulante de produtos, trabalhos artesanais, etc., tal como acontecia em Lisboa, Luanda, Bahia e Goa. Estes seriam, muitas vezes, considerados como escravos urbanos e qualificados. Os escravos rurais formavam um outro grupo importante e, certamente, mais numeroso. A sua maioria vivia e trabalhava nos Prazos do Zambeze ou nas aldeias vizinhas sob a jurisdição do Prazeiro.

Muitos desses escravos haviam sido agregados ao Prazo e ao seu proprietário através de um “um sistema de obrigações recíprocas”. Neste sentido, a relação entre o mestre e escravo aproximava-se mais do clientelismo e da dependência feudal do que das formas de escravidão que se desenvolveram nas Américas. Na maioria dos casos, estes escravos viviam em aldeias próprias, sujeitas à jurisdição do Prazeiro, onde tinham as suas famílias e, em paralelo, com as tarefas que desempenhavam para o seu Senhor, desenvolviam actividades várias para garantir a sua subsistência. Com o decorrer do tempo, este tipo de escravos tornar-se-ia conhecido como Chicunda e seria empregado pelos seus senhores na recolha de tributos dos colonos, em missões diplomáticas, na defesa do Prazo e regiões dependentes, bem como na

realização de expedições comerciais, em nome do Prazeiro. O Chicunda ou Achicunda constituía, na verdade, a maioria dos escravos nos Prazos (DIAS, 1956, p. 342-357; AHU, *Mocambique*, cx. 56, doc. 3, cx. 17, doc. 73; RODRIGUES, 2002, p. 641-642).

Os restantes escravos a residir no Prazo ou na sua dependência também desempenhavam uma grande variedade de funções. Por exemplo, “os Prazos dos Jesuítas empregavam cozinheiros, padeiros, barbeiros, alfaiates, pedreiros, lavadeiras, pescadores, costureiras, carpinteiros, lavradores, ferreiros, construtores de barcos, e mineiros de ouro, bem como escravos domésticos” (NEWITT, 1995, p. 241).

Existem, porém, algumas distinções no tipo de actividades realizadas por escravos do sexo masculino e feminino. A maioria das escravas dedicava-se à agricultura e à mineração. Estas duas actividades mantinham ocupada mais de 85% da população activa feminina escrava em vários dos Prazos estudados (DIAS, 1956, p. 342-357; AHU, *Mocambique*, cx. 56, doc. 3, cx. 17, doc. 73; RODRIGUES, 2002, p. 641-642). Na verdade, de acordo com vários relatos de viagem e relatórios oficiais da época, os mineiros eram geralmente mulheres (NEWITT, 1995, p. 209).

Tal como os colonos africanos, os escravos surgem, assim, também envolvidos em vários tipos de relações de trabalho. Enquanto chefes de aldeias e de famílias (no caso dos Chicunda), eles surgiam envolvidos na produção de artigos ao nível da aldeia e da família para a subsistência das mesmas. Nesta qualidade, eles chefiavam, muitas vezes, o trabalho desenvolvido na aldeia e no seio do Agregado familiar. Os restantes escravos dessas aldeias e famílias, quer mulheres, quer outros dependentes aptos para o trabalho também contribuíam para a produção de bens para o consumo interno, surgindo assim como familiares dependentes envolvidos na produção dos agregados familiares e das aldeias (ver Tabela 11).

Por outro lado, as relações de trabalho estabelecidas entre o senhor do Prazo e o Escravo enquadram-se noutra tipo de relação laboral, o chamado Trabalho como forma de pagamento de tributo. Nesta categoria, há, porém, uma importante distinção a ser feita. Por um lado, o escravo tinha uma relação de dependência e obrigação face ao Senhor que detinha o direito de o vender bem como de o obrigar a trabalhar. Porém, uma parte significativa das actividades desenvolvidas pelos escravos nas zonas ruais estava orientada para a produção de bens destinados a economia de mercado (ver Tabela 11).

Conclusão

Com base na consulta e análise de múltiplas fontes primárias foi-nos possível apresentar neste estudo uma estimativa preliminar da população do território de Moçambique sob o domínio da Coroa Portuguesa, cerca de 1800, bem como da sua economia e principais relações de trabalho.

Na transição do século XVIII para a centúria seguinte, essa população rondaria cerca de meio milhão de habitantes e a sua população economicamente activa totalizaria cerca de 300.000 a 400.000 indivíduos, na sua maioria africanos livres (ver Tabelas 10a e 10b). Essa população africana livre dedicava-se à agricultura, à mineração, à recollecção, à caça e à pesca, num regime de dependência de grandes senhores da terra – um regime que obrigava o africano livre a pagar tributo ao senhor da terra em troca de protecção, sob a forma de trabalho e bens destinados maioritariamente à comercialização. Os africanos escravizados constituíam apenas cerca de 10% da população, e embora o seu estatuto jurídico fosse completamente distinto do colono, o tipo de actividades desempenhadas era bastante idêntico (ver Tabelas 10a e 10b). Tal como o colono, a maior parte do trabalho escravo destinava-se também a produção de bens para o abastecimento dos mercados locais, regionais e internacionais. Na verdade, o próprio escravo era, em muitos casos, visto como uma “mercadoria” para esses mercados. A população de origem portuguesa, afro-portuguesa e indiana, embora fosse o grupo populacional menos numeroso da colónia (ver Tabelas 10a e 10b), controlava uma parte substancial das actividades económicas, na qualidade de senhores da terra e de escravos, empregadores de criados e de colonos dependentes, bem como enquanto grandes homens de negócio, e detentores de postos na administração local da Coroa portuguesa e na defesa do território.

Perante estes dados, o desafio que se apresenta agora ao investigador é comparar os tipos de relações laborais dominantes no espaço controlado pelos portugueses com aquelas existente no seio das sociedades e economias africanas apenas marginalmente influenciadas e afectadas pela presença portuguesa até ao final do século XIX. Esta será uma questão que procuraremos dar resposta com a nossa futura pesquisa.

Referências bibliográficas

- ALLEN, Richard B. *Slaves, freedmen, and indentured laborers in colonial Mauritius*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.
- ALLINA-PISANO, Eric. ‘Fallacious Mirrors’: Colonial Anxiety and Images of African Labor in Mozambique, ca. 1929. *History in Africa*, v. 24, 1997.
- . *Slavery by any Other Name: African Life under Company Rule in Colonial Mozambique*. Charlottesville: University of Virginia Press, 2012.
- ALPERS, Edward A. *Ivory and Slaves in East Central Africa: Changing Pattern of International Trade in East Central Africa to the Later Nineteenth Century*. Berkeley: University of California Press, 1975.
- CAPELA, José. *O tráfico de escravos de Moçambique para as ilhas do Índico, 1720-1902*. Maputo: Núcleo Editorial da Universidade Eduardo Mondlane, 1987.

- . *O escravismo colonial em Moçambique*. Porto: Afrontamento, 1993.
- . *Donas, senhores e escravos*. Porto: Afrontamento, 1995.
- . *O tráfico de escravos nos portos de Moçambique: 1700-1904*. Porto: Afrontamento, 2002.
- DIAS, Jorge. *Minorias étnicas nas Províncias Ultramarinas*. Lisboa: Centro de Estudos Políticos e Sociais, 1956.
- DIAS, Luiz Fernando de Carvalho. *Fontes para a História, Geografia e Comércio de Moçambique: Século XVIII*. Lisboa: Junta das Missões Geográficas e de Investigações do Ultramar, 1954.
- HOPPE, Fritz. *A África Oriental Portuguesa no tempo do marquês de Pombal, 1750-1777*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1970.
- ISAACMAN, Allen. *Mozambique: The Africanization of a European Institution: The Zambezi Prazos, 1750-1902*. Wisconsin: Wisconsin University Press, 1972.
- MACHADO, Pedro. *Gujarati Indian merchant networks in Mozambique, 1777-c.1830*. Londres: Tese de Doutorado, University of London, 2005.
- . *A Forgotten Corner of the Western Indian Ocean: Gujarati Merchants, Portuguese India and the Mozambique Slave Trade, c.1730-1830. Slavery and Abolition*, v. 24, n.º 2, 2003.
- MADDISON, Angus. *The World Economy: Historical Statistics*. Paris: OECD, 2004, 2 vols.
- MANNING, Patrick. African Population: Projections, 1850-1960. In: ITTMANN, Karl; CORDELL, Dennis D.; MADDOX, Gregory H. (Eds.). *The Demographics of Empire: The Colonial Order and the Creation of Knowledge in Africa*. Athens, Ohio: Ohio University Press, 2010.
- MCEVEDY, Colin; JONES, Richard. *Atlas of World Population History*. Londres: Penguim, 1978.
- MIRANDA, António Pinto de. *Memória da África oriental e da monarquia africana*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1911.
- NEWITT, Malyn. *A history of Mozambique*. Bloomington: Indiana University Press, 1995.
- . *Portuguese settlement on the Zambesi: exploration, land tenure and colonial rule in East Africa*. Londres: Longman, 1973.
- RIVARA, Joaquim Heliodoro da Cunha & Pereira, A. B. de Braganca. *Arquivo português oriental*. Bastorá, Índia Portuguesa: Tip. Rangel, 1936-1940.
- RODRIGUES, EUGÉNIA. *Portugueses e Africanos nos Rios de Sena. Os Prazos da Coroa nos Séculos XVII e XVIII*. Lisboa: Dissertação de doutorado em História, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 2002.
- TRUÃO, António Norberto de Barbosa Vilas Boas. *Estatísticas da capitania dos rios de Senna do ano de 1806*. Lisboa: Ministério dos Negócios da Marinha e Ultramar, 1889.
- WAGNER, Ana Paula. *População no Império Português: Recenseamentos na África Oriental Portuguesa na segunda metade do século XVIII*. Curitiba: Tese de doutorado, Universidade Federal do Paraná, 2009.

Demografia e relações laborais em Angola c.1800: um ensaio metodológico

Jelmer Vos & Paulo Teodoro de Matos

Este artigo visa analisar as relações laborais em Angola, em 1800, com base num conjunto de mapas estatísticos de população produzidos nas primeiras décadas do século XIX. Apesar das limitações inerentes à estatística demográfica elaborada no contexto colonial português oitocentista os dados permitem avançar para um primeiro retrato acerca das actividades económicas e das relações laborais em Angola. A proposta deste artigo é a de apresentar dados quantitativos quer no âmbito da demografia, quer das relações laborais a partir de informação produzida pelas autoridades locais e não apenas baseados em projecções retrospectivas.

No início da sua carreira o historiador John Thornton (1977; 1980) fez uso dos registos paroquiais de baptismo e de numeramentos da população para diversos estudos sobre o crescimento da população no reino de Congo e Angola durante os séculos XVII e XVIII. Posteriormente Heywood e Thornton (1988) viriam a publicar um estudo acerca das densidades populacionais de Angola central durante o século XIX tendo por base listas fiscais africanas. Curto (1999) e Curto e Gervais (2001) também se debruçaram sobre a história da população de Luanda tendo como bases os mesmos materiais que suportam este estudo. Apesar destes importantes estudos os historiadores do passado angolano antes da época colonial moderna ainda não produziram uma estimativa acerca do volume da população total, sua composição e estrutura, assim como das suas actividades económicas e relações laborais, parâmetros estes fundamentais para o *Global Collaboratory*. Tendo em conta a informação disponível não causa surpresa a relutância destes

investigadores em produzir estatísticas para o actual território angolano. Além do mais a tentativa de retratar a história demográfica e económica de Angola oitocentista usando as fronteiras do estado angolano atual acarreta algum anacronismo, uma vez que este espaço foi construído no início do século XX a partir de várias entidades políticas independentes com realidades sócio-económicas muito diferentes entre si.

Contudo, neste artigo partimos do princípio que é possível avançar uma estimativa relativamente fiável acerca da população de Angola e sua estrutura demográfica tendo por base um conjunto documental de mapas estatísticos da população produzidos entre 1777 e 1820. Estes numeramentos da população foram executados em zonas sobre o controlo nominal das autoridades portuguesas – os chamados presídios – cobrindo uma parcela do actual território de Angola. Do ponto de vista demográfico e económico os presídios diferiam das sociedades africanas locais fora desta esfera administrativa, pelo que a extrapolação dos dados não é sempre possível. Contudo é importante destacar a sólida base de trabalho possibilitada por estes mapas para a secção de 1800 acerca da dimensão, composição e vida económica da população “angolana.” Consequentemente estamos na posse de dados mais robustos do que as simples projecções retrospectivas.

Neste artigo tentaremos em primeiro lugar descrever o contexto histórico de produção dos mapas estatísticos da população no império português e de Angola em particular e de como estes mapas foram estruturados. Seguidamente debruçamo-nos sobre as limitações metodológicas geradas por estas estatísticas, algumas delas bem conhecidas pelos seus produtores, assim como os seus resultados mais relevantes. Numa segunda fase movemo-nos da amostra para a construção de estimativas sócio-demográficas de Angola em 1800, de modo a serem disponibilizadas nas futuras bases de dados do *Global Collaboratory* e do Projecto *Relações Laborais em Portugal e no Mundo Lusófono: continuidade e mudança, 1800-2000*. Começaremos por considerar os indicadores demográficos base para nos dedicarmos seguidamente às principais actividades económicas e, por fim, às relações laborais. O objectivo central será questionar até que ponto este conjunto documental ímpar disponível para 1800 poderá ser utilizado para um ambicioso projecto como o *Global Collaboratory*.

O contexto de produção de fontes e sua estrutura

Desde sensivelmente meados do século XVIII um novo conjunto documental começa lentamente a surgir na administração ultramarina portuguesa. Tratam-se dos “mapas estatísticos da população,” de periodicidade anual, cuja elaboração fora incumbida aos diversos governadores das possessões portu-

guesas na sequência de diversas determinações régias. A confeção destes quadros gerais da população, posteriormente remetidos ao Conselho Ultramarino, em Lisboa, exigia um significativo esforço burocrático da parte das estruturas político-administrativas do século XVIII. Para a execução dos *mapas* era convocada principalmente a Igreja e o Exército os quais, através dos párocos e capitães de ordenanças, forneciam às entidades civis as listas nominativas dos habitantes e os quadros primários com o número de habitantes. Este intrincado processo envolvia diversas entidades e agentes, até à formulação de um “mapa geral” da responsabilidade de cada um dos presídios angolanos.

Entre 1750 e 1797 assiste-se à construção e consolidação de um sistema de estatística demográfica para os domínios ultramarinos. Aos numeramentos de carácter episódico começam a seguir-se séries de mapas estatísticos coligidos a partir da década de 1760. Finalmente pelo Aviso de 21.5.1776 viria-se finalmente consagrar a obrigatoriedade da execução destes mapas para cada um dos territórios ultramarino (ALDEN, 1963, p. 177-80; WAGNER, 2009, p. 1-3; MATOS, 2013). Sucederam-se várias outras orientações, em especial as emanadas em 1796-1797, que vieram desenvolver as categorias censitárias do diploma de 1776.

Em Angola, à semelhança de outros domínios, as ordens régias relativas à execução dos mapas de população são transmitidas ao novo governador por meio de *Instruções*. É assim que António de Lencastre, investido nas funções de governador do reino de Angola em 1772, apresenta no ano seguinte o mapa dos habitantes da cidade de Luanda, o primeiro numeramento existente para a colónia. O documento incluía informação sobre os brancos, mulatos e pretos (livres e escravos), mulheres livres e escravas (brancas, mulatas e pretas), entre outras informações (CURTO & GERVAIS, 2001, p. 16.)

Os primeiros e únicos censos extensivos ao reino de Angola enquanto unidade territorial datam, porém, de 1777 e 1778, em cumprimento da ordem régia de 21.5.1776, aí se numerando os livres e escravos.¹ Thornton dedicou a este censo um estudo exploratório onde fez notar a extrema dificuldade das autoridades em realizar este cômputo. Na realidade, muitos sobas recusaram-se a colaborar para o que poderá ter contribuído a tradicional resistência das populações, temendo os recrutamentos militares e obrigações fiscais (THORNTON, 1980, p. 417-21).² É possível que outros censos tenham sido levados a cabo como se depreende das *Instruções* dadas ao governador de Angola, José Gonçalo da Câmara; no entanto não há deles notícia até agora nos arquivos portugueses e angolanos.

¹ Arquivo Histórico Ultramarino (doravante AHU), Angola, caixa 61, documento 81.

² Idem. Os sobas são as autoridades locais que prestavam vassalagem ao rei de Portugal.

Apesar das várias diligências da coroa no âmbito da estatística da população, só a partir de 1797 se dispõe de uma série praticamente ininterrupta para cada um dos *presídios* de Angola. Em 14.09.1796 uma ordem dirigida ao governador de Angola passava a exigir o levantamento anual da população de todos os presídios. O diploma solicitava, ainda, informação bastante minuciosa sobre eclesiásticos, homens e mulheres (brancos, pretos e mulatos), condição (livres ou escravos), estado civil e grupo etário (0-7, 7-14, 14-25 e 25+ para ambos os sexos). As tabelas deveriam, ainda, conter dados sobre as profissões, entradas e saídas de habitantes durante o ano civil e os nascimentos e óbitos. Como resultado desta diligência subsistem mapas dos diversos presídios de Angola em série praticamente contínua desde 1797 segundo esta estrutura (CURTO & GERVAIS, 2001).

No contexto das estatísticas demográficas do império português os *mapas* de Angola revelam características únicas. Por um lado os habitantes de ambos os sexos passam a ser representados pelas mesmas classes etárias; por outro o estado civil é anotado. No entanto a principal novidade estava nos movimentos da população que passam a integrar as entradas e saídas, possibilitando o cálculo do crescimento natural e migratório. Uma outra tipologia de mapas estatísticos começa a surgir a partir de 1798. Esta decorre do diploma régio de 6.12.1797 pelo qual se ordenava aos governadores o envio de oito mapas, três dos quais relativos à população³. O primeiro relacionava-se com o estado da população. A informação era idêntica ao do diploma de 1796, mas com uma importante inovação, pois os grupos de idade passam a ser regulares: 0-5, 5-10, 10-20, ... 100+. O formulário nº 2 solicitava a distribuição dos efectivos masculinos por profissões e o jornal diário de artífices e agricultores. Os movimentos, descritos no formulário nº 3, incorporavam significativas melhorias. Requeriam-se os nascimentos por sexo das crianças vivas, mortas e gémeas. Nos óbitos, também desagregados quanto ao género, deveriam discriminar-se os escalões etários (0-1, 1-5, 5-10, ... 100+), o mesmo sucedendo com os casamentos. Finalmente, requeria-se um mapa acerca das causas mortalidade, classificadas em *naturais* e *acidentais*.

A ordem de 6.12.1797 marcava um novo paradigma na estatística demográfica do ultramar português, embora seja importante referir que os mapas formulados segundo esta directriz apenas respeitem a Benguela.⁴ Com efeito o sucesso desta iniciativa parece ter sido muito limitado, em parte devido à grande complexidade na reunião dos dados. É neste quadro que o governador

³ AHU, Conselho Ultramarino, códice 579, fl. 193v. (ordem expedida ao governador de Benguela). Esta ordem menciona os “índios aldeados,” certamente por se tratar de uma cópia expedida para as diversas capitanias do Brasil.

⁴ AHU, Angola, cx. 89, doc. 88 (Benguela, 1798).

de Angola, Miguel António de Melo informa, em 1800, não ser exequível a elaboração de tais mapas para o reino de Angola. A este respeito as informações de Miguel António de Melo são importantes para compreender as limitações das autoridades neste âmbito. Segundo este apenas nas cidades de Luanda e Benguela seria possível ordenar com exactidão os mapas “porque as paróquias do sertão pela maior parte não têm párocos e são tão extensas como o território de cada huma equivale a hum bispado de Portugal.”⁵ Esta limitação era, naturalmente, extensível à contabilização dos movimentos naturais, designadamente os baptismos e óbitos. Assim, excluindo-se as cidades de Luanda e São Filipe de Benguela, dizia o governador que “ainda limitando as notícias do mapa às nossas povoações elas são impraticáveis de adquirir porque não há professores e porque os párocos que enterrão os mortos são taes que por mais que se lhes peça averiguem e digam, nada fazem.”⁶

Por consequência as dificuldades de implementação deste modelo estatístico ditaram a manutenção das categorias censitárias determinadas pelo diploma de 14.09.1796. O investigador interessado no estudo da demografia e relações de trabalho de Angola em inícios do século XIX tem, por isso, ao seu dispor um extenso *corpus* de mapas estatísticos elaborados para cada um dos *presídios* e *distritos* do território. São conhecidas séries de mapas para 1797, 1800, 1804-1807, 1810 e 1819-1830 permitindo acompanhar com alguma profundidade os principais vectores dos padrões demográficos e de algumas relações laborais. O facto de estarmos perante uma única matriz de mapas (excluindo as cidades de Luanda e Benguela) potencia a comparabilidade da informação para cada uma das unidades territoriais.

Questões de método e resultados

O principal obstáculo da informação disponível nos *mapas da população* assenta na sua representatividade. Para além de uma ocupação humana essencialmente circunscrita às áreas costeiras e de alguns rios, a própria representação estatística dos súbditos confina-se essencialmente às zonas centrais e militarmente controladas de cada um dos presídios. Esta é, aliás, uma realidade muito importante a ter em conta na interpretação das estatísticas e da qual os próprios governadores reiteradamente anotaram nos seus ofícios. Em 1800 o governador de Angola comentou: “Quanto à exactidão [dos dados] dos presídios não me atrevo a aboná-la porque claramente vejo

⁵ AHU, Angola, cx. 95, doc. 42 (“Observações sobre os mapas que com o aviso de 21.10.1797 foram remetidos para servirem de modelo para as notícias actuais do estado da povoação e agricultura e comercio deste Reino,” 14.04.1800).

⁶ Idem.

em alguns [presídios] como nos de Caconda ou Encoge erros palpáveis [...] porque eles [padres e militares] são homens que pecam por ignorância e com taes gentes, diga-me Va. Exa., que quer que eu faça?”⁷ Alguns anos depois, em 1805, o dignatário angolano insistia que estes mapas eram elaborados por “aproximação” pelos regentes, contemplando apenas os indivíduos residentes dentro dos presídios ou no alcance imediato da sua artilharia.⁸

A larga maioria da população angolana encontrava-se na tutela dos *sobas* ou *dembos*, as autoridades regionais tradicionais, teoricamente “vassallos.” Estes deveriam comunicar aos capitães dos presídios acerca do número total dos seus dependentes mas, como advertia o governador, eles tendiam a ignorar a população sob a sua jurisdição e, conseqüentemente, a sub-estimá-la.⁹ Este tipo de ocorrências eram, inclusivamente, detectados pelos próprios capitães. Assim, em 1800, o capitão de Massangano referia “ainda que se anotem 31 sovas vassallos, não é porque na realidade o sejam mais do que 3 ou 4.”¹⁰ Também em 1820 o capitão de Caconda advertia que “o número dos sobas vassallos mostra os que o devem ser, mas na prática são muito poucos os que prestão alguma vassalagem quando antigamente todos as cumpriam.”¹¹

Outra dificuldade recorrente reside no desigual conhecimento dos grupos sociais pelas autoridades. Os mapas incluem as categorias de “brancos, pretos e mulatos” dentro das quais se especificam os grupos etários, condição civil, naturalidade, etc. Ao contrário da população branca, certamente bem contabilizada, a informação apresenta naturais falhas para os escravos. Apesar de ser passível o cômputo grosseiro deste grupo nem sempre se conhecia a sua estrutura etária e comportamentos demográficos (baptismos e óbitos). Em alguns casos o total da população escrava não corresponde ao total do somatório das idades, certamente por não ser possível recolher essa informação. Tal aconteceu, por exemplo, no presídio de Pedras de Pungo onde se observa que “os escravos não entram com idade por se não poder saber, por serem a maior parte comprados no sertão e aos nascidos neste presídio não se formar assento.”¹²

No que respeita à informação disponível para as profissões é necessário frisar que esta respeita aos cargos militares, eclesiásticos, funcionários régios

⁷ AHU, Angola, cx. 95, doc. 42.

⁸ AHU, Angola, cx. 112, doc. 47.

⁹ Idem.

¹⁰ AHU, Angola, cx. 93A, doc. 55 (Observação aposta no mapa estatístico de Massangano, 1799).

¹¹ AHU, Angola, cx. 138, doc. 52 (Observação aposta no mapa estatístico de Caconda, 1820).

¹² AHU, Angola, cx. 93A, doc. 55 (Observação aposta no mapa estatístico de Novo Redondo, 1799).

e as “artes e mesteres.” Para o período em estudo estes dados são muito relevantes mas, naturalmente, omitem os agricultores, pescadores, comerciantes, e outras ocupações que correspondiam à esmagadora maioria da população laboral angolana. A maior dificuldade – e seguidamente a ser aqui discutida – resulta em saber até que ponto se poderá extrapolar esta informação para a totalidade do território.

Não é tarefa fácil discutir a qualidade dos dados em questão. Tratam-se aqui de populações não estáveis, com um peso significativo da população escrava, sempre difícil de contabilizar. Deixando, por ora, as questões de representatividade é importante aquilatar a robustez desta informação tendo em conta: i) a consistência do volume da população; ii) a percentagem dos grupos sociais: brancos, negros (livres/escravos) e pardos (livres/escravos); e iii) a distribuição percentual da população (e grupos sociais) por classes etárias.

i. Para a secção de 1800 foram considerados os dados do censo de 1777, para os presídios de Ambaca, Caconda, Cambambe, Encoge, Massangano, Muxima, Novo Redondo e Pedras de Pungo para 1 de Janeiro de 1800 e os relativos a Benguela (1804), Dande (1797), Golungo (1805), Icolo e Bengo (1805) e Luanda (1799), apresentando no seu conjunto um total de 162.961 efectivos (Tabela 1). Numa perspectiva de média duração é importante notar que este valor é substancialmente inferior aos 474.117 indivíduos contabilizados no censo de 1777, teoricamente elaborado ao nível de todo o reino e com o auxílio dos sobas. No entanto como nota John Thornton (1980) os valores do censo de 1777 não oferecem garantias quanto à cobertura territorial, sendo este o produto de diversas estimativas. Aliás, para cerca de 1850, Lopes de Lima (1846) computa a população de Angola em 386.643 indivíduos, admitindo que esse valor pudesse ultrapassar largamente os 400.000 efectivos. Ora o que aqui importa reflectir independentemente do próprio crescimento populacional será, antes de mais, a noção de Angola enquanto unidade geográfica na perspectiva das autoridades portuguesas em inícios e meados do século XIX.

Para a produção de uma estimativa para 1800 optou-se em primeiro lugar pela utilização dos mapas existentes para cada presídio (1797-1805), quer pela riqueza da sua informação, quer por os podermos inserir numa série contínua de estatísticas e assim controlar a sua qualidade. Além disso, o carácter regular desta informação demográfica demonstra que esta decorre de um processo burocratizado na administração e, por esta razão, tendente a uma gradual qualidade. Conforme a Tabela 1, o confronto da população entre 1800 e 1820 mostra não existir uma significativa discrepância do número global de efectivos, atestando alguma qualidade dos dados. Com efeito, o facto do total dos habitantes ser superior em 1800 resulta essencialmente da grande diminuição da população Golungo, certamente por em 1820 não se terem incluído vários sobas vassallos. Por outro lado são manti-

das as divisões administrativas – com excepção do Novo Redondo – que corrobora a coerência interna dos dados.

Existem, contudo, algumas observações importantes acerca dos dados originais, quer para os de 1800, quer para os relativos a 1820. Detectam-se diferenças entre os somatórios por idades, estado civil, naturalidade e condição civil (livres/escravos) as quais, em alguns casos, ultrapassam os 20%, sendo que o total da população por condição civil é sempre superior. Isto levou-nos a considerar este último resultado como o mais correcto. Esta realidade sugere que as autoridades tendiam a ter um conhecimento mais concreto do volume da população do que das suas características em termos de estrutura etária e civil; isto é particularmente visível para a população escrava, onde a subavaliação é superior. De um modo geral procederam-se a correcções ligeiras de valores tendo em conta os erros declarados nas fontes que, no geral, ascendem a menos de 7% do valor original.¹³

Tabela 1. População de Angola por distritos e presídios em 1800 e 1820.

Ano	Efectivos	Taxa de crescimento	
1801	3 115 330		0,57
1820	3 352 180	0,39	
1841	3 737 103	0,46	
1850	3 809 775	0,21	
1864	4 286 995	4,68	
1878	4 698 984	0,66	
1890	5 102 891	0,64	
1900	5 446 760	0,65	
1911	5 960 056	0,82	0,81
1920	6 032 991	0,14	
1930	6 825 883	1,24	
1940	7 722 152	1,24	
1950	8 441 312	0,89	
1960	8 851 289	0,48	
1970	8 663 252	-0,21	0,35
1981	9 833 014	1,24	
1991	9 862 540	0,03	
2001	10 356 117	0,49	
2011	10 562 178	0,20	

¹³ Excepcione-se o presídio de Encoge para o qual se registou um largo predomínio de mulheres. Os valores foram corrigidos de acordo com os dados de 1820 onde esta sub-avaliação não existia. Em Pedras de Pungo ocorreu um erro significativo na soma dos totais (978 indivíduos na fonte, tendo sido apurado um total final de 2317).

ii. A análise comparada dos grupos sociais através dos censos de 1777, 1800, 1820 e 1850 revela algumas discrepâncias no peso da população escrava, principalmente nos extremos da observação com 9% em 1777 e 22.4% em 1850. Contudo, as principais linhas de força são mantidas através dos tempos. Assim, é esmagadora a presença dos negros (94-99%) e diminuta a presença dos brancos (0,4%) e pardos (1,8%) conforme a Tabela 2.

Tabela 2. Grupos sociais e população escrava em Angola, 1777, 1800, 1820 e 1850 (% da população total)¹⁴

Grupo	1777	1800	1820	1850
Branco	0,3	0,5	0,3	0,5
Pardos livres	0,8	1,2	3,2	1,5
Pretos livres	89,9	81,6	79,8	75,6
Pardos escravos	0,1	0,1	2,9	0
Pretos escravos	8,9	16,6	13,8	22,4
Nº observações	474,117	162,961	161,432	386,525
Branco	0,3	0,5	0,3	0,5
Pardos	0,9	1,4	6,1	1,5
Pretos	98,8	98,2	93,6	98
População livre	91	83,3	[83.3]	77,6
População escrava	9	16,7	[16.7]	22,4

iii. Não é possível comparar em absoluto as estruturas etárias de 1777 com as de 1797-1805 na medida em que os grupos etários são desiguais. Por outro lado, em 1797-1805, os dados relativos à estrutura por idades excluem diversos escravos “pretos”. A análise comparativa da repartição etária entre sexos sugere diferenças assinaláveis nos vários grupos, em particular no dos 0-7 anos. Assim os homens deste grupo representam 15.4% da população masculina, mas as mulheres apenas 7,6%. Não subsistem, por isso, grandes dúvidas acerca da forte sub-representação deste grupo etário para o sexo feminino (Tabela 3).

Tendo em conta os dados do censo de 1777 verifica-se que os homens entre os 0-7 anos representavam 19,3%, enquanto as mulheres ascendiam a 18,6%. Esses valores são perfeitamente compatíveis com a realidade demográfica das populações de Antigo Regime e aproximam-se dos indicadores de estrutura obtidos para outras sociedades do ultramar português, designadamente Açores e Goa. Neste sentido optou-se por corrigir a estrutura etária de 1797-1805 tendo presente os coeficientes de 1777 para o grupo dos 0-7 anos, quer para os rapazes, quer para as raparigas.

¹⁴ Os dados respeitantes a 1800 correspondem aos valores originais da fonte.

Tabela 3. Estruturas etárias em Angola, 1797-1805
(valores não corrigidos)

Índices	1878	1890	1900	1911	1920	1930	1940
% Jovens	33,8	33,2	33,8	34,4	32,8	32,0	32,1
% Potenc. Activos	61,5	60,8	60,5	59,7	61,3	61,8	61,5
% Idosos	4,7	6,0	5,7	5,9	5,9	6,2	6,5
Índice de juventude	713,9	553,2	589,4	583,5	552,9	514,2	495,3
Ind. Dependência de Jovens	54,9	55,6	55,8	57,7	53,5	51,7	52,2
Ind. Dependência de Idosos	7,7	9,9	9,5	9,9	9,7	10,1	10,5
Ind. Dependência Total	62,4	64,4	65,3	67,6	63,1	61,8	62,7
	1950	1960	1970	1981	1991	2001	2011
% Jovens	29,5	29,2	28,5	25,5	20,0	16,0	14,9
% Potenc. Activos	63,5	62,9	61,9	63,0	66,4	67,5	66,1
% Idosos	7,0	8,0	9,7	11,4	13,6	16,4	19,0
Índice de juventude	422,1	365,8	287,5	222,9	146,9	97,8	78,2
Ind. Dependência de Jovens	46,0	46,4	46,2	40,5	30,1	23,6	22,5
Ind. Dependência de Idosos	10,9	12,7	16,1	18,2	20,5	24,2	28,8
Ind. Dependência Total	57,0	59,0	62,3	58,6	50,6	47,8	51,3

Dos dados parcelares para os dados globais

A informação censitária para o período de 1800 apenas abrange uma pequena fracção do território que nos inícios do século XX viria a constituir o actual estado de Angola. Como se salientou anteriormente os dados referem-se apenas aos indivíduos residentes na área controlada pela administração portuguesa, o que seria inferior a 10% do total de habitantes no espaço demarcado pelas atuais fronteiras de Angola. Ainda assim algumas das características demográficas deste pequeno universo podem ser projectadas para um cenário mais amplo. Outros indicadores demográficos são peculiares no contexto colonial e por isso não susceptíveis de extrapolação, embora por vezes tais dados possam ser utilizados como números absolutos.

Em termos concretos optou-se por aceitar a idade e género das amostras estatísticas (os mapas dos presídios de 1797-1805) como representativos da população angolana em geral. Neste raciocínio admite-se que 48% da população africana em 1800 era masculina e 52% feminina. Como iremos verificar de seguida estes rácios são importantes para a determinação da força laboral específica de determinados sectores económicos, já que homens e mulheres desempenhavam funções diferentes na sociedade. De forma a calibrar a estrutura etária de 1800 com os censos de meados do século XX foi recalculado o peso do grupo dos supostos “inactivos” de idade menor (0-9 anos). Para se apurar este grupo dividiu-se a população de 8 a 14 anos (grupo

7-14) por 7 para se atingir a população com 8 e 9 anos. O resultado mostramos que este grupo de 0-9 anos compreendia 22% da população.¹⁵

Como números absolutos para a população residente no actual território de Angola em 1800 relativamente à etnicidade (população branca, mulata e escrava) aceitaram-se os totais avançados pelos mapas estatísticos. Assim, assume-se que o número de mulatos e de indivíduos legalmente escravizados residindo fora do controle colonial português seria pouco significativo. Especialmente no que se refere à população escrava este pressuposto requer uma explicação, também porque a forma de contar a população escrava tem implicações directas para o estudo das relações de trabalho. Os 27.194 escravos incluídos nos mapas de 1800 respeitam africanos escravizados dentro do quadro normativo europeu; o seu estatuto de escravos era, consequentemente, legal. Constituíam-se por isso como propriedade particular dos seus senhores que dispunham do direito de usar a sua força de trabalho ou de os vender. Este tipo de escravatura assumia-se, naturalmente, como o oposto ou seja, a negação da liberdade. Nas sociedades africanas fora do domínio português também existiam escravos. No entanto o seu estatuto era pouco definido sob o ponto de vista jurídico. Usualmente estes escravos integravam-se como membros das comunidades onde residiam, desenvolvendo aí as mesmas actividades económicas do que os membros livres dessas mesmas comunidades. Por outras palavras os escravos eram pertença de um grupo de parentesco não se constituindo, por isso, como um estrato social homogéneo (KOPYTOFF & MIERS, 1977). Na maior parte das sociedades africanas não existia somente uma designação para uma pessoa escravizada. A forma como o “escravo” era designado indicava a forma como este ou seus ascendentes haviam sido tirados das suas famílias biológicas, por exemplo através da compra, captura, ou como simples garantia de pagamento. E, uma vez pertencentes a um novo grupo familiar, os escravos não eram considerados como propriedade no sentido como a administração portuguesa entendia.

Para o cálculo da estimativa global da população angolana servimo-nos das taxas de crescimento de Angola para 1850-1950 propostas por Patrick Manning e posteriormente revistas pelo mesmo. Concordando com o autor entendemos que no decurso do tráfico atlântico de escravos as populações abrangidas por este comércio poderão não ter crescido. (MANNING, 2010).¹⁶

¹⁵ Em termos comparativos tomando-se como consideração uma amostra de âmbito nacional realizada em 1914 (DINIZ 1915), 45% da população angolana era masculina, enquanto em finais do século XX a percentagem ascendia a 51. Na estimativa de 1914 cerca de 26% da população tinha idades compreendidas entre 0 e 9, rácio este que subiu ainda mais no decurso do século.

¹⁶ Para as estimativas de Manning acerca do crescimento da população de Angola, veja-se <http://www.dataverse.pitt.edu/archive/users.php>.

Apesar disto a estimativa de Manning foi revista numa das suas componentes. Em vez de se aceitar o valor global de 2,9 milhões de indivíduos para 1900 usamos a estimativa oficial das autoridades portuguesas para 1950 segundo a qual Angola teria 2.716.000 habitantes (ANGOLA, 1953, p. 16). Assim atingem-se uma cifra global de 2,5 milhões em 1850 em contraste com a proposta por Manning, 2,6 milhões. Com uma taxa anual de crescimento de 0% no contexto do tráfico negreiro, 2,5 milhões de habitantes é a estimativa atingida para Angola em 1800, número com o qual trabalharemos doravante.¹⁷

Desta estimativa de 2,5 milhões assume-se que 1,2 milhões (48%) seriam homens e 1,3 milhões (52%) mulheres; existiriam 550.000 crianças com menos de 10 anos (22%). Com base nos censos elaborados para Angola em 1950 e 1960 assumimos que 0,8% dos residentes teria idades superiores a 75 anos, resultando num grupo de 20.000 “idosos.” Este valor poderá parecer porventura especulativo, especialmente considerando que a esperança de vida à nascença até ao fim do período colonial terá aumentado. Contudo não será abusivo supôr que um em cada cem africanos no século XIX atingia a idade de 75 anos. Por exemplo numa amostra de 173 óbitos registada por missionários católicos em São Salvador (Mbanza Kongo) entre 1890 e 1904, dois indivíduos averbaram idades superiores a 75 anos.¹⁸ Conjuntamente as crianças e idosos correspondiam à população inativa de 570.000 (22,8%), atingindo-se uma população activa de 1.930.000 efetivos (77,2%) (dos quais 48% eram homens e 52% mulheres).

Actividades económicas

Os únicos dados disponíveis nos mapas da população em relação às profissões respeitam ao corpo civil e aos ofícios mecânicos dos vários presídios, incluindo apenas a população masculina e deixando de fora os trabalhos agrícolas assim como a representação acerca das condições laborais. Perante os dados respeitantes aos presídios em 1797-1805 contabilizamos um total

¹⁷ Durante a primeira metade do século XIX Angola ainda se encontrava substancialmente envolvida na exportação de escravos para o Brasil e Cuba. Entre 1801 e 1850 estima-se que 1,9 milhões de escravos africanos saíram da África Central para as Américas, a maior parte destes a partir de portos situados no actual território angolano. A este respeito consulte-se <http://slavevoyages.org/tast/assessment/estimates.faces?yearFrom=1801&yearTo=1850&embarkation=7>. Recentes investigações conduzidas por Domingues da Silva (2011) confirmam os relatórios coevos pelos quais muitos destes escravos eram oriundos de regiões hoje pertencentes a Angola. Veja-se também Curtin & Vansina (1964).

¹⁸ Arquivo de Bispaço (Luanda), Assentos de óbitos, São Salvador, 1890-1892, 1896-1899, 1900-1904.

de 83 clérigos, 1.937 oficiais régios (dos quais 1.304 soldados) e 3.804 profissões ligadas às artes e ofícios. Esta última categoria era composta em parte por escravos (VENÂNCIO, 1992, p. 51).

Tabela 4. Profissões masculinas em Angola, 1797-1804

Corpo civil e militar			Artes e ofícios											Total (artes e ofícios)	
Clero	Funcionários	Soldados	Carpinteiros	Serralheiros	Ferreiros	Pedreiros	Tijoleiros	Fabricadores de potes	Sapateiros	Alfaiates	Barbeiros	Oleiros	Cesteiros		Saqueiros
83	633	1304	192	6	487	117	80	329	79	136	57	705	1033	583	3804

Os mapas estatísticos da população (1800-1820) não incluíam as profissões mais representativas dos angolanos no início do século XIX. Por exemplo muitos africanos empregavam-se em viagens de longa distância para o comércio de escravos e de marfim, conhecidos como *pumbeiros descalços*. As suas caravanas eram financiadas por mercadores sediados em Luanda, enquanto os capitães-mores dos estabelecimentos coloniais no interior os auxiliavam no recrutamento de carregadores. Algumas comunidades situadas na costa, como os Axiluanda que viviam na ilha de Luanda, eram especializadas na pesca e seu comércio. Estes grupos organizavam a suas actividades piscatórias através de uma estrutura familiar, embora a construção das suas canoas ocupasse apenas os homens. Alguns destes eram também recrutados como marinheiros em embarcações portuguesas. Outras comunidades costeiras ocupavam-se da produção de sal. Existiam três importantes salinas na região de Benguela, duas nas imediações de Luanda e ainda outras junto à costa norte do rio Dande, onde se situava o limite norte da ocupação portuguesa. Para além destes exemplos os africanos ocupavam-se de outras artes e ofícios tradicionais na economia angolana colonial para além das listadas nos mapas estatísticos como a fiação do algodão, tecelagem e a produção de cera para vela (VENÂNCIO, 1992, p. 51-2, 55-9, 95-8, 107-29, 146-50). Todavia, é virtualmente impossível estimar o número de indivíduos empregues em cada uma destas três actividades. Mesmo assim a informação dos mapas poderá lançar alguma luz sobre o tipo de actividades económicas prevalentes em Angola e a população empregue em tais áreas.

O que poderá ser dito, então, acerca da vida económica da população angolana em 1800? O primeiro facto a ter presente é que antes do século XX praticamente todos os angolanos viviam em contexto rural. A população

urbana de Angola era aproximadamente de 10.000, onde as duas cidades principais, Luanda e Benguela, concentravam 6.414 e 2.631 indivíduos, respectivamente.¹⁹ A agricultura de subsistência e, em algumas áreas, a criação de gado ocupava a esmagadora maioria da população. A unidade social a partir da qual se organizavam as actividades económicas era, invariavelmente, o agregado doméstico. Seguindo a descrição de John Thornton para o Congo, no norte de Angola, no século XVII cada agregado doméstico agrupava em média cinco a seis pessoas e centrava-se na união marital entre o esposo e a esposa, cada um deles contribuindo igualmente para a economia doméstica. A maior parte do trabalho agrícola era desempenhado pela mulher que também se encarregava das tarefas domésticas, como a confeção de alimentos, limpeza, abastecimento de água e criação dos filhos. Os homens consagravam a maior parte do seu tempo à colheita de frutos florestais, caça, pesca, construção civil e manutenção das habitações e, ainda, à produção de panos e alfaias agrícolas. As suas tarefas agrícolas limitavam-se à limpeza da terra no início das chuvas. Parte da produção agrícola do agregado era vendida nos mercados locais (THORNTON, 1983, p. 29-30; MACGAFFEY, 1986, p. 25).

Esta seria uma descrição genérica da actividade económica em Angola. Persiste uma falta de conhecimento sobre a organização económica doméstica na Angola pré-colonial, em grande medida determinada pela escassez de fontes históricas. O que as populações faziam para garantir a sua subsistência variava consoante a região e era fortemente influenciado por factores geográficos. Por exemplo ao sul do planalto central de Angola a agro-pastorícia sobrelevava as restantes actividades. Aqui as populações combinavam a agricultura com a pastorícia e comércio em contraste com o norte de Angola (VANSINA, 2004, p. 132-55).

No quadro do *Global Collaboratory* a nossa tarefa é, porém, de potenciar as comparações no tempo e espaço de vários países. Isto leva-nos em primeiro lugar a definir as actividades económicas da população de acordo com os principais grupos do HISCO. As categorias principais para o caso de Angola c. 1800 serão os comerciantes (HISCO nº 4), trabalhadores nos serviços (nº 5), trabalhadores empregues na agricultura, pecuária e sivilicultura (nº 6) e os indivíduos empregues na área da produção e dos transportes (nº 7-9). Nesta cronologia um número residual de indivíduos empregava-se em profissões técnicas especializadas (nº 1), actividades de gestão (nº 2) e em ocupações administrativas e religiosas (nº 3). Não existiria mais de uma centena de padres em Angola em inícios do século XIX. O número de especialistas religiosos africanos seria certamente muito maior (todas as aldeias

¹⁹ Veja-se Curto & Gervais (2001); AHU, Angola, cx. 89, doc. 88 (Capitania de Benguela, 1799)

teriam pelo menos um) mas não consideramos as suas funções religiosas separadamente das económicas.

Uma vez que homens e mulheres desenvolviam actividades económicas diferentes é útil iniciar a estimativa a partir dos vários segmentos da população. Relativamente aos homens activos consideramos que 5% do seu trabalho se destinava às actividades comerciais (nº 4), em particular no comércio de alimentos, sal, ferro, cobre, cerâmica, marfim e escravos. Apesar do comércio de longa distância estar fortemente desenvolvido em Angola e focando-se nos escravos, marfim e outros géneros, era controlado por alguns grupos especializados, como os Zombo e Soso no norte de Angola e os Cokwe no este. Mas a maioria dos homens angolanos estaria excluídos de tais actividades. Aproximadamente outros 15% da força laboral estariam empregues na produção (nº 7-9) como a construção e a manufactura de tecidos, ferramentas e armas (PARREIRA, 1990, p. 39-74). Finalmente, 80% do tempo laboral destinava-se à arboricultura, caça, pesca, pastorícia e outras actividades agrícolas de pequena expressão (nº 6).

Em geral as mulheres passavam metade do dia, desde o nascer do sol ao meio-dia, a trabalhar nos campos. A outra parte da jorna diária era usualmente ocupada com as lidas da casa. Ocasionalmente deslocavam-se aos mercados locais para transaccionar géneros alimentares e artigos para o lar. As mulheres também se ocupavam da pesca fluvial e parte do seu tempo poderia ser também ocupado na produção de cerâmica, cestos e outros artigos de utilidade doméstica (PARREIRA, 1990, p. 51, 63). Convertendo-se estas actividades para a HISCO estimamos que 60% do trabalho se concentrava na agricultura e pesca (nº 6), 30% em actividades domésticas (nº 5), 5% no comércio (nº 4) e 5% nas actividades de produção (nº 7-9). Os resultados destas estimativas para os segmentos de força laboral de Angola por sexos são dadas na Tabela 5.

Tabela 5. População activa por sexo e grupo HISCO, Angola 1800

Grupo HISCO	Masculino		Feminino		Total	
	%	No.	%	No.	%	No.
3: Administracao	0,1	1 000			0,1	1 000
4: Comércio	5,0	46 000	5,0	50 000	5,0	96 000
5: Serviços	0,1	1 000	30,1	302 000	15,7	303 000
6: Agricultura etc.	79,9	740 000	60,0	602 000	69,5	1 342 000
7-9: Produção	14,9	138 000	5,0	50 000	9,7	188 000
Total	100,0	926 000	100,1	1 004 000	100,0	1 930 000

De modo a perspectivar uma análise genérica para o futuro, em 1900 a força de trabalho dedicada às actividades comerciais (categoria 4) aumenta ligeiramente uma vez que mais homens participam em actividades de

exportação devido ao transporte e venda da borracha, café e exploração da palmeira e do amendoim. Por contraste, em 1950, a maior parte dos africanos estará excluídos das actividades comerciais já controlada por uma minoria portuguesa. Desde 1900 também se observa uma redução da participação africana na área da produção (ramos 7-9) uma vez que os agregados africanos passam a depender mais de tecnologias importadas e Angola persiste como um território não industrializado e de base rural.

Relações de trabalho

Após a descrição das principais actividades económicas dos angolanos em inícios do século XIX iremos agora incidir sobre as suas relações laborais. Assumimos que praticamente toda a população activa em 1800 se enquadrava no “trabalho recíproco” ou, mais especificamente, no “trabalho dentro do agregado familiar,” incluindo o elevado número de escravos residindo nas comunidades africanas. A única forma laboral que poderia, a esta data, ser considerada como “comodificada” seria a dos negociantes ambulantes, carregadores, agricultores comerciais e os escravos envolvidos na produção para o mercado, incluindo os 27.000 ou mais indivíduos legalmente escravizados no espaço jurídico português. Nos mapas da população, as idades destes escravos não são descritas na totalidade, mas presumimos que os contabilizados eram maioritariamente de idade activa. Ao contrário dos escravos nas sociedades africanas, estes não trabalhavam dentro do agregado familiar tradicional. Muitos dos escravos da sociedade colonial eram empregues como trabalhadores agrícolas nos “arimos” no hinterland de Luanda. Os arimos eram vastas plantações que se estendiam pelo leito dos rios Bengo, Dande e Kwanza, de certa forma semelhantes às *haciendas* da América Central, produzindo-se aí sobretudo alimentos e também um pouco de algodão para a economia colonial. Dentro das cidades de Luanda e Benguela alguns milhares de escravos masculinos ocupavam-se de ofícios mecânicos, enquanto muitas mulheres eram empregues como criadas de servir (*mocambas*) nos diversos agregados urbanos. Um pequeno número de escravos ocupava-se, entretanto, em pequenas companhias de pesca e salinas quer privadas, quer estatais (VENÂNCIO, 1992, p. 45-51, 57, 80-8, 103-4, 109).

Ao número oficial de 27.000 escravos residindo dentro da esfera colonial adicionamos o valor de 73.000, para contabilizar tanto os escravos que não foram contados nos mapas, como os que haviam sido retirados da esfera doméstica e integrados no “mercado negreiro,” acabando muitos destes a embarcar para outras paragens. É conveniente recordar que por volta de 1800 partiam anualmente cerca de 35.000 escravos da África Central Ocidental, dos quais a larga maioria seria adulta (ou de idade activa) e dois ter-

ços eram homens.²⁰ Apesar de ser difícil quantificar o número de indivíduos que foram anualmente escravizados para fornecer o tráfico atlântico de escravos não restam dúvidas que os carregamentos efetivos abarcavam uma quantidade massiva de transferências da economia doméstica angolana para os mercados negreiros atlânticos, naquilo a que Smalwood (2007) precisamente designou de “comodificação.”

Assim, excluindo a categoria de “escravos” (tipo 17) partimos da premissa de que de uma população de 2,5 milhões aproximadamente 2,4 milhões viveria nos agregados domésticos africanos convencionais. Se cada um destes concentrasse em média cinco indivíduos então em 1800 Angola teria cerca de 480.000 agregados. Mas, obviamente, nem todos os indivíduos destes agregados trabalharia. Haveria aqui que distinguir entre os “os indivíduos que não trabalhavam” e os “indivíduos que trabalhavam.” O primeiro grupo compunha-se quase exclusivamente das crianças com menos de dez anos e dos idosos com mais de 75 anos, embora se reconheça que alguns destes indivíduos pudessem ser economicamente produtivos (por exemplo as raparigas ajudariam as suas mães em algumas tarefas domésticas e agrícolas básicas enquanto os rapazes aprenderiam a pescar e caçar). No apuramento e quantificação das relações laborais não incluímos os “afluentes ou indivíduos vivendo de rendimentos,” nem os “desempregados” uma vez que partimos do princípio que o seu peso era estatisticamente insignificante nesta cronologia. Por outras palavras genericamente apenas as crianças e idosos não trabalhariam devido à sua inadaptação física e ascenderiam a 570.000 (tipo 1). A exclusão das crianças e idosos resulta num universo de 1.830.000 indivíduos implicados em relações de trabalho recíprocas, dos quais 480.000 seriam chefes de agregado e os restantes dependentes: esposas, filhos, sobrinhos, escravos, etc. Presumimos que dentro desta população cerca de 55.000 indivíduos se empregavam por conta própria no comércio – como negociantes e carregadores – ou na agricultura comercial (tipo 12), enquanto cerca de 5.000 agricultores africanos empregavam escravos nas suas fazendas, produzindo para o mercado colonial (tipo 13).

É, contudo, difícil de saber quantas famílias incluíam escravos. Admite-se que por volta de 1600 as aldeias angolanas teriam crescido uma vez que os chamados “big men” começaram a introduzir mulheres escravas nas suas comunidades matrilineares, o que estaria na base da fundação de linhagens dependentes conectadas às linhagens de origem (VANSINA, 2004, p. 239). Num outro prisma de análise os descendentes destas escravas estavam longe

²⁰ Veja-se

<http://slavevoyages.org/tast/assessment/estimates.faces?yearFrom=1795&yearTo=1805&embarkation=7>.

de ocupar uma posição marginal na sociedade; estes estariam empregues nas explorações agrícolas e comerciavam num quadro mais ou menos similar aos membros “livres” da comunidade. Além disso muitos agricultores não gozavam dos privilégios dum “big man” e apenas poderiam contar com o trabalho das suas mulheres e um ou dois filhos. É conveniente recordar que de acordo com os mapas estatísticos disponíveis para os presídios 16,7% da população era escrava. Sugerimos que se deve considerar esta percentagem também para a primeira geração de escravos das sociedades africanas fora da esfera colonial. Assim, 16,7% da população activa poderia ser classificada como “criados do agregado envolvidos na sua produção” (tipo 6) o que se traduz em cerca de 320.000 indivíduos. Entretanto, transferimos 100.000 indivíduos desta população servil para a categoria de “escravos” (tipo 17), que trabalhavam sob um regime de trabalho comodificado. A restante fracção da população activa, mais de um milhão, pertenceria à categoria 5, nomeadamente “familiares não remunerados envolvidos na produção do agregado.” Os resultados provenientes destes cálculos são sistematizados na Tabela 6.

Tabela 6. Relações laborais em Angola c.1800 segundo a taxonomia do *Colaboratório*

Relação laboral	Número	%
Indivíduos que não trabalham		
Tipo 1: Indivíduos inaptos para o trabalho	570 000	22,8
Trabalho recíproco		
Tipo 4: Chefes do agregado e a sua produção	450 000	18,0
Tipo 5: Familiares não remunerados envolvidos na produção	1 100 000	44,0
Tipo 6: Criados do agregado envolvidos na produção	220 000	8,8
Trabalho comodificado		
Tipo 12: Indivíduos empregados por conta própria	55 000	2,2
Tipo 13: Empregadores	5 000	0,2
Tipo 17: Escravos	100 000	4,0
População total	2.500.000	100,0

Note-se que muitos dos escravos empregues nos “arimos” no *hinterland* de Luanda, em tarefas urbanas, ou na pesca receberiam pagamento pelas suas tarefas, ainda que parcialmente ou na totalidade houvesse transferência dos rendimentos para os seus proprietários. Em 1900, após a abolição da escravatura em Angola, assiste-se ao crescimento dos contratos de trabalho assalariado. Estes trabalhadores, os designados “serviçais,” eram maioritariamente empregues – ou forçados a trabalhar – em empresas europeias e muitos

teriam sido escravos em tempos mais recuados. Entretanto, a maioria dos angolanos ainda trabalhava nos agregados domésticos tradicionais, ou seja, no quadro das relações de trabalho recíprocas. Só em 1950 uma parte significativa da força laboral masculina passaria a estar integrada na economia remunerada, especialmente como agricultores por conta própria ou indivíduos assalariados no sector privado.

Conclusão

Neste artigo visámos demonstrar a utilidade de um conjunto de mapas estatísticos de população produzidos em Angola, por volta de 1800, para estabelecer as características demográficas conducentes à análise das actividades económicas e relações laborais naquela cronologia. Apesar da estimativa global da população (cerca de 2,5 milhões de Angolanos em 1800) ter sido produzida sem o recurso a estas fontes, os mapas foram fundamentais em determinar quer a estrutura etária da população, quer a percentagem de escravos na sociedade angolana. Salientámos que só o trabalho duma parte relativamente marginal da população escrava era comodificado, nomeadamente dos escravos trabalhando na economia colonial. A este número foi acrescentada uma estimativa de um grupo significativo de “chattel slaves” ou seja, “escravos integrados na economia de mercado” dos quais anualmente perto de 35.000 foram transferidos para o tráfico atlântico. No entanto, a grande maioria de escravos trabalhava no seio de agregados domésticos nos quais eram integrados como membros escravos, mas não como uma classe económica separada. A omnipresença da escravatura em Angola na época do tráfico era, por isso, compatível com uma economia baseada no trabalho recíproco.

Os resultados apresentados, quer em torno do universo da população residente, quer das actividades económicas e relações laborais são, entretanto, passíveis de revisão. Estamos certos de que a exiguidade de fontes disponíveis, sobretudo as respeitantes às actividades económicas e relações laborais condiciona a análise. O mesmo se dirá da projecção demográfica para 1800 que poderá ser melhorada em função de novos dados estatísticos, de natureza geográfica ou até decorrentes de métodos estatísticos mais sofisticados. Apesar de todas estas limitações estamos em crer que o quadro demográfico, económico e laboral não registaria alterações significativas aos valores aqui enunciados.

Bibliografia

- ANGOLA, Província de. Repartição Técnica de Estatística Geral. *II Recenseamento Geral da População, 1950*, v. 1. Luanda: Imprensa Nacional, 1953.
- CURTIN, Philip; VANSINA, Jan. Sources of the Nineteenth Century Atlantic Slave Trade. *Journal of African History*, v. 5, n. 2, p. 1085-208, 1964.
- CURTO, José C. The Anatomy of a Demographic Explosion: Luanda, 1844-1850. *International Journal of African Historical Studies*, v. 32, n. 2-3, p. 381-405, 1999.
- CURTO, José C.; GERVAIS, Raymond R. The Population History of Luanda during the Late Atlantic Slave Trade, 1781-1844. *African Economic History*, v. 29, p. 1-59, 2001.
- ALDEN, Dauril. The Population of Brazil in the Late Eighteenth Century: A Preliminary Study. *The Hispanic American Historical Review*, v. 43, n. 2, p. 173-205, 1963.
- DINIZ, José de Oliveira Ferreira. *Negócios Indígenas. Relatório do ano de 1914*. Luanda: Imprensa Nacional, 1915.
- HEYWOOD, Linda; THORNTON, John. African Fiscal Systems as Sources for Demographic History: The Case of Central Angola, 1799-1920. *Journal of African History*, v. 29, n. 2, p. 213-28, 1988.
- KOPYTOFF, Igor; MIERS, Suzanne. African 'Slavery' as an Institution of Marginality. In: MIERS, Suzanne; KOPYTOFF, Igor (Eds.), *Slavery in Africa: Historical and Anthropological Perspectives*. Madison: University of Wisconsin Press, 1977.
- LOPES DE LIMA, Joaquim. *Ensaio sobre a statistica das possessões portuguezas do ultramar*. Livro III. De Angola a Benguella e suas dependências. Lisboa: Imprensa Nacional, 1846.
- MACGAFFEY, Wyatt. *Religion and Society in Central Africa: The Bakongo of Lower Zaire*. Chicago: University of Chicago Press, 1986.
- MANNING, Patrick. African Population: Projections, 1850-1960. In: ITTMANN, Karl et al. (Ed.), *The Demographics of Empire: The Colonial Order and the Creation of Knowledge*. Athens: Ohio University Press, 2010.
- MATOS, Paulo Teodoro de. Populations Censuses in the Portuguese Empire, 1750-1820: Research Notes. *Romanian Journal of Population Studies*, v. 7, n. 1, p. 5-26, 2013.
- PARREIRA, Adriano. *Economia e sociedade em Angola na época da Rainha Jinga, século XVII*. Lisboa: Editorial Estampa, 1990.
- SILVA, Daniel Barros Domingues da. *Crossroads: Slave Frontiers of Angola, c. 1780-1867*. Tese de doutoramento, Emory University, 2011.
- SMALLWOOD, Stephanie E. *Saltwater Slavery: A Middle Passage from Africa to American Diaspora*. Cambridge: Harvard University Press, 2007.
- THORNTON, John. Demography and History in the Kingdom of Kongo, 1550-1750. *Journal of African History*, v. 18, n. 4, p. 507-530, 1977.

- THORNTON, John. The Slave Trade in the Eighteenth Century: Effects on Demographic Structures. *Canadian Journal of African Studies*, v. 14, n. 3, p. 417-27, 1980.
- VANSINA, Jan. *How Societies Are Born: Governance in West Central Africa before 1600*. Charlottesville: University of Virginia Press, 2004.
- VENÂNCIO, José Carlos. *A economia de Luanda e hinterland no século XVIII: um estudo de sociologia histórica*. Lisboa: Editorial Estampa, 1992.
- WAGNER, Ana Paula. *Recenseamentos no império português: recenseamentos na África oriental portuguesa na segunda metade do século XVIII*, Curitiba, 2009 (tese de doutoramento policopiada).

Guiné-Bissau: o presente lança luz sobre o passado

Maria Augusta Tavares*

Cátia Teixeira**

Introdução

Depois da exploração do trabalho e, por meio dele, da extracção de todas as riquezas existentes, a língua é um dos elementos fundamentais para a colonização de um povo. A Guiné-Bissau, país da África, colónia portuguesa por cinco séculos – XV a XX – proclamou unilateralmente sua independência em Setembro 1973, sendo reconhecida por Portugal um ano depois, em Setembro de 1974, no âmbito do processo de descolonização portuguesa. Contudo, dado esse longo período de colonização, faz parte dos Países de Língua Oficial Portuguesa – PALOP, o que justifica a sua inclusão no projecto de *Relações Laborais no Mundo Lusófono (1800-2000)*¹, coordenado por Raquel Varela, no Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, enquanto uma das dimensões do *Global Collaboratory on the History of Labor Relations: 1500 – 2000*, projecto do Instituto Internacional de História Social de Amesterdão (IISH).

A Guiné-Bissau é um país cujo desenvolvimento não o coloca entre

* Professora da Universidade Federal da Paraíba, Brasil e Investigadora Colaboradora do Grupo de Estudos do Trabalho e dos Conflitos Sociais do Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa.

** Doutoranda em História na Universidade Nova de Lisboa – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas e membro integrado no Instituto de História Contemporânea da mesma instituição.

¹ Referência do projecto Relações Laborais no Mundo Lusófono: PTDC/EPH-HIS/3701/2012.

aqueles sobre os quais a curiosidade científica frequentemente se debruça. Em 2003, 82% da sua população ativa está na agricultura; apenas 4% na indústria e 14% nos serviços (SANGREMAN et al, 2006, p. 21-22). “O termómetro fundamental para medir o nível económico de uma nação é o rendimento do trabalho, que, por sua vez, depende do peso específico da indústria na economia geral do país” (TROTSKY, 2007, p. 24). Como indicam os números, não é o caso da Guiné, o que explica a escassa literatura produzida acerca da sua economia. Não fosse a nossa participação no projecto do Instituto Internacional de História Social de Amesterdão (IISH), *Global Collaboratory on the History of Labor Relations: 1500 – 2000*, provavelmente jamais nos preocuparíamos em conhecer a Guiné, com o nível de detalhamento que apresentaremos a seguir. Convém, portanto, antes de adentrar nas particularidades desse país, situar o projecto que propiciou este estudo.

O *Global Collaboratory on the History of Labor Relations: 1500 – 2000* tem como objectivo a construção de um inventário de todos os tipos de trabalho e relações laborais a nível mundial, da escravatura ao trabalho assalariado, do ano 1500 até 2000. A primeira parte deste projecto consiste na recolha de dados estatísticos durante cortes temporais ao longo desses séculos. Para atingir esse objectivo, um grupo de investigadores de várias áreas das ciências sociais e humanas dedica-se a estudar diversas regiões do mundo. Tal estudo é realizado através da recolha estatística de dados relativos às ocupações profissionais e relações laborais, com os quais é construída uma base de dados global que possibilite a comparação e a interacção de fenómenos. Tem o intuito de desenvolver uma proposta de investigação internacional que ajude a explicar o surgimento e o declínio de vários tipos de ocupações e relações laborais ao longo do período referido.

Esse projecto é herdeiro dos estudos sobre o trabalho e relações laborais promovidos naquele Instituto, mais propriamente, da *História Global do Trabalho*, desenvolvida por Jan Lucassen e Marcel van der Linden². Nessa trilha, está em curso o projecto lusófono que, dentre outros países, inclui a Guiné-Bissau, objecto do presente artigo. Neste, expomos os dados preliminares do estudo realizado, divididos em dois momentos. O primeiro diz respeito ao ano de 1950, tendo como base o primeiro censo credível para o território da actual Guiné-Bissau, e o segundo referencia-se no censo de 1991.

Não foi uma tarefa fácil reunir informações acerca desse país. Para que se tenha uma ideia do quanto a Guiné foi ignorada, trata-se da única ex-

² Ver, por exemplo: Van der Linden, Marcel, *Workers of the World, Essay Toward a Global Labor History*, Brill, Leiden, Boston, 2008; Van der Linden, Marcel; Lucassen, Jan, *Prolegomena for a Global Labour History*, International Institute of Social History, Amsterdam, 1999.

-colónia portuguesa sobre a qual não são apresentados dados no *Anuário Estatístico dos Domínios Ultramarinos Portugueses 1899 e 1900*. Em 1928, no primeiro censo conhecido da população da Guiné portuguesa, o número de indivíduos é situado em 327 mil. Porém, apenas um ano depois, em 1929, o número sobe para 384 mil, demonstrando a imprecisão da metodologia utilizada³. Em 1940 a população é estimada em 347 mil indivíduos, mas está restrita, tal como nas contagens anteriores, à população por áreas administrativas, género, raça e grupos étnicos. Só conseguimos ter acesso a informações sobre o trabalho e as relações laborais através do censo de 1950, razão pela qual este foi o ano escolhido para a primeira baliza temporal da primeira análise da Guiné-Bissau. Porém, se o censo de 1950 constitui o primeiro grande momento censitário de resultados credíveis para o território da Guiné portuguesa, sua precisão ainda é questionável, uma vez que o próprio delegado-geral, António Carreira, o apelidará de “malfadado censo” (CARREIRA, 1966, p. 453), anos mais tarde. Os censos estatísticos estavam, nesse período, muito associados aos impostos e, portanto, parte da população pode não ter sido incluída por ser constituída de não contribuintes, como o próprio António Carreira afirma quando se refere a outros procedimentos estatísticos⁴.

O registo documental dos dados estatísticos de 1950 apresenta-se em dois volumes: um para a “população-civilizada” e outro para a população “não civilizada”. Essa distinção provém do regime jurídico especial para os indígenas⁵. Dessa forma, o regime colonial fazia a distinção entre os colonos e as populações nativas, perpetuando as relações paternalistas entre essas duas populações: ao povo português tinha sido incumbida a missão de civilizar as populações das colónias que estavam sob o seu direito histórico. Os direitos políticos para a designada população “não civilizada” eram nulos, para além da capacidade de se tornarem assimilados – um meio-termo entre o regime do indigenato e o de cidadania portuguesa (GALVÃO, 1951, p. 80). Para atingir o estatuto de assimilado era preciso ter mais de 18 anos, adquirir um certo grau de estudos, o domínio correcto da língua portuguesa,

³ As informações sobre os censos realizados na Guiné até 1950 encontram-se presentes em: *Provincia da Guiné, Censo da População de 1950, População Civilizada*, Volume I, Junta de Investigações do Ultramar, Centro de Estudos Políticos e Sociais, Lisboa, 1959.

⁴ “L’agent qui recense, note Carreira, “dédaigne l’inscription de ceux qui ne sont pas concernés par le fisc””, in Metas, Jean, *La Guinée Portugaise au XX^e siècle*, Agence de coopération culturelle et technique, Académie des Sciences D’autre-mer, Paris, 1984, p. 81.

⁵ Estatuto presente no Acto Colonial do Estado Novo português, anexo à Constituição Portuguesa (que não continha grandes alterações ao anterior sistema aplicado pela I República Portuguesa).

assegurar a sua própria subsistência e das pessoas a seu cargo, ter um bom comportamento e atitudes propostas pela aplicação integral do direito público e privado dos cidadãos portugueses e ter realizado o serviço militar (METAS, 1984, p. 69-70). Diante de tais exigências, ironizava Amílcar Cabral, a figura principal das lutas pela independência cabo-verdiana e guineense e líder do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde – PAIGC: “Se o Estatuto dos Indígenas (...) fosse aplicado em todas as partes integrantes de Portugal com o mesmo rigor que na Guiné portuguesa, pelo menos 50% da população seria considerada indígena”⁶ (Apud METAS, 1984, p. 70).

A obtenção do estatuto de assimilado, como acentua Amílcar Cabral, era bastante dificultada, na medida em que as escolas públicas estavam apenas ao alcance da população colona. Nos raros casos em que existia um sistema formal de educação, esta era levada a cabo pela Igreja Católica, mas em moldes muito rudimentares, que não dotavam as populações de meios para alcançar o estatuto de assimilado. Assim, o nível de analfabetismo na Guiné portuguesa era de 99% (Idem, *ibidem*). Tratava-se de uma sociedade extremamente hierarquizada, como fica demonstrado nas denominações dadas aos grupos considerados “superiores” da população: a própria população com cidadania portuguesa era dividida em brancos, negros assimilados e “mestiços”. Somente em 1961, o regime do indigenato será extinto. Essa data coincide com o início das guerras pela independência das colônias, fruto de pressões internacionais⁷. Porém, o novo código do trabalho rural, no qual se extinguiu o estatuto do indigenato, não trouxe efectivamente uma alteração nas relações de produção. O trabalhador negro continuava a deter a posição de “servente”, sem quaisquer direitos no que tange à protecção e igualdade no emprego, derivado igualmente do facto dos trabalhadores não terem acesso a qualquer tipo de organização para a sua defesa num quadro corporativo estatal que então vinha sendo desenhado (CAPELA, 1977, p. 266-267).

Apesar da pacificação e estabilização do território da Guiné portuguesa nos anos 30 do século XX, o número de colonos, em 1950, continua a ser muito diminuto em relação à população nativa. Numa população total de 517.290, existiam 8.320 indivíduos com cidadania portuguesa ou assimilados, considerados “civilizados”, e 508.970 negros sem a cidadania portu-
gue-

⁶ Tradução nossa.

⁷ “Acontece, porém, que dadas as pressões internacionais, foi a 6 de setembro de 1961 publicado o Decreto-Lei n.º 43.893, que aboliu o indigenato. De um dia para o outro, milhões de indígenas passaram a usufruir do direito de cidadania (...)”, in Capela, José, 1977, p. 265.

sa, considerados “não civilizados”. A população portuguesa ou assimilada era constituída por 2.263 brancos, na sua maioria temporária, como funcionários e empregados comerciais (METAS, 1984, p. 70), 4.568 “mestiços” e 1.489 negros, representando apenas 1,65% no conjunto populacional⁸.

A população “não civilizada” da Guiné portuguesa é constituída por populações de etnias e linguísticas muito variadas, o que é uma das razões explicativas das dificuldades de implantação de uma população colonial no território. O poder estava dividido por diversos chefes gentílicos e a acção administrativa tornava-se complicada, pois o território se encontrava fragmentado em cerca de trinta etnias diferentes, que disputavam o poder entre si e também com a administração portuguesa. As quatro principais etnias do território guineense correspondem a mais de 77% do total da população: os Balantas, os vários Fula, os Manjancos e os Mandigas. Segundo António Carreira (1952), delegado-geral do censo de 1950, era costume os funcionários que dirigiam as operações do momento censitário terem de pagar aos chefes gentílicos para poderem recolher informações.

Em 1974, depois de uma década em guerra, a Guiné portuguesa tornar-se-á Guiné-Bissau, com o PAIGC à frente dos comandos do novo país. Um ano antes, Amílcar Cabral, o líder do partido pró-independência da Guiné e de Cabo Verde, havia sido assassinado, sendo substituído pelo seu irmão, Luís Cabral, à frente do destino do partido pró-independentista. Cerca de um quarto da sua população terá emigrado para os países vizinhos, como o Senegal e a Guiné-Conacri, durante a guerra pela independência (DAVILA, 1987, p. 13). Com excepção dos grandes centros urbanos da Guiné, os portugueses não constituíram uma classe dominante nem na propriedade da terra nem na propriedade de grandes indústrias, e o quadro económico pouco se havia alterado ao longo das quatro décadas (Idem, p. 67). Aqueles que pertenciam à burguesia colonial foram recrutados para o aparato estatal, que evoluiu após a independência da Guiné-Bissau, mas no que tange à economia, a agricultura continuou predominante. É nesse contexto que se realiza o censo de 1991, segundo momento da nossa análise

A partir dos dados extraídos desses dois censos e da literatura a que tivemos acesso, nossa tarefa inicial foi tentar apreender as particularidades

⁸ Todos os dados estatísticos referenciados neste artigo, relativos aos censos de 1950 e que não estejam relacionados com outras obras que, convenientemente, serão referenciadas em nota, fazem parte da nossa análise (quantitativa, agregada ou estimada) dos seguintes momentos censitários desse mesmo ano: *Provincia da Guiné, Censo da População de 1950, População Civilizada*, v. I, Junta de Investigações do Ultramar, Centro de Estudos Políticos e Sociais, Lisboa, 1959; *Provincia da Guiné, Censo da População de 1950, População Não Civilizada*, v. II, Lisboa, Tipografia Portuguesa, Lda., s.d.

da Guiné-Bissau no que tange às relações laborais ali praticadas. A seguir, dada a centralidade do trabalho, as possibilidades oferecidas pelos instrumentos formulados para o *Global Collaboratory on the History of Labor Relations: 1500 – 2000* e a perspectiva de totalidade que orienta a nossa interpretação da realidade, avançamos na análise que consubstancia o presente artigo. Pode-se verificar que, para além dos dados sobre ocupações e relações laborais, trazemos para o debate outras dimensões daquela sociedade que, a nosso ver, são predominantemente determinadas pela economia, o que não implica excluir outras relações pelas quais a mesma se objectiva. Nessa perspectiva, o desenvolvimento deste artigo articula notas históricas e dados censitários sobre as relações laborais, em conformidade com as referências já indicadas.

1 – Breves notas históricas e dados censitários sobre o trabalho e as relações laborais: da Guiné Portuguesa à Guiné-Bissau

O desenvolvimento capitalista não ocorre de forma igual nem ao mesmo tempo em todas as regiões do mundo, tampouco exclui inteiramente as formas de produção atrasadas. Esse movimento dialéctico apreendido por Trotsky (2007), ao analisar as peculiaridades do desenvolvimento da Rússia e que conclui pela lei do desenvolvimento desigual e combinado, permite aproximarmo-nos de realidades como a da Guiné-Bissau, sob a óptica de que o atraso não significa estar à margem do sistema dominante, embora seja possível identificar relações de exploração do homem pelo homem que não estão diretamente articuladas ao capitalismo.

Apesar de este estudo situar-se no século XX, quando o capitalismo já é dominante em todo o mundo, na Guiné-Bissau as relações ainda são profundamente atrasadas, o que não exclui o trabalho explorado como fonte de riqueza. Partimos, portanto, da premissa que o modo de produção capitalista tem como base o trabalho assalariado, pelo qual a exploração da mais-valia se expressa, sendo inerente à lógica da acumulação, em países ricos ou pobres. Nos primeiros, predomina a mais-valia relativa; nos segundos a mais-valia absoluta, o que não exclui a articulação de ambas em qualquer país ou região. Entretanto, essa dinâmica não é, pura e simplesmente, uma fatal determinação económica, pela qual certos países estão “naturalmente” destinados a promover o enriquecimento de outros e vice-versa. Essa determinação é mediada por fenômenos políticos, culturais, geográficos, históricos etc., como pretendemos demonstrar ao longo deste artigo.

Amílcar Cabral (1974), na sua luta pela independência do colonialismo português, reclamava do atraso da Guiné-Bissau, que atribuía predominantemente aos “tugas”, como eram chamados os portugueses pelos guineenses.

“Somos atrasados economicamente, sem desenvolvimento nenhum (...). Não há indústria a sério, (...) a nossa agricultura é do tempo dos nossos avós. As riquezas das nossas terras foram tiradas, sobretudo, do trabalho do homem” (CABRAL, 1974, p. 19). Mas ele tinha clareza, também, da exploração que era exercida pelos próprios guineenses, tanto que dizia: “Vamos acabar com a exploração dos tugas, mas vamos acabar com a exploração do nosso povo pela nossa própria gente” (Idem, p. 26).

A luta de Amílcar à frente do PAIGC só cessou em 1973, quando foi assassinado. Ele conhecia muito bem o seu país, a sua cultura, as clivagens de origem étnicas, os conflitos internos e externos, mas nada disso o desencorajava a lutar pela libertação nacional de forma estruturada, de modo a conciliar essas enormes diferenças e garantir a unidade que desejava para a Guiné.

No entanto, após a independência, o inimigo deixava de ser o colonialismo, para serem outros, provenientes da própria sociedade guineense. Conflitos internos no PAIGC; insatisfações de antigos combatentes que se sentiam injustiçados por instituições por estas promoverem jovens cabo-verdianos sem legitimidade militar para comandar aqueles que haviam combatido pela liberdade; um golpe de Estado em 1980; a proliferação de 13 partidos nos anos 1990, o que acirrou as tensões, dado que essas formações políticas eram caracterizadas por conflitos de interesses e várias dissidências; e, ainda, em 1998, o conflito externo entre Portugal e França, “concorrentes” nas políticas de ajuda ao desenvolvimento da Guiné, em função de interesses económicos, culturais políticos e geográficos que o país representa para ambos.

A exemplo do resto do mundo, na década de 80 a Guiné-Bissau também teve de se submeter aos Programas de Ajustamento Estrutural (PAE) propostos pelo Banco Mundial e pelo FMI. Em tese, o objetivo era reduzir despesas internas para poder pagar as dívidas. Contudo, a dívida externa, que era de 473 milhões de dólares “entre 1987 e 1992, aumentou para 631 milhões, graças aos diversos reescalamentos por falta de pagamento”. De acordo com Van Maanen (Apud SANGREMAN, 2006), o país tinha uma dívida de mais de 3.000%. No período de 1986/93, a inflação atingiu uma média anual de 64%, enquanto a desvalorização da moeda foi de 80%. A implementação do PAE foi marcada pela degradação da qualidade administrativa, sendo os salários dos funcionários públicos rebaixados em 20%. As medidas de “estabilização económica” que, em princípio, foram adotadas para atenuar a inflação, “contribuíram para a queda do rendimento dos trabalhadores e para o enfraquecimento do Estado, com o alastramento do sector informal” (CRUZ, 2007, p. 30). Muitos funcionários públicos buscaram transferir-se para empresas privadas ou imigraram; afora os que passaram a se dedicar a atividades corruptas, conforme Sangreman et al (2006, p. 23).

Entre 1990 e 1998 houve uma diminuição da riqueza produzida. O crescimento do PIB foi de -3,4%, o que suscitou novas reformas, culminando

com a adesão à União Económica e Monetária da África Ocidental (UEMOA), na perspectiva de se obter maior estabilidade cambial e melhor integração ao mercado daquela região. Com isso, a economia apresentou alguns avanços, mas estagnou durante 2001, contraindo-se em 2002 (SANGREMAN et al, 2006).

A normalidade democrática, que parecia ter sido restabelecida entre 1999 e 2000, sofre novo abalo em 2003, com novo golpe militar. Em 2004, são realizadas novas eleições, mas ainda não se pode afirmar que os problemas serão resolvidos sem violência. “O país está cada vez mais dependente das condições impostas pela Comunidade Internacional em troca dos apoios recebidos e a actividade económica é marcada por um considerável retrocesso” (Idem).

A instabilidade interna, a dependência económica e financeira, a debilidade das instituições são fatores que explicam a pobreza local, ao mesmo tempo que dela se alimentam. Sabe-se que o desenvolvimento requer ordem, democracia, Estado de Direito, características que não se verificam na Guiné-Bissau, onde a oposição ao poder político tem sido sistematicamente efetuada pelo poder militar, através de golpes de Estado, assassinatos e de toda ordem de violência.

Quando Amílcar Cabral defendia unidade e luta, sabia bem o que desejava atingir. Ele sabia, por exemplo, que não havia contradição entre guineenses e cabo-verdianos, apesar das tensões reais, que decorriam da situação económica. Havia sim, entre os que estavam na cidade, os descendentes da Guiné que queriam estar no lugar dos cabo-verdianos contra o seu próprio povo. Tratava-se tão somente de não ser o explorado e, para tanto, a opção visível era estar no lugar do explorador ou, ao menos, personificá-lo.

Os censos de 1950 e de 1991, cujos resultados estão sintetizados nas tabelas a seguir expostas e que constituem a matéria-prima essencial ao desenvolvimento deste artigo, são reveladores das relações de produção que se desenvolveram e ainda se desenvolvem no contexto de um país “frágil” (SANGREMAN et al, 2006), de capitalismo tardio, “onde os conflitos militares e político-sociais são uma constante, dilacerando e destruindo a estrutura da sociedade guineense” (Idem, p. 20). Tendo em vista aprofundar esse debate, apresentamos, a seguir, a síntese quantitativa dos dados censitários, historicamente situados, que serviram de base ao presente estudo. Nesse sentido, o censo de 1950 vincula-se à Guiné portuguesa, e o de 1991 à Guiné-Bissau.

1.1 – O trabalho e as relações laborais na Guiné portuguesa, em 1950

O censo populacional de 1950, levado a cabo pelas autoridades administrativas da ex-colónia, repetimos, é dividido em dois volumes, que estão sintetizados nas tabelas abaixo, em conformidade com a taxonomia do IISH.

**Tabela 1: Relações Laborais da população “não civilizada”
na Guiné portuguesa, segundo a taxonomia desenvolvida no IISH**

Relações Laborais	Descrição das Relações Laborais	F	% F	M	% M	Total	% Total
-1	Relação Laboral desconhecida	3.207	1%	4.609	1%	7.816	2%
1+2	Indivíduos inaptos para o trabalho ou que não é suposto trabalharem, incluindo crianças, idosos, e pessoas com deficiência física ou mental / Indivíduos que vivem de rendimentos	92.758	18%	100.548	20%	193.306	38%
3	Desempregados	0	0%	56	0%	56	0%
4+12	Agregado familiar – Chefes de produção / Indivíduos empregados por conta própria	8	0%	137.592	27%	137.600	27%
5+12	Agregado familiar – Familiares dependentes envolvidos na produção / Indivíduos empregados por conta própria	159.853	31%	866	1%	160.719	32%
7	Agentes redistribuidores	0	0%	67	0%	67	0%
12	Indivíduos empregados por conta própria	376	0%	3.386	1%	3.762	1%
14	Trabalho para a economia de mercado – Empregados assalariados	663	0%	3.627	1%	4.290	1%

18	Empregados assalariados de instituições não direccionadas para a economia de mercado, como funcionários do Estado, das Forças Armadas, etc.	0	0%	1.024	0%	1.024	0%
14+18	Trabalho para a economia de mercado – Empregados assalariados / Empregados assalariados de instituições não direccionadas para a economia de mercado, como funcionários do Estado, das Forças Armadas, etc.	0	0%	330	0%	330	0%
População Total		256.865	51%	252.105	49%	508.970	100%

Fonte: Censo da população de 1950, População não civilizada. Lisboa, s/d v. II.

A população nativa, designada “não civilizada”, refere-se aos guineenses, à época, aproximadamente, 500 mil indivíduos. O censo indica que os habitantes entre 0 e 9 anos de idade são considerados inactivos (193.306 indivíduos, cerca de 38% do conjunto da população), embora essa idade censitária nos pareça fictícia, pois, desde muito cedo, as crianças eram introduzidas na estrutura económica das tabancas, as vilas. Nessas tabancas, a estrutura económica era organizada pela família fundadora e/ou os seus habitantes mais velhos. No entanto, a propriedade da terra era comum, tendo os elementos mais velhos o poder e a obrigação da distribuição das terras pelos seus membros, numa base comunitária (DAVILA, 1987, p. 61).

A população indígena activa é de 309 mil indivíduos, incluídas as crianças a partir de nove anos de idade, o que nos parece merecer uma ressalva: dada a estrutura socioeconómica a que tivemos acesso, essa faixa etária não corresponde exactamente à realidade. O ingresso no mundo do trabalho com nove anos pode parecer precoce, mas a realidade sugere que muitas crianças começam a trabalhar mais cedo. A grande maioria da população activa, 97% (ou 298.319 indivíduos), está envolvida no sector da agri-

cultura, pesca e caça. Porém, no que tange a este sector, convém destacar que o censo distingue entre população masculina, 45%, e feminina, 52%. Ambas são consideradas produtivas, porém o trabalho da mulher não tem o carácter de ocupação profissional, mas sim de trabalho doméstico e rural. No entanto, a participação da mulher revela que, por vezes, na agricultura, elas detinham as principais ocupações, assumindo, inclusive, o imposto da palhota, que deve reforçar a produção agrícola. Este “será sobretudo pago pelo trabalho das mulheres, uma vez que os guerreiros, os pastores e outros africanos consideram a agricultura como atividade inferior que, por isso mesmo, deve ser imposta, mais do que confiada, às mulheres” (BETHENCOURT; CHAUDHURI, 199, p. 248).

Os restantes 3% da população estão espalhados por diversos sectores da economia. A indústria transformadora é deveras incipiente, com apenas 3.383 indivíduos. O comércio, que designará principalmente a população envolvida no comércio interno, como intermediários para as grandes multinacionais, emprega cerca de 870 pessoas. Poucos eram os que trabalhavam para a administração portuguesa na província da Guiné – 1.186 pessoas –, precisamente nos serviços gerais, designação dada às atividades nas forças armadas, na polícia, serviços da administração central, estabelecimentos de ensino, hospitais, e serviços sanitários, detendo uma posição subalterna. Por fim, nos serviços domésticos o número de criados ascende a 8.167, para uma população colona de 8.320⁹, o que expressa as desigualdades predominantes na Guiné.¹⁰

A propriedade e a exploração da terra cabiam assim aos guineenses. Desse modo, no que tange ao trabalho obrigatório, a colónia guineense apresenta uma realidade diferente da vivida, por exemplo, em Angola e Moçambique. Embora o trabalho obrigatório negro não seja totalmente inexistente, há quem afirme ser esse país essencialmente agrícola, “sem plantações ou indústrias devoradoras de mão-de-obra” (PELESSIER, 1989, p. 249). A terra

⁹ As informações detalhadas sobre as ocupações profissionais não são consideradas nas tabelas sobre as relações laborais, mas são informações patentes nos censos populacionais de 1950 e, curiosamente, num nível muito mais detalhado do que no censo de 1991.

¹⁰ A título de esclarecimento, convém informar que a classificação por sectores, exposta acima, difere da taxonomia aplicada à tabela, o que pode gerar questões sobre os números apontados. Observe-se, contudo, que são dados obtidos na mesma fonte, fato que se revela no total. Somados os 97% envolvidos na agricultura (298.319), os 3% de outros setores (8.320) com o número de inactivos (193.306) tem-se 499.945, portanto, um número muito próximo dos 500.000 anunciados. Também julgamos importante informar que, na taxonomia referida, empregados e empregadores estão incluídos nas relações laborais, como indicam as tabelas.

pertencia principalmente aos autóctones, que produziam e colocavam os excedentes no mercado interno sem, aparentemente, existir uma lógica de acumulação de capital, o que não exclui a exploração do homem pelo homem. É verdade que algumas centenas de indivíduos eram destacados anualmente para o trabalho forçado, sem salário, embora “sob formas mais atenuadas e com menos intensidade que em Angola e Moçambique” (CASTRO, 1978, p. 365). Passados dois anos nesse trabalho forçado, “é possível obter um salário muito pequeno, inexistente até então” (Idem). Esses trabalhos forçados estavam, na sua maioria, relacionados aos serviços públicos, e não ao trabalho industrial ou agrícola. O recrutamento, então, se justificava no “interesse geral da colectividade” e como consequência de decisões penais e obrigações fiscais (METAS, 1984, p. 68). Havia ainda o recrutamento obrigatório que, malgrado o pagamento de um salário, não se justificava, pois os trabalhadores eram retirados das suas terras e forçados a trabalhar para a população colona, habitualmente na incipiente indústria do território (CASTRO, 1978, p. 353-354).

Enquanto isso, a população denominada “civilizada” dedicava-se, sobretudo, ao comércio externo e ao comércio interno, pagando aos autóctones em moedas de prata (estes rejeitavam, habitualmente, o papel-moeda) ou em tecidos, um produto verdadeiramente apreciado entre a população guineense (BETHENCOURT; CHAUDHURI, 1999, p. 248). Para além de alguns produtos exportáveis rentáveis, como o arroz ou o amendoim, o maior lucro vinha do imposto cobrado aos indígenas. Cobrado e pago esse imposto, as populações eram habitualmente deixadas em paz, tendo principalmente de lidar com as estruturas étnicas presentes na região, como constata René Pélissier. Segundo ele, “os chefes indígenas, que se pagam e se abstêm de comportamentos abertamente tirânicos são deixados em paz e conservam poderes e um prestígio reduzido, mas ainda apreciáveis” (PELESSIER, 1989, p. 249).

A indústria, como tem sido enfatizado, era particularmente rudimentar: algumas fábricas para o descasque do arroz, outras para a extracção do óleo de peixe e óleo de amendoim, algumas geleiras e pequenas oficinas para a reparação de automóvel, serralharias e corte de madeira, assim como destilarias de bebidas alcoólicas (CASTRO, 1978, p. 349). Não havia empresas para a exploração da terra ou das riquezas naturais; a grande parcela económica da colónia baseava-se na agricultura nativa, na aquisição dos seus excedentes e na organização do comércio interno e externo. O nível de industrialização era praticamente nulo, tal como o seu valor económico, quando comparado às outras colónias portuguesas, Angola e Moçambique.

A Companhia União Fabril – CUF, uma das maiores multinacionais portuguesas – entre outras produções, especializada na produção de sabão –, tinha interesse na exploração do mercado dos óleos vegetais, dos quais o

amendoim fazia parte, e como detentora de manufacturas de têxteis, tinha interesse na escoação dos seus produtos na colónia (GALLI; JONES, 1987, p. 38). A monopolização do mercado interno também se deu à conta da proibição da concorrência de mercadores africanos na Guiné que não colaborassem com o governo colonial na recolha das matérias-primas produzidas pelos camponeses. No entanto, os produtores desenvolviam algumas estratégias para fugir à obrigatoriedade de plantação de determinados produtos que não estavam incluídos na dieta alimentar – era o caso do amendoim –, ou como forma de protesto velado pelos preços praticados na compra desses produtos e dos excedentes de outros bens alimentares. Para tal desenvolveram o comércio com outros países próximos, dentre os quais o Senegal aparece como o caso mais expressivo. Dava-se ainda a fuga de famílias inteiras para outros países próximos, e noutros casos ainda, diminuía-se simplesmente a produção. Essas estratégias desenvolvidas pela população autóctone para fugir às contribuições obrigatórias do aparelho administrativo central da colónia e aos interesses económicos das grandes multinacionais naquele território contribuíram para exacerbar a ideia da falta de produtividade dos povos africanos e de sua incapacidade económica, dados os métodos agrícolas, considerados artesanais e pouco evoluídos. Sob essa interpretação, em alguma medida, o estatuto de “civilizado” e “não civilizado”, entre outros motivos, faz referência ao desenvolvimento económico como se este fosse uma simples escolha e não uma determinação.

Paralelamente aos factores de fuga estratégicos, desenvolvidos pela população, num quadro de exploração intensiva da terra, como o foi depois da imposição colonial de plantação de um dos mais valiosos produtos guineenses, o amendoim, a terra sofrerá um desgaste natural, pela desvalorização do tempo de pousio necessário à sua renovação. A isso se juntava ainda o factor parasitário da economia colonial e a inexistência do desenvolvimento de infraestruturas necessárias para um aproveitamento da exploração agrícola. Desse modo, a ideia de improdutividade geral do povo guineense, que se acreditava estar voltada apenas para a produção de subsistência, imperava. O projecto de desenvolvimento da administração colonial para esse território passava, assim, por aumentar a taxa de exploração da agricultura camponesa, mas se confrontou com a reação dos pequenos comerciantes. Estes fugiam à dependência da administração central, uma vez que, historicamente, beneficiavam-se da relação de proximidade com os produtores, assim como do conhecimento acerca dos mercados que haviam conquistado ao longo de séculos (GALLI; JONES, 1987, p. 9-10). Dessa forma, a partir de 1950, as exportações da colónia para a metrópole começam a diminuir e a dependência externa começa a acentuar-se. Uma dependência que se tornará permanente.

Vejamos, a seguir, os resultados da nossa investigação sobre a dita população “civilizada”.

Tabela 2: Relações Laborais da população “civilizada” na Guiné portuguesa em 1950, segundo a taxonomia laboral desenvolvida no IISH

Relações Laborais	Discrição das Relações Laborais	F	% F	M	% M	Total	% T
-1	Relação Laboral desconhecida	2380	29%	941	11%	3322	40%
1	Indivíduos inaptos para o trabalho ou que não é suposto trabalharem, incluindo crianças, idosos, e pessoas com deficiência física ou mental	881	11%	1004	12%	1887	23%
2	Indivíduos que vivem de rendimentos	42	1%	5	0%	47	1%
3	Desempregados	1	0%	132	2%	133	2%
12	Indivíduos empregados por conta própria	57	1%	153	2%	210	3%
13	Empregadores	6	0%	282	3%	288	3%
14	Trabalho para a economia de mercado – Empregados assalariados	374	4%	1276	15%	1650	20%
18	Empregados assalariados de instituições não direccionadas para a economia de mercado, como funcionários do Estado, das Forças Armadas, etc.	77	1%	712	9%	788	9%
População Total		3819	46%	4501	54%	8320	100%

Fonte: Censo da população de 1950, População civilizada. Lisboa, 1959, V. I.

A população considerada “civilizada” era formada por 8.320 indivíduos, os quais detinham um estatuto elevado na sociedade guineense, entre colonos da metrópole, nativos de Cabo Verde e negros que haviam adquirido o estatuto de assimilado. Crianças e jovens eram incluídos na população economicamente ativa aos 15 anos de idade, embora tenhamos encontrado registos de crianças que assumiam uma ocupação profissional a partir dos dez anos. Observamos que, ao contrário da população nativa, no grupo social da população “civilizada”, o número de pessoas envolvidas directamente na agricultura é muito diminuto. Estes se distribuem, sobretudo, pela área do comércio – em torno de 31%. Enquanto entre os “não civilizados” 97% estão envolvidos nas atividades primárias, entre os “civilizados” somente 8% aparecem nesse sector. Nesse estatuto, o sector do comércio é o mais expressivo, mas a população “civilizada” distribuía-se ainda pelos sectores dos serviços domésticos, construção, forças armadas, educação, bancos e outras institui-

ções financeiras. O trabalho feminino é incipiente, correspondendo a 6% da população economicamente activa efectivamente empregada.

No que concerne às relações de trabalho: entre a população “civilizada” predominam as relações de emprego, que se apresentam mediante denominações associadas à forma de assalariamento e ao estatuto de relação laboral (assalariados, empregados, patrões, funcionários). Entre a população “não civilizada”, ao contrário, predominam formas de trabalho pré-capitalistas, como a exploração da terra na forma de “agricultores isolados” (homens) e o trabalho doméstico rural (mulheres).

Embora o censo indique que a maioria da população activa masculina detinha uma posição de independência quanto à sua produção (e como consequência, também as mulheres, que no censo aparecem dependentes economicamente da população masculina), na forma da denominação de “agricultores isolados”, vivendo numa base económica de subsistência, a questão é que a independência económica, no caso dos agricultores africanos, era limitada, pois havia culturas obrigatórias (sobretudo de campos de amendoim) e o pagamento de um tributo ao estado colonial, na forma de imposto da palhota. Ao longo desse período, intensifica-se a economia monetária e há o estabelecimento de relações de produção capitalistas – com a obrigação de trabalho nos campos de amendoim, em troca de moedas de prata ou panos. Parte dessa remuneração serviria para o pagamento do imposto da palhota e para as multas, às quais muitos agricultores africanos estavam sujeitos, caso não fossem cumpridas as suas obrigações fiscais e comerciais (a obrigatoriedade de estabelecer comércio exclusivamente com o Estado colonial). Embora o número de assalariados seja muito diminuto (principalmente nesta colónia, onde não se efectivou uma presença colonial forte e onde imperava uma indústria incipiente), podemos observar que as relações de produção capitalista se estabeleciam e se tornavam predominantes, em estreita simbiose com o mercado externo, seja português ou europeu. Dessa forma, convém termos em conta a importância dos estudos comparativos, inter-relacionais, numa perspectiva transnacional e transcontinental, para a compreensão dos fenómenos que se relacionam com o trabalho e com as relações laborais.

Podemos, desse modo, ter em conta que a exploração das matérias-primas coloniais se dava principalmente através de dois sistemas, intrinsecamente conectados: a extracção da mais-valia, mediante baixíssimos salários ou sem remuneração, com a obrigatoriedade de plantações específicas requeridas pelo mercado português e europeu (como o óleo de amendoim); e a monopolização desse mercado que, nesta colónia, era maioritariamente detido pela empresa CUF, através da Casa Gouveia e pelo Banco Nacional Ultramarino e Sociedade Nacional de Sabões, através da Sociedade Comercial Ultramarina. A par da grande companhia monopolista, o governo colonial apropriou-se das redes comerciais internas tanto quanto podia, contro-

lando-as e colocando-as a serviço dos interesses monopolistas; a troca de produtos manufacturados, do vinho ou das moedas em prata pelos bens produzidos pelos agricultores era pouco compensadora para estes últimos. Essa monopolização efectivava-se com a extracção das matérias-primas das colónias, depois transformadas nas indústrias da metrópole, no âmbito do condicionamento industrial, simbolizado na grande concentração de capitais e numa conseqüente alta taxa de lucro. Isso decorria da eliminação da concorrência e da entrada de matérias-primas a custos baixos, assim como do escoamento dos seus bens produzidos na metrópole (como tecidos de algodão e o vinho de mesa), de fraca qualidade (em conseqüência desse condicionamento e pela rara estimulação da modernização industrial), para a colónia guineense.

1.2 – Trabalho e Relações Laborais na Guiné-Bissau em 1991

A operação censitária sobre a qual nos debruçaremos agora, tendo como base o censo de 1991, embora, no que tange às relações de produção, revele mudanças, no âmbito da principal actividade económica nada mudou. A ocupação agrícola continua a ser maioritária, num quadro de fraco desenvolvimento do sector secundário e terciário.

Tabela 3: Relações Laborais na Guiné-Bissau em 1991, segundo a taxonomia laboral do IISH

Relações Laborais	Definição das Relações Laborais	F	% F	M	% M	Total	% Total
-1	Relação Laboral desconhecida	5656	1%	11999	1%	17655	2%
5	Agregado familiar – Familiares dependentes envolvidos na produção	18167 7	19%	62023	6%	24370 0	25%
12	Indivíduos empregados por conta própria	10840	1%	19657	2%	30496	3%
13	Empregadores	1069	0%	2427	0%	3496	0%
14	Trabalho para a economia de mercado – Empregados assalariados	3899	0%	8406	1%	12305	1%
18	Empregados assalariados de instituições não direccionadas para a economia de mercado, como funcionários do Estado, das Forças Armadas, etc.	423	0%	2873	0%	3298	0%

1+2	Indivíduos inaptos para o trabalho ou que não são suposto trabalhar, incluindo crianças, idosos, e pessoas com deficiência física ou mental / Indivíduos que vivem de rendimentos	191026	20%	220542	23%	411568	42%
4+12	Agregado familiar – Chefes de produção / Indivíduos empregados por conta própria	106914	11%	118390	12%	225304	23%
14+18	Trabalho para a economia de mercado – Empregados assalariados / Empregados assalariados de instituições não direccionadas para a economia de mercado, como funcionários do Estado, das Forças Armadas, etc.	4918	1%	26443	3%	31381	3%
População Total		506422	52%	472760	48%	979203	100%

Fonte: Recenseamento Geral da população e Habitação, 1991, Lisboa, 1996.

Em 1991, a população total era de 979 mil pessoas, praticamente o dobro das que habitavam o território em 1950. Demonstrando a prevalência do atraso, grande parte da população, 82,5%, está envolvida na agricultura, fenómeno que se expressa nos trabalhadores por conta própria e familiares não remunerados¹¹. A exploração agrícola continua a ser, agora de forma claramente explícita, a principal actividade económica do país. A exploração da terra continua a basear-se num sistema familiar, “não existindo sistema de remuneração no verdadeiro sentido da palavra” (VAZ, 1996, p. 24). A excepção parecia ser as plantações estatais de larga escala, mas que empregavam, nos anos 80, apenas 500 trabalhadores assalariados. A maioria encontrava-se em estado de abandono (GALLI; JONES, 1987, p. 138).

¹¹ Todos os dados estatísticos referenciados neste artigo, relativos ao censo de 1991 e que não estejam relacionados com outras obras que, convenientemente, serão referenciadas em nota, fazem parte da nossa análise (quantitativa, agregada ou estimada) dos seguintes momentos censitários desse mesmo ano: República da Guiné Bissau, Instituto Nacional de Estatística e Censos, *Recenseamento Geral da População e Habitação, 1991, Resultados Definitivos, v. 1, Nível Nacional*, Lisboa, 1996; Vaz, João, *Análise Características Económicas*, República da Guiné Bissau, Instituto Nacional de Estatística e Censos, Lisboa, 1996. Sobre as Relações Laborais na Guiné-Bissau em 1991, segundo a taxonomia laboral do IISH, ver Tabela 3.

Se não existem grandes diferenças no sector mais importante da economia, o agrícola, constatam-se, porém, algumas diferenças entre 1950 e 1991 numa análise quantitativa dos censos. Há, em primeiro lugar, uma maior percentagem de pessoas que não trabalham, isto é, não são economicamente activas, em 1991. A razão para tal assenta-se no facto de haver uma maior percentagem no número de estudantes.

Existem ainda menos familiares não remunerados do que em 1950: a consideração dos censos acerca das mulheres como parte activa na economia rural e urbana é aqui essencial. No entanto, há ainda uma percentagem apreciável de mulheres, no censo de 1991, consideradas como economicamente inactivas, devido às suas funções maioritariamente domésticas no meio urbano. Nas cidades as mulheres têm menor capacidade de encontrar emprego que os homens, devido às suas fracas habilitações literárias, mas, ainda assim, participam do ensino, da saúde, da administração pública e de outras actividades económicas, embora em números menos substanciais que a população masculina. Como complemento da fraca participação feminina no meio urbano está o facto de os seus parceiros as impedirem de ter uma actividade no espaço exterior à habitação, sobretudo no “caso dos homens da etnia muçulmana” (VAZ, 1996, p. 10). Numa economia maioritariamente rural e periférica, a idade da reforma não parece estar estabelecida, à semelhança do que acontecia também no censo de 1950, embora haja registo de que, a partir dos 55 anos, “as mulheres ocupam-se fundamentalmente na lida doméstica, pelo que são consideradas inactivas” (Idem, p. 12). Segundo essa distinção, os homens manter-se-iam economicamente activos durante mais tempo que as mulheres.

Verifica-se, ainda, um patronato com a representação muito baixa na estrutura económica do país, devido ao incipiente sector privado, cerca de 3%, e este é maioritariamente representado pela população masculina, concentrado sobretudo nas áreas urbanas. A restante percentagem representa os assalariados, distribuídos entre os trabalhadores para o Estado e os trabalhadores do sector privado, também com representação maioritária nas áreas urbanas. Porém, o sector privado só começou a progredir a partir de 1987, com a liberalização económica decorrente do Programa de Ajustamento Estrutural, por parte do Fundo Monetário Internacional, o que não exclui as consequências decorrentes, no que tange ao aumento da dívida, como abordamos introdutoriamente. Parece ainda começar a despontar, a partir da análise dos números deste censo populacional, aqueles que trabalham informalmente, embora não existam números claros acerca dessa condição. Tais trabalhadores surgem no censo sob a denominação de “trabalhadores por conta-própria”, nas áreas urbanas. Embora numa percentagem pequena, se comparado aos países desenvolvidos, o número de assalariados subiu exponencialmente quando comparado à percentagem de 1950. Essa diferença deve-se, sobretudo, ao aparato administrativo estatal.

Em relação à idade activa, esta se situava a partir dos oito anos de idade, uma diminuição em face do censo de 1950, o que não deve ser percebido como um retrocesso, mas sim como uma maior fiabilidade do censo de 1991, em comparação com aquele de 1950. Também em 1991, as crianças desde muito cedo estão envolvidas nas actividades agrícolas das suas vilas, as tabancas. A exemplo, em 1997, as crianças nalus que habitam o sul do país são descritas como “seres sociais activos que participam em pleno nas actividades locais desenvolvidas, nomeadamente no trabalho na agricultura” (MOREIRA, 1997, p. 77). As crianças, a partir dos seis anos, colaboram com os membros mais velhos da comunidade nos campos de frutos, na pesca, na colheita dos alimentos, entre outras tarefas. Algumas das crianças mais velhas dedicam-se, inclusive, a árvores de frutos “oferecidas pelos seus pais, das quais cuidam e cujos frutos vendem utilizando o dinheiro para a compra do vestuário dos dias de festa, ou para o pagamento das entradas nos bailes” (Idem, p. 79).

Após a independência, os camponeses deixaram de estar sujeitos a trabalho ou a plantações forçadas. Porém, o PAIGC parece ter continuado algumas das políticas do Estado Novo, nomeadamente a manutenção do monopólio do comércio interno e externo, assim como uma política de preços baixos imputada aos produtores (GALLI; JONES, 1987, p. 109). Dessa forma, os camponeses continuaram a utilizar as velhas estratégias para fazer face a uma situação que lhes era pouco benéfica: a saída dos produtos da Guiné-Bissau através do mercado ilegal, a emigração ou a diminuição da produção. Paralelamente, o PAIGC parece também não ter dotado o país de infra-estruturas necessárias à modernização do sector, utilizando os recursos disponíveis no desenvolvimento urbano em projectos de “valor dúbio” para a população rural (Idem). A população rural, afastada do desenvolvimento cidadão, principalmente em Bissau, a capital, foi igualmente afastada dos quadros estatais, tendo dificuldade de encontrar um enquadramento representativo das suas ambições (Idem, p. 188). As poucas indústrias que iam surgindo estavam pouco vocacionadas para o trabalho agrícola e o sistema educativo mostrava-se pouco relevante para as comunidades rurais. Há até mesmo escolas oficiais que não funcionavam em algumas regiões do país, por falta de professores. Em 1997, apenas 40% das crianças frequentavam o ensino elementar e só 4% prosseguiram os estudos para além dessa etapa. O ensino é oficialmente realizado em língua portuguesa, idioma que até alguns professores têm dificuldade em dominar, por não ser falado no quotidiano (MOREIRA, 1997, pp. 88-91). Paralelamente, a maioria das crianças muçulmanas frequenta ainda a escola corânica, mas são principalmente as crianças do sexo masculino que “aprenderão a ler e a escrever árabe e passarão a utilizar os caracteres de uma língua que lhes é estranha para escreverem” (Idem, p. 89). As grandes ajudas monetárias, consequência da depen-

dência externa do recente país, eram dirigidas para a importação, e esses bens seguiam habitualmente para as cidades e não para atender às demandas de que a maioria da população que habitava o meio rural continuava a necessitar (GALLI; JONES, 1987, p. 117). No entanto, as grandes razões explicativas, por parte do PAIGC, para a falta de produtividade continuavam a recair nos camponeses, com o aval do Banco Mundial (Idem, p. 118). Por sua vez, na perspectiva dos camponeses, “o Estado não tinha providenciado as mínimas condições de reprodução, seja em termos de infra-estruturas, transportes, comércio ou indústria” (Idem, p. 120).

No período balizado entre 1950 e 1974, intensifica-se uma política económica industrial em Portugal, coincidindo com o período de mais intensa exploração colonial e, conseqüentemente, com a manutenção, sob um mesmo regime, de relações laborais diferentes na metrópole e nas colónias. Desse modo, a extracção da mais-valia na colónia portuguesa focou-se em duas circunstâncias que se interligam: o monopólio comercial e a exploração do trabalhador africano. Os baixos custos de produção, consequência de uma remuneração do trabalho negro muito barata ou simplesmente gratuita – o trabalho forçado –, fez com que um conjunto de comerciais e industriais se beneficiasse do sistema de produção colonial através de uma estreita relação entre industriais e regime salazarista, com a manutenção benéfica para os primeiros de um condicionamento industrial em Portugal e no ultramar, relacionado com a manutenção de um regime ditatorial em Portugal e nos territórios sob a sua alçada, que perdurou por quase cinquenta anos.

Na Guiné-Bissau pró-independência, manter-se-á a estrutura de monopólio comercial, dependência externa e fraca produtividade como consequência de uma resistência colectiva dos agricultores em relação ao Estado e com sua fraca participação na vida económica, social e política do recém país. As heranças das estruturas burocráticas, económicas e sociais do Estado Novo estão bem patentes na nova sociedade formada após a independência. A fraca uniformidade na distribuição dos recursos internos e externos (através das importações e ajudas externas) manter-se-á e apenas uma pequena elite (principalmente aquela concentrada em Bissau) beneficiar-se-á deles.

Se na Guiné portuguesa as matérias-primas eram transferidas directamente para a metrópole para ali serem transformadas e se assistia a uma forte dependência da colónia de produtos importados de Portugal, no período pós-1974 a dependência económica manter-se-á, através de um fraco impulso económico em relação à agricultura, a escolhas de valor industrial dúbio e à continuidade da dependência estrangeira, num quadro de permanentes ajudas internacionais e programas económicos estruturais desenvolvidos pelo FMI e pelo Banco Mundial.

Considerações finais

Marx e Engels, em *A ideologia alemã*, acerca das condições reais da libertação do homem, deixam claro que a “libertação” é um ato histórico efetuado por relações históricas que incluem o nível da indústria, da agricultura, do comércio etc. Ou seja, “não é possível conseguir uma libertação real a não ser no mundo real e com meios reais” (MARX; ENGELS, 1984, p. 25). Tratava-se ali de conectar a filosofia alemã à realidade alemã, esclarecendo que aquilo que os indivíduos são depende das condições materiais da sua produção.

A estrutura social e o Estado decorrem constantemente do processo de vida de determinados indivíduos; mas destes indivíduos não como eles poderão parecer na sua própria representação ou na de outros, mas como eles são realmente, ou seja, como agem, como produzem materialmente, como trabalham, portanto, em determinados limites, premissas e condições materiais que não dependem da sua vontade. (Idem, p. 21).

Pensamos ter encontrado aí a chave para pensar a Guiné-Bissau a partir dos seus processos reais de vida, sob condições materiais que não dependiam das vontades livres dos guineenses. Nesse sentido, foi possível constatar que, para além da brutal exploração a que os guineenses foram submetidos, a história desse povo e a história da natureza por vezes se confundem, como bem indicam as clivagens étnicas e a cultura, aspectos amplamente discutidos por Amílcar Cabral (1974).

Ao analisar a realidade cultural do seu povo, Cabral referia-se, por exemplo, ao fato de o africano sentar no chão e comer com a mão. Apesar do respeito que tinha aos costumes do seu povo, ele percebia que era preciso avançar. “Não há, camaradas – dizia ele –, não há povo no mundo que avançasse a sério, comendo com a mão”. E ainda, dirigindo-se aos seus camaradas: “Ninguém pense que ser africano é ter chifres pegados ao peito, é ter mezinho na cintura. Esses são os indivíduos que ainda não compreenderam bem qual a relação que existe entre o homem e a natureza” (CABRAL, 1974, p. 23). Essa ignorância foi oportunamente explorada, o que, por um lado, fica demonstrado pelo trabalho forçado, pelos baixos salários, por vezes, pela completa ausência de remuneração e, por outro, pela transformação da matéria-prima na metrópole, o que explica o baixo nível de industrialização da Guiné.

Certamente, as condições económicas impostas aos guineenses contribuíram para a manutenção do atraso, como ficou demonstrado ao longo da nossa exposição. Nesse sentido, acreditamos que, embora os estudos estatísticos relativos à Guiné-Bissau sejam escassos e de valor dúbio, escondendo,

por vezes, a verdadeira situação económica, as formas de exploração do trabalho e as relações laborais da sociedade guineense, ainda assim a análise dos dados quantitativos, articulada às fontes históricas, nos parece relevante, porquanto abre inúmeras possibilidades para outros estudos. Nem de longe esgotamos o tema. De facto, os dados e a proposta apresentada por nós para a construção de uma tabela quantitativa das relações laborais consubstanciam apenas uma fase preliminar do estudo pretendido. Por exemplo, não conseguimos indicar claramente os números daqueles envolvidos no trabalho forçado ou no trabalho infantil, bem como no trabalho informal, embora saibamos que essas modalidades de trabalho existiram e ainda existem. Por certo, precisamos de uma maior familiaridade com as fontes que guiarão a continuidade deste estudo, para podermos avançar com números aproximados que exprimam essa realidade ainda pouco visível, mas isso não invalida o esforço investido, cujo desencadeamento foi possibilitado pelo *Global Collaboratory on the History of Labor Relations: 1500 – 2000*.

Malgrado os limites expostos, poder estudar concomitantemente relações laborais antigas e modernas nos garantiu a possibilidade de analisar o passado pelas luzes do presente e, assim, poder identificar relações nas quais a exploração tanto se apresenta na forma de extracção de mais-valia, como em expressões que traduzem antigas formas de exploração do homem pelo homem, que não devem ser identificadas com as relações capitalistas. Fica evidente que o fato de a economia burguesa servir de chave para a economia antiga (MARX, 2011) não faz desaparecer as diferenças históricas, ainda que o liberalismo tente fazer crer que as formas burguesas estiveram presentes nas sociedades anteriores. Afinal, até hoje coexistem formas atrasadas com o capitalismo desenvolvido, contudo, há que se levar em conta o que é predominante e como isso se refletiu e se reflete na história dos homens.

Bibliografia

- BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (Dir.). *História da Expansão Portuguesa*, v.V: *Último Império e Recentramento (1930-1998)*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1999.
- CABRAL, Amílcar, *Alguns Princípios do Partido*. Seara Nova, 1974.
- CAPELA, José, *O imposto da palhota e a introdução do modo de produção capitalista nas colónias*. Porto: Afrontamento, 1977.
- CARREIRA, António, Apreciação dos primeiros números discriminados do censo da população não civilizada de 1950 da Guiné Portuguesa, *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, v. VI, Nº 21. Lisboa: Sociedade Industrial de Tipografia, 1951.
- CARREIRA, António, *Aspectos históricos do Islamismo na Guiné Portuguesa*, separata do nº 84 do ano XXI do *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*. Bissau, 1966.

- CARREIRA, António, Guiné Portuguesa – Censo da população não civilizada de 1950, *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, v. VII, Nº 28, 1952. Lisboa: Sociedade Industrial de Tipografia.
- CASTRO, Armando, *O sistema colonial português em África (meados do século XX)*, Editorial Caminho, Lisboa, 1978.
- CRUZ, Jorge Manuel M. A. Lopes, *Trabalho e Relações Laborais na Guiné – Bissau (1950-1991)*. O Programa de Ajustamento Estrutural na Republica da Guiné-Bissau Uma avaliação política e ética. Lisboa, 2007. Dissertação de Mestrado, ISCTE, Disponível em: www.portaldodoconhecimento.gov.cv/bitstream/10961/476/1/
- DAVILA, Julio D., *Shelter, Poverty and African Revolutionary Socialism, Human Settlements in Guinea Bissau*, International Institute for Environment and Development, Human Settlements Programme. London, 1987.
- GALLI, Rosemary E.; JONES, Jocelyn, *Guinea-Bissau, Politics, Economics and Society*. Pinter e Rienner: Great Brittany, 1987.
- GALVÃO, Henrique; SELVAGEM, Carlos, *Império Ultramarino Português. Monografia do Império*, v. II, Empresa Nacional de Publicidade, 1951.
- MARQUES, António Henrique de Oliveira (Coord.). *O Império Africano 1890 – 1930*, Vol. XI. In SERRÃO, Joel; MARQUES, António Henrique de Oliveira (Dir.). *Nova História da Expansão Portuguesa*. Lisboa: Editorial Estampa, 2001.
- MARX, Karl. *Grundrisse*. São Paulo: Boitempo Editorial e Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2011.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Editora Moraes, 1984.
- METAS, Jean, *La Guinée Portugaise au XX^e siècle*, Agence de coopération culturelle et technique, Académie des Sciences D'autre-mer. Paris, 1984
- MOREIRA, Amélia Frazão, Menino entre árvores e lianas – aprendizagem do mundo e das plantas pelas crianças nalus (Guiné-Bissau), *Educação, Sociedade e Culturas*, nº 7, 1997.
- PÉLISSIER, René, História da Guiné, *Portugueses e Africanos na Senegâmbia (1841 – 1936)*, v. II. Lisboa: Editorial Estampa, 1989.
- PORTUGAL, Instituto Nacional de Estatística, *Anuário Estatístico do Ultramar 1950-1951*. Lisboa: Tipografia Portuguesa, Lda., 1952.
- PROVÍNCIA DA GUINÉ, *Censo da População de 1950, População Civilizada*, v. I, Junta de Investigações do Ultramar, Centro de Estudos Políticos e Sociais. Lisboa, 1959.
- PROVÍNCIA DA GUINÉ, *Censo da População de 1950, População Não Civilizada*, Volume II. Lisboa: Tipografia Portuguesa, Lda., s.d.
- REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU, Instituto Nacional de Estatística e Censos, *Recenseamento Geral da População e Habitação, 1991, Resultados Definitivos*, v. I, Nível Nacional. Lisboa, 1996.
- SANGREMAN, Carlos *et all*, A evolução política recente da Guiné Bissau: as eleições presidenciais de 2005, os conflitos, o desenvolvimento, a sociedade civil, *Caderno de Estudos sobre África e do Desenvolvimento do Instituto*

- Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa. Coleção Documentos de Trabalho, n° 70. Lisboa, 2006.*
- TROTSKY, Leon. *História da Revolução Russa*, Tomo Um, Parte Um. São Paulo, 2007.
- VAN DER LINDEN, Marcel, *Workers of the World, Essay Toward a Global Labor History*. Boston: Brill, Leiden, 2008.
- VAN DER LINDEN, Marcel; Lucassen, Jan, *Prolegomena for a Global Labour History*. Amsterdam: International Institute of Social History, 1999.
- VAZ, João, *Análise Características Económicas*, República da Guiné-Bissau. Instituto Nacional de Estatística e Censos: Lisboa, 1996.

Relações Laborais em Portugal: 1800-1900

António Monteiro Cardoso

Sónia Ferreira

No presente artigo procurar-se-á fazer um esboço das relações laborais no Portugal de 1800 e 1900, apresentando em primeiro lugar as fontes utilizadas e um quadro geral da situação do país, discutindo posteriormente de forma mais detalhada uma proposta de mapeamento das relações laborais à época, a partir das fontes consultadas e utilizando a terminologia e a grelha classificatória do projecto “Global Collaboratory on the History of Labour Relations 1500-2000” (<https://collab.iisg.nl/web/labourrelations>) e “Relações Laborais em Portugal e no Mundo Lusófono 1800-2000: continuidades e rupturas”.

A selecção dos cortes temporais, 1800 e 1900, vai de encontro ao proposto nos projectos enunciados e prende-se com uma metodologia de trabalho partilhada e que visa o cruzamento e a comparabilidade de dados. Devido no entanto às fontes e aos recursos bibliográficos disponíveis para 1800 e 1900, o tipo de informação passível de ser recolhida e comparada apresenta lacunas significativas. De todo o modo parece-nos exequível um primeiro exercício que apresente e discuta os dados recolhidos para estes segmentos temporais.

Portugal entre dois séculos

Em 1913 Portugal apresenta o rendimento per *capita* mais baixo da Europa ocidental, no entanto Pedro Lains não deixa de atribuir à economia portuguesa, entre os anos de 1850 e 1913, uma “nota de bom comportamento”(Apud MARTINS, 1997, p. 483). O crescimento económico neste período caracteriza-se por um produto agrícola que cresce 0,9% ao ano, o produto

industrial 2,9 %, a população 0,8%, o produto interno bruto 1,5% e o rendimento *per capita* 0,8% (Idem, p. 484). Este crescimento é contudo desigual, não resultando no aumento significativo do capital e da produtividade mas assinalando-se um aumento da força de trabalho, numa época em que esta se caracteriza por ser abundante e barata. Segundo Martins (Idem, p. 483), o que acontece é que Portugal cresce empobrecendo. Pires de Lima (1982, pp. 1300-1301) refere por exemplo para a industrialização, o seu ritmo de crescimento lento até ao final do século, seguido de um arranque que se processa sobretudo nos sectores tecnologicamente menos avançados mas que dispõem de mão-de-obra abundante como as conservas ou os têxteis. O autor assinala ainda duas características importantes deste processo, por um lado a fraca concentração industrial que contribui para a dispersão dos operários e por outro a importância do sistema que designa de semiproletariado que ocorre em paralelo com a subsistência “de modos de submissão formal do trabalho ao capital (indústria doméstica, oficinas artesanais)” (Idem, p. 1302).

Relativamente à relação entre sector agrícola e industrial, é importante perceber como estes evoluíram. O sector industrial cresceu mais significativamente do que o agrícola no período supracitado e de forma até superior à verificada em países já fortemente industrializados como a Inglaterra, a França, Itália ou Espanha. Contudo este avanço não foi suficiente para igualar os seus congéneres europeus e, no final do século XIX, a proporção entre produção agrícola e industrial é de 2 para 110, mantendo-se a agricultura como principal actividade económica. Como refere Martins:

“se em 1850 o sector primário concentrava 75% da população activa (masculina), o secundário 10% e o terciário 17%, sessenta anos mais tarde a agricultura ainda ocupava 61% dos activos e a indústria e os serviços, respectivamente, 22% e 17%, o que fazia de Portugal um país essencialmente agrícola e rural (em 1910 somente 17% da população viviam em centros urbanos com mais de 5000 habitantes, enquanto na Europa a taxa de urbanismo rondava os 36%)” (MARTINS, 1997, p. 485).

A mesma autora considera ainda que apesar deste quadro o mercado de trabalho se alargou consideravelmente e as condições de vida melhoraram, fruto do processo de modernização e desenvolvimento económico que se inicia com a Regeneração (Ibidem).

A questão salarial não será amplamente discutida neste artigo, contudo importa salientar que a dificuldade em aceder a informações concretas sobre este aspecto da vida económica e laboral, nomeadamente sobre o número de dias de trabalho ou a remuneração do trabalho pago à peça, tarefa ou empreitada dificulta a observação das relações laborais dado que um trabalhador que não disponha de um salário fixo será mais propenso à multiplicação de tarefas, ou seja, ao estabelecimento de múltiplas relações laborais, que tanto podem ser perduráveis no tempo, como intermitentes ou casuísticas, criando

uma mão-de-obra em constante deslocação entre empregos e eventualmente migrante. Esta pluriactividade pode contudo não significar alteração do tipo de relação laboral estabelecida com os diversos empregadores, pois um trabalhador pago à hora e com estatuto precário, acumulará provavelmente esse estatuto noutros empregos semelhantes. Na época em análise esta situação é uma das possíveis mas não a única a apresentar-se pois muitos operários acumulavam também, por exemplo, um trabalho de horário e salário fixo num estabelecimento fabril com outras actividades laborais pagas à peça ou à tarefa que eram realizadas fora do horário de produção, em casa ou noutro estabelecimento fabril. Nestas tarefas podiam ainda envolver-se os outros membros do agregado familiar, nomeadamente as crianças e em algumas regiões pode ainda encontrar-se alternância entre trabalho agrícola para o mercado ou de subsistência, com a actividade industrial ou mesmo piscatória.

Nestes casos será interessante, para além de detectar a existência de um quadro múltiplo de relações laborais junto de um mesmo individuo ou agregado doméstico, sejam estas de carácter fixo ou sazonal, analisar como eram geridas, que expectativas estabeleciam, que estratégias suscitavam, que representações despoletavam. A recolha e análise de material etnográfico poderá aportar informações preciosas neste campo.

Relativamente à pluriactividade ou à sazonalidade, podemos tomar como exemplo o Douro, onde a crise filoxérica de finais do séc. XIX provocou uma diminuição da procura de mão-de-obra e uma baixa generalizada dos salários, que deu origem a migrações laborais sazonais para trabalhar, por exemplo, na actividade mineira ou nas obras públicas. Na indústria conserveira, assim como na indústria têxtil e noutras, também a mão-de-obra aumentava ou diminuía em função da matéria-prima disponível.

Um outro aspecto sobre o qual é necessário aportar um olhar crítico prende-se com as características da mão-de-obra disponível e nesse sentido é importante perceber como as mulheres e os menores se situavam perante o mercado de trabalho. O trabalho infantil e o trabalho feminino constituem desde sempre duas áreas de difícil acesso mas, entre finais do séc. XIX e início do séc. XX, com uma grande expressão em determinados sectores. Como afirma Martins:

“calcula-se, aliás, que na indústria têxtil o *domestic system* envolvesse um número de trabalhadores femininos e infantis próximo ou mesmo superior ao dos efectivos a tempo total ou parcial. E o mesmo acontecia no sector agrícola, onde tanto para tarefas marcadamente sazonais (ceifas, debulhas, vindimas ou apanha de azeitona) como para os trabalhos de limpeza de terra, plantio de baceiros, abertura de valas, drenagem de pântanos ou construção de açudes, muros, terraços, etc, as grandes explorações recorriam frequentemente ao trabalho de empreitada” (1997, p. 487).

Nesta época o aumento da mão-de-obra feminina e infantil é considerável, tanto na agricultura, como na indústria e mesmo no comércio. Em 1890, 36% da população activa é feminina, sendo esta percentagem superior em sectores como o têxteis ou as conservas. Matias (s/d) refere como em 1903 três quartos dos operários têxteis do Norte eram mulheres e crianças e Martins como “na Herdade de Palma o trabalho feminino e juvenil aumentou cerca de 700% entre 1870 e 1890 e nalgumas tarefas (caso das mondas) o seu peso passou mesmo a ser dominante na década de 1890” (1997, p. 498).

Este aumento, contabilizado, da mão-de-obra feminina e infantil é explicado pelo aumento do próprio mercado de trabalho que necessitando de efectivos integra cada vez mais uma mão-de-obra considerada desqualificada e por isso mesmo barata. Este último factor vai aliás provocar dissensões e reivindicações já que a mão-de-obra masculina se ressentirá desta nova vaga de trabalhadores. A partir do final do século este tipo de mão-de-obra será mesmo abertamente hostilizada, sendo acusada de contribuir para o mal-estar social, defendendo-se a promulgação de leis que a condicionem ou proibam em determinados sectores de actividade. O Recenseamento Geral da População de 1911, regista uma diminuição da população activa feminina relativamente ao de 1890, sendo o sector agrícola o que apresenta o maior decréscimo. No entanto, devido ao carácter mais precário, flexível e sazonal de muita desta mão-de-obra é difícil apresentar uma quantificação estável, pois a condenação social da mão-de-obra feminina e infantil vai certamente conduzi-la a uma marginalização que dificulta a contabilização dos seus efectivos. As primeiras leis que regulamentam o trabalho de mulheres e menores datam, nesta época, de 1891 mas este vai ser um tema recorrente do debate público e do confronto social durante pelo menos metade do século vindouro. Em 1933, o Estado Novo vê-se mesmo obrigado a implantar o Estatuto do Trabalho Nacional¹, onde regulamenta o trabalho infantil e o trabalho feminino. Neste âmbito, é indispensável não isolar estas questões das concepções políticas e ideológicas dominantes, não só sobre o trabalho ou as relações laborais mas sobre os próprios trabalhadores, sobre o papel e estatuto que ocupam na sociedade em que vivem, sobre a moral e as percepções vigentes e, mesmo em termos científicos, sobre os paradigmas dominantes, nomeadamente no caso das mulheres e das crianças sobre as tarefas que a sua fisiologia poderia ou não suportar, que seriam ou não recomendáveis e em que termos.

As mulheres, na maior parte dos sectores de actividade, tinham um salário em média de metade do dos homens e o das crianças metade do destas sendo a sua distribuição por sectores de actividade de:

¹ Sobre esta questão ver, por exemplo, Mónica (1982) e (1986) e Pimentel (2001).

“a indústria têxtil, com 87,8% de mão-de-obra feminina e infantil, em segundo lugar, os tabacos, com 71%, e, em terceiro lugar, o vestuário, com 43%. Três décadas depois, em 1910-1911, o número de menores e de mulheres na indústria fabril aumentara, respectivamente, 340% e 537%, e representava 17,8% e 38% deste operariado, e o seu peso era dominante nas indústrias de cordoaria (77%), conservas (65,5%), alimentação (63%), têxtil (60,5%), tabacos (57,4%) e chapelaria e camisaria (55,4%). A maior proporção de jovens encontrava-se nas indústrias vidreira (22%), têxtil (18,7%), metalúrgica (14,7%) e cerâmica (14,5%) (OLIVEIRA SIMÕES Apud MARTINS, 1997, p. 490).

Uma questão igualmente relevante prende-se com o trabalho doméstico ou realizado no domicílio e nomeadamente a sua definição, quantificação e contabilização. Em alguns sectores, como os têxteis, vestuário, calçado, entre outros, há muito trabalho encomendado por empreitada a ser realizado no domicílio dos trabalhadores. Se, neste artigo, não se procede à contabilização ou caracterização dessa produção devido à enorme dificuldade em encontrar dados sobre esta, é importante não deixar de referir que a invisibilidade de um número importante de trabalhadores obscurece o peso que um determinado tipo de relação laboral pode ter no quadro geral do país. Retomar-se-á esta questão na análise dos Recenseamentos Gerais da População de 1890, 1900 e 1911, onde o trabalho designado como “Doméstico” surge por duas vias. Por um lado os “Trabalhos Domésticos” incluídos nas “Profissões” e que incluem “cocheiros e moços de estrebaria; cozinheiros; porteiros e guardas de armazém; sineiros e sacristões (nas aldeias)) e os “Serviçais empregados no serviço doméstico” distribuídos pelas várias “Profissões”. O trabalho realizado no domicílio, no seio do agregado familiar, não apresenta uma categoria própria, sendo necessário não esquecer que este pode ser realizado para fora, como o trabalho de carácter industrial, agrícola ou doméstico (lavar roupa e cozinhar para terceiros) ou destinar-se ao consumo do próprio agregado familiar (manutenção da casa e da propriedade).

Os Recenseamentos Gerais da População: dados demográficos e crítica das fontes

As ideias iluministas que se afirmaram em finais do século XVIII trouxeram consigo a necessidade de conhecer o país, de inventariar as suas riquezas e potencialidades, de modo a permitir uma administração racional e uniforme, baseada numa informação fidedigna. Essa tarefa começou por ser executada pela Academia Real das Ciências, fundada em 1779, através de numerosos estudos como as *Memórias Económicas* e em corografias e descrições locais, mas foi sobretudo na década final de Setecentos que conheceu

um maior impulso, ao ser tomada em mãos pelo Estado, como forma de dar execução a um projecto de reforma da administração local, que pusesse termo à fragmentação e às descontinuidades, que caracterizavam as unidades territoriais de então.

Para fundamentar esse projecto de nova demarcação das comarcas, foram nomeados magistrados para cada uma das províncias, os juizes demarcantes, com o objectivo de fazerem o levantamento detalhado de todas as povoações, com o número de fogos, de homens e mulheres, bem como das ocupações a que se dedicavam. Além disso, deviam indicar os tributos que se pagavam, as autoridades que tinham jurisdição, as feiras, as riquezas mineiras, as distâncias em relação à Corte e à sede da comarca e outras informações económicas e sociais.

Embora o projecto de reordenamento a que se destinavam não tivesse seguimento, tudo indica que os juizes demarcantes fizeram um levantamento bastante completo, mas infelizmente perdeu-se a maior parte da documentação. Entre os que chegaram até nós, deve destacar-se o *Mappa do estado actual da provincia de Tras-os-Montes* elaborado em 1796 pelo juiz demarcante Columbano Pinto Ribeiro de Castro², também autor em 1801 de uma *Descrição da Comarca da Feira*, da qual era corregedor³.

Paralelamente a estes trabalhos destinados ao reordenamento territorial, o desenvolvimento do exército permanente em Portugal levou à realização de censos parciais com o objectivo de racionalizar o recrutamento militar. Entre os vários levantamentos da população então efectuados com esse objectivo, salienta-se o *Mappa do Reino do Algarve*, de 1788, mandado fazer pelo respectivo governador militar, contendo mapas da população, distribuída pelas diferentes terras, com indicação do sexo, da idade e das “*dignidades, ocupações e officios*”⁴. De referir também o censo ordenado em 1789 pelo intendente Pina Manique, que incidiu sobre o termo de Lisboa, com a finalidade pragmática de fixar equitativamente pelas freguesias os 4.177 recrutas necessários para completar os corpos militares da província da Estremadura.

² Publicado por José Maria Amado Mendes, com o título “*Trás-os-Montes nos fins do século XVIII, segundo um manuscrito de 1796*”. Coimbra: INIC, 1981.

³ Publicada por Inês Amorim na separata da Revista da Faculdade de Letras, Porto, 2.^a série, vol. XI, 1994, pp. 230-285.

⁴ “Mappa Geral de diferentes objectos, e noticias do Reyno do Algarve. Feito no tempo do Conde de Val de Reys, Governador e Capitão General do dito Reyno”, 1788, BN, códice 922.

O Recenseamento de 1801

Depois de algumas décadas em que prevaleceu a recolha de dados parciais, limitados a uma comarca ou província, surgiu finalmente na viragem do século o primeiro censo à escala nacional, o recenseamento de 1801.

Dada a maior implantação da Igreja em comparação com a debilidade do Estado, a Secretaria de Estado da Fazenda recorreu às autoridades eclesiásticas para efectuar este recenseamento. Assim, remeteu as fichas impressas do censo aos bispos, que as fizeram chegar aos párocos que existiam nas 4.100 freguesias do país, os quais lhas devolveram depois de preenchidas. Os dados abrangeram 97% das freguesias, tendo a maior parte das falhas ocorrido nos “isentos”, ou seja freguesias subtraídas à autoridade dos bispos, por pertencerem a mosteiros ou ordens militares. Embora agregados segundo a divisão eclesiástica, os dados foram depois reordenados segundo as circunscrições administrativas: províncias, comarcas e concelhos.

O que se pedia nas fichas eram informações sobre o número de pessoas existentes na freguesia, por idades (1 a 7 anos, 7 a 25, 25 a 40, 40 a 60, 60 a 80, 80 a 100 e de 100 anos para cima) e sexo, sobre os nascimentos e óbitos por sexo ocorridos em 1801 e, por fim, o total de habitantes e o número de fogos. No verso da ficha indicavam-se as fontes a que o pároco devia recorrer, bem como a indicação, por sexo, do número de pessoas que nesse ano tinham faltado à desobriga da Quaresma e os motivos dessa falta⁵. Ou seja, ao contrário do censo da população de Espanha efectuado em 1797, o censo de 1801 não indica as profissões das pessoas. Além disso, também não fornece dados quanto ao estado civil.

À parte estas omissões, as informações incluídas no censo têm merecido credibilidade, atestada de um modo geral por uma equipa de investigadores, que publicou em 2001 uma edição crítica do recenseamento e que efectuou um trabalho de confrontação dos dados com os originais das fichas, o que permitiu colmatar algumas lacunas, corrigir erros manifestos e de um modo geral verificar a qualidade dos mesmos⁶. Recorremos também a outros estu-

⁵ Daniel Ribeiro Alves utilizou esta fonte para um artigo intitulado “Religiosidade e Mobilidade da População Portuguesa no início do século XIX. As faltas à desobriga pascal em 1801” in *Penélope* n.º 28, 2003, pp. 31-55.

⁶ Desse trabalho resultou a publicação em 2001 pelo INE de uma edição crítica deste censo e do de 1849, em 3 volumes com o título *Os Recenseamentos da População Portuguesa de 1801 e 1849*”, coordenado por Luís Nuno Espinha da Silveira, com Daniel Ribeiro Alves, Sofia Lucas Martins e colaboração de Teresa Rodrigues. No 1.º volume desta obra publicam-se os dados do censo de 1801, agregados segundo a divisão administrativa então vigente (província, comarca e concelho), incluindo

dos, em especial a dissertação de doutoramento sobre este tema apresentada por Fernando de Sousa em 1979 à Faculdade de Letras do Porto⁷. Esta obra contém dados parciais de um segundo recenseamento mais completo relativo ao ano de 1802, de que apenas restaram no arquivo parlamentar documentos relativos a nove dioceses, correspondentes a 22 comarcas, mas que também não fornece informações sobre as ocupações.

Deste modo o apuramento das tipologias de relações laborais para o período de 1800 apresenta grandes dificuldades devido à ausência de dados exaustivos e compilados sobre as profissões em geral mas igualmente o trabalho feminino, o trabalho infantil, os vínculos laborais nomeadamente se se trabalha para o mercado ou para o Estado, a relação com a propriedade e a hierarquia.

Os Recenseamentos Gerais da População – 1900

Relativamente a 1900, a utilização dos Recenseamentos Gerais da População (RGP) como fonte primária e primeira para este período, prende-se com o facto de estes, com os seus inerentes problemas, constituírem a fonte mais sistematizada e disponível. Começar-se-á por isso por uma análise crítica do tipo de informação que pode ser recolhida junto destes estudos de forma a caracterizar o panorama das relações laborais no Portugal de 1900.

Em 1890, 1900 e 1911 são produzidos RGP que apresentam como dados gerais, uma “população de facto” de 5.049.729, 5.423.132 e 5.960.056 indivíduos respectivamente. Nestes recenseamentos pode encontrar-se informação sobre os “fogos-população de residência habitual” e “população de facto”, divididos por sexo, local de nascimento, estado civil e nível de literacia e a “população de facto” dividida em grandes grupos profissionais por sexo, grupos de idade e número e composição das famílias. Relativamente à actividade económica, em 1864 não foram ainda apurados elementos desta natureza e em 1878 e 1920 os dados recolhidos não foram publicados. Como refere Nunes (2001, p. 151), dez recenseamentos incluem dados sobre a distribuição da população por profissões ou por ramos e sectores de actividade nomeadamente os de 1890, 1900, 1911, 1930, 1940, 1950, 1960, 1970 (com dados provisórios apenas), 1981 e 1991.

No que diz respeito ao conceito de “profissão” que nos merece atenção particular pela ligação que permite estabelecer com a análise das relações

também, pela primeira vez, o nível microscópico da freguesia, onde os dados foram recolhidos.

⁷ Fernando de Sousa, *A População Portuguesa nos Inícios do Século XIX*. Porto, 1979, edição policopiada.

laborais no período aqui em análise, este é um conceito que esteve presente nos RGP desde cedo apesar das dificuldades apresentadas⁸, sendo mesmo anterior a conceitos como o de população activa, revelando o interesse que o Estado moderno sempre teve na caracterização e contabilização da sua mão-obra, tanto em efectivos como na sua distribuição pelos diversos sectores de actividade. A primeira definição internacional deste conceito surge no Congresso de Estatística de S. Petersburgo (1872) onde é apresentado como: “a situação ou ofício em que o Recenseado auferê os principais proventos ou a que dedica a maior parte da actividade” (cit em CARRILHO, 1996, p. 74). Como refere Carrilho, esta primeira definição é bastante imprecisa já que “a profissão é reportada ao ofício, à ocupação ou à posição social do recenseado” (Ibidem) e ao facto deste ser inquirido sobre a sua profissão não distinguindo se esta se refere ao próprio recenseado, ao seu patrão e/ou chefe de família, agregando os indivíduos em unidades maiores, como a casa ou a oficina, e não informando sobre a sua real condição de trabalhador. O Instituto Internacional de Estatística faz a ressalva, precisando que “cada indivíduo deve ser classificado segundo a sua própria profissão e não segundo a profissão do patrão” (cit em Ibidem) mas não é possível apurar a exactidão desta atitude no preenchimento e tratamento dos inqueritos, aliás o preenchimento do item neste ano de 1864 é tão deficiente que não é aconselhado o seu apuramento. Destaca-se igualmente como difícil o apuramento das situações em que os indivíduos teriam mais do que uma ocupação profissional, o que será aliás uma preocupação que acompanhará os RGP subsequentes.

Nas inquirições posteriores, 1878 e 1890, a definição de profissão continua a levantar problemas e nesse sentido, em 1890, foi determinado que o recenseado deveria indicar “as especialidades” em que a sua profissão se inseria (agricultura, indústria, obras públicas, etc), sendo criada para esse efeito uma tabela classificatória com doze grandes divisões profissionais que será sub-dividida por sexo e faixas etárias (menos de 20 anos, 20-39 anos, 40-59 anos e mais de 60 anos). No RGP de 1900, nas intruções dadas aos recenseadores, é mesmo indicado que dêem especial atenção às partes concernentes à profissão, vindo essa menção em destaque nos próprios Boletins, num rectângulo no canto superior esquerdo⁹. Relativamente ao preenchimento dos inqueritos, são os próprios inquiridos (e aqui referimo-nos aos desig-

⁸ O Recenseamento Geral da População de 1864 é considerado o primeiro deste género em Portugal e integra já esta categoria.

⁹ Para uma informação mais detalhada (exemplo de Boletim e Legislação) para 1900 consultar http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=censos_historia_pt_1900; para 1911 http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=censos_historia_pt_1911.

nados “Chefes de Família”) a preenche-los, excepto se não souberem ler e escrever, situação em que o recenseador preenche os formulários a partir das informações fornecidas¹⁰.

Em 1900, o RGP contínua no entanto a apresentar de forma indiferenciada profissão e posição social, mas introduz a ideia de “profissão principal”, ou seja, “aquela que ocupasse mais tempo ao recenseado”. Carrilho (1996) chama ainda a atenção para o facto de neste RGP se manterem as categorias dos que exercem profissão e dos sem profissão, englobando esta última os proprietários vivendo em exclusivo dos seus rendimentos e as mulheres cuja ocupação exclusiva sejam as tarefas domésticas nas suas próprias casas. Neste foi igualmente inovadora a introdução de uma pergunta sobre o ramo de actividade, comércio ou indústria de que o recenseado se ocupasse. No próprio Boletim encontram-se varidíssimos exemplos de ramos do comércio ou indústria passíveis de serem seleccionados.

Relativamente ao apuramento da profissão, é interessante destacar a forma como esta questão surge enunciada no Boletim de 1900:

“Qual a sua profissão, emprego, ofício ou posição social? (as pessoas sem profissão respondem – nenhuma; e as que tiverem mais do que uma profissão indicam a principal, isto é, a que lhes ocupa mais tempo)”. Esta questão encontra-se depois sub-divida em três outras, uma primeira que questiona “Sendo jornaleiro ou trabalhador – em que espécie de trabalho está actualmente (ou esteve actualmente) empregado”; uma outra que abre o grupo: “para os que ocupam na agricultura”, questionando: “1) é proprietário cultivador? (que cultiva directamente as suas terras); 2) ou é rendeiro, quinteiro, caseiro, meeiro?; 3) ou jornaleiro? Ou criado de lavoura?” e a que finaliza: “para os que se ocupam na indústria ou no comércio”, dividida em: “1) em que ramo de indústria ou de comércio se ocupa; 2) é patrão? (isto é, trabalha por sua conta?); 3) ou empregado (director, chefe ou gerente de qualquer exploração, empregado de escritório ou de armazém, caixeiro, guarda-livros, etc); 4) ou oficial, operário, aprendiz?; 5) ou jornaleiro? Ou criado (sem ser no serviço doméstico)”.

A transcrição destas questões permite-nos apurar que existe um desdobramento no que diz respeito ao entendimento das relações laborais em inquirição, pois questiona-se sobre o ramo de actividade mas também sobre a posição relativa à propriedade e à hierarquia.

¹⁰ Estas directivas podem ser lidas na Legislação promulgada para o efeito. Consultar para 1900 http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=censos_historia_pt_1900 e para 1911 http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=censos_historia_pt_1911

Em 1911, dá-se um avanço conceptual importante pelo facto do conceito de profissão deixar de estar ligado à ocupação ou situação social para ser considerado como “a arte ou ofício exercidos pelo recenseado”. A questão colocada já não refere a posição social, no Boletim existe um grupo designado por “Profissão” que se encontra sub-dividido em 9 secções. Nestas podem encontrar-se as seguintes questões:

- 1) “Qual é a sua profissão, arte ou ofício?
- 2) Qual é o seu emprego?
- 3) Exerce-o por sua conta, por conta do Estado, de municipalidade ou de particular?
- 4) (sendo por sua conta) É patrão? (isto é, tem empregados sob a suas ordens?)
- 5) (sendo por conta do Estado ou de municipalidade) Que cargo desempenha?
- 6) (sendo por conta de particular) É empregado? (director, chefe ou gerente de qualquer exploração, empregado de escritório ou armazém, guarda-livros, caixeiro, etc)
- 7) É oficial, operário ou aprendiz?
- 8) É jornaleiro ou criado (sem ser de serviço doméstico)
- 9) Ocupando-se da agricultura: 1) é proprietário cultivador? (isto é cultiva directamente as suas terras?); 2) é rendeiro, meeiro?; 3) é feitor, caseiro, abegão, capataz?; 4) é jornaleiro ou criado de lavoura.”

No Boletim de 1900, vinha já em destaque a necessidade de precisão relativamente à designação da profissão dos inquiridos. O Boletim de 1911 vai um pouco mais longe e dedica um pequeno texto ao assunto, intitulado “Nota Importante”, onde se pode ler:

“Uma das informações que se deseja dada com a máxima precisão e clareza, é a relativa às profissões. É indispensável que não haja confusões. Para isso, para ajudar os recenseados a responder se apresentam aqui uma lista das principais profissões, que não é completa mas inclui a maioria das ocupações do nosso país. As pessoas sem profissão, os proprietários vivendo exclusivamente do rendimento dos seus bens, as mulheres ocupando-se apenas no serviço da sua casa, os menores ainda sem ganhar a vida ou não aprendizes de qualquer profissão responderão que nenhuma profissão têm. Aqueles que na lista não encontrarem designada a sua profissão, designarão a que exercem pelo nome porque for mais vulgarmente conhecida. As designações genéricas e vagas, como agricultor, comerciante, industrial, empregado do comércio, empregado público, oficial, operário, etc, não são suficientes; é indispensável que o recenseado indique com a máxima precisão e clareza o ramo de comércio ou de indústria que exerce, em que

condição se ocupa na agricultura, o lugar que como empregado do Estado ou particular desempenha, a arte ou ofício em que trabalha, etc”.

A distinção entre profissão e emprego é interessante e não surgem nas instruções de preenchimento quaisquer indicações sobre a diferença existente entre as duas situações. Mas acima de tudo importa destacar a vontade de recolher dados que sejam precisos relativamente à situação na profissão, nomeadamente se trabalha para o mercado ou para o Estado, a relação com a propriedade e a hierarquia. Mais difícil de apurar parece ser se a relação é de assalariamento, trabalho por empreitada, à peça, etc.

No RGP de 1920 introduz-se no conceito de “profissão principal” a ideia de que esta não seria apenas aquela que ocuparia mais tempo ao inquirido mas igualmente a que lhe rendesse maior rendimento económico, inquirindo-se ainda sobre a entidade para a qual o indivíduo exerce a profissão e, no caso da indústria, em que ramo a exerceria. Este RGP, tal como ocorreu com outros anteriores, apresenta grandes falhas ao nível da aplicação dos inquéritos o que não permitirá por exemplo a análise das profissões, recomendando-se mesmo a realização de um novo inquérito que permitisse recolher mais informações e rectificar muitas outras. O RGP seguinte, de 1930, introduz uma categoria importante para o estudo do trabalho e das relações laborais que é o conceito de “população activa”, definido como o conjunto de “indivíduos exercendo uma profissão lucrativa e dos membros da família auxiliando os respectivos chefes (parentes e as mulheres dos chefes cuidando do arranjo das respectivas casas)”. A profissão passa assim a integrar este conceito mais lato embora também regida no sentido que lhe é atribuído, já que, segundo Carrilho (1996), esta é de novo equiparada à ocupação ou situação do recenseado. Neste RGP os indivíduos são ainda classificados em 58 grupos profissionais, mas as dificuldades que continuam a persistir sobre a definição do conceito de profissão fazem com que mais uma vez os dados não possam ser tratados (Ibidem).

Relativamente às estimativas sobre a população, a população total apurada no censo de 1801 foi de 2.845.990 habitantes correspondente a um total de 3.966 freguesias. No entanto, como os autores da citada edição crítica de 2001 colmataram algumas das lacunas da documentação existentes no Arquivo Histórico Parlamentar, através do recurso a outras fontes, apuraram um total de 2.893.532 habitantes, para o equivalente a 4.014 freguesias. Segundo o censo, 1.382232 eram homens e 1.462026 mulheres, o que com adição das lacunas resolvidas dá um total de 1.398.361 homens e 1.480.001 mulheres

A partir das informações do verso da ficha sobre as pessoas que faltaram à “desobriga”, uma vez que os motivos da falta não são sistemáticos, nem exaustivos, podemos concluir que a população das paróquias registada nos recenseamentos, corresponde à população estável, logo em número inferior à população efectiva (Sousa, 1979:74).

Alguns grupos sociais não foram registadas pelos párocos, por razões várias, tais como:

- a) Forças armadas – é de crer que grande parte dos militares que integravam o exército e a marinha não foram recenseados.
- b) Clero regular e população estudantil – a população de conventos, recolhimentos, da Universidade de Coimbra, colégios, seminários – incluindo familiares, alunos e criados não foi recenseada, porque não estavam sujeitos à jurisdição paroquial.
- c) Expostos – As crianças abandonadas nas rodas ou confiadas às amas não foram contadas.
- d) População flutuante de marginais, vadios, desertores, mendigos, ciganos e outros excluídos.
- e) Pescadores que andavam em embarcações no alto mar e mesmo pescadores da costa, “*gente grosseira, fugitiva da igreja*”
- f) Funcionários públicos em serviço nas colónias, grande parte dos operários que trabalhavam nas fábricas (embora fossem objecto de um recenseamento industrial), os presos, os doentes dos hospitais, albergarias e lazaretos, as pessoas de outras religiões que não a católica, os mentecaptos (doentes mentais que não podiam comungar) e os estrangeiros, entre os quais os milhares de galegos que trabalhavam em Portugal. (SOUSA, ob. cit., pp. 74-76.)

A partir do censo de 1801, passou a dispor-se de uma fonte fidedigna para os cálculos da população que se seguiram, mas com uma importante lacuna já apontada: a ausência de dados quanto à ocupação da população recenseada.

Os motivos que levaram à omissão desta matéria no censo de 1801 não são facilmente compreensíveis, se tivermos em conta que tal figurara em muitos levantamentos parciais da população de finais do século XVIII efectuados sobretudo pelos juizes demarcante. Esta omissão contrasta também com a opção seguida em Espanha no censo de 1797, cujos resultados foram publicados em 1801, que regista as diferentes profissões, com uma classificação por ocupações muito detalhada. A opção seguida em Portugal no censo de 1801 limita a utilidade do censo, que terá tido mais em vista o reordenamento das divisões administrativas e o recrutamento militar.

De facto, após a realização do censo de 1801, vai ser do ponto de vista militar que as questões da população vão ser predominantemente abordadas, numa época marcada pela “Guerra das Laranjas”, que ocorreu no ano do recenseamento e pela eminência de novos e mais graves conflitos. Constitui um exemplo disso o longo estudo que o Marechal de Campo Gomes Freire de

Andrade publicou em 1806 sobre a organização do exército, na sua relação com a população, a agricultura e a defesa do país¹¹. Foi nesse contexto que se afirmou Miguel Marino Franzini, um oficial da Armada, que passou para o Real Corpo de Engenheiros, tendo dirigido a partir de 1806 a Comissão de Cadastro Estatístico. Homem de ciência e de vastos conhecimentos estatísticos, a ele se devem numerosas obras sobre a população, o modo de organizar o exército, bem como o orçamento, a renda e a sua distribuição por classes.

Para o que aqui nos ocupa, o censo de 1801 e a omissão de ocupações, interessam-nos sobretudo as “Reflexões...” sobre o regulamento do exército de 1816, que foram publicadas em 1820¹². Nessa obra, Franzini procura calcular a população da altura, tendo como base os dados do censo de 1801, que se cifravam num total de 1.426.500 homens e 1.504.500 mulheres, o que dava um total de 2.931.000 habitantes. A esse número havia que subtrair a perda de 131.000 indivíduos, dos quais 130.000 do sexo masculino, causada pelos que passaram ao Brasil acompanhando a família real e os mortos na invasão francesa e nas campanhas que se sucederam., pelo que a população se reduziria a 2.800.000 pessoas.

Como ele reconhece, trata-se de avaliações com suficiente aproximação, mas para ir mais longe era necessário conhecer cada uma das classes de que se compõe o total da população, nomeadamente quanto às profissões. Para suprir essa falta, Franzini elaborou um quadro de classificação das profissões, que exercem todos os indivíduos maiores de 16 anos de idade, servindo de norma a classificação utilizada no censo espanhol de 1797, “*com algumas alterações que pareceram necessárias e supondo a povoação de Portugal de 2.800.000 indivíduos*” (FRANZINI, ob cit., p. 12). Adrien Balbi considera que, apesar de não se basear numa contagem efectiva das diferentes classes do reino, mas sim de um trabalho efectuado por Franzini a partir do censo espanhol, com as modificações necessárias face à diferença entre os dois países “*é de crer que os resultados não difeririam muito dos que se obteriam se se tivesse feito em Portugal o trabalho que se fizera em Espanha*” (Balbi, 1822, t I, p.235).

Não obstante se tratar de uma estimativa, foi esta a única classificação das profissões existente durante largos anos, a ponto de por vezes ser vista como se resultasse de uma efectiva contagem. Os números apresentados para

¹¹ *Ensaio sobre o Methodo de Organizar em Portugal o Exército relativo à População, Agricultura e Defesa do País por Gomes Freire de Andrade Marechal de Campo*

¹² *Reflexões sobre o actual Regulamento do Exército de Portugal publicado em 1816 ou Analyse dos artigos essencialmente defeituosos e nocivos à Nação com um Projecto de hum Plano de organização para o mesmo exército, ilustradas com mapas da população do reino, e sua classificação segundo as idades, sexo, estado, e Profissões enviado para a Corte do Rio de Janeiro em Novembro de 1816, e presentemente publicado pelo seu Autor o coronel graduado da Brigada Real da Marinha Marino Miguel Franzini*

cada classe são consentâneos com o que sabe sobre a sociedade da época, através de outras fontes, desde logo a prevalência da agricultura, que ocupa 481.000 homens, dos quais 250.00 são trabalhadores jornaleiros. Mais duvidosa é a estimativa de 96.000 lavradores e proprietários, e de 135.000 rendeiros, dada a maior dificuldade de calcular e distinguir estes subgrupos da “classe” agrícola. O segundo grupo mais numeroso é o dos fabricantes e artistas, ainda assim de apenas 131.000 homens, o que condiz com uma sociedade pré-industrial, em que predominam os 98.500 mestres, e, a grande distância, os 24.500 oficiais e os 8.000 aprendizes, o que aponta para o predomínio de pequenas oficinas de homens de ofícios.

**Cálculo do número de indivíduos por profissão,
elaborado por Franzini na sua obra publicada em 1822**

Franzini (1822)		Homens	Total
Religião	Clero secular	24 000	38 000
	Dito regular em 420 conventos	14000	
Administração Pública	Empregados na Administração Civil	8 200	18 000
	Letrados, Procuradores, Serventes de Tribunais, etc	7 600	
	Empregados nos Hospitais, Misericórdias, etc	700	
	Presos e condenados	1500	
Forças Militares	Exército e Marinha		35 000
Ciências, Medicina e Artes Liberais	Professores de Ciências	300	9 700
	Mestres de primeiras letras	1500	
	Estudantes acima de 16 anos	2500	
	Medicina, cirurgia e farmácia	4600	
	Artes liberais	800	
Indivíduos que vivem de suas rendas	Proprietários, e outros indivíduos, que vivem de suas rendas		60 000
Comércio e Navegação	Negociantes e Mercadores	6 800	24 300
	Almocreves, carreiros e outros condutores	2 500	
	Marinheiros e pescadores	15 000	
Agricultura	Lavradores, proprietários	96 000	481 000
	Ditos rendeiros	135 000	
	Trabalhadores jornaleiros	215 000	
	Pastores, abegões e outros empregados no tratos dos gados	35 000	

Artes	Reino vegetal	Fabricante – 22 300 Artista – 24 000	46 3000	131 000
	Reino animal	Fabricante – 28 500 Artista – 36 000	61 500	
	Reino mineral	Fabricante – 4 000 Artista – 10 000	14 000	
	Reinos mistos	Fabricante – 1 200 Artista – 5 000	6 200	
N. B. Dos sobreditos Fabricantes e Artistas são:	Mestres			98 500
	Oficiais			24 500
	Aprendizes			8 000
Indivíduos avulsos	Criados graves e de escada abaixo	10 000	47 000	91 950
	Domésticos comuns	37 000		
	Indivíduos não classificados	44 950		

Para 1900 e olhando em particular para o RGP do mesmo ano, que utilizaremos para construir a tabela das relações laborais por ser aquele que remete para a viragem do século e por nenhum dos outros apresentar dados quantitativos que o contradigam na sua globalidade, vemos que tal como em 1890 a população é dividida em doze categorias e sub-dividida por sexo e grupos de idade (menos de 20 anos; entre 20 e 39 anos; entre 40 e 59 anos e idade superior a 60 anos). Para uma melhor clarificação dos dados, comecemos por apresentar a nomenclatura classificatória das “Profissões” utilizada no RGP de 1900, proveniente do estudo anterior de 1890:

Nomenclatura e Classificação das Profissões (segundo o Recenseamento Geral da População de 1890)¹³		
I	Trabalhos Agrícolas	1. Agrónomos (não funcionários públicos) 2. Capadores 3. Coiteiros, monteiros 4. Criadores de animais 5. Cultivadores de viveiros de plantas 6. Hortelãos 7. Jardineiros 8. Lavradores, criados de lavoura e outros, vencendo soldadas anuais

¹³ Existe uma incongruência na datação desta Nomenclatura, já que em nota de rodapé no RGP de 1890, surge a indicação de que esta é retirada da proposta apresentada por Jacques Bertillon numa sessão do Institut International de Statistique, realizada em Chicago em 1893, ou seja três anos depois da suposta realização do RGP.

		<ol style="list-style-type: none"> 9. Lenhadores, carvoeiros (que fazem carvão) 10. Meeiros 11. Operários agrícolas e outros pagos a jornal 12. Proprietários cultivando as suas terras 13. Rendeiros
II	Pesca e Caça	<ol style="list-style-type: none"> 1. Caçadores 2. Moliceiros 3. Ostricultores 4. Pescadores de água doce 5. Pescadores do mar 6. Piscicultores
III	Extracção de materiais minerais da superfície do solo	<ol style="list-style-type: none"> 1. Extracção e preparação de minerais metálicos 2. Minas de combustíveis e indústrias anexas 3. Pedreiras 4. Salinas
IV	Indústria	<ol style="list-style-type: none"> 1. Preparação de couros, peles e matérias duras tiradas do reino animal (ossos, marfim, corno, escama, baleia e nacar) 2. Corticeiros 3. Fabricação de aparelhos e transporte 4. Fabricação de instrumentos de música 5. Fabricação de instrumentos de precisão, cirurgia, etc 6. Fabricação de metais quaisquer 7. Fabricação de objectos de metal 8. Fabricação de produtos químicos 9. Impressores, tipógrafos e encadernadores 10. Industrias de alimentação 11. Indústria de artigos de mobílias 12. Indústria cerâmica (vidros, cristais, porcelanas, faianças, terras cotas, etc) 13. Indústrias de construção civil (poceiros, canteiros, pedreiros, limpa-chaminés, carpinteiros, estucadores, pintores, capatazes, trabalhadores de obras públicas, alvaneios, fabricantes de cal, gesso, cimentos e cabouqueiros). 14. Indústria da madeira 15. Indústrias de matérias lenhosas (cesteiros, fabricantes de objectos de junco, etc) 16. Indústria têxtil (tecidos) 17. Indústrias do vestuário e mais artigos de toilette 18. Operários das fábricas ou oficinas do Estado 19. Ourives, joalheiros e douradores 20. Preparação de couros, peles e matérias duras tiradas do reino animal (ossos, marfim, corno, escama, baleia e nacar) 21. Produção e transmissão de forças físicas (calor, luz, electricidade e força motriz) 22. Relojoeiros 23. Serração de madeira

		24. Tanoeiro 25. Torneiros
V	Transportes	<ol style="list-style-type: none"> 1. Correios, telégrafos e telefones 2. Transportes marítimos (pessoal empregado na conservação, policia e exploração dos portos, armadores e seus empregados, comissários marítimos) 3. Transportes fluviais (pessoas empregado na conservação e policia dos canais, valas e rios; marinheiros, bateleiros, rebocadores, etc) 4. Transportes em caminhos-de-ferro (pessoal empregado nos caminhos-de-ferro, administradores, directores chefes, operários e agentes de todas as espécies) 5. Transportes por estradas, ruas e pontes (pessoal empregado na conservação, nas ruas, esgotos, estradas, pontes, varredores, calceteiros, cantoneiros, etc; cocheiros, moços de fretes, gallegos, carregadores de mercadorias e banheiros)
VI	Comércio	<ol style="list-style-type: none"> 1. Bancos, estabelecimentos de crédito, cambio, seguros, monte-pios, associações de socorros mútuos 2. Comércio por grosso ou a retalho de quaisquer mercadorias 3. Comissões e exportação 4. Hospedeiros, donos de café, taverneiros, aguadeiros, cortadores, padeiros, empresários de teatros e todos os seus empregados, saltimbancos, acrobatas, homens que mostram animais ferozes outras curiosidades
VII	Força Pública	<ol style="list-style-type: none"> 1. Exército 2. Guarda Fiscal 3. Guarda Municipal 4. Marinha 5. Policia
VIII	Administração Pública	<ol style="list-style-type: none"> 1. Funcionários, agentes e empregados admonstrativos de todas as categorias, pagos pelo Estado, pelos distritos ou pelos municípios
XIX	Profissões Liberais	<ol style="list-style-type: none"> 1. Advogados e solicitadores 2. Artistas líricos e dramáticos 3. Artistas (músicos, pintores, gravadores, fotógrafos e escultores) 4. Clero regular (comunidades religiosas) 5. Clero secular 6. Dentistas e oculistas 7. Directores e empregados das casas de saúde, hospitais e hospícios 8. Engenheiros civis e architectos 9. Escrivães, tabeliões, e oficiais de diligências 10. Magistrados e membros dos tribunais de qualquer ordem 11. Médicos, cirurgiões e veterinários 12. Mestres de música 13. Ministros de outros cultos 14. Parteiras e enfermeiras

		15. Farmacêuticos 16. Procuradores 17. Professores particulares 18. Professores públicos 19. Sábios, literatos e publicistas 20. Sacristões nas vilas e cidades e empregados na casa de Bragança
X	Pessoas vivendo exclusivamente do seu rendimento	1. Juristas, pensionistas, reformados ou aposentados, etc 2. Proprietários (exceptuando os proprietários que cultivem as suas terras e que figurem na categoria I)
XI	Trabalhos Domésticos	1. Cocheiros e moços de estrebaria 2. Cozinheiros 3. Porteiros e guardas de armazém 4. Sineiros, sacristões (nas aldeias)
XII	Improdutivos – Profissões desconhecidas	1. Ciganos, mendigos, vagabundos e meretrizes 2. Crianças sem profissão e estudantes, educandos 3. Indivíduos desempregados temporariamente 4. Indivíduos sem profissão 5. Internados em hospícios, asilados e expostos

A partir destas doze grandes categorias profissionais, a população total de 5.432.123 indivíduos é dividida em 1) “indivíduos exercendo uma profissão”; 2) “pessoas de família sem ocupação lucrativa”; 3) “serviçais empregados no serviço doméstico”.

Neste total encontram-se contabilizados 2.591.600 homens e 2.831.532 mulheres. Em termos de literacia, temos como iletrados 4.261.336 indivíduos (1.855.091 homens e 2.406.245 mulheres) e “que sabem ler” 1.161.796 indivíduos (736.509 homens e 425.287 mulheres), sendo bastante visível o desequilíbrio de género.

Relativamente ainda à contagem da população, o censo de 1801 optou por um apuramento etário de 7 em 7 anos, que deu o seguinte resultado:

Intervalos de Idade 1801	Homens	Mulheres
1 – 7	217.316	208.796
7 – 25	389.991	398.349
25 – 40	259.839	300.568
40-60	259.860	279.069
60 – 80	97.740	106.806
80 – 100	9.479	10.006
100 >	68	78

A tabela abaixo apresenta os dados da distribuição de idade para 1900, a partir do total nacional de 5.423.132 indivíduos, mostrando uma população jovem, com cinquenta por cento da população abaixo dos 30 anos. Os valores de 1801 indicam uma maior distribuição da população pelas diferentes

faixas de idade, apesar de revelarem igualmente uma maior concentração no segmento abaixo dos 25 anos.

A população deste período surge como uma população maioritariamente jovem, embora este atributo seja anacrónico, já que à época a esperança de vida era não só mais reduzida como a definição e circunscrição das diversas etapas da vida humana eram mais precoces do que na contemporaneidade, nomeadamente no que diz respeito ao casamento, à procriação, à constituição de um agregado familiar e à entrada no mercado de trabalho. Em 1864, por cada 100 portugueses com idade inferior a 15 anos existiam 14 indivíduos com 65 e mais anos, índice que se manteve quase estável até 1940 e, no RGP de 1864 podemos igualmente constatar que por cada 100 indivíduos em idade activa 55 eram jovens e 8 eram idosos (LEITE, s/d, pp. 41-42). A relação entre homens e mulheres mantém-se também estável neste período, com excepção das primeiras décadas do séc. XX devido à gripe pneumónica (1918), à I Grande Guerra (1914-1918) e ao fluxo migratório (Leite, s/d, pp. 41-42) que nesta época se dirige maioritariamente para o Brasil.

Tabela I – Grupos de Idade 1900

Grupos de Idade – 1900	Homens	Mulheres	Total	Homens (porcentagem)	Mulheres (porcentagem)	TOTAL (porcentagem)
0-4	323 832	313 177	637 009	12,50%	11,06%	11,75%
5-9	309 797	300 354	610 151	11,95%	10,61%	11,25%
10-14	295 286	285 095	580 381	11,39%	10,07%	10,70%
15-19	250 045	264 918	515 863	9,65%	9,36%	9,51%
20-24	216 995	248 470	465 465	8,37%	8,78%	8,58%
25-29	184 154	208 310	392 464	7,11%	7,36%	7,24%
30-34	161 878	188 522	350 400	6,25%	6,66%	6,46%
35-39	141 932	163 596	305 527	5,48%	5,78%	5,63%
40-44	145 024	168 027	313 651	5,60%	5,93%	5,78%
45-49	118 814	139 122	257 936	4,58%	4,91%	4,76%
50-54	123 935	150 476	274 411	4,78%	5,31%	5,06%
55-59	86 322	103 859	190 181	3,33%	3,67%	3,51%
60-64	92 234	115 261	207 495	3,56%	4,07%	3,83%
65-69	51 868	64 385	116 253	2,00%	2,27%	2,14%
70-74	41 871	55 748	97 619	1,62%	1,97%	1,80%
75-79	21 564	27 875	49 439	0,83%	0,98%	0,91%
80-84	13 805	18 931	32 736	0,53%	0,67%	0,60%
85-89	4 022	5 550	9 572	0,16%	0,20%	0,18%
90-94	1 134	2 058	3 192	0,04%	0,07%	0,06%
95-99	350	602	952	0,01%	0,02%	0,02%
100 e mais	89	227	316	0,00%	0,01%	0,01%
desconhecida	5 749	6 370	12 119	0,22%	0,22%	0,22%
TOTAL	2 591 600	2 831 532	5 423 132	100,00%	100,00%	100,00%

Em termos do estado civil, o censo de 1801 não pedia essa informação, ao contrário do de 1802, do qual apenas possuímos dados parciais. Com base nesses dados, Fernando de Sousa (1979, pp. 174-175) apresenta um quadro com percentagens de solteiros, casados e viúvos, distinguindo homens e mulheres, para 22 comarcas.

Em 1900 a maior parte da população é solteira, em termos legais, não se dispondo de dados sobre co-habitação ou concubinação. De um total de 3.297.810 indivíduos solteiros, 1.614.003 são homens e 1.683.807 mulheres. Os indivíduos casados perfazem um total de 1.787.465, sendo 882.997 homens e 904.468 mulheres, os “separados judicialmente” 2.579 (1.233 homens e 1.346 mulheres) e os viúvos 335.278 (93.367 homens e 241.911 mulheres).

De seguida apresentar-se-ão os dados sobre a urbanização em 1800 e os de 1900 recolhidos a partir do RGP do mesmo ano relativamente às profissões, procurando-se delimitar os sectores de actividade com maior expressão no país.

Portugal (1802)						
Distribuição da população por estado civil						
Comarcas	Solteiros %		Casados %		Viúvos %	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Aveiro	61.3	58.7	32.5	31.4	6.2	9.9
Avis	61.3	55.9	33.2	33.7	5.5	10.4
Barcelos	69.3	70.8	26.7	22.9	4.0	6.3
Braga	66.4	67.4	27.7	25.1	5.9	7.5
Bragança	69.0	67.2	26.1	25.5	4.9	7.3
Castelo- Branco	54.4	53.1	42.3	37.9	3.3	9.0
Elvas	66.9	48.7	30.2	40.6	2.9	10.7
Guimarães	60.9	62.0	33.8	30.5	5.3	7.5
Lamego	61.0	61.6	35.0	34.1	4.0	4.3
Leiria	58.3	57.4	37.4	34.1	4.3	8.5
Miranda	65.9	64.9	29.3	27.9	4.8	7.2
Moncorvo	60.5	60.7	34.4	28.4	5.1	10.9
Ourém	59.3	56.6	36.2	34.7	4.5	8.7
Penafiel	62.2	61.8	32.9	31.2	4.9	7.0
Pinhel	52.6	61.8	32.5	29.5	3.8	8.7
Portalegre	55.8	53.8	39.8	35.5	4.4	10.7
Porto	61.7	65.1	33.5	28.3	4.8	6.6
Tomar	58.1	54.3	38.6	36.6	3.3	9.1
Trancoso	58.3	56.4	36.3	33.7	5.4	9.9
Valença	62.0	60.7	33.6	30.9	4.4	8.4
Viana	59.8	63.4	34.8	28.5	5.4	8.1
Vila Real	64.5	65.4	31.4	26.8	4.1	7.8

Alguns Sectores de Actividade, Urbanização e o Mapeamento das Relações Laborais

Em 1800, as cidades correspondiam às sedes das dioceses, à excepção de Lagos, Miranda, Penafiel, Silves e Tavira e todas eram sede de comarca, excepto Silves (SOUSA, 1979, pp. 180-181). No entanto o estatuto de cidade não implicava que se tratava de um centro urbano, qualificação que tem sido determinada em função de critérios quantitativos, também eles só por si falíveis e convencionais. Desde logo, quanto ao limite mínimo de habitantes de uma povoação para que se considere urbana. Tomando como base o número mínimo de 5.000 habitantes, elaborámos o seguinte quadro por províncias:

1800	População urbana		População rural		Povoações com mais de 5.000 habitantes	
Minho	85.847	12,7%	581.689	87,3 %	Porto, Braga, Viana e Guimarães	73.344 (11%)
Trás-os-Montes	11.880	4,5%	253.972	95,5	Nenhuma povoação atingia os 5.000 habitantes	
Beiras	80.155	8,6%	853.229	91,4%	Coimbra, Ovar, Ílhavo, Lamego, Viseu; Covilhã e Castelo Branco	60.020 (6,4%)
Estremadura	244.58	36,4 %	427.582	63,6%	Lisboa, Abrantes, Santarém e Setúbal	194.385 (28,9%)
Alentejo	68.018	25,1 %	202.756	74,9 %	Beja, Elvas, Évora, Portalegre, Estremoz e Castelo de Vide	50.911 (18,8%)
Algarve	30.440	29,5 %	72.867	70,5 %	Faro, Lagos e Tavira	27.945 (27,1%)

Os totais nacionais revelam que dos 25 aglomerados com mais de 5.000 habitantes registam-se 406.595 pessoas (14% da população total) e em freguesias com mais de 2.000 habitantes vivem 862.170 pessoas (29,6% da população total).

Olhando um pouco mais para a frente, vemos como em 1900 é o sector agrícola aquele que agrega a maior parte da mão-de-obra do Portugal dos finais do século XIX, como poderá ser constatado nos Recenseamentos Gerais da População deste período. No quadro I do RGP de 1900, intitulado “População de facto no Reino, classificada segundo as grandes divisões profissionais, distinguindo o sexo, e por grupos de idades” podemos encontrar os seguintes totais:

Tabela II – Profissões 1900

Divisões Profissionais (pessoas exercendo uma profissão; pessoas de família sem ocupação lucrativa; serviços empregados no serviço doméstico) 1900	Distribuição	percentagem do total
Trabalhos Agrícolas	3 367 199	62,09%
Pesca e Caça	52 598	0,97%
Extracção de materiais minerais da superfície do solo	10 151	0,19%
Indústria	1 034 203	19,07%
Transportes	181 984	3,36%
Comércio	332 289	6,13%
Força Pública	72 292	1,33%
Administração Pública	50 099	0,92%
Profissões Liberais	95 160	1,75%
Pessoas vivendo exclusivamente dos seus rendimentos	60 657	1,12%
Trabalhos Domésticos	91 182	1,68%
Improdutivas: profissão desconhecida	75 318	1,39%
TOTAL	5 423 132	100,00%

Estes dados podem igualmente ser analisados na sua distribuição de género e exclusivamente para o universo “pessoas exercendo uma profissão”...

Tabela III – Pessoas exercendo uma profissão – Distribuição por Género (todas as faixas etárias)

Pessoas exercendo uma profissão – Distribuição por género (todas as idades) 1900	Homens	Mulheres	TOTAL	Homens (percentagem)	Mulheres (percentagem)	TOTAL (percentagem)
Trabalhos Agrícolas	1 127 268	380 293	1 507 561	64,19%	55,13%	61,63%
Pesca e Caça	19 708	1 766	21 474	1,12%	0,26%	0,88%
Extracção de materiais minerais da superfície do solo	4 014	323	4 337	0,23%	0,05%	0,18%
Indústria	319 998	135 298	455 296	18,22%	19,61%	18,61%
Transportes	61 961	4 403	66 364	3,53%	0,64%	2,71%
Comércio	96 022	45 773	141 795	5,47%	6,64%	5,80%
Força Pública	37 420	0	37 420	2,13%	0,00%	1,53%
Administração Pública	14 454	219	14 673	0,82%	0,03%	0,60%
Profissões Liberais	20 079	9 077	35 156	1,14%	1,32%	1,44%
Pessoas vivendo exclusivamente dos seus rendimentos	12 000	8 497	20 497	0,68%	1,23%	0,84%
Trabalhos Domésticos	7 292	58 912	66 204	0,42%	8,54%	2,71%
Improdutivas: profissão desconhecida	30 028	45 290	75 318	1,71%	6,57%	3,08%
TOTAL	1 756 244	689 851	2 446 095	100,00%	100,00%	100,00%

Tabela IV – Pessoas exercendo uma profissão – Distribuição por Género (menos de 20 anos)

Pessoas exercendo uma profissão – Distribuição por género (menos de 20 anos) 1900	Homens	Mulheres	Homens (percentagem)	Mulheres (percentagem)
Trabalhos Agrícolas	263 680	8 850	69,41%	6,28%
Pesca e Caça	4 233	452	1,11%	0,32%
Extracção de materiais minerais da superfície do solo	801	131	0,21%	0,09%
Indústria	67 595	37 951	17,79%	26,92%
Transportes	8 310	405	2,19%	0,29%
Comércio	17 600	5 347	4,63%	3,79%
Força Pública	2 051	0	0,54%	0,00%
Administração Pública	337	10	0,09%	0,01%
Profissões Liberais	1 424	704	0,37%	0,50%
Pessoas vivendo exclusivamente dos seus rendimentos	86	107	0,02%	0,08%
Trabalhos Domésticos	1 303	2 474	0,34%	1,75%
Improdutivas: profissão desconhecida	12 470	10 540	3,28%	7,48%
TOTAL	379 890	140 971	100,00%	100,00%

Tabela V – Pessoas exercendo uma profissão – Distribuição por Género (dos 20 aos 39 anos)

Pessoas exercendo uma profissão – Distribuição por género (dos 20 aos 39 anos) 1900	Homens	Mulheres	Homens (percentagem)	Mulheres (percentagem)
Trabalhos Agrícolas	401 402	131 709	58,74%	54,33%
Pesca e Caça	8 074	671	1,18%	0,28%
Extracção de materiais minerais da superfície do solo	1 887	111	0,28%	0,05%
Indústria	142 196	6 832	20,81%	2,82%
Transportes	28 731	1 301	4,20%	0,54%
Comércio	43 166	17 448	6,32%	7,20%
Força Pública	29 925	0	4,38%	0,00%
Administração Pública	5 926	72	0,87%	0,03%
Profissões Liberais	11 925	4 998	1,74%	2,06%
Pessoas vivendo exclusivamente dos seus rendimentos	1 694	1 933	0,25%	0,80%
Trabalhos Domésticos	2 524	12 455	0,37%	5,14%
Improdutivas: profissão desconhecida	5 939	8 876	0,87%	3,66%
TOTAL	683 389	242 406	100,00%	100,00%

Tabela VI – Pessoas exercendo uma profissão – Distribuição por Género (dos 40 aos 59 anos)

Pessoas exercendo uma profissão – Distribuição por género (dos 40 aos 59 anos) 1900	Homens	Mulheres	Homens (percentagem)	Mulheres (percentagem)
Trabalhos Agrícolas	302 383	106 008	64,23%	57,65%
Pesca e Caça	5 085	441	1,08%	0,24%
Extracção de materiais minerais da superfície do solo	1 105	66	0,23%	0,04%
Indústria	84 200	25 362	17,88%	13,79%
Transportes	19 727	2 283	4,19%	1,24%
Comércio	27 646	16 773	5,87%	9,12%
Força Pública	5 004	0	1,06%	0,00%
Administração Pública	6 278	102	1,33%	0,06%
Profissões Liberais	8 780	2 510	1,86%	1,37%
Pessoas vivendo exclusivamente dos seus rendimentos	5 157	3 361	1,10%	1,83%
Trabalhos Domésticos	1 922	18 251	0,41%	9,93%
Improdutivas: profissão desconhecida	3 529	8 720	0,75%	4,74%
TOTAL	470 816	183 877	100,00%	100,00%

Tabela VII – Pessoas exercendo uma profissão – Distribuição por Género (mais de 60 anos)

Pessoas exercendo uma profissão – Distribuição por género (mais de 60 anos) 1900	Homens	Mulheres	Homens (percentagem)	Mulheres (percentagem)
Trabalhos Agrícola	159 803	59 726	71,94%	48,72%
Pesca e Caça	2 316	202	1,04%	0,16%
Extracção de materiais minerais da superfície do solo	221	15	0,10%	0,01%
Indústria	26 007	9 153	11,71%	7,47%
Transportes	5 193	414	2,34%	0,34%
Comércio	7 610	6 205	3,43%	5,06%
Força Pública	440	0	0,20%	0,00%
Administração Pública	1 913	35	0,86%	0,03%
Profissões Liberais	3 950	865	1,78%	0,71%
Pessoas vivendo exclusivamente dos seus rendimentos	5 063	3 096	2,28%	2,53%
Trabalhos Domésticos	1 543	25 732	0,69%	20,99%
Improdutivas: profissão desconhecida	8 090	17 154	3,64%	13,99%
TOTAL	222 143	122 597	100,00%	100,00%

mas também as designadas “divisões profissionais” na categoria “pessoas de família sem ocupação lucrativa”, com menos e mais de 14 anos ...

Tabela VIII – Pessoas de família sem ocupação lucrativa, de menos de 14 anos

Pessoas de família sem ocupação lucrativa (de menos de 14 anos) 1900	Homens	Mulheres	Homens (percentagem)	Mulheres (percentagem)
Trabalhos Agrícolas	456 725	457 028	63,53%	62,94%
Pesca e Caça	7 786	8 933	1,08%	1,23%
Extracção de materiais minerais da superfície do solo	1 512	1 668	0,21%	0,23%
Indústria	151 540	151 032	21,08%	20,80%
Transportes	28 675	29 823	3,99%	4,11%
Comércio	39 923	43 474	5,55%	5,99%
Força Pública	7 860	8 048	1,09%	1,11%
Administração Pública	6 159	6 139	0,86%	0,85%
Profissões Liberais	8 731	8 600	1,21%	1,18%
Pessoas vivendo exclusivamente dos seus rendimentos	4 626	4 789	0,64%	0,66%
Trabalhos Domésticos	5 331	6 633	0,74%	0,91%
Improdutivas: profissão desconhecida	0	0	0,00%	0,00%
TOTAL	718 868	726 167	100,00%	100,00%

Tabela IX – Pessoas de família sem ocupação lucrativa, com mais de 14 anos

Pessoas de família sem ocupação lucrativa (de mais de 14 anos) 1900	Homens	Mulheres	Homens (percentagem)	Mulheres (percentagem)
Trabalhos Agrícolas	59 184	846 130	56,68%	64,07%
Pesca e Caça	1 280	13 046	1,23%	0,99%
Extracção de materiais minerais da superfície do solo	288	2 284	0,28%	0,17%
Indústria	19 825	248 030	18,99%	18,78%
Transportes	4 103	51 051	3,93%	3,87%
Comércio	9 025	78 020	8,64%	5,91%
Força Pública	1 569	14 557	1,50%	1,10%
Administração Pública	1 995	15 895	1,91%	1,20%
Profissões Liberais	3 095	23 700	2,96%	1,79%
Pessoas vivendo exclusivamente dos seus rendimentos	2 459	16 496	2,36%	1,25%
Trabalhos Domésticos	1 588	11 408	1,52%	0,86%
Improdutivas: profissão desconhecida	0	0	0,00%	0,00%
TOTAL	104 411	1 320 617	100,00%	100,00%

... e o mesmo para os “serviçais empregados no serviço doméstico”.

Tabela X – Serviçais empregados no serviço doméstico

Serviçais empregados no serviço doméstico 1900	Homens	Mulheres	Homens (percentagem)	Mulheres (percentagem)
Trabalhos Agrícolas	3 428	37 143	28,38%	39,14%
Pesca e Caça	10	69	0,08%	0,07%
Extracção de materiais minerais da superfície do solo	10	52	0,08%	0,05%
Indústria	891	7 589	7,38%	8,00%
Transportes	195	1 773	1,61%	1,87%
Comércio	2 748	17 304	22,75%	18,23%
Força Pública	242	2 596	2,00%	2,74%
Administração Pública	544	4 694	4,50%	4,95%
Profissões Liberais	2 409	13 469	19,95%	14,19%
Pessoas vivendo exclusivamente dos seus rendimentos	1 599	10 191	13,24%	10,74%
Trabalhos Domésticos	1	17	0,01%	0,02%
Improdutivas: profissão desconhecida	0	0	0,00%	0,00%
TOTAL	12 077	94 897	100,00%	100,00%

A mobilidade, a diversidade e a irregularidade do trabalho assalariado constituem três características do mercado de trabalho no período em análise, assim como um visível recuo nas ofertas e na sua durabilidade a partir de 1890 (MARTINS, 1997, p. 498). O trabalho agrícola constitui um dos sectores que apresenta maior variabilidade na contratação de mão-de-obra, dependente da sazonalidade, da meteorologia e da situação económica.

O mercado de trabalho agrícola apresenta-se como mais irregular do que o industrial, em grande medida porque a sua produção cresceu menos e a parte que cresce não se deve à intensificação da mão-de-obra e da produção mas principalmente devido a uma utilização mais racional dos recursos e “ao aumento da produtividade do trabalho, ao alargamento da área cultivada, à reconversão e diversificação cultural de algumas regiões e aos benefícios decorrentes da construção e melhoria das vias de comunicação” (MARTINS, 1997, p. 494).

O mercado contrai-se fortemente na década de 1850, atravessando posteriormente um período de relativo crescimento, até à viragem do século. Alguns condicionamentos ao crescimento foram a deflagração e propagação da filoxera pelas vinhas do Centro e Sul e por uma crise de sobreprodução na viragem do século. Como refere Martins (IDEM, p. 496), devido ao papel crucial que a viticultura ocupava na economia nacional, a crise que afecta a sua produção terá necessariamente repercussões no mercado de trabalho, tanto ao nível da oferta como da própria procura devido ao empobrecimento e falência de muitos pequenos viticultores que acabam a engrossar a classe de assalariados. Igualmente algum pequeno comércio local e negociantes ligados ao sector abrem falência, numa época em que o sector agrícola não tem como absorver esta mão-de-obra.

Lains e Sousa (1998), no artigo intitulado "Estatística e produção agrícola em Portugal 1848-1914" destacam a dificuldade que apresenta ao investigador a análise do sector agrícola deste período, já que a informação estatística de base é claramente insuficiente. Existem dados sobre a produção nacional desde 1840, mas até ao início da década de 1880 não se encontram estatísticas oficiais e as séries em publicação regular só existirão a partir de 1915.

Os autores, citando Rodrigues de Freitas, Alphonse de Figueiredo e Gerardo Pery, destacam o longo período de expansão da agricultura nacional, que se estende do cabralismo às primeiras décadas da Regeneração, seguindo-se a partir de 1880 uma ideia generalizada de decadência que, como chamam a atenção, ocorre em simultâneo com um período de cobertura estatística mais fraca e sujeito a interpretações que decorrem de métodos de avaliação indirectos e da associação da recessão portuguesa à recessão generalizada da agricultura na Europa ocidental, consequência da crescente concorrência das importações agrícolas do Novo Mundo (LAINS e SOUSA, 1998, p. 13). Defendem por isso alguma prudência e concluem que a evolução da agricultura portuguesa revela "um sector produtivo de crescimento lento e sem alterações estruturais significativas" (IDEM, p. 19).

Nesta época, o maior número de efectivos encontra-se assim no sector agrícola, na indústria no entanto o número de postos de trabalho aumenta mais de 400% entre 1852 e 1910, passando de 16 594 para 89 238. O maior crescimento neste sector verifica-se contudo a partir da década de 1870, em 1881 o operariado fabril aumenta cerca de 40% relativamente a 1852 e em 1910 quase quadruplica relativamente a 1881 (MARTINS, 1997, p. 489). A opinião generalizada dos cônsules estrangeiros presentes em território português é a de que a indústria se encontrava pouco desenvolvida, apesar dos progressos alcançados na última década de Oitocentos, e que o surto industrial se devia em grande medida à protecção pautal (MENDES, 1980, pp.36-37).

Lisboa e Porto constituíam os pólos industriais mais significativos do país, sendo Lisboa o mais dinâmico pela diversidade e dimensão da suas unidades fabris: "entre 1852 e 1890 o operariado industrial de Lisboa mais do que triplicou, enquanto o do Porto duplicou, e entre 1890 e 1910 a população industrial activa de Lisboa aumentou 53% e a do Porto apenas 13%" (MARTINS, 1997, p. 489). Especificamente para o caso do Porto, o estudo de Cordeiro (1996) sobre as suas empresas e empresários na segunda metade do séc. XIX permite uma leitura relativamente abrangente da estrutura industrial portuense entre 1834 e 1914.

É importante ainda destacar neste contexto que a indústria têxtil assume uma posição de relevo por empregar, em 1852, 61% do operariado industrial e apesar do seu declínio progressivo, 37% em 1911, continua a manter a liderança. Outras indústrias com relativa importância são a chapelaria, a

metalurgia, a cerâmica, os tabacos e no final do séc. XIX e início do XX a cortiça e as conservas. (MARTINS, 1997, p. 489).

A indústria têxtil, ao empregar sobretudo mulheres e menores, remete para a discussão do trabalho indocumentado e/ou domiciliário não contabilizado. Tomando por referência o Inquérito Industrial de 1881, Martins argumenta sobre esta questão afirmando:

“nas indústrias fabril, oficial e domiciliária trabalhariam então 5994 menores (6,5% dos operários industriais) e 11 501 mulheres (12,6%), o que parece manifestamente incorrecto, sobretudo se tivermos em conta os números apresentados para o trabalho ao domicílio: 249 menores (nas indústrias de construção de alvenaria e de vestuário) e 2967 mulheres (7,1% destes trabalhadores). Contudo, se incluirmos neste grupo os 30 990 “trabalhadores indiferenciados” recenseados no inquérito, embora os quantitativos globais ainda possam estar subavaliados, o peso do trabalho juvenil e feminino na indústria domiciliária (75,8%) parece mais concordante com a realidade da época.” (MARTINS, 1997, p. 490).

Os dados dos Inquéritos Industriais apresentam na sua globalidade problemas por não incluírem, por exemplo, alguns estabelecimentos pelo número de operários (menos de 10 por exemplo) ou por não contabilizarem igualmente muito do trabalho domiciliário. A desconfiança relativa aos dados apresentados nos Inquéritos Industriais é relativamente generalizada, Amado Mendes (1980) levanta, a título de exemplo, algumas questões para o ano de 1896, apresentando as discrepâncias mais manifestas e em Reis (1986), pode-se consultar um índice da produção industrial entre 1870 e 1914, o que permite fazer um cruzamento com os dados obtidos nos Inquéritos.

Por último, é ainda necessário referir que as obras públicas têm neste período uma função reguladora do mercado de trabalho, tanto ao acolherem trabalhadores nos momentos de crise como em oferecerem trabalho complementar, canalizando assim o Estado alguma da mão-de-obra excedente, desempregada ou a laborar apenas a meio-tempo.

A indústria em Portugal, entre a última metade do século XIX e o início do séc. XX, é um sector dinâmico e na sua globalidade com um crescimento acentuado, no entanto este não é suficiente nem para colmatar o atraso inicial nem para suplantam o domínio da agricultura como actividade económica primeira.

Relativamente à urbanização esta, apesar de ainda incipiente -“em 1910 somente 17% da população viviam em centros urbanos com mais de 5000 habitantes, enquanto na Europa a taxa rondava os 36%” (MARTINS, 1997, p. 500) – não deixa de ser relevante e é necessário olhar para os dados demográficos e a distribuição profissional das urbes portuguesas, nomeadamente de Lisboa e do Porto que constituem os aglomerados populacionais

mais representativos e agregadores de alguns sectores de actividade como a indústria, o comércio e os serviços.

Segundo Mattoso (1993), no Portugal oitocentista Lisboa vive em grande medida à margem dos problemas económicos, sociais e políticos que assolam o país. Esta situação pode ser em parte explicada, segundo Rodrigues (1995), pela sua equiparação em termos de densidade populacional a outras urbes europeias num período de acelerada urbanização.

A cidade apresenta uma distribuição desigual dos sectores de actividade, começando o terciário a ganhar terreno mas mantendo-se, e em alguns casos desenvolvendo-se, núcleos industriais. Como refere Santos et al (2010), as freguesias de São Mamede, Santos, Santa Isabel, Alcântara, Belém, Ajuda, Benfica, Santa Engrácia, Beato, Olivais, Anjos, Charneca, Ameixoeira, Arroios e São Sebastião da Pedreira constituem áreas muito dinâmicas no final do século XIX e que apresentam um considerável aumento populacional, que as autoras consideram, a partir de Rodrigues (1995), dever-se às suas características semi-urbanas, com solos abundantes e baratos, apetecíveis à indústria, sendo por isso também locais de grande concentração de operariado. A freguesia de Santos-o-Velho começa também nesta época a ser um local de fixação de pescadores provenientes da região de Ílhavo, Murtoza e Ovar e que, no início, constituem uma migração sazonal (ALVES cit em SANTOS et al, 2010). Esta zona ribeirinha de Santos, a partir de finais do séc. XIX passa igualmente a ser alvo de uma grande concentração industrial (IBIDEM).

Lisboa tem como de “população de residência habitual” em 1900, 699.423 indivíduos, 360.094 homens e 349.415 mulheres. Destes, 216.973 homens e 226.841 mulheres são “analfabetos” e 143.121 homens e 122.57 mulheres “sabem ler”. Em termos de distribuição profissional podemos ver:

Tabela XI – Lisboa 1900

Lisboa 1900	Distribuição	Percentagem
Trabalhos Agrícolas	15 264	4,29%
Pesca e Caça	502	0,14%
Extracção de materiais minerais da superfície do solo (Mineral extraction from soil surface)	31	0,01%
Indústria	127 890	35,92%
Transportes	31 068	8,73%
Comércio	68 220	19,16%
Força Pública	24 499	6,88%
Administração Pública	15 871	4,46%
Profissões Liberais	17 059	4,79%
Pessoas vivendo exclusivamente dos seus rendimentos	28 841	8,10%
Trabalhos Domésticos	9 957	2,80%
Improdutivas: profissão desconhecida	16 807	4,72%
TOTAL	356 009	100,00%

A cidade do Porto tem como “população de residência habitual” 598.164 indivíduos, 277.658 homens e 320.277 mulheres, sendo que destes são “analfabetos” 169.299 homens e 253.021 mulheres e “sabem ler” 108.359 homens e 67.256 mulheres.

Tabela XII – Porto 1900

Porto 1900	Distribuição	Porcentagem
Trabalhos Agrícolas	9 707	5,78%
Pesca e Caça	684	0,41%
Extracção de materiais minerais da superfície do solo	101	0,06%
Indústria	73 399	43,70%
Transportes	9 490	5,65%
Comércio	35 124	20,91%
Força Pública	7 058	4,20%
Administração Pública	4 859	2,89%
Profissões Liberais	6 845	4,08%
Pessoas vivendo exclusivamente dos seus rendimentos	10 544	6,28%
Trabalhos Domésticos	4 190	2,49%
Improdutivas: profissão desconhecida	5 954	3,54%
TOTAL	167 955	100,00%

Um dos aspectos marcantes da indústria portuense na segunda metade do século XIX traduziu-se na sua grande difusão pelas freguesias centrais da cidade, registando-se mais tarde um lento processo de periferização onde se dá o abandono de algumas das freguesias centrais, como Miragaia e, em menor escala, São Nicolau. É também importante salientar que se trata de um crescimento quantitativo da pequena indústria officinal, e por isso não ocorrem alterações de fundo na estrutura industrial da cidade (CORDEIRO, 1996, p. 315). A maior parte das fábricas eram pequenas unidades, de “feição marcadamente manufactureira, quase sem a utilização de maquinaria moderna e energia a vapor”(Idem: 316), utilizando-se em grande escala a indústria ao domicílio.

Uma outra questão de relevo prende-se com o facto de a industrialização não ter contribuído no Porto para o desenvolvimento urbanístico, apesar da cidade ter conhecido um acentuado crescimento populacional, como refere Cordeiro (1996), aumentando 63% entre 1878 e 1900. Segundo este autor, “para além de a estrutura industrial da cidade ser essencialmente marcada por pequenas unidades, estas instalavam-se – na sua grande maioria – nas residências dos próprios industriais ou, como era frequente, num barracão instalado no quintal. Deste modo, grande parte da indústria portuense não apresentava visibilidade externa, traduzida na existência de edifícios industriais próprios – a fábrica moderna, instalada num edifício de raiz – e de quarteirões preenchidos por grandes concentrações fabris” (IDEM: 325),

tendo aqui o papel do trabalho ao domicílio, extremamente comum, papel de relevo.

Para uma análise mais aprofundada da situação industrial no Porto é igualmente relevante consultar Magalhães (1988), pois a autora realiza uma análise aprofundada e comparativa dos sete inventários industriais realizados durante o séc. XIX para o Porto.

A partir dos dados apresentados e das fontes consultadas, procedeu-se à construção de uma tabela que esboça o tipo e a quantificação das relações laborais para o período de 1900. Nesta podemos encontrar o cruzamento entre as informações recolhidas junto do RGP de 1900 e a proposta classificatório dos projectos citados no início deste artigo. Se a tabela assume um carácter quantitativo, pretende-se que a informação de contexto apresentada acrescente densidade à sua leitura. Não se procedeu a um exercício semelhante para 1800 pois a informação disponível no momento não permite um exercício desta natureza a não ser por extrapolação.

Relações Laborais 1900						
Trabalhos Agrícolas	Indivíduos que trabalham	Trabalho como bem consumível destinado à economia de mercado	Tipo 13 Tipo 14	Empregadores Empregados assalariados	3 367 199	62,09 %
Pesca e Caça	Indivíduos que trabalham	Trabalho como bem consumível destinado à economia de mercado	Tipo 13 Tipo 14	Empregadores Empregados assalariados	52 598	0,97 %
Extracção de materiais minerais da superfície do solo	Indivíduos que trabalham	Trabalho como bem consumível destinado à economia de mercado	Tipo 13 Tipo 14	Empregadores Empregados assalariados	10 151	0,19 %
Indústria	Indivíduos que trabalham	Trabalho como bem consumível destinado à economia de mercado	Tipo 13 Tipo 14	Empregadores Empregados assalariados	1 034 203	19,07 %
Transportes	Indivíduos que trabalham	Trabalho como bem consumível destinado à economia de mercado	Tipo 13 Tipo 14	Empregadores Empregados assalariados	181 984	3,36 %
Comércio	Indivíduos que trabalham	Trabalho como bem consumível destinado à economia de mercado	Tipo 13 Tipo 14	Empregadores Empregados assalariados	332 289	6,13 %
Força Pública	Indivíduos que trabalham	Empregados assalariados de instituições não direccionadas para a economia de mercado, como funcionários do Estado, das Forças Armadas, etc.	Tipo 18	Tipo 18.3 Trabalhador Assalariado à hora, ao dia ou a semana	72 292	1,33 %

Administração Pública	Indivíduos que trabalham	Empregados assalariados de instituições não direccionadas para a economia de mercado, como funcionários do Estado, das Forças Armadas, etc.	Tipo 18	Tipo 18.3 Trabalhador Assalariado à hora, ao dia ou a semana	50 099	0,92 %
Profissões Liberais	Indivíduos que trabalham	Trabalho como bem consumível destinado à economia de mercado	Tipo 12	Indivíduos empregados por conta própria	95 160	1,75%
Pessoas vivendo exclusivamente dos seus rendimentos	Indivíduos que não trabalham		Tipo 2	Afluentes ou Indivíduos que vivem dos seus rendimentos	60 657	1,12%
Trabalhos domésticos	Indivíduos que trabalham	Trabalho como bem consumível destinado à economia de mercado	Tipo 13 Tipo 14	Empregadores Empregados assalariados	91 182	1,68 %
Improdutivas: profissão desconhecida	Indivíduos que não trabalham	Indivíduos inaptos para o trabalho ou suposto não trabalharem (incluindo crianças com idade inferior a X anos, idosos com idade superior a X anos, e pessoas com deficiência física ou mental) Desempregados Trabalho dentro do Agregado Familiar	Tipo 1 Tipo 3 Tipo 4 Tipo 5 Tipo 6	Chefes do agregado e sua produção Familiars não remunerados envolvidos na produção do agregado Criados do agregado envolvidos na sua produção	75 318	1,39 %
TOTAL					5 423 132	100%

Relação Laboral 1900	Total	Percentagem (do total das relações laborais)
2	60 657	1,12 %
1	75 318	1,39 %
3		
4		
5		
6		
7	0	0 %
8	0	0%
9	0	0 %
10	0	0%
11	0	0 %
12	95 160	1,75 %
13	5 069 606	93,49 %
14		
15	0	0%
16	0	0%
17	0	0 %
18	122 391	2,25 %
Total	5 423 132	100.00%

O cruzamento dos dados do RGP de 1900 com a proposta classificatória citada permite uma leitura relativamente estável para a população activa do sector público e privado e para os indivíduos que vivem dos seus rendimentos, ou seja, assalariados e não assalariados (detentores de propriedades, meios de produção, bens de várias espécie) mas coloca bastantes dúvidas no que diz respeito à contabilização da população não-activa, desempregada e a que trabalha para o agregado doméstico pois na categoria “Improdutivos: profissão desconhecida” apresenta apenas 1,39% da população, sendo que nesta categoria devem ser incluídos os indivíduos inaptos para o trabalho ou que é suposto não trabalharem, como as crianças, os idosos e as pessoas portadoras de deficiência física e/ou mental mas também a restante população não contabilizada nos diferentes sectores profissionais. Desconhece-se como são definidos os desempregados e por fim, o trabalho desenvolvido no seio do agregado familiar, pelos chefes do agregado, os familiares não remunerados e os criados envolvidos na produção familiar. No seio desta categoria, sabe-se apenas que as mulheres cuja ocupação exclusiva sejam as tarefas domésticas nas suas próprias casas, são consideradas como “sem profissão”.

Por outro lado, o cruzamento destes dados com os apresentados para a divisão da população por faixas etárias permite-nos concluir que a percentagem de população não-activa infantil tem de ser maior.

Assim, os RGP apresentam alguma acuidade no que diz respeito às definições profissionais e sectores de actividade que apresentam maior número de mão-de-obra mas exibem bastantes lacunas no que diz respeito à aferição e definição dos vários tipos de população não-activa e simultaneamente das diferentes tipologias de relações laborais, pois ao não apresentarem dados mais explícitos para, por exemplo, o tipo de relação laboral efectivamente existente, assalariamento em local de trabalho definido e exterior à habitação, trabalho realizado para o agregado doméstico ou em casa mas em regime de assalariamento ou de trabalho pago à peça ou por empreitada, etc, não oferecem uma leitura exacta do panorama laboral do Portugal da viragem do século, oferecendo contudo pistas importantes que devem ser lidas em paralelo com as fontes locais, institucionais e alguns dados etnográficos.

Conclusão

Para pensar as relações laborais no Portugal de 1800, o trabalho de Franzini (1922) a partir do censo espanhol de 1797 apresenta-se como a única classificação das profissões existente durante largos anos. Nesta observa-se a prevalência da agricultura, com um grande peso dos trabalhadores jornaleiros, e em segundo lugar os fabricantes e artistas, ocupando um lugar bastante mais diminuto mas que condiz com uma sociedade pré-industrial.

Entre finais do séc. XIX e início do séc. XX, as relações laborais em Portugal são fortemente condicionadas pelo período de crise que assinala o fim do século, a partir de 1880. Esta é uma crise generalizada e prolongada que diminui consideravelmente as condições de vida dos trabalhadores, principalmente nos meios urbanos onde afluem com maior intensidade os desempregados. Como assinala Martins (1997, p. 110), o censo de 1911, apresenta ainda uma diminuição geral da população activa, sobretudo feminina e agrícola, relativamente a 1890. Dando-se concomitantemente uma subida da população improdutiva e sem ocupação lucrativa e o decréscimo da taxa da população activa.

A redução do horário de trabalho, as migrações internas para o sul do país e para os centros urbanos e a emigração para o Brasil são factores muito importantes do panorama das relações laborais deste período. É preciso contudo não esquecer que a precarização da mão-de-obra não anula a manutenção de uma relação laboral, como é visível no que diz respeito à mão-de-obra feminina e infantil, que saindo do espaço formal da produção industrial, a fábrica ou oficina, não sai necessariamente do universo laboral, pois o trabalho domiciliário, legal ou clandestino, é bastante disseminado à época. Nesse sentido, é importante fazer uma leitura cruzada das fontes e, acima de tudo, não esquecer que a par dos dados visíveis existem silêncios e omissões

que mesmo que apenas pressentidos devem ser tidos em conta na leitura das estimativas e das tabelas proposta neste artigo assim como nas fontes existentes.

Fontes

“Mappa Geral de diferentes objectos, e noticias do Reyno do Algarve”. Feito no tempo do Conde de Val de Reys, Governador e Capitão General do dito Reyno”, 1788, BN, códice 922.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, COMÉRCIO E INDÚSTRIA, Repartição de Estatística Geral da Direcção de Estatística Geral, Comércio e Indústria, *Censo da População do Reino de Portugal no 1º de Dezembro de 1890*, v. III. Lisboa: Imprensa Nacional, 1896.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS DA FAZENDA, Direcção Geral da Estatística e dos Próprios Nacionais, *Censo da População do Reino de Portugal no 1º de Dezembro de 1900*, v. I. Lisboa: Imprensa Nacional, 1905

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS DA FAZENDA, Direcção Geral da Estatística e dos Próprios Nacionais, *Censo da População do Reino de Portugal no 1º de Dezembro de 1900*, v. II e III. Lisboa: Imprensa Nacional, 1906.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS, Direcção Geral da Estatística, *Censo da População de Portugal no 1º Dezembro de 1911*, parte I. Lisboa: Imprensa Nacional, 1913.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS, Direcção Geral da Estatística, *Censo da População de Portugal no 1º Dezembro de 1911*, parte II e III. Lisboa: Imprensa Nacional, 1913.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS, Direcção Geral da Estatística, *Censo da População de Portugal no 1º Dezembro de 1911*, parte IV. Lisboa: Imprensa Nacional, 1914.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS, Direcção Geral da Estatística, *Censo da População de Portugal no 1º Dezembro de 1911*, parte V. Lisboa: Imprensa Nacional, 1916.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS, Direcção Geral da Estatística, *Censo da População de Portugal no 1º Dezembro de 1911*, parte VI. Lisboa: Imprensa Nacional, 1917.

ESPINHA DA SILVEIRA, L. N. (coord.), “Os Recenseamentos da População Portuguesa de 1801 e 1849”, INE, 2001.

FRANZINI, M. (1816) “Reflexões sobre o actual Regulamento do Exército de Portugal” ou “Analyse dos artigos essencialmente defeituosos e nocivos à Nação” com um Projecto de hum Plano de organização para o mesmo exército, ilustradas com mapas da população do reino, e sua classificação segundo as idades, sexo, estado, e Profissões enviado para a Corte do Rio de Janeiro em Novembro de 1816, e presentemente publicado pelo seu Autor o coronel graduado da Brigada Real da Marinha Marino Miguel Franzini

Bibliografia

- ALVES, D. R., Religiosidade e Mobilidade da População Portuguesa no início do século XIX. As faltas à desobriga pascal em 1801, *Penélope*, n.º 28, p. 31-55, 2003.
- AMORIM, I. Descrição da Comarca da Feira, *Revista da Faculdade de Letras*, Porto, 2.ª série, v. XI, p. 230-285, 1994.
- BALBI, A. *Essai statistique sur le Royaume de Portugal e d'Algarve*, Paris, t I, p. 235, 1822.
- CARRILHO, M. J. População activa: conceitoe e extensão através dos Censos, *Revista de Estatística*, 3º quadrimestre, Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, p. 73-88, 1996.
- CORDEIRO, J. M. L. Empresas e empresários portuenses na segunda metade do séc. XIX, *Análise Social*, XXXI (136-137), p. 313-342, 1996.
- FREIRE DE ANDRADE, C. G. *Ensaio sobre o Methodo de Organizar em Portugal o Exército relativo à População, Agricultura e Defesa do País*, 1806.
- LAINS, P.; Sousa, P. S. S., Estatística e produção agrícola em Portugal, 1848-1914, *Análise Social*, 4ª série, v. 33, nº 149, p. 935-968, 1998.
- LEITE, S., População presente e população residente segundo o sexo e idades através dos censos, *Revista de Estudos Demográficos*, 2º semestre, p. 5-50, 2002
- MAGALHÃES, M., A indústria do Porto na primeira metade do séc. XIX, *Revista da Faculdade de Letras – Geografia*, 1ª série, v. IV. Porto, p. 111-154, 1988.
- MARTINS, C., Trabalho e condições de vida em Portugal (1850-1913), *Análise Social*, v. XXXII (142), p. 483-535, 1997.
- MATIAS, G. Mulheres de Fábrica, working paper, ICS, s/d.
- MATTOSO, José (dir.), *História de Portugal*, volume V. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993.
- MENDES, J. M. A., Sobre as relações entre a indústria portuguesa e a estrangeira no séc. XIX, *Análise Social*, v. XVI (61-62), p. 31-52, 1980.
- MENDES, J. M. A., Trás-os-Montes nos fins do século XVIII, segundo um manuscrito de 1796. Coimbra: INIC, 1981.
- MÓNICA, M. F. *A Formação da Classe Operária Portuguesa. Antologia da Imprensa Operária (1850-1934)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1982.
- MÓNICA, M.F. *Artesãos e Operários*. Lisboa: ICS, 1986.
- NUNES, *Estatísticas históricas portuguesas*, (coord. Nuno Valério), v. I, INE, 2001, p. 149-195.
- PIMENTEL, I. Cem Anos de Vida das Mulheres em Portugal, *História*, 34, Ano XXIII (III série), p. 12-23, 2001.
- PIRES DE LIMA, M. Notas para uma história da organização racional do trabalho em Portugal (1900-1980) – alguns resultados preliminares de uma investigação em curso, *Análise Social*, XVIII (72,73,74), p. 1299-1366, 1982.

- REIS, J., A produção industrial portuguesa, 1870-1914: primeira estimativa de um índice, *Análise Social*, v. XXII (94), p. 903-928, 1986.
- RODRIGUES, T., *Nascer e Morrer na Lisboa Oitocentista*. Lisboa: Edições Cosmos, 1995.
- SANTOS et al, Casar na Lisboa do séc. XIX: duas freguesias em análise, *Revista de Estudos Demográficos*, 2º semestre, p. 77-100, 2010.
- SOUSA, F. de, *A População Portuguesa nos Inícios do Século XIX*. Porto: edição policopiada, 1979.

Relações de trabalho no Brasil, 1800-2000

Tarcísio R. Botelho

UFMG, CNPq

Paulo Terra

UFF

Introdução

O presente artigo apresenta alguns resultados da pesquisa realizada junto ao projeto “Global Collaboratory on the History of Labour Relations in the period 1500-2000” , que é conduzido pelo International Institute of Social History. Esse projeto pretende coletar dados sobre a ocorrência de todos os tipos de relações de trabalho em várias partes do mundo, recorrendo a uma tipologia construída em torno de 18 categorias principais. Investigam-se essas relações de trabalho em momentos históricos de inflexão, daí a escolha das seguintes datas: 1500, 1650, 1800, 1900 e 2000. De início, dois princípios gerais que nortearam a pesquisa merecem ser explicitados. Em primeiro lugar, procurou-se referenciar os dados ao território atual de cada região do mundo. Desse modo, garante-se a comparabilidade entre os dados, embora isso implique em agregar ou desagregar territórios ao longo do tempo. Em segundo lugar, os dados coletados podem variar cerca de duas décadas antes ou depois das datas previamente fixadas, a depender da disponibilidade de fontes.

Neste artigo, analisamos as relações de trabalho no Brasil para os recortes cronológicos de 1800, 1900 e 2000. A disponibilidade de fontes implicou na coleta de dados para os anos de 1808, 1920 e 2000. Por tratar-se de um recorte temporal em que ocorreram profundas transformações no país, na primeira parte do artigo expomos as variações sofridas pelo território que hoje compõe o Brasil. Na segunda parte, apresentamos as fontes dos dados e a forma com eles foram coletados e organizados, explicitando como estima-

mos e adaptamos as informações disponíveis. Na terceira parte, mostramos as estimativas para a população economicamente ativa e na quarta parte apresentamos as estimativas para as relações de trabalho propriamente ditas. Finalmente, encerramos comparando os três momentos e destacando as transformações observadas.

O território brasileiro, de 1800 a 2000

O território que hoje compõe o Brasil é o resultado de uma trajetória de cinco séculos em que os portugueses expandiam sua área de ocupação. Eles se estabeleceram inicialmente no litoral, mas com a chamada União Ibérica (a unificação dos dois estados dinásticos da Península Ibérica sob o domínio da coroa espanhola) e com a descoberta de ouro no interior do continente, a ocupação portuguesa avançou e ultrapassou em muito o antigo limite imposto pelo Tratado de Tordesilhas (1494). Desse modo, ao iniciar-se o século XIX, momento em que os nossos primeiros dados foram coletados, o território observado é quase o mesmo do Brasil nos dias atuais, com algumas diferenças nas fronteiras norte, oeste e sul (Figura 1).

Em princípios do século XX, já estavam incorporadas algumas mudanças nas fronteiras ao norte depois de alguns acordos com a França, e no sul, após as guerras contra a Argentina e o Uruguai. Após a Guerra do Paraguai, em 1865-70, o tratado de paz deu alguns territórios para o estado brasileiro de Mato Grosso, na fronteira oeste. A última mudança foi a conquista do território do Acre, no início do século XX, após uma guerra contra a Bolívia (Figura 2).¹ A atual configuração do mapa político oficial do Brasil é praticamente a mesma do início do século XX, sendo o país atualmente constituído por 27 Unidades Federativas e 5.507 municípios (Figura 3).

Desse modo, a comparação a ser feita não implica em muitas variações no espaço. Os territórios incorporados pelo Brasil ao longo dos séculos XIX e XX eram marcados, sobretudo pela baixa densidade demográfica, o que implica em poucas mudanças nas estimativas da população total.

As fontes dos dados de população

Os dados sobre a população brasileira a partir de princípios do século XIX tornam-se cada vez mais abundantes e confiáveis. Enquanto para os três primeiros séculos de colonização portuguesa nós dispomos apenas de algumas poucas estimativas de população, a partir do início do século XIX são

¹ Para uma discussão detalhada sobre o processo de formação do território que hoje é reconhecido como brasileiro, ver Magnoli (1997).

Figura 1 – Nova Carta do Brasil e da América Portuguesa, 1821

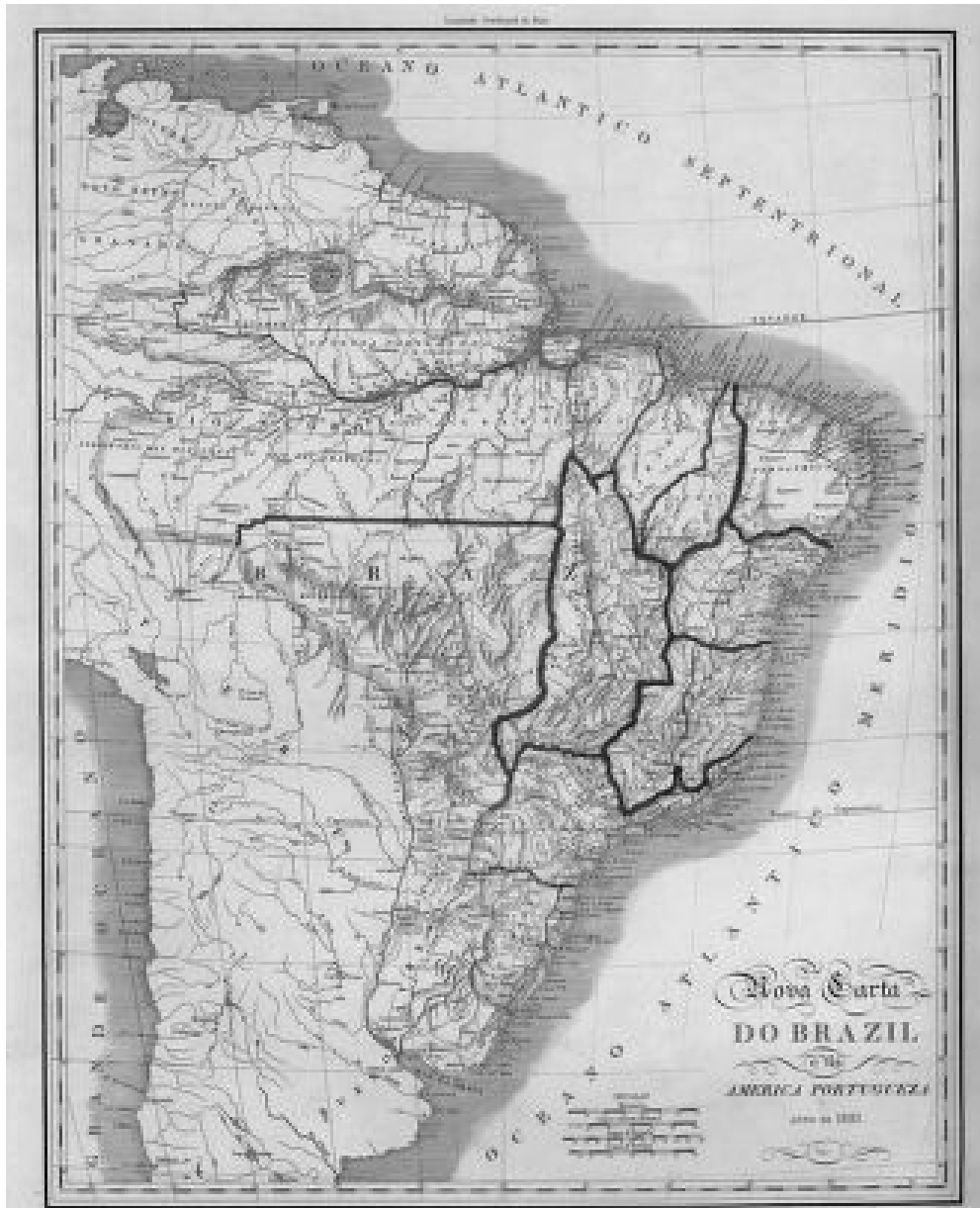
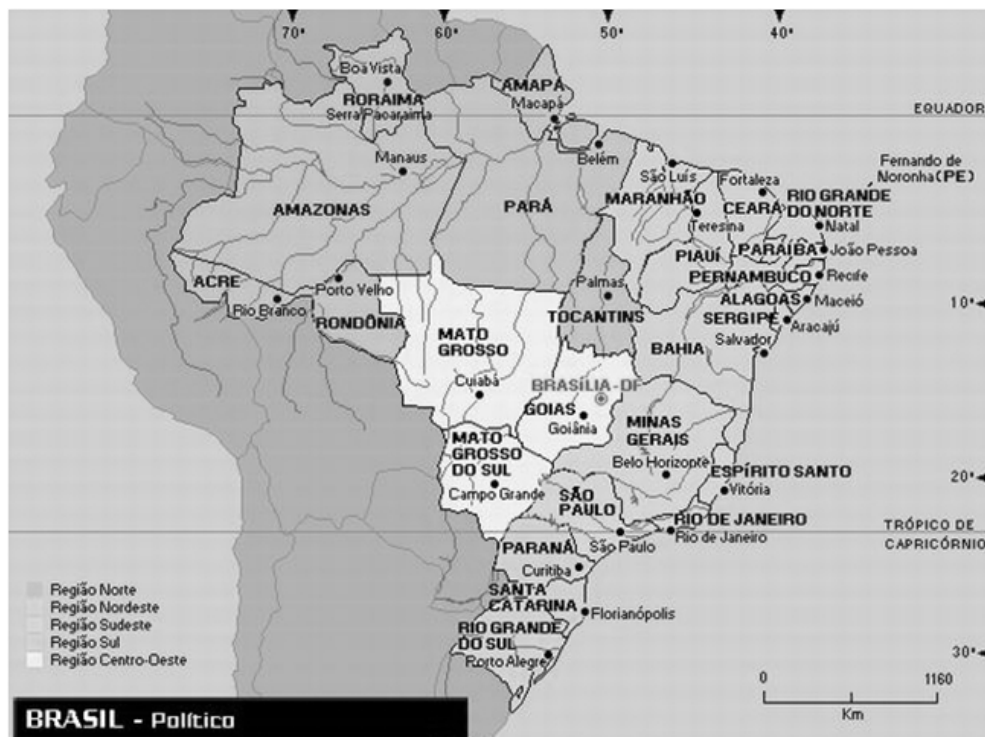


Figura 2 – Mapa Geral da República dos Estados Unidos do Brasil, 1908



Figura 3 – Mapa Político da República Federativa do Brasil, 2000



realizados esforços para contar de forma mais precisa a população que vivia sob domínio português na América. Desse modo, envolto nos inúmeros problemas que embaraçavam os esforços censitários, o governo português pôde contar em 1808 com um levantamento sistemático e simultâneo da população da colônia. O *Resumo histórico dos inquéritos censitários realizados no Brasil* indica que o Ministro dos Negócios da Guerra, D. Rodrigo de Souza Coutinho (futuro Conde de Linhares), em aviso de 16 de março daquele ano, mandou efetuar um inquérito sobre a população, apurando um total de 4 milhões de habitantes. Simultaneamente, resultados parciais de outro levantamento para todas as capitanias indicaram uma população de 2,419 milhões. Estes últimos dados, todavia, só se tornaram disponíveis no final do século XIX, através da Memória Estatística publicada na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, em 1897.²

² As informações sobre os levantamentos de 1808 encontram-se em: Diretoria Geral De Estatística, 1922, p. 171-2. Os dados apurados por D. Rodrigo de Souza Coutinho são

Os dados de 1808 trazem apenas os totais da população das capitânicas segundo a condição social (se livres ou escravos). Entretanto, nessa mesma época o governo da capitania de São Paulo realizava levantamentos populacionais sistemáticos, de modo que podemos contar com dados bastante detalhados para uma importante região da colônia. Utilizamos esses dados de São Paulo para estimar a população economicamente ativa e as relações de trabalho nas outras províncias brasileiras a partir dos totais dados pelo levantamento de 1808.³

Como sabemos a população total em 1808 dividida por sexo e condição social e de acordo com capitânicas, o desafio foi calcular a composição da população por idade para estimar a população economicamente ativa. Nesta tarefa, usamos as informações detalhadas sobre a população paulista no mesmo momento, obtida a partir das listas nominativas de habitantes. Construímos o banco de dados de São Paulo em 1808 com uma amostra de municípios que continham uma variedade de atividades econômicas que poderia representar a diversidade econômica no resto do Brasil. A fim de fazer isso, levantamos todas as listas de habitantes encontradas para os municípios seguintes: São Paulo, a capital da capitania; São Carlos e Itu, duas das mais importantes zonas de produção de cana de açúcar; Iguape e Cananea, dois lugares do litoral; Cunha e Atibaia, dois municípios dedicados à agricultura voltada para o abastecimento interno do mercado de capitania. Ajustamos a composição em termos de sexo e condição social para a estimativa da população brasileira que temos no mesmo momento. A suposição por trás do procedimento é que o Brasil tinha a mesma composição em termos de estrutura etária e de relações de trabalho. Embora o pressuposto possa ser discutível, ele se pauta nas informações disponíveis para a época e são, no mínimo, uma boa aproximação ao que buscamos.

Com a independência política, em 1822, tornou-se necessário ter levantamentos mais precisos da população para estabelecer em bases sólidas o sistema representativo previsto na Constituição de 1824. Foram empreendidos vários esforços para que se fizessem contagens confiáveis da população, mas as estatísticas obtidas sempre foram tratadas com desconfiança. Em 1850, foi votada a criação do registro civil e a realização do primeiro censo

exagerados e, muito provavelmente, serviram apenas aos seus argumentos sobre a importância da colônia americana nos quadros do império ultramarino português; para uma discussão mais aprofundada da produção desses dados, ver Botelho (2011).

³ Os maços de população de São Paulo em 1808 foram levantados graças ao apoio da Gerda Henkel Stiftung, dentro do projeto “Global Collaboratory on the History of Labour Relations”, baseado no International Institute of Social History, Amsterdam (projeto n. AZ 41/F/06), sob coordenação de Tarcísio R. Botelho. O banco de dados de São Paulo em 1808 é composto de 40.247 registros, com 26.619 pessoas livres e 13.628 escravos.

nacional no ano de 1852, mas ele foi suspenso diante de revoltas contra essas medidas. Somente em 1872 foi possível realizar o primeiro levantamento censitário nacional brasileiro, seguindo os critérios modernos de definição de censo. Segundo esse parâmetro, foi o primeiro e único censo do período imperial e que incluiu a população escrava.⁴

Depois de 1872, o censo seguinte foi realizado apenas em 1890, já sob o regime republicano. Depois dele, seguiram-se os censos de 1900 e de 1920. Desses três, apenas o de 1920 é realmente confiável. Além disso, ele incluiu pela primeira vez os censos econômicos, com levantamentos sobre a agricultura, o comércio, a indústria e o setor público.⁵ Desse modo, foi possível cruzar informações entre esses diversos censos simultâneos para obter dados confiáveis sobre as relações de trabalho no período; daí a escolha desse ano para o trabalho de definição das relações de trabalho no Brasil da virada do século XIX para o XX.⁶

Após o censo de 1920, uma série de transformações na sociedade brasileira levaram ao cancelamento do censo de 1930 e à constituição do Instituto Nacional de Estatística em 1936, posteriormente extinto e substituído pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 1937. O IBGE passou a ser o responsável pela realização dos censos nacionais brasileiros, que se tornaram decenais.⁷ Desses censos decenais, vamos utilizar o de 2000.

Existem algumas controvérsias a respeito dos dados sobre o trabalho presentes no Censo de 2000. A principal delas é que essa foi a primeira vez que um censo incluiu dados sobre trabalho não remunerado, quebrando assim com um padrão metodológico de considerar como trabalho apenas aquele realizado com fins econômicos. Alguns autores afirmaram que a inclusão de novas formas de trabalho poderia diminuir a extensão do desemprego no país.⁸

O Censo 2000 indica apenas os trabalhadores com mais de dez anos de idade. Contudo, tendo em vista que é uma realidade no nosso país o fato de

⁴ Sobre os levantamentos populacionais brasileiros até o primeiro censo nacional em 1872, ver Botelho (1998) e Senra (2006a).

⁵ Sobre os censos brasileiros da Primeira República (1889-1930), ver Botelho (2010) e Senra (2006b).

⁶ Os dados do censo de 1920 foram colocados em formato digital graças ao apoio do CNPq (processo n. 401766/2011-0), coordenado por Tarcísio R. Botelho.

⁷ A única exceção foi o censo realizado em 1991, que levou à contagem de população de 1996 como forma de regularizar as estimativas demográficas intercensitárias. Desde então, foram realizados os censos de 2000 e 2010.

⁸ Em relação aos debates sobre os dados relacionados ao trabalho do Censo 2000, ver DeDecca *et al* (2004).

crianças menores de dez anos trabalharem, para calcular essa parcela da população ocupada utilizamos os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), também realizada pelo IBGE em 2001.

A população economicamente ativa

A definição de população economicamente ativa utilizada pelo IBGE contemporaneamente é a seguinte:

Compreende o potencial de mão-de-obra com que pode contar o setor produtivo, isto é, a *população ocupada* e a *população desocupada*, assim definidas: *população ocupada* – aquelas pessoas que, num determinado período de referência, trabalharam ou tinham trabalho mas não trabalharam (por exemplo, pessoas em férias). (...) *População Desocupada* – aquelas pessoas que não tinham trabalho, num determinado período de referência, mas estavam dispostas a trabalhar, e que, para isso, tomaram alguma providência efetiva (consultando pessoas, jornais, etc.).⁹

As pessoas ocupadas são classificadas em: Empregados, Conta Própria, Empregadores e Não Remunerados.

A definição do IBGE orienta as pesquisas contemporâneas de emprego e desemprego, de estimativa de força de trabalho e outras que são importantes para análises econômicas e sociológicas. Entretanto, essa é uma definição difícil de ser adaptada a realidades históricas recuadas no tempo, já que a coleta de dados da época não se orientava pelo mesmo rigor metodológico. Sendo assim, o que se apresenta adiante para 1808 e 1920 é uma aproximação possível, para permitir uma comparação com os dados de 2000.

A população brasileira em 1808, dada pela Memória Estatística publicada na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* em 1897, era de 2.424.461 habitantes, sendo 1.268.680 homens e 1.155.781 mulheres. Desse total, a população economicamente ativa foi calculada em 1.603.689 pessoas (66,1% da população total), enquanto os inativos foram calculados em 820.772 (33,9%). Para tanto, considerou-se os jovens e idosos que estimamos não poder trabalhar e os afluentes. Consideramos que a categoria de desempregados não era aplicável a uma sociedade em que a economia de mercado ainda não vigorava plenamente.

A população total apurada pelo censo de 1920 foi de 30.635.605 habi-

⁹ Pesquisa Mensal de Emprego – Notas Metodológicas; disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme/pmemet2.shtm>. Acesso em: 08 abr. 2013.

tantes, sendo 15.443.818 homens e 15.191.787 mulheres. No total de habitantes, consideramos 14.372.870 (46,9%) inativos e 16.262.735 (53,1%) ativos. Esses valores foram obtidos pela inclusão de: jovens e idosos que estimamos não poder trabalhar; afluentes; e desempregados.

A população do Brasil, de acordo com o Censo 2000, era de 169.799.170 pessoas, sendo 83.576.015 de homens e 86.223.155 de mulheres. A População Economicamente Ativa, segundo o Censo, foi calculada a partir da soma do número de trabalhadores (com mais de 10 anos de idade) que estavam ocupados na semana da pesquisa com o número de trabalhadores que não estavam trabalhando, mas procuraram por emprego no período de um mês. Sendo assim, de 136.910.358 pessoas de mais de 10 anos de idade (homens: 66.851.584; mulheres: 70.058.774), 77.467.473 foram consideradas como economicamente ativas (homens: 46.546.419; mulheres: 30.921.054) e 65.629.592 como ocupadas (homens: 40.860.097; mulheres: 24.769.796).

Como já mencionado, para calcular a população ocupada com menos de 10 anos de idade, utilizamos os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada pelo IBGE em 2001. A população ocupada entre 5 e 9 anos de idade era de 296.705. É necessário destacar uma maior participação masculina do que feminina (homens: 213.282; mulheres: 83.423). Somando-se a população economicamente ativa identificada no censo de 2000 com a população ocupada entre os 5 e os 9 anos de identificada pela PNAD de 2001, chega-se ao total de 77.764.178 (45,8%) pessoas ativas e 92.034.992 (54,2%) pessoas inativas.

Tabela 1 – População economicamente ativa, Brasil, 1808, 1920, 2000

Ano	Ativos		Inativos		Total
	N	%	N	%	
1808	1 603 689	66,15%	820 772	33,85%	2 424 461
1920	16 262 735	53,08%	14 372 870	46,92%	30 635 605
2000	77 764 178	45,80%	92 034 992	54,20%	169 799 170

Estimativas para as relações de trabalho

Conforme destacado na introdução, pretendemos agora apresentar as estimativas de distribuição da população conforme a tipologia de relações de trabalho proposta pelo projeto “Global Collaboratory on the History of Labour Relations in the period 1500-2000”. De modo geral, o que fizemos foi distribuir os dados disponíveis conforme sua aproximação às definições das diversas categorias em que se dividia a tipologia de relações de trabalho.

Em relação ao ano de 1808, conforme já destacamos, partimos das listas nominativas de habitantes de municípios paulistas que selecionamos em 1808 e classificamos a sua população conforme os critérios que descrevemos

a seguir. Depois disso, aplicamos as mesmas proporções para a população brasileira de acordo com a sua composição por sexo e condição social. Os resultados são apresentados na Tabela 2.

O primeiro grande grupo, de pessoas que não trabalham, é dividido em 3 categorias. Para a primeira categoria, composta daqueles que não trabalham ou não são suposto trabalhar, incluímos: 50% da população (incluindo as pessoas livres e escravos) de 65 anos de idade ou mais; 90% das crianças livres de 14 anos ou menos; e 75% das crianças escravas de 14 anos ou menos. Na segunda categoria, formada pelos afluentes, ou seja aqueles que vivem de seus rendimentos, incluímos indivíduos com ocupações que denotavam tal condição, como por exemplo “capitalistas”. Não consideramos a terceira categoria (de desempregados) por considerar que ela não se aplica ao período em análise.

O outro grande grupo é composto por aqueles que trabalham. É dividido em três sub-grupos: Trabalho recíproco (dentro do agregado familiar ou de uma comunidade); Trabalho como forma de pagamento de tributo; e Trabalho como bem consumível (direcionado para a economia de mercado, para interesses privados, e para instituições não vocacionadas para o mercado, mas que poderão produzir para o mesmo). Alguns desses grupos não se aplicam ao caso do Brasil em 1808, a saber: Trabalho Recíproco dentro de uma comunidade; e Trabalho como forma de pagamento de tributo. Consideraremos, portanto, os outros grupos.

O primeiro sub-grupo (Trabalho recíproco dentro do agregado familiar) é composto por três categorias. Os chefes do agregado familiar e do trabalho aí desenvolvido (categoria 4) foram calculados contando-se nas listas nominativas de habitantes de São Paulo todos os chefes de domicílios de 15 a 64 anos de idade, com ocupação declarada como “agricultor”, “agricultura” ou similar, sem escravos ou agregados e contanto com não mais de 3 adultos em seus domicílios. Como familiares que trabalham sem remuneração para o agregado familiar (categoria 5), foram considerados todos os membros livres de domicílios sem ocupação declarada (exceto os “agregados”). Deve-se lembrar que uma parte das crianças já fora excluída do cálculo, conforme descrito na primeira categoria. Na categoria 6, de Criados do agregado familiar, incluímos todos os “agregados”, uma espécie de servo vivendo no domicílio, às vezes com alguns parentes, em geral sem laços de parentesco com o chefe de domicílio.

Na rubrica, Trabalho como bem consumível para a economia de mercado, consideramos como Trabalhadores por conta própria (categoria 12) dois conjuntos específicos de chefes de domicílio: 1) aqueles com mais de 3 escravos adultos e/ou “agregados” em seu domicílio e com uma ocupação declarada; 2) todos os chefes de famílias com ocupação declarada como “agricultor”, “agricultura” ou similar, com não mais de três escravos adultos

e/ou “agregados” em seu domicílio e não mais de 3 adultos das famílias. Estamos considerando como adultos todos aqueles com 15 a 64 anos de idade. Foram considerados como Empregadores (categoria 13) os chefes de famílias com mais de três escravos adultos e/ou “agregados” no domicílio. A categoria de Trabalhadores assalariados para a economia de mercado (categoria 14) foi calculada a partir da contagem daqueles cuja ocupação declarada era “vive de suas agências”, “marítimo” e “caixeiro”, já que as outras ocupações contidas nos documentos não permitiam inferir uma relação de assalariamento. Não consideramos como aplicáveis ao caso brasileiro, em 1808, as categorias de Trabalhador contratado-dependente (15) e de Servos (16) cuja a produção se destina ao mercado. A categoria seguinte aplicável ao Brasil do período é a de Escravos que produzem para a economia de mercado (categoria 17). Ela é dividida em duas subcategorias: Escravos que trabalham para o seu proprietário na produção intensiva de produtos agrícolas para o mercado (categoria 17.1) e Escravos à jorna. Incluímos na primeira (17.1) 95% de todos os escravos que podiam trabalhar, enquanto os 5% restantes foram incluídos na segunda categoria (17.2).

Entre o Trabalho enquanto bem consumível para instituições não vocacionadas para a economia de mercado, mas que poderão produzir para a mesma, há apenas uma categoria a considerar no caso do Brasil em 1808: Trabalhadores assalariados empregados por instituições não vocacionadas para o mercado (18). Ela é subdividida em três subcategorias: Trabalhadores assalariados empregados na produção intensiva de produtos agrícolas ou derivados para o mercado (18.1); Trabalhadores assalariados à peça ou unidade (18.2); e Trabalhadores assalariados à hora, ao dia ou à semana (18.3). Apenas a terceira delas é aplicável ao Brasil, e dentro delas consideramos os burocratas e os militares e religiosos remunerados pela Coroa portuguesa.

Aplicando-se os achados das listas nominativas de habitantes de São Paulo em 1808 para o total da população brasileira (ponderada conforme as capitanias), encontramos os totais para cada relação de trabalho, conforme a Tabela 2.

Para o ano de 1920, conforme também já destacamos, usamos os totais nacionais do censo demográfico e de algumas tabelas dos censos econômicos. Os critérios para cruzamento dos dados são descritos a seguir.

No primeiro grande grupo, da população que não trabalha, a primeira categoria, composta daqueles que não trabalham ou não são suposto trabalhar, partiu da tabela “População do Brasil segundo as profissões, a nacionalidade, o sexo e a idade” (BRASIL, 1930, v. 4, Parte 5, tomo 1, p.174). Consideramos todos aqueles com idade entre 0 e 14 anos de idade, classificados como “Profissão não declarada e sem profissão”. Em seguida, adicionamos todos aqueles com 70 anos ou mais na tabela “População do Brasil segundo o sexo, a idade e a nacionalidade”, tendo o cuidado de subtraí-los, poste-

Tabela 2 – Relações de trabalho, Brasil, 1808

	Labrel	N	%
1	<i>Cannot work or cannot be expected to work</i>	819 474	33,80%
2	<i>Affluent</i>	1 298	0,05%
3	<i>Unemployed</i>	0	0,00%
4	<i>Leading household producers</i>	104 136	4,30%
5	<i>Household kin producers</i>	556 272	22,94%
6	<i>Household servants</i>	102 174	4,21%
7	<i>Community-based redistribution agents</i>	0	0,00%
8	<i>Forced labourers</i>	0	0,00%
9	<i>Indentured tributary labourers</i>	0	0,00%
10	<i>Tributary serfs</i>	0	0,00%
11	<i>Tributary slaves</i>	0	0,00%
12	<i>Self-employed</i>	162 168	6,69%
13	<i>Employers</i>	44 229	1,82%
14	<i>Market wage earners</i>	19 184	0,79%
15	<i>Indentured labourers for the market</i>	0	0,00%
16	<i>Serfs working for the market</i>	0	0,00%
17	<i>Chattel slaves who produce for the market</i>	586 652	24,20%
18	<i>Wage earners employed by non-market institutions</i>	28 874	1,19%
	Total	2 424 461	100,00%

riormente, no cálculo dos desempregados (BRASIL, 1928, v. 4, Parte 2, tomo1, p. 100). Para a segunda categoria, formada pelos afluentes ou ricos, incluímos todos aqueles classificados como “Pessoas que vivem de suas rendas” na tabela “População do Brasil segundo as profissões, a nacionalidade, o sexo e a idade” (BRASIL, 1930, v. 4, Parte 5, tomo1, p.174.). A terceira categoria (de desempregados) partiu daqueles classificados como “Profissão não declarada e sem profissão” na mesma tabela. Entretanto, para que fosse possível considerar o trabalho infantil e o trabalho doméstico (masculino e feminino), foram necessárias as seguintes adaptações:

1. Consideramos todos os homens com 15 anos ou mais classificados nessa categoria;
2. Consideramos para as mulheres o mesmo percentual de homens desempregados: 9,6% para a faixa etária de 15 a 20 anos; 2,84% para as faixas etárias de 21 anos ou mais.

Dentro do segundo grupo (a população que trabalha), conforme vimos anteriormente, o primeiro sub-grupo (Trabalho recíproco dentro do agregado familiar) é composto por três categorias. Os chefes do agregado familiar e responsáveis pelo trabalho aí desenvolvido (categoria 4) foram calculados utilizando a “Tabela II – Número de estabelecimentos rurais recenseados em

1 de Setembro de 1920 e a respectiva área média segundo a extensão territorial dos imóveis, a categoria dos proprietários e o sistema de exploração rural”, considerando todos os proprietários rurais com menos de 41 hectares (BRASIL, 1923, v. 3, Parte 1, p. 97.).

Quanto aos familiares que realizam actividades não remuneradas para o agregado familiar (categoria 5), consideramos, na tabela “População do Brasil segundo as profissões, a nacionalidade, o sexo e a idade” (BRASIL, 1930, v. 4, Parte 5, tomo 1, p.174.), todas as mulheres com 15 anos ou mais, exceto aquelas classificadas como desempregadas (categoria 3). Também incluímos nessa categoria 50% das pessoas ocupadas na agricultura e na pecuária, depois de subtrair o número de fazendeiros registrados no censo agropecuário. Na categoria 6 (Criados do agregado familiar) foram incluídos todos aqueles classificados com profissões “Mal definidas” na tabela “População do Brasil segundo as profissões, a nacionalidade, o sexo e a idade” (BRASIL, 1930, v. 4, Parte 5, tomo1, p.174.).

Entre o Trabalho como bem consumível para a economia de mercado, consideramos como empregado por conta própria (categoria 12) diversos grupos encontrados em várias tabelas dos censos demográfico e econômicos:

1. Número de pessoas ocupadas na indústria na Tabela “População do Brasil segundo as profissões, a nacionalidade, o sexo e a idade” (BRASIL, 1930, v. 4, Parte 5, tomo 1, p. 174), menos as pessoas empregadas em indústrias de acordo com a tabela “VI – Pessoal empregado nos estabelecimentos industriais recenseados em 1 de setembro de 1920”, segundo a categoria profissional, o sexo e a idade dos operários jornaleiros”, no censo da indústria (BRASIL, 1927, v. 5, Parte 1, p. 208);
2. Número de pessoas ocupadas como “Caçadores e Pescadores” na tabela “População do Brasil segundo as profissões, a nacionalidade, o sexo e a idade” (BRASIL, 1930, v. 4, Parte 5, tomo 1, p. 174);
3. Número de pessoas ocupadas nas categorias “Pedreiras, Minas e Salinas”, “Comércio” e “Transportes” conforme a Tabela “População do Brasil segundo as profissões, a nacionalidade, o sexo e a idade” (BRASIL, 1930, v. 4, Parte 5, tomo 1, p. 174), menos a estimativa de pessoas nas categorias 13 e 14 calculada na mesma proporção das posições nas fábricas (tabela “VI – Pessoal empregado nos estabelecimentos industriais recenseados em 1 de setembro de 1920”; BRASIL, 1927, v. 5, Parte 1, p. 208);
4. Na “Tabela II – Número de estabelecimentos rurais recenseados em 1 de Setembro de 1920 e a respectiva área média segundo a extensão territorial dos imóveis, a categoria dos proprietários e o sistema de exploração rural” (BRASIL, 1923, v. 3, Parte 1, p. 97), considerando

como autônomos todos os agricultores com 41 a 100 hectares, distribuídos por sexo de acordo com as proporções encontradas para as pessoas ocupadas na agricultura e pecuária na tabela “População do Brasil segundo as profissões, a nacionalidade, o sexo e a idade” (BRASIL, 1930, v. 4, Parte 5, tomo 1, p. 174);

5. Número de pessoas ocupadas como “Médicos”, “Magistério” e “Ciências, letras e artes” na tabela “População do Brasil segundo as profissões, a nacionalidade, o sexo e a idade” (BRASIL, 1930, v. 4, Parte 5, tomo 1, p. 174).

Foram considerados como Empregadores (categoria 13):

1. Pessoas empregadas nas indústrias e classificadas como “Proprietários e membros da firma comercial” na tabela “VI – Pessoal empregado nos estabelecimentos industriais recenseados em 1 de setembro de 1920” (BRASIL, 1927, v. 5, Parte 1, p. 208);
2. Número de pessoas ocupadas em “Pedreiras, Minas e Salinas”, em “Comércio”, em “Transportes” e em “Bancos, câmbio, seguro, comissões, etc” conforme a Tabela “População do Brasil segundo as profissões, a nacionalidade, o sexo e a idade” (BRASIL, 1930, v 4, Parte 5, tomo 1, p. 174), menos a estimativa de pessoas nas categorias 12 e 14 calculada na mesma proporção das posições nas fábricas (tabela “VI – Pessoal empregado nos estabelecimentos industriais recenseados em 1 de setembro de 1920”) (BRASIL, 1927, v. 5, Parte 1, p. 208);
3. Na “Tabela II – Número de estabelecimentos rurais recenseados em 1 de Setembro de 1920 e a respectiva área média segundo a extensão territorial dos imóveis, a categoria dos proprietários e o sistema de exploração rural” (BRASIL, 1923, v 3, Parte 1, p. 97), considerando como empregadores todos os agricultores com mais de 100 hectares, menos o total de fazendas conduzidas por “Administradores e interessados”, distribuídos por sexo de acordo com as proporções encontradas para as pessoas ocupadas na agricultura e pecuária na tabela “População do Brasil segundo as profissões, a nacionalidade, o sexo e a idade” (BRASIL, 1930, v 4, Parte 5, tomo 1, p. 174).

A categoria de Trabalhadores assalariados empregados na economia de mercado (categoria 14) foi calculada a partir de:

1. Todos aqueles classificados como “Serviço doméstico” na tabela “População do Brasil segundo as profissões, a nacionalidade, o sexo e a idade” (BRASIL, 1930, v 4, Parte 5, tomo 1, p. 174);

2. Pessoas empregadas nas indústrias e classificadas como “Administradores, engenheiros e empregados técnicos”, “Escriturários, estenógrafos, vendedores e outros empregados não jornalheiros” e “Operários jornalheiros” na tabela “VI – Pessoal empregado nos estabelecimentos industriais recenseados em 1 de setembro de 1920” (BRASIL, 1927, v. 5, Parte 1, p. 208);
3. Número de pessoas ocupadas em “Pedreiras, Minas e Salinas”, em “Comércio”, em “Transportes” e em “Bancos, câmbio, seguro, comissões, etc” conforme a Tabela “População do Brasil segundo as profissões, a nacionalidade, o sexo e a idade” (BRASIL, 1930, v 4, Parte 5, tomo1, p. 174), menos a estimativa de pessoas nas categorias 12 e 13 calculada na mesma proporção das posições nas fábricas (tabela “VI – Pessoal empregado nos estabelecimentos industriais recenseados em 1 de setembro de 1920”; BRASIL, 1927, v. 5, Parte 1, p. 208);
4. Número de pessoas ocupadas com “Administração particular” conforme a Tabela “População do Brasil segundo as profissões, a nacionalidade, o sexo e a idade” (BRASIL, 1930, v. 4, Parte 5, tomo 1, p. 174);
5. 50% das pessoas ocupadas com agricultura e pecuária na tabela “População do Brasil segundo as profissões, a nacionalidade, o sexo e a idade” (BRASIL, 1930, v. 4, Parte 5, tomo 1, p. 174), menos o número de fazendeiros da “Tabela II – Número de estabelecimentos rurais recenseados em 1 de Setembro de 1920 e a respectiva área média segundo a extensão territorial dos imóveis, a categoria dos proprietários e o sistema de exploração rural”, mais o número de fazendas conduzidas por “Administradores e interessados” (BRASIL, 1923, v. 3, Parte 1, p. 97).

Novamente, não podemos considerar como aplicáveis ao caso brasileiro as categorias Trabalhadores contratados-dependentes (15) e Servos (16) a produzir para o mercado. A categoria de Escravos a produzir para o mercado (categoria 17), por sua vez, tornou-se inaplicável porque a escravidão legal foi extinta no Brasil em 1888. Embora saibamos que havia outras formas de escravidão em vigor (sobretudo a escravidão por dívidas), não temos condições de estimar sua abrangência para o período.

Entre o Trabalho como bem consumível para instituições não vocacionadas para a economia de mercado, mas que poderão produzir para a mesma, novamente apenas uma categoria pode ser identificada: trabalhadores assalariados em instituições não direcionadas para o mercado (18). A sub-categoria de Trabalhador assalariado à hora, dia ou semana (18.3) foi calculada consi-

derando os burocratas, os militares e os religiosos, presentes na tabela “População do Brasil segundo as profissões, a nacionalidade, o sexo e a idade” (BRASIL, 1930, v. 4, Parte 5, tomo 1, p. 174). As categorias presentes na tabela são: Força pública (Exército, Armada, Polícia, Bombeiros); Administração pública; Correios, telégrafos e telefones; Profissões Liberais Religiosas; Profissões Liberais Judiciárias.

Os totais para cada relação de trabalho no Brasil de 1920 encontram-se na Tabela 3.

Tabela 3 – Relações de trabalho, Brasil, 1920

Labrel	N	%	
1	<i>Cannot work or cannot be expected to work</i>	13064885	42,65%
2	<i>Affluent</i>	40 790	0,13%
3	<i>Unemployed</i>	1 267 195	4,14%
4	<i>Leading household producers</i>	317 785	1,04%
5	<i>Household kin producers</i>	9 892 404	32,29%
6	<i>Household servants</i>	416 568	1,36%
7	<i>Community-based redistribution agents</i>	0	0,00%
8	<i>Forced labourers</i>	0	0,00%
9	<i>Indentured tributary labourers</i>	0	0,00%
10	<i>Tributary serfs</i>	0	0,00%
11	<i>Tributary slaves</i>	0	0,00%
12	<i>Self-employed</i>	1 045 081	3,41%
13	<i>Employers</i>	171 893	0,56%
14	<i>Market wage earners</i>	4 189 025	13,67%
15	<i>Indentured labourers for the market</i>	0	0,00%
16	<i>Serfs working for the market</i>	0	0,00%
17	<i>Chattel slaves who produce for the market</i>	0	0,00%
18	<i>Wage earners employed by non-market institutions</i>	229 979	0,75%
Total		30635605	100,00%

Para o ano 2000, os indivíduos inaptos para o trabalho ou suposto não trabalharem (categoria 1) computavam 92.009.692 (54,18% do total). Entre esses, é possível considerar os menores de cinco anos, o que corresponde a 16.386.239 pessoas. Incluem-se ainda as quase 11 milhões de pessoas aposentadas que não eram economicamente ativas. Deve ser levado em conta também os 4.267.930 habitantes considerados como incapazes. Além disso, segundo o Censo 2000, 53.406.320 pessoas frequentavam alguma forma de instituição escolar (nos diferentes níveis). Não conseguimos verificar, no entanto, quantos desses também trabalhavam.

No que diz respeito aos desempregados (categoria 3), o Censo 2000 indica que 11.8 milhões de pessoas encontravam-se nessa situação, pois procuraram emprego no mês da pesquisa, mas não estavam empregados na

semana da realização da mesma. Há uma controvérsia em relação ao nível de desemprego presente no Censo 2000, que teria sido bem maior daquele apresentado pela Pesquisa Mensal de Emprego (PME), também realizada pelo IBGE. Autores como Marcelo Neri e Antonio Luiz Costa argumentam que a discrepância dos dados poderia ser explicada por diferenças metodológicas, como a cobertura geográfica, pois a PME é realizada apenas nas áreas urbanas, enquanto o Censo é feito em todo o país (NERI, 2002). Outros autores, no entanto, como José Pastore, consideram que as diferenças desacreditariam o dado de desemprego do Censo (PASTORE, 2002).

Entre as 65.951.297 pessoas ocupadas, 2.091.580 trabalhavam dentro do agregado familiar para consumo próprio (categoria 4), o que implica que eles não recebiam nenhum pagamento por isso. Eles estavam envolvidos na agricultura (97,2%) e pesca (2,8%). Já 2.823.177 pessoas realizavam atividades não remuneradas para ajudar um chefe do agregado familiar (categoria 5). Nessa categoria, a maioria trabalhava na agricultura (74,6%), mas também no comércio (10,6%) e na indústria de transformação (5%). É importante salientar que na categoria 1 se encontrava a maioria dos trabalhadores com menos de 10 anos de idade (72,3%).

No que diz respeito aos que trabalhavam por conta própria (categoria 12), em 2000 eram 15.405.776 pessoas. Eles/elas estavam envolvidos na agricultura (22,8%), comércio (22,2%) e construção (11,1%). Segundo os dados, havia no mesmo período 1.897.842 empregadores (categoria).

Havia ainda 40.015.060 pessoas assalariadas que trabalhavam para o mercado (categoria 14). No caso brasileiro há uma importante distinção entre os trabalhadores que têm a carteira de trabalho assinada (o que garante uma série de direitos), e aqueles que trabalham sem carteira assinada. Os com carteira assinada computavam 23.929.433, os sem 16.099.720.

Existem diferentes definições do que constituiria o trabalho informal. Poderia incluir, no caso do Brasil, os trabalhadores sem carteira assinada e que não contribuía para a Previdência Social. Poderia incluir ainda os trabalhadores por conta própria que contribuía para a Previdência Social, pois a contribuição não alterava a posição deles no processo de produção, tendo em vista que o empregado por conta própria é um caso típico do trabalho informal. Levando-se em conta as diferentes definições, é possível afirmar que uma média de 50% dos trabalhadores ocupados no Brasil no ano 2000 encontrava-se na informalidade.¹⁰

Outro elemento muito importante da realidade brasileira que não é incluído no Censo diz respeito aos dados sobre os trabalhadores em situação

¹⁰ A análise do trabalho informal a partir do Censo 2000 foi feita por Saboia, Saboia (2004).

análoga à escravidão, que incluímos aqui na categoria 15, correspondente aos Trabalhadores contratados-dependentes de seus empregadores devido a dívidas, cuja produção se destina ao mercado. Por ser um trabalho ilegal, é difícil estimar a quantidade de trabalhadores que se encontravam nessa situação, mas ambos o governo brasileiro e a Organização Internacional do Trabalho (OIT) estimam que 25.000 trabalhadores encontravam-se nessa situação em 2000. A grande maioria deles era formada por homens. Entre os que foram libertados entre 1999 e 2000 (583 trabalhadores), os homens correspondiam a 96% (BURBERI, 2007).

Já os trabalhadores assalariados empregados em instituições cujas atividades não eram voltadas para o mercado (categoria 18), como os empregados públicos ou empregados nas forças militares, computavam 3.693.162 pessoas.

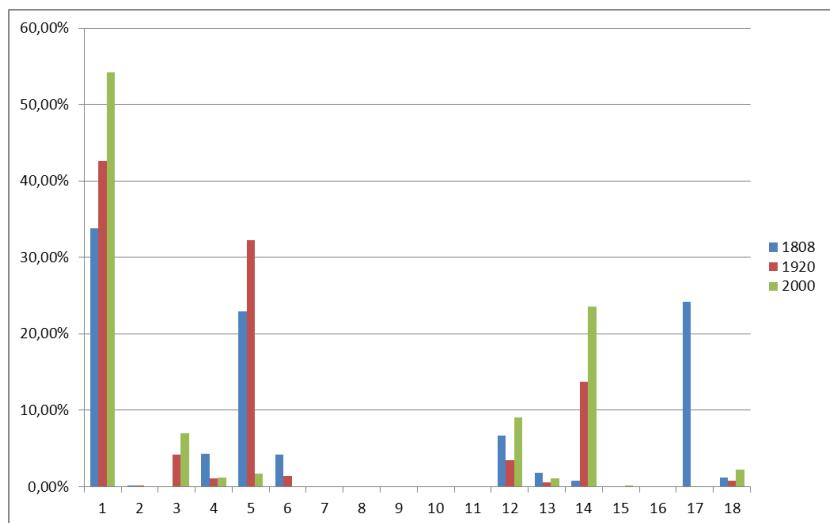
Tabela 4 – Relações de trabalho, Brasil, 2000

	Labrel	N	%
1	<i>Cannot work or cannot be expected to work</i>	92 009692	54,18%
2	<i>Affluent</i>	0	0,00%
3	<i>Unemployed</i>	11 837881	6,97%
4	<i>Leading household producers</i>	2 091 580	1,23%
5	<i>Household kin producers</i>	2 823 177	1,66%
6	<i>Household servants</i>	0	0,00%
7	<i>Community-based redistribution agents</i>	0	0,00%
8	<i>Forced labourers</i>	0	0,00%
9	<i>Indentured tributary labourers</i>	0	0,00%
10	<i>Tributary serfs</i>	0	0,00%
11	<i>Tributary slaves</i>	0	0,00%
12	<i>Self-employed</i>	15 405 776	9,07%
13	<i>Employers</i>	1 897 842	1,11%
14	<i>Market wage earners</i>	40 015 060	23,56%
15	<i>Indentured labourers for the market</i>	25 000	0,01%
16	<i>Serfs working for the market</i>	0	0,00%
17	<i>Chattel slaves who produce for the market</i>	0	0,00%
18	<i>Wage earners employed by non-market institutions</i>	3 693 162	2,21%
	Total	169 799 170	100.00%

Mudanças nas relações de trabalho ao longo do tempo: uma comparação entre 1808, 1920 e 2000

Os dados coletados nos três momentos são apresentados no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Relações de trabalho, Brasil, 1808, 1920, 2000 (em %)



Ao longo do tempo coberto pelos dados aqui apresentados, os três momentos nos permitem identificar cinco tendências principais.

- 1) A ascensão e queda dos Escravos empregados na produção de bens para o mercado: a principal mudança nas relações de trabalho no Brasil ao longo dos três séculos sob revisão é vista na participação dos escravos destinados à produção de mercadorias. Embora o auge da escravidão no Brasil deva ser identificado com os séculos XVII e XVIII, em 1808 os escravos ainda representavam 25% da população. Os escravos eram em sua maioria de origem africana, e o Brasil se tornou, durante este período, o principal destino do tráfico transatlântico de escravos. Estima-se que mais de 40% dos africanos que cruzaram o Atlântico para as Américas chegaram em terras brasileiras.¹¹ O comércio de escravos só terminou em 1850. Em 1888, extinguiu-se a escravidão legal, o que levou a importantes transformações

¹¹ Curtin (1979) mostra o Brasil respondendo por 38% do universo de 9,6 milhões de escravos transportados no tráfico atlântico entre 1451 e 1870, enquanto o The Trans-Atlantic Slave Trade Database (<http://www.slavevoyages.org/tast/index.faces>. Acesso em: 01 Jul. 2013) exibe uma participação de 46% no total de 12,5 milhões de africanos envolvidos com o tráfico transatlântico.

políticas e econômicas. Atualmente, prossegue a luta contra a escravidão ilegal, cuja principal forma é a escravidão por dívidas que ainda se observa nas porções setentrionais do país. Por outro lado, há uma legislação e fiscalização cada vez mais rígida contra as chamadas “condições de trabalho análogas à escravidão”, definidas a partir do desrespeito frontal à legislação trabalhista brasileira e que ainda são flagrantes mesmo em grandes centros urbanos.

- 2) A mudança no balanço entre Chefes do agregado familiar e do trabalho aí desenvolvido e familiares envolvidos na produção do agregado no âmbito do Trabalho Recíproco: os dados mostram um aumento progressivo do Trabalho Recíproco realizado no âmbito do agregado familiar durante o século XIX e parte do século XX (27% em 1800 e 33% em 1920), com uma queda para menos de 3% em 2000. Ao mesmo tempo, verificou-se um aumento progressivo do peso dos familiares envolvidos na produção do agregado em comparação com os Chefes do agregado e do trabalho aí desenvolvido. O primeiro passou de 23% em 1800 para 32% em 1920 e para 1,7% em 2000, enquanto o último foi de 4,3% em 1800 e 1% em 1920 para 1,2% em 2000. Essas categorias foram formadas principalmente por pequenos agricultores/camponeses. Essa variação reflete, provavelmente, a participação cada vez maior do campesinato com o avançar o processo de ocupação do território brasileiro ao longo do século XIX e primeira metade do século XX. Deslocado para a fronteira agrícola, poderiam sobreviver economicamente e expandir demograficamente ao longo dos séculos. Nas décadas finais do século XX, esse processo recuou, com a pequena agricultura familiar perdendo espaço na economia brasileira.
- 3) A emergência dos Trabalhadores assalariados empregados em atividades direcionadas para a economia de mercado: os Trabalhadores assalariados a produzir para o mercado aumentaram sua participação no ranking das relações de trabalho. Em 1800, eles representavam menos de 1% da população, embora estes dados tenham sido obtidos a partir de fontes que subestimam a sua participação. Em 1920, eles representavam 13,7% da população, enquanto em 2000 chegaram a 23,56%% da população. O crescimento deste tipo de relação de trabalho deve ser atribuído ao processo de transição do trabalho escravo para o trabalho livre na passagem do século XIX para o século XX, e o posterior avanço das relações capitalistas de produção, sobretudo na segunda metade do século XX.

- 4) O grande número de trabalhadores na informalidade: no Brasil, a contratação precária (não coberta por negociação sindical, convenções coletivas ou legislação trabalhista), também chamada de “informal”, há muito tempo atinge uma parcela significativa dos trabalhadores brasileiros (MATTOS, 1998). Existe, portanto, um subemprego histórico, agravado no final do século XX pelo desemprego estrutural. O processo de profundas mudanças na classe trabalhadora afetou não somente os países centrais, mas também os periféricos, como o Brasil. Esse país tem passado, simultaneamente, pela desregulamentação de várias esferas do trabalho e produção, e por uma reestruturação significativa em quase todo universo industrial e de serviços, como resultado da nova divisão internacional do trabalho. Nesse contexto, verificou-se um aumento das formas desreguladas de arranjos de trabalho, distantes da legislação trabalhista, criando uma massa de trabalhadores sem contratos formais (ANTUNES, 2007, p. 16). É importante lembrar que em 2000, cerca de 50% dos trabalhadores ocupados encontrava-se na informalidade.
- 5) O incremento da parcela da população que era inapta para o trabalho ou suposto não trabalhar: essa parcela da população aumentou de 34% em 1800 para 43% em 1920 e 54,18% em 2000. Este crescimento pode ser atribuído ao aumento na percentagem da população em idade não produtiva. À medida que avançou o processo de colonização, a proporção de crianças e idosos na população cresceu. Este processo também foi favorecido pela imigração européia na segunda metade do século XIX e início do século XX, quando o governo brasileiro privilegiou os grupos familiares europeus na distribuição de passagens subvencionadas para a travessia do Atlântico. Para a segunda metade do século XX, o destaque deve ser atribuído ao aumento da expectativa de vida ao nascer, com o consequente aumento da parcela de jovens da população. Embora a fecundidade venha declinando no Brasil desde a década de 1970, seus efeitos ainda não se refletem plenamente nos dados do censo de 2000.

O objetivo do presente artigo foi analisar as relações de trabalho no Brasil em 1800, 1920 e 2000. Explicitamos inicialmente as escolhas das fontes que pudessem fornecer dados demográficos e a respeito da população que trabalhava, mostrando ainda os limites das mesmas, bem como as adaptações realizadas. Para cada um dos três períodos, indicamos as estimativas de distribuição da população nas diferentes categorias em que se dividia a tipologia de relações de trabalho. A partir desses números, apontamos algumas transformações nas relações de trabalho no país ao longo desses dois

séculos, como o peso da mão de obra escrava, assim como a extinção da escravidão, além do aumento da população que era inapta para o trabalho ou a qual se supunha não trabalhar, incremento esse relacionado à mudanças estruturais da sociedade brasileiras. Nossa investigação ainda está em andamento, porém, esperamos que os dados coletados e apresentados aqui possam ser utilizados e estimular outras pesquisas.

Referências bibliográficas

- ANTUNES, Ricardo. Dimensões da precarização estrutural do trabalho. In: DRUCK, Graça; FRANCO, Tânia (Orgs). *A perda da razão social do trabalho: terceirização e precarização*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- BOTELHO, Tarcísio R. Censos nacionais brasileiros: da estatística à demografia. In: SENRA, Nelson de Castro; CAMARGO, Alexandre de Paiva Rio (Orgs.). *Estatísticas nas Américas: por uma agenda de estudos históricos comparados*. Rio de Janeiro: IBGE, Centro de Documentação e Disseminação de Informações, 2010. p. 265-287.
- . Estimativas de população para o Brasil, séculos XVIII e XIX. *Paper* apresentado nas V Jornadas Uruguaias de História Econômica, Universidad de la Republica (UDELAR), Montevideu, 23-25 de novembro de 2011.
- . *População e nação no Brasil do século XIX*. São Paulo: USP, 1998. (Tese de Doutorado – História).
- BURBERI, Martina. Contemporary forms of enslavement. Slavery in Brazil. Organização Internacional do Trabalho (OIT), 2007. Disponível em http://www.oit.org.br/sites/all/forced_labour/brasil/documentos/contemporar_y_forms_of_slavement_slavery.pdf. Acesso em 10 de março de 2013.
- CURTIN, Philip. *The Atlantic slave trade: a census*. Madison: Wisconsin University Press, 1979.
- DEDECCA, Claudio Salvadori *et alii*. O Censo Demográfico 2000 e a mensuração das formas de trabalho. *Paper* apresentado no XIV Encontro da ABEP – Associação Brasileira de Estudos Populacionais, Caxambu, 20 a 24 de setembro de 2004.
- DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA. *Recenseamento do Brasil realizado em 1 de Setembro de 1920*. Volume 1: Introdução. Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1922.
- . *Recenseamento do Brasil realizado em 1 de Setembro de 1920*. Volume 3, Parte 1: Agricultura. Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1923.
- . *Recenseamento do Brasil realizado em 1 de Setembro de 1920*. Volume 5, Parte 1: Indústria. Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1927.
- . *Recenseamento do Brasil realizado em 1 de Setembro de 1920*. Volume 4, Parte 2, Tomo 1: População. Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1928.
- . *Recenseamento do Brasil realizado em 1 de Setembro de 1920*. Volume 4, Parte 5, Tomo 1: População. Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1930.

- IBGE. Pesquisa Mensal de Emprego – Notas Metodológicas; disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pmep/pmemet2.shtm>. Acesso em: 08 abr. 2013.
- MAGNOLI, Demétrio. *O corpo da pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)*. São Paulo: Editora da UNESP, Moderna, 1997.
- MATTOS, Marcelo Badaró. Os Sindicatos e o desemprego no Brasil. *CEAP*. São Paulo, v. 15, n.º 1, 1998.
- NERI, Marcelo. O Desemprego no Censo: a febre e o termômetro. *Conjuntura Econômica*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, v. 56, n.º 6, 2002.
- PASTORE, José. O desemprego e a guerra de números. *O Estado de São Paulo*, 10/09/2002.
- SENRA, Nelson C. *Estatísticas desejadas: 1822-c.1889*. Rio de Janeiro: IBGE, 2006a
- . *Estatísticas legalizadas: c.1889-c.1936*. Rio de Janeiro: IBGE, 2006b.

As relações laborais em Portugal, 1930: uma análise preliminar do Censo da População de Portugal

Cátia Teixeira

Introdução

Este artigo tem como objectivo apresentar os resultados preliminares da análise das relações laborais em Portugal continental e ilhas adjacentes, em 1930. Reemete, sobretudo, para a análise do *Censo da População de Portugal* (CPP)¹, realizado em Portugal, em Dezembro de 1930, constituído como o 7º recenseamento geral da população e realizado pela Direcção Geral de Estatística, adstrito ao Ministério das Finanças (a fundação do Instituto Nacional de Estatística estaria para breve, em 1935). Esta nossa incursão nos censos populacionais, que alargaremos ao conjunto dos censos populacionais que percorrem o Estado Novo (1933-1974), insere-se em diversos projectos, colectivos e individuais que passaremos brevemente em vista.

A revitalização dos estudos sobre relações laborais

“Labor relations provide one of the major anvils on which the structures of the modern state and society have been forged. The ways in which societies and nations have dealt with the rise of organized labor as a new aspiring or mass participant in the national life has had a profound, even determining effect on the nature of these systems and their sociopolitical development”. (WIARDA, 1976, p.3)

¹ MINISTÉRIO DAS FINANÇAS, DIRECÇÃO GERAL DE ESTATÍSTICA, *Censo da População de Portugal no 1º de Dezembro de 1930*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1934.

Depois de nas últimas décadas se ter assistido à desvalorização do valor do trabalho na estruturação das sociedades e à consequente perda de importância da classe trabalhadora nos trabalhos académicos, o estudo do trabalho e das relações laborais recomeça a ganhar um novo fôlego. Como consequência de novas abordagens ao trabalho, às diferentes expressões da classe trabalhadora e às relações laborais surgiu uma nova área teórica, analítica e metodológica, impulsionada pelo trabalho realizado no Instituto Internacional de História Social de Amesterdão, principalmente como consequências dos trabalhos de Marcel van der Linden e de Jan Lucassen: a história global do trabalho². Em 2007 surge, no mesmo instituto, um projecto global de estudo das relações laborais: *Global Collaboratory on the History of Labor Relations, 1500-2000*, que adopta a abordagem da história global do trabalho. Um dos relatórios do projecto inicia-se desta forma:

“Right now, Greece and Spain suffer their highest unemployment rate in half a century. Yet, at the same time, the EU is strengthening the electric fence at the Greek/Turkish border, as well as sending armed patrols into the Mediterranean and around the Canary Islands - to stop African and Asian youngsters from gaining entry to the ‘promised land’ of high-wage jobs and small enterprises. All over Europe, flexibilization of the labour market is being promoted as a panacea against Asian competition. In China, our competitors appear to include a mobile workforce of some 300 million people, who accept jobs without any social security. In the United States, couples are now working more hours than their parents (or even their grandparents) ever did, for very similar or lower real incomes. These are large, rapid and consequential changes in the world of work. They are not only reshaping the daily working lives of billions of people; they are also changing our very perceptions of work in a profound way.”³

Este projecto global, com a colaboração de diversos investigadores e com uma abordagem multidisciplinar, tem como objectivo compreender estas tendências internacionais e oferecer instrumentos para pensar as sociedades actuais e antigas, com o intuito de colocar as transformações das relações laborais de hoje numa larga perspectiva histórica global. Fundamentada

² Ver, por exemplo: LUCASSEN, Jan; VAN DER LINDEN, Marcel, *Prolegomena for a Global Labour History*, International Institute of Social History, Amsterdam, 1999; VAN DER LINDEN, Marcel, *Workers of the World – Essays towards a Global Labor History*, Brill, Boston – Leiden, 2008.

³ *Global History from Below: Explaining and Connecting Shifts in Labour Relations, 1500-2000*, Project funded by the Gerda Henkel Stiftung, Düsseldorf, International Institute of Social History, Amsterdam, 2012, p. 3.

numa taxonomia laboral alargada, e numa classificação internacional e histórica de ocupações, engloba na sua abordagem, por exemplo, o trabalho doméstico e não menospreza a sua atenção ao trabalho feminino, infantil, de subsistência, e todas as restantes formas de actividade do ser humano ao longo do período em análise. Trata-se, deste modo, num projecto fundado, como anteriormente referido, numa história global do trabalho: em termos geográficos e em termos teóricos, na tentativa de estimar, quantificar, pensar e compreender as actividades humanas no seu conjunto. Este projecto, ainda em curso, serviu de mote ao projecto financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, a ser desenvolvido no Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa. O projecto, *Relações Laborais em Portugal e no Mundo Lusófono, 1800-2000: continuidades e rupturas*⁴ tem, como o nome indica, uma abordagem ao espaço lusófono, incluindo nos seus estudos países como Portugal, Brasil e as antigas colónias portuguesas. Fazendo uso da mesma metodologia de trabalho tem, contudo, a sua própria abordagem teórica, no sentido de complementar o projecto que lhe deu origem e de apresentar novas formas de pensar o trabalho e a classe trabalhadora.

Finalmente, estes dois projectos enquadram o meu trabalho de investigação individual, que se centra no estudo das relações laborais em Portugal durante o Estado Novo: saber quem trabalha e como trabalha e colocar a ênfase no trabalho ao quantificar, analisar e compreender as relações laborais em Portugal, destacando as formas como a força de trabalho e as relações laborais se modificaram, numa perspectiva global, ao longo deste período.

Numa obra de quantificação dos mais variados dados estatísticos sobre a realidade portuguesa entre 1960 e 1994, António Barreto descrevia a informação como fonte de poder, onde “sem números corremos o risco de nos enganarmos uns aos outros e a nós próprios. Sem dados objectivos, as opiniões são estimativas, palpites e puros desejos. Sem elementos quantificados não há previsão, projecto ou planeamento” (BARRETO, 1996, p. 29.). Complementando a importância do conhecimento quantificável, António Damasceno Correia fala-nos das relações laborais como o espelho da “evolução e as rupturas da histórica política, social e cultural da nossa sociedade” (CORREIA, 2008, p. 24.). Retomando as afirmações destes dois autores, a importância, por um lado, de elementos quantificáveis e, por outro, do papel central das relações laborais para o estudo das sociedades, desejamos que o estudo que agora se inicia, com uma análise preliminar ao censo populacional de 1930, tenha uma componente empírica forte ao mesmo tempo que se assinalam, analisam e compreendem as relações laborais estabelecidas ao longo do período, com o intuito de contribuir para a compreensão das gran-

⁴ Referência do projecto: PTDC/EPH-HIS/3701/2012.

des mudanças ao nível da composição, formação e condições de trabalho da força de trabalho e para a percepção da própria configuração económico-social da sociedade em análise.

Para a harmonização das nossas fontes estatísticas, seguiremos a metodologia adoptada, numa primeira fase, pela taxonomia laboral adoptada no projecto *Global Collaboratory on the History of Labor Relations, 1500-2000* e, numa segunda fase, no sentido de perceber a composição da força de trabalho, a designação que dela faz Ricardo Antunes: a *classe-que-vive-do-trabalho*, isto é, “a totalidade daqueles que vendem a sua força de trabalho” (ANTUNES, 2013, p. 103.). Esta designação comporta aqueles trabalhadores produtivos, com o seu núcleo central nos trabalhadores manuais mas engloba, ainda, os trabalhadores improdutivos, “aqueles cujas formas de trabalho são utilizadas como serviço, seja para uso público ou para o capitalista, e que não se constituem como elemento directamente produtivo, como elemento vivo do processo de valorização do capital e de criação de mais-valia” (IDEM., p.104). A classe trabalhadora será, deste modo, constituída pelos trabalhadores assalariados no seu conjunto. Estas concepções metodológicas e teóricas de trabalho que seguiremos, porém, não estarão sempre aparentemente visíveis, uma vez que a nossa fonte basilar é constituída por censos populacionais, que comportam certos problemas de análise e os seus conceitos são bastante variáveis no tempo. Nesta primeira abordagem preliminar ao censo populacional, passaremos em vista alguns dados estatísticos e veremos, igualmente, os problemas e questões que comportam. Contudo, deixaremos para futuros trabalhos, a complexificação da análise das relações laborais nos diversos sectores socioeconómicos, que como veremos adiante, terá de ser complementada com o acesso a outro tipo de fontes, mais específicas, que tragam luz sobre as imbricadas malhas das relações laborais no Portugal de 1930.

Censo da População de Portugal, 1930

O CPP de 1930 corresponde ao 7º recenseamento geral da população do continente e ilhas adjacentes. Foi estabelecido o “princípio de recenseamento nominal abrangendo toda a população existente no continente e ilhas adjacentes às 0 horas do dia 1 de Dezembro de 1930 e as que temporariamente se achasse ausente, compreendendo tanto os nacionais como os estrangeiros”. (MINISTÉRIO DAS FINANÇAS, 1934, p.3)

Para a realização deste censo populacional, os recenseadores utilizaram como base o boletim de família que comporta informações como o sexo, a idade, o estado civil, a nacionalidade, a instrução (analfabeto / sabe ler), a profissão e a distribuição pelo território nacional dos seus habitantes.

Houve algumas dificuldades na realização do CPP, segundo podemos ler no relatório que o acompanha e admitido pelos próprios responsáveis. Um dos problemas foi o vencimento dos recenseadores que “não chegou para cobrir algumas despesas com transportes” (IDEM, p.4). Procedendo-se à distribuição dos boletins de família, que decorreu durante os dias 20 a 30 de Novembro, as duas semanas seguintes deu-se a sua recolha, onde, em muitos casos foram “os agentes recenseadores [que tiveram] de fazer o preenchimento dos mesmos” (IDEM, p.5). Isto torna-se claro quando olharmos para os números de analfabetismo que imperavam no país de 1930. Inexactidões e irregularidades foram registadas em diversos distritos do país: “o nível de atraso em que se encontram ainda algumas populações” (IDEM, p.6) no distrito de Évora; “a pouca instrução de alguns recenseadores (...) a dispersão das habitações e [o] rigor do clima” (IDEM, p.6) no distrito da Guarda; uma “epidemia da gripe” (IDEM, p.7) no distrito do Porto; e “a relutância do nosso povo em prestar os esclarecimentos necessários, a deficiência de instrução e outros tantos motivos, tudo concorreu para que a execução dêste serviço deixasse a desejar” (IDEM, p.7), no distrito de Viana do Castelo, só para mencionar algumas das notas deixadas pelas comissões distritais de estatísticas, governadores-civis e pelos funcionários da Direcção Geral de Estatística.

A população

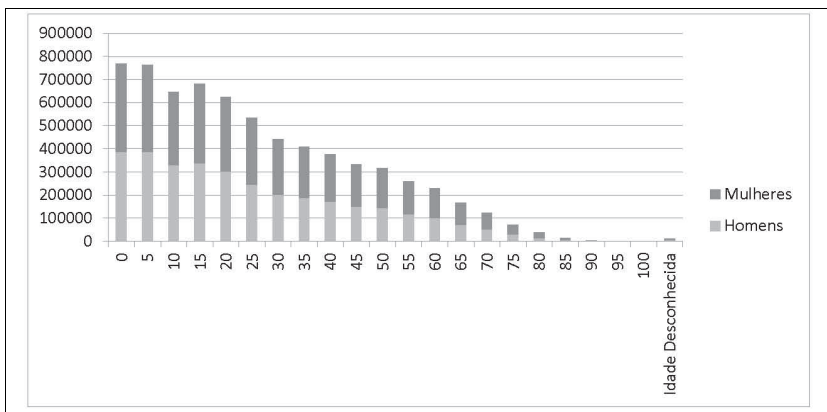
Em 1930, os números da população de facto em Portugal continental e ilhas adjacentes era de 6.825.883, mais 792.892 habitantes que no recenseamento efectuado em 1920. Destes, 3.255.876 (48%) eram homens e 3.570.007 (52%) eram mulheres. Podemos observar a distribuição da população por faixa etária na tabela e gráfico seguintes:

Tabela 1: Distribuição da população por faixa etária em 1930.

	Faixa Etária	Homens	Mulheres	Total
0	4	388898	380729	769627
5	9	387764	374444	762208
10	14	329901	316366	646267
15	19	338290	344489	682779
20	24	303461	322174	625635
25	29	247252	287879	535131
30	34	202688	239092	441780
35	39	189979	220078	410057
40	44	172401	204964	377365
45	49	150846	181026	331872
50	54	143997	173883	317830
55	59	117213	141652	258865
60	64	101940	128179	230119
65	69	71878	94306	166184

70	74	51438	72502	123940
75	79	29779	43038	72817
80	84	14537	24116	38653
85	89	5365	9592	14957
90	94	1545	3258	4803
95	99	521	1255	1776
100	>100	147	354	501
Idade desconhecida		6036	6681	12717
Total Geral		3255876	3570057	6825883

Gráfico 1: Distribuição da população por faixa etária em 1930.



Como podemos observar, embora existissem mais homens entre os 0 e os 14 anos, essa tendência inverte-se a partir dos 15 anos, com o número de mulheres a ser superior ao dos homens, tendência que se constata, igualmente, no total da população. A estrutura da distribuição da população por idades tem uma estrutura piramidal, com uma base larga e um vértice estreito, o que corresponde em percentagem por grandes grupos de idade a: 32% da população entre os 0 e os 14 anos, 58% da população situava-se entre os 15 e os 60 anos e apenas 10% da população tinha mais de 60 anos de idade.

Naturalidade

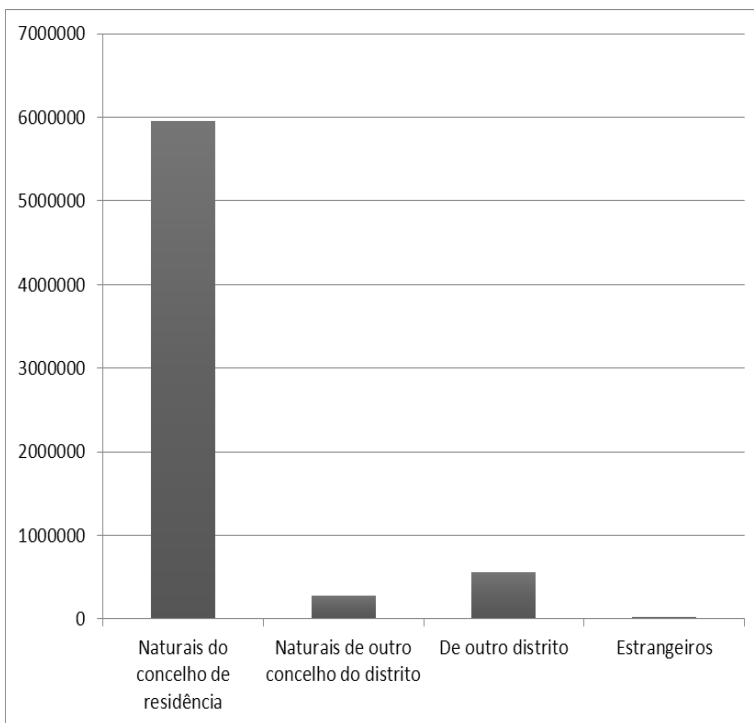
Em 1930, 87% (5.954.160) dos habitantes do país residiam o concelho onde nasceram, apenas 4% (281.686) eram naturais de outro concelho do distrito e 8% (559.594) dos habitantes estavam deslocados do concelho e distrito de nascença. Por fim, apenas são contabilizados 1% (30.443) de residentes estrangeiros em Portugal. Através destes números fica claro que a migração interna, que décadas mais tarde se tornará patente, em 1930 afectava

apenas uma ínfima parte da população. Destaca o relatório de 1930 que, nesse ano os naturais do concelho de residência superavam a percentagem obtida no recenseamento efectuado em 1920, isto é, uma década antes a migração interna era superior que em 1930, com a excepção do distrito de Lisboa, que se tornara chamariz de mais gente, onde cerca de 1/3 (303.812 de 906.582 habitantes do distrito de Lisboa) da população tinha nascido em outro distrito.

Tabela 2: Naturalidade e nacionalidade em 1930.

Naturalidade			
Naturais do concelho de residência	Naturais de outro concelho do distrito	De outro distrito	Estrangeiros
5954160	281686	559594	30443
87%	4%	8%	1%

Gráfico 2: Naturalidade e nacionalidade em 1930.



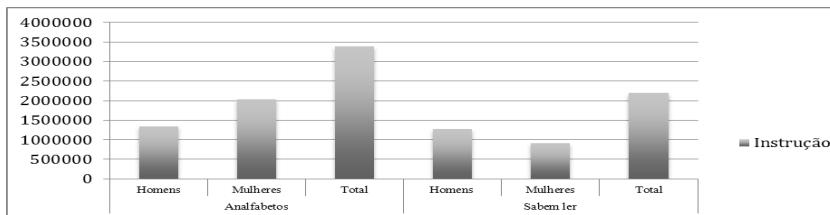
Instrução

Tabela 3: População distribuída entre aqueles que são analfabetos (maiores de 7 anos de idade) e os que sabem ler em 1930.

Analfabetos			Sabem ler		
Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
1344790	2038481	3383271	1281428	916467	2197895
61%			39%		

Quanto à instrução, poderemos observar que a maioria da população era analfabeta: 61% da população a partir dos 8 anos. Algo que contrastava com baixos números de literacia: apenas 39% da população sabia ler. O censo não nos dá indicações das faixas etárias nem dos graus de ensino da população alfabetizada.

Gráfico 3: População distribuída entre aqueles que são analfabetos (maiores de 7 anos de idade) e os que sabem ler em 1930.



População activa e inactiva

Como nos alerta Maria José Carrilho, no seu artigo sobre população activa, o conceito, nos diversos recenseamentos gerais da população, tem comportado diferentes definições (CARRILHO, 1996, p.73-88). Alias, é em 1930 que surge pela primeira vez o conceito de população activa nos recenseamentos da população. Antes desta data, imperava o conceito de profissão e a sua definição remonta ao Congresso de Estatística de St. Petersburgo, em 1872, onde a imprecisão está patente e terá consequência no recenseamento sobre o qual nos debruçaremos.

Em Portugal, até 1900, o conceito não distinguia claramente entre profissão, ocupação e posição social mas, nesse ano, a profissão do recenseado já surge destacada dos dois últimos. Em 1930, embora surja o conceito de população activa, assiste-se a um retrocesso quanto à definição de profissão que passa a figurar a par com a posição social do recenseado.

Deste modo, na classificação de população activa em 1930, foram incluídos todos aqueles que tinham uma profissão lucrativa, mas não só. Os *membros da família auxiliando os respectivos chefes* foram, igualmente, incorporados neste grupo, remetendo para a posição social do recenseado. Estes familiares eram constituídos sobretudo pelas “fêmeas casadas ocupando-se do seu lar” (MINISTÉRIO DAS FINANÇAS, ob cit.), mas existem também indivíduos do sexo masculino e quanto a este grupo, bastante inferior às mulheres, não é explícito o seu papel.

Os dados da população activa nem sempre são claros. Um dos principais problemas, pauta-se pelo facto de os números não se encontrarem distribuídos por faixas etárias, informação que seria útil para uma imagem mais real da distribuição da população activa e inactiva. Outro problema que o CPP nos coloca é o estabelecimento do início e fim da idade activa: os recenseadores consideraram que o indivíduo activo teria entre 15 e 60 anos, o que nos parece que não corresponderá de todo à população economicamente activa em 1930. Os números da população activa e inactiva em 1930, assim como aparecem no censo, terão, deste modo, grandes discrepâncias, algo que tentaremos colmatar com algumas propostas de redefinição da população activa que mais à frente apresentaremos.

Quanto à população desempregada, esta não se encontra desagregada embora saibamos que foi integrada na população activa, assim como “os indivíduos retidos nas prisões e hospitais (...) se bem que não tivessem ocupação lucrativa no dia do recenseamento” (IDEM).

A população activa encontra-se, depois, subdividida em grupos profissionais e, ainda distribuída pelas relações estabelecidas com os meios e produção, informação de maior importância para a compreensão das relações laborais: a população activa está assim dividida em trabalhadores por conta do Estado ou Município; trabalhadores por conta-própria (e estes números deverão incluir igualmente os patrões); trabalhadores por conta de empresa ou particular e *membros da família auxiliando os respectivos chefes*.

Quanto às ocupações dos recenseados assiste-se, neste CPP, a mais um retrocesso no apuramento dos seus números: vigora a sobreposição de categorias diferentes, como profissão do recenseado e profissão do seu patrão, algo que constataremos mais à frente, na secção dedicada aos grupos profissionais.

Olhemos agora para os números da população activa e inactiva e as propostas preliminares de leitura dos dados que apresentamos.

Tabela 4: Proposta 1 apresentada para a distribuição da população activa e inactiva em 1930.

Proposta 1

Número de indivíduos recenseados exercendo uma profissão e dos membros da família auxiliando os respectivos chefes: População activa				Número de indivíduos recenseados e vivendo a cargo dos que exercem uma profissão: População inactiva	População inactiva: outros	
Por conta do Estado ou do município	Por conta de empresa ou de particular	Patrão/Por conta própria	Membros da Família	A viver a cargo de indivíduos a trabalhar por conta do Estado/por conta-própria/por conta de empresa ou particular	Vivem de rendimentos	Indivíduos definitivamente sem ocupação
132.365	1.626.217	873.137	1.077.775	2878587	206.462	31.340
3.709.494 54%				3.116.389 46%		

Nesta primeira proposta para pensar a população activa em 1930, poucas alterações foram efectuadas no que concerne a informação transmitida pelo próprio recenseamento da população. Como dissemos anteriormente, os recenseadores consideraram a população activa como o conjunto dos indivíduos que exerciam uma profissão lucrativa e os *membros da família auxiliando os respectivos chefes*. Estes membros da família auxiliando os respectivos chefes corresponderiam, por sua vez, às mulheres casadas (1.064.965) “que se ocupavam do seu lar” (MINISTÉRIO DAS FINANÇAS, 1934, p.9) mas, incluíam também, indivíduos do sexo masculino (12.810), embora, no censo, não seja explícita qual a sua actividade. Deste modo, é considerada uma população activa constituída por 3.709.494 indivíduos, o que corresponde a 54% do total da população recenseada.

Da população activa apresentada pelo censo apenas foram subtraídos os números daqueles que vivem de rendimentos (206.462), unanimemente considerados como população inactiva e os indivíduos definitivamente sem ocupação, embora também não seja explícito a que corresponde este grupo da população (31.340).

A população activa considerada pelo censo e somando aos dois grupos anteriormente referidos, corresponde a 3.116.389 indivíduos, 46% do total da população recenseada.

Creemos que esta proposta, suscitada sobretudo pelo recenseamento da população, coloca vários entraves à percepção dos verdadeiros números da população activa (população com actividade económica) e inactiva em 1930, uma vez que considera o início da idade activa apenas aos 15 anos de idade e a saída da idade activa aos 60 anos e engloba as mulheres e homens que *auxiliavam os respectivos chefes* o que corresponde, sobretudo, ao trabalho de reprodução da força de trabalho, exceptuando, cremos, as mulheres e homens envolvidos no sector agrícola.

Tabela 5: Proposta 2 apresentada para a distribuição da população activa e inactiva em 1930

Proposta 2

População activa: recenseados com uma profissão e membros da família auxiliando os respectivos chefes no sector agrícola				População inactiva: número de indivíduos recenseados e vivendo a cargo dos que exercem uma profissão		População inactiva: outros		
Por conta do Estado ou do município	Por conta de empresa ou de particular	Patrão/ Por conta própria	Membros da Família no sector agrícola	A viver a cargo de indivíduos a trabalhar por conta do Estado/por conta-própria/por conta de empresa ou particular		Vivem de rendimentos	Indivíduos definitivamente sem ocupação	Restantes membros da família auxiliando os respectivos chefes
132.365		1.626.217	873.137	599.573	2878587	206.462	31.340	478.202
3.231.292 47%				3.594.591 53%				

Na segunda proposta para pensar a população activa e inactiva em 1930, os *membros da família auxiliando os respectivos chefes* foram retirados da população activa e recolocados na população inactiva, exceptuando aqueles que o faziam no sector agrícola e onde se concentra o maior número deste grupo (599.573). Consideramos que o trabalho de reprodução da força de trabalho não recai na população economicamente activa e, deste modo, este número foi subtraído, com a excepção, como já dissemos, dos *familiares auxiliando o respectivo chefe* no sector agrícola. É o próprio relatório do CPP que faz esta distinção quando nota que: “exercendo a respectiva actividade contaram-se 1.072.678 varões e 753.027 fêmeas, incluindo neste número as 588.698 fêmeas, mulheres de chefes de família, contadas como activas” (MINISTÉRIO DAS FINANÇAS, 1934, p.16). É a única excepção feita no relatório onde se categorizam as as mulheres *auxiliando os respectivos chefes* como mulheres que *exerciam* a respectiva actividade, isto é, realizando trabalho produtivo. Em todos os outros sectores de actividade, estas mulheres foram consideradas como *vivendo* da respectiva actividade e não *exercendo* a respectiva actividade. Esta divisão, no entanto, não é clara. As mulheres casadas *auxiliavam os chefes* da casa para além do trabalho reprodutivo? E os homens deste grupo farão eles parte dos trabalhadores familiares não pagos?

Esta proposta continua a contar com números muito elevados de população inactiva, o que poderá corresponder às inexactidões provocadas pelo início e fim da idade activa estabelecida pelos recenseadores (15-60 anos).

Creemos que muito há ainda a fazer para chegar a números da população activa e inactiva mais fidedignos. Um das propostas passará por retirar a totalidade ou parte dos jovens dos 10 aos 14 da população inactiva e inseri-los na população activa. Se nem todos trabalhariam, por frequentarem esta-

belecimentos de ensino ou por não precisarem, cremos que a maioria deles exerceria realmente uma actividade lucrativa seja como assalariado, aprendiz ou trabalhador familiar não pago. Aliás, nos censos que se seguirão ao de 1930, começará a ser considerada a idade de 10 ou 12 anos para o início da idade activa. O mesmo problema se coloca com os indivíduos com mais de 60 anos de idades que foram considerados como pertencendo à população inactiva, algo que julgamos não corresponder totalmente à realidade socioeconómica do Portugal de 1930.

Passemos então em vista alguns dos problemas e questões que nos colocam este recenseamento da população:

- 1) O facto de não termos a distribuição da população activa por faixa etária dificulta-nos a desagregação dos dados para excluir ou incluir parte da população, como crianças e jovens que trabalhavam ou os indivíduos com mais de 60 anos que ainda exerceriam uma profissão lucrativa;
- 2) Não existirem dados para os números de desempregados;
- 3) Indivíduos do sexo masculino *auxiliando o respectivo chefe* sem uma definição clara da sua actividade;
- 4) A rubrica *indivíduos definitivamente sem ocupação*, sem ser explícito de onde provêm estes dados;
- 5) Não ser claro o tipo de actividade exercido pelos *membros da família auxiliando o respectivo chefe*;
- 6) O facto de o número de população inactiva parecer excessivo em qualquer das propostas apresentadas.

As ocupações

No CPP classificaram-se os indivíduos dentro de 58 grupos profissionais, o que “deu lugar a erradas interpretações”⁵. Para além desta questão, os indivíduos foram agrupados segundo o grupo profissional a que a sua empresa pertencesse: “assim, por exemplo, na rubrica trabalhos agrícolas seriam reunidas não só as pessoas ocupadas directamente nos trabalhos agrícolas mas também o pessoal administrativo e de escritório, porque os vencimentos que auferem são provenientes da respectiva exploração agrícola” (MINISTÉRIO DAS FINANÇAS, 1934, p.8). Deste modo, segundo Maria José Carilho, o recenseamento de 1930 apresenta-se como um retrocesso com res-

⁵ MINISTÉRIO DAS FINANÇAS, DIRECÇÃO GERAL DE ESTATÍSTICA, *Censo da População de Portugal no 1º de Dezembro de 1930, Relatório*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1934, p. 8.

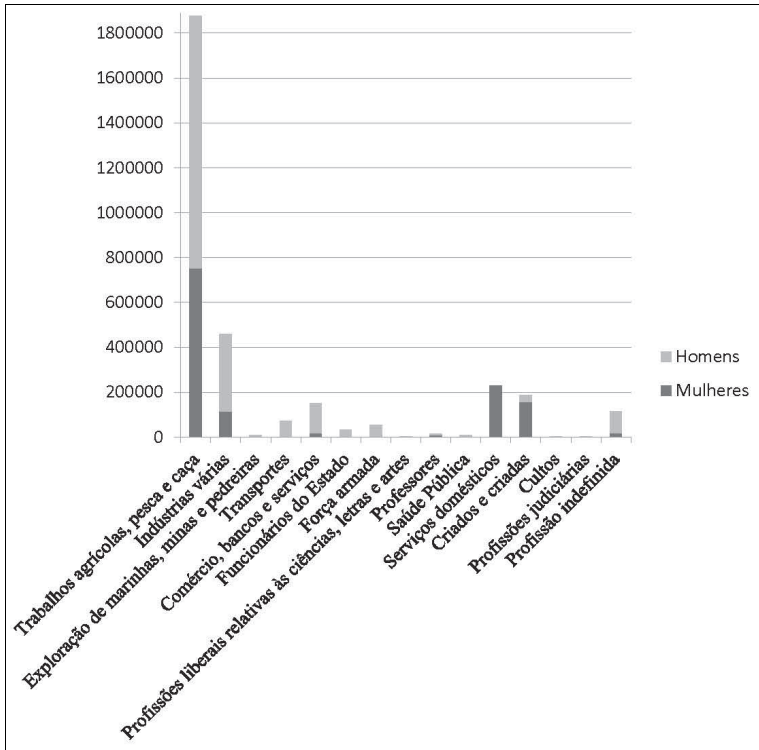
peito à classificação das profissões, com a profissão a ser “equiparada à ocupação ou à situação do recenseado” (CARRILHO, 1996, p.76). Poderá existir, assim, algumas discrepâncias no tipo de actividade realmente realizada pela população portuguesa de 1930 e os dados que se apresentam no censo.

Os grupos profissionais não aparecem no CPP divididos por ramos e a tabela que se apresenta em seguida é já uma reorganização nossa, de forma a possibilitar uma melhor leitura dos dados. Os *membros da família auxiliando os respectivos chefes*, à excepção do ramo profissional de trabalhadores agrícolas, não foram incluídos nos números que se apresentam em seguida – apenas foram incluídos aqueles que apresentavam uma profissão lucrativa e exercendo a respectiva actividade nos diferentes grupos profissionais.

Tabela 6: Distribuição da população activa pelos grupos profissionais em 1930.

Grupo Profissional	Mulheres	Homens	Total
Trabalhos agrícolas, pesca e caça	754260	1121734	1875994
Indústrias várias	116359	344699	461058
Exploração de marinhas, minas e pedreiras	443	10575	11018
Transportes	3842	68063	71905
Comércio, bancos e serviços	19574	132287	151861
Funcionários do Estado	2399	31239	33638
Força armada	0	54585	54585
Profissões liberais	613	2612	3225
Professores	9038	5726	14764
Saúde Pública	2834	8137	10971
Serviços domésticos	228835	0	228835
Criados e criadas	158939	29746	188685
Cultos	4	4289	4293
Profissões judiciárias	239	4941	5180
Profissão indefinida	19201	95826	115027
Total Geral	1316580	1914459	3231039

Gráfico 4: Distribuição da população activa pelos grupos profissionais em 1930.

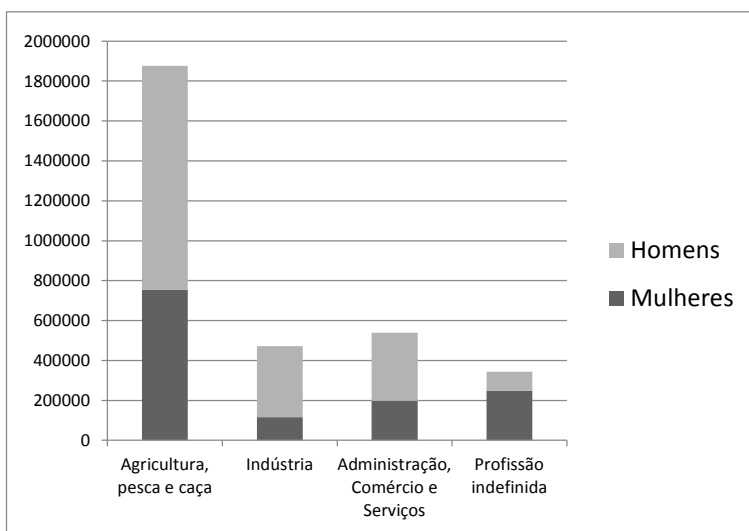


Vemos, deste modo, que os trabalhos agrícolas (1.836.580), pesca e caça (39.414) são efectivamente os grupos profissionais mais preponderantes, constituído por cerca de 58% da população activa, incluindo os trabalhadores familiares, uma excepção somente atribuída a este grupo profissional, como explicamos anteriormente. Estes números revelam um país ainda essencialmente agrícola e rural. As outras rubricas que mais se destacam são o comércio, bancos e serviços (151.861), 4,7% da população activa, as indústrias várias (461.058), 14% da população activa, os criados e criadas (188.685), que correspondem a 5,8% da população activa e, finalmente, os serviços domésticos (228.835), 7% das mulheres empregadas, que corresponde a uma actividade pouco definida que se caracteriza deste forma no relatório do censo que temos vindo a seguir: “No grupo intitulado serviços domésticos foram incluídas todas as fêmeas consideradas como chefes de família e todas as que não foi possível classificar em qualquer dos grupos profissionais” (MINISTÉRIO DAS FINANÇAS, 1934, p. 9).

Tabela 7: Distribuição da população activa pelos sectores económicos em 1930.

Sector económico	Mulheres	Homens	Total	%
Agricultura, pesca e caça	754260	1121734	1875994	58
Indústria	116802	355274	472076	14
Administração, Comércio e Serviços	197482	341625	539107	17
Profissão indefinida	248036	95826	343862	11
Total Geral	1316580	1914459	3231039	100

Gráfico 5: Distribuição da população activa pelos sectores económicos em 1930.



Quanto aos sectores económicos, a liderança cabe à agricultura, pesca e caça, com 58% da população activa. O sector terciário, que inclui os serviços, transporte, comércio, os funcionários do estado, etc., conta com 17% da população activa, mais 3% que a população efectivamente envolvida nas indústrias extractivas e manufactureira, que contempla 14% da população activa. Os homens estão mais presentes em qualquer dos sectores económicos, com as mulheres a corresponderem a cerca de 40% da população activa.

As Relações Laborais

Tabela 8: Distribuição da população pela taxonomia das relações laborais em 1930.

Relação Laboral	Mulheres	Homens	Total	%
Não trabalha (1)	1677403	1232524	2909927	42,6
Vive de rendimentos (2)	115551	90911	206462	3,3
Auxílio dos respectivos chefes; trabalho produtivo (5a)	588698	10875	599573	8,7
Auxílio dos respectivos chefes; trabalho reprodutivo (5b)	476267	1935	478202	7
Patrão ou trabalhador por conta-própria (12+13)	315788	557349	873137	12,7
Assalariado (14)	384093	1242124	1626217	23,8
Assalariado no Estado (18)	12207	120158	132365	1,9
Total	3570007	3255876	6825883	100

Apresentamos agora uma proposta para quantificar as relações laborais à luz da taxonomia laboral desenvolvida no projecto *Global Collaboratory on the History of Labor Relations, 1500-2000*, com a correspondência aos respectivos códigos numéricos utilizados nesta metodologia de trabalho.

Antes de mais, como já tivemos oportunidade de referir, os valores que representavam a população que não trabalha parecem-nos excessivamente altos (42,6%). Estes números contam com os dados apresentados no censo como população inactiva e ainda os indivíduos definitivamente sem ocupação. As mulheres constituem a maior fatia da população inactiva.

Uma pequena parte da população, 3,3% do total, viveria de rendimentos e, portanto, não exerceria, na altura do censo, qualquer actividade lucrativa, a maioria mulheres.

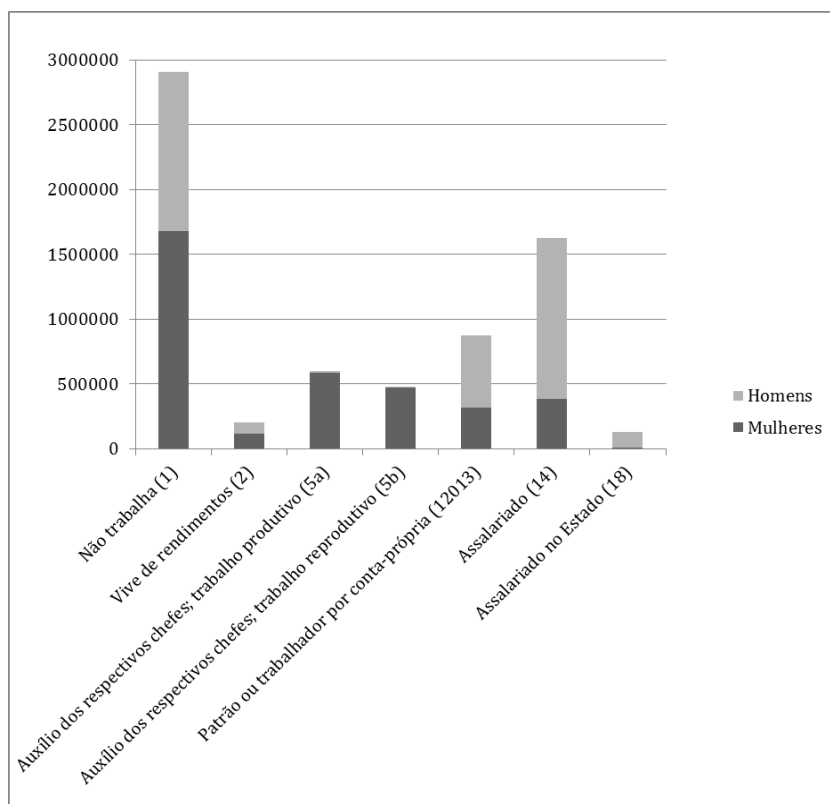
Utilizamos, por sua vez, a distinção que faz a taxonomia laboral sobre o grupo dos trabalhadores que auxiliavam os respectivos chefes: trabalho produtivo e trabalho reprodutivo. No *auxílio dos respectivos chefes*, através do trabalho produtivo (5a), foram incluídos todos os indivíduos do sexo feminino e masculino que *auxiliavam os respectivos chefes* no grupo profissional designado de trabalhos agrícolas, como já tivemos oportunidade de explicar anteriormente. No trabalho reprodutivo (5b), isto é, aqueles que contribuem para a manutenção da casa mas que à partida, segundo nos indica o censo, não realizariam actividade lucrativa, foram incluídos todos os outros membros da família *auxiliando os respectivos chefes*. Estes números poderão ter de ser revistos, uma vez que, neste segundo grupo, poderá estar escamoteado trabalho familiar não-pago ou simplesmente trabalho domiciliário, legal ou clandestino, para as fábricas. Estes valores tendem a baixar nas sociedades

capitalistas mais avançadas. Estes dois grupos são constituídos, principalmente, por mulheres.

Quanto ao trabalho mercantilizado, 12,7% da população fazia parte do grupo do patronato ou dos trabalhadores por conta-própria (12+13). Uma vez que o censo não nos apresenta os valores para estes dois grupos de forma individualizada, não existe forma de os desagregar partindo somente desta fonte a que temos vindo a recorrer. Esta percentagem é já significativamente inferior aos valores que são apresentados para o grupo de assalariados para o mercado privado, 23,8% (14) do total da população. Os assalariados a trabalhar para o Estado constituem uma pequena parcela da população, apenas 1,9% (18).

Em baixo, vemos a distribuição da população através da taxonomia laboral que fazemos uso:

Gráfico 6: Distribuição da população pela taxonomia das relações laborais em 1930.



Conclusão

Vemos, na análise dos dados para que nos remete o CPP, que é difícil quantificar os números daqueles que vivem do seu trabalho, isto é, a classe trabalhadora, no ano de 1930. Antes de mais, não temos as profissões dos recenseados mas sim os grupos profissionais onde se inseriam. Por um lado, este reagrupamento das profissões realizada pelo CPP, coloca-nos à partida dois problemas, que já mencionamos anteriores: a) a inserção dos indivíduos recenseados no grupo profissional onde se incluía o local/empresa onde exerciam a sua actividade e b) e a própria vastidão de alguns desses grupos profissionais que encerram em si múltiplas actividades económicas, como o caso mais flagrante dos trabalhos agrícolas, onde a natureza das relações com os meios de produção (como exemplo aqueles que aparecem no censo da década seguinte, de 1940: proprietário, rendeiro, parceiro, patrão, isolado, empregado, assalariado, assoldado e familiar) e a enorme quantidade de subcategorias de trabalhadores (adegueiros, agricultores patrões e isolados, caçadores, capatazes, castradores, enxertadores, feitores e administradores, hortelões, jardineiros, pastores e guardadores de gado, picadores de cavalos, podadores, tosquiadores, trabalhadores agrícolas indiferenciados e tratadores de gado) revestem-se de especial complexidade⁶. Na indústria, assiste-se à mesma teia complexa de relações de produção, com os operários, os aprendizes, os trabalhadores ao domicílio, desprovidos ou detentores dos seus meios de produção, entre outros⁷. Se não se assistem tanto a oscilações sazonais no que concerne ao emprego nas fábricas, existem ainda oscilações no que toca às matérias-primas ou às retrações do mercado, que reduziriam ou aumentariam os trabalhadores empregados nas respectivas áreas de produção (MARTINS, 1997, p.490). Nos serviços, a oscilação da situação profissional dos indivíduos envolvidos neste sector e, a complexidade que adquirem conceitos como os trabalhadores por conta-própria, estão igualmente presentes. O próprio conceito de um trabalho estável e duradouro, estaria ausente em 1930, com os indivíduos a acumularem por vezes mais do que uma actividade económica ou a alternarem, consoante a altura do ano, de actividade / profissão.

⁶ Para um levantamento e caracterização das relações de produção e trabalhadores agrícolas, ver: MADUREIRA, Nuno Luís e Conceição Martins (org.), *História do Trabalho e das Ocupações, A Agricultura*, Vol. III, Lisboa, Editorial Celta, 2002.

⁷ Para um levantamento e caracterização das relações de produção no sector dos têxteis, que nos poderá dar algumas indicações para o sector industrial no seu todo, ver: MADUREIRA, Nuno Luís e Conceição Martins (org.), *História do Trabalho e das Ocupações, A Indústria Têxtil*, Vol. I, Lisboa, Editorial Celta, 2001.

Por outro lado, temos uma distinção de maior importância que é o tipo de relação laboral estabelecida pelos recenseadores que nos remete para os assalariados do Estado / assalariado do sector privado e para os trabalhadores por conta própria. Porém, esta última categoria coloca-nos alguns constrangimentos, uma vez que encerra ainda aqueles que seriam considerados como pertencendo ao patronato. Outro problema surge ainda quando nos debruçamos sobre a grupo daqueles que *auxiliavam o respectivo chefe*, que poderá remeter tanto para trabalho produtivo como para o trabalho reprodutivo ou trabalho familiar não pago. É assim impreterível que se consultem fontes auxiliares para a composição dos dados que aqui apresentamos.

Para a compreensão da composição da classe trabalhadora é necessário que tenhamos em conta que a própria fronteira que separa os seus diversos sectores dos assalariados é ténue e também ténue é a fronteira que separa aqueles que vivem somente do seu trabalho daqueles que são detedores dos seus meios de produção. Fernando Rosas mostra-nos claramente como essa fronteira é sensível, onde as oscilações entre as camadas mais pobres das classes intermédias e o proletariado estavam bastante presentes, algo que o regime tentaria segurar, para a sua própria manutenção:

“Segurar essa oscilação dos sectores superiores das classes intermédias era decisivo para a estabilidade do regime. Porque as suas camadas mais pobres (o campesinato semiproletário, os proletários semi-camponeses, e os artesãos proto-industriais, a legião de minúsculos lojistas e vendedores ambulantes, os pequenos funcionários, empregados, caixeiros, marçanos, etc.), essa multidão empobrecida de proletarizações adiadas estava quase sempre colada ao pólo oposto da oligarquia – o proletariado industrial moderno (os operários industriais que viviam só do seu trabalho, os assalariados agrícolas e outros trabalhadores assalariados)”. (ROSAS, 2012, p. 28)

Embora este artigo se apresente como a leitura dos dados do CPP de 1930 não podemos deixar de ter em conta os números elevados da população inactiva, o que parece manifestamente incorrecto e que poderão esconder dados sobre o trabalho infantil, o trabalho domiciliário, realizado sobretudo pela população feminina e o trabalho familiar não-pago. É assim necessário um futuro cruzamento de dados para as omissões presentes neste CPP. Fontes como os inquéritos agrícolas ou industriais poderão, igualmente, ajudar-nos na clarificação da enorme quantidade de actividades económicas, díspares entre si, que se encontram incluídos nestes grupos profissionais assim como, nas relações com os meios de produção que se estabeleciam no Portugal de 1930.

Bibliografia

- ANTUNES, Ricardo, *Os Sentidos do Trabalho*. Almedina: CES, Coimbra, 2013.
- BARRETO, António (Org.), *A Situação Social em Portugal*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 1996
- CORREIA, António Damasceno, *As Relações Laborais em Portugal*. Lisboa: R. H., 2008
- CARRILHO, Maria José, *População Activa: Conceito e Extensão Através dos Censos*. INE:I.P., 1996, p. 73-88
- Global History from Below: Explaining and Connecting Shifts in Labour Relations, 1500-2000*, Project funded by the Gerda Henkel Stiftung, Düsseldorf, International Institute of Social History, Amsterdam, 2012, acesso em: https://collab.iisg.nl/c/document_library/get_file?p_l_id=273223&folderId=338337&name=DLFE-171701.pdf, consultado a 8 de Fevereiro de 2014
- LUCASSEN, Jan; VAN DER LINDEN, Marcel, *Prolegomena for a Global Labour History*, International Institute of Social History. Amsterdam, 1999
- MADUREIRA, Nuno Luís e Conceição Martins (org.), *História do Trabalho e das Ocupações, A Indústria Têxtil*, v. I. Lisboa: Editorial Celta, 2001
- MADUREIRA, Nuno Luís e Conceição Martins (org.), *História do Trabalho e das Ocupações, A Agricultura*, v. III. Lisboa: Editorial Celta, 2002
- MARTINS, Conceição, Trabalho e condições de vida em Portugal (1850-1913), *Análise Social*, v. XXXII (142), p. 483-535, 1997 (3.o)
- MINISTÉRIO DAS FINANÇAS, DIRECÇÃO GERAL DE ESTATÍSTICA, *Censo da População de Portugal*, no 1º de Dezembro de 1930, v. I, II, III e *Relatório*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1934
- ROSAS, Fernando, *Salazar e o Poder. A Arte de Saber Durar*. Lisboa: Edições Tinta da China, 2012
- VAN DER LINDEN, Marcel, *Workers of the World – Essays towards a Global Labor History*. Brill, Boston: Leiden, 2008
- WIARDA, Howard J., *Corporative origins of the Iberian and Lation American Labor Relations System*, Labor Relations and Research Center, University of Massachusetts, 1976

O Memorando de Entendimento e a Mudança nas Relações Laborais em Portugal (2008-2013)

Raquel Varela, Renato Guedes, Ana Rajado,
António Simões do Paço, Maria João Berhan, Joana Alcântara

A Crise de 2008 e o «Memorando de Entendimento»

O impacto da crise cíclica de 2007-2008, conhecida mundialmente como crise financeira global, crise de *credit defaults*, e cujo momento mais simbólico foi a falência de Lehman Brothers Holdings Inc., o quarto maior banco de investimentos dos EUA, fez-se sentir em Portugal, e noutras economias semiperiféricas da União Europeia de forma drástica. As contas do Estado sofrem profundas alterações que vão dar origem à crise da dívida pública. O défice público passa de 3,6% do PIB em 2008 para 10,2% e 9,8% em 2009 e 2010, respectivamente. (EUROSTAT, 2012)

Num primeiro momento, o aumento do défice é visto como um resultado necessário das diversas medidas para contrariar os efeitos da crise¹, adoptadas por toda a Europa. Logo a seguir, quer o Governo quer a Comissão Europeia (CE) optarão pelo retorno ao Pacto de Estabilidade acordado no tratado de Maastricht, ou seja, o constrangimento do défice público a um limite máximo de 3% do PIB. No intuito de garantir diversas formas de ren-

¹ Estando fora do âmbito deste artigo gostaríamos de salientar que partilhamos das propostas teóricas que consideram que as crises no sistema capitalista manifestam-se por uma deflação ou queda nos preços dos ativos financeiros, como desvalorização das ações em bolsa, dos títulos de crédito, hipotecas, etc. Na prática, isso significa uma desvalorização do património e uma queda na taxa de lucro. Nessa altura, observa-se, por um lado, uma queda na atividade económica, nomeadamente na industrial. Por outro lado, os governos e bancos centrais lançam mão de medidas para contrariar esse movimento, tais como baixa da taxa de juros de maneira a tornar o acesso ao dinheiro mais barato e incentivar um aumento no investimento (ROSDOLSKY, 2001).

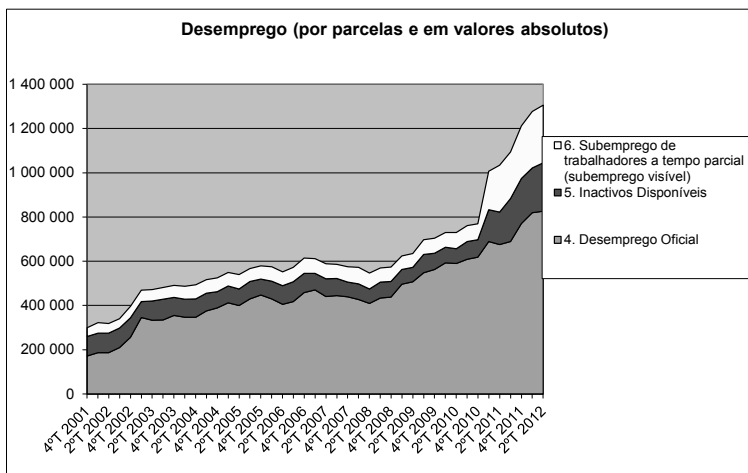
das fixas de capital (juros da dívida pública, parcerias público-privadas, em que o Estado assume os riscos de empresas privadas, subcontratualização externa de serviços, etc.) (NAKATANI, 2012) o Governo defende o retorno à disciplina orçamental e faz um pedido de empréstimo externo, destinado ao pagamento da dívida pública e recapitalização da banca (77 mil milhões de euros), e negoceia-o, dando origem a um protocolo, o «Memorando de Entendimento», assinado com a CE, o BCE e o FMI (Comissão Europeia, Banco Central Europeu e Fundo Monetário Internacional) – uma tríade conhecida pelo epíteto de *troika*.

As medidas de austeridade que se seguiram incluíram cortes directos nos salários, cortes no salário social (Estado social), no salário diferido (segurança social/pensões) e aumento dos impostos regressivos (impostos sobre o consumo como o IVA, hoje em 23%). Em paralelo inicia-se um processo de privatizações de empresas públicas bem como a mercantilização crescente dos serviços públicos, sobretudo na área da saúde (por exemplo, mais de metade do orçamento dos hospitais privados é pago por participações públicas, hoje, se somarmos as contribuições directas, 30%, mais os custos de formação da força de trabalho). Actualmente, a maior fatia de gastos do Estado são juros da dívida pública equivalem à totalidade, por exemplo, do orçamento do Serviço Nacional de Saúde, até há poucos anos totalmente gratuito e considerado um dos melhores do mundo (7ª posição). Estas medidas são assumidas como forma de «garantir o cumprimento desse empréstimo».

Em paralelo o Governo coloca em marcha uma série de medidas que estão em curso e que modificarão, se não houver resistência social dos trabalhadores, as relações laborais em Portugal, e que incluem:

- 1) Violento aumento do desemprego (ver gráfico 1), acompanhado de recessão, mas como a queda do emprego é maior do que a recessão, a intensificação do trabalho leva a aumento na produtividade. Ou seja, redução do custo unitário do trabalho para garantir o rendimento do capital investido (desvalorizado com a crise de 2008). Esta política de desemprego para aumentar a produtividade está definida no próprio Relatório do Orçamento de Estado do Governo para 2013².
- 2) Fim do «direito ao trabalho» por liberalização dos despedimentos.
- 3) Redução drástica da contratação colectiva.

² «Esta evolução é explicada, essencialmente, pela redução do PIB menos acentuada que o emprego» (ROE, 2013 p. 17).

Gráfico 1 – Evolução do desemprego em Portugal (2011-2012)³.

Não é claro qual o grau de responsabilização e a quem essa responsabilização das políticas de austeridade tem sido atribuída. Partidos, movimentos sociais e centrais sindicais tendem a acusar o Governo por estas medidas políticas (e por isso exigem em uníssono, desde Setembro de 2012, a demissão do Governo), mas também culpabilizam a estrutura da UE – a ausência de solidariedade por parte, sobretudo, das instituições-leme ou que consideram sob «controlo» alemão, como o BCE – e o FMI, pelas políticas executadas. É notória nos sindicatos a ausência de discussão sobre a moeda única.

A força de trabalho em Portugal: Precariedade e baixos salários directos

A população total em Portugal no 1º trimestre de 2013 é de 10,5 milhões de indivíduos, dos quais 5,4 milhões são população activa (cerca de 51,5% da população total). A taxa de desemprego oficial era, em 2013, de 17,7%. Porém, a taxa real de desemprego real, em 2013, é de 25,7%, isto é, 1 milhão e 400 000 desempregados (soma dos desempregados, inativos disponíveis e subemprego de trabalhadores a tempo parcial). Mais de 1 milhão de pessoas são trabalhadores precários que auferem em média menos

³ [<http://www.eugeniorosa.com/Sites/eugeniorosa.com/Documentos/2012/20-2012-A-supresa-do-desemprego.pdf>]

37% de salário do que os trabalhadores com relação de trabalho-padrão (ROSA, 2013). Ou seja, metade da força de trabalho actualmente em Portugal ou é precária ou desempregada. Dos trabalhadores por conta de outrem mais de 80% auferem menos de 900 euros líquidos por mês.

O pacto social nascido em 1975, fruto do processo revolucionário de 1974-1975, conhecido como revolução dos cravos, implicou um ganho das remunerações do trabalho sobre o capital na ordem dos 15% (SILVA, 1985) e consagrado na Constituição, aprovada em 1976. Pacto que se manteve até à crise de 1981-1984, garantindo assim o direito ao trabalho regulado e protegido, por causa da intensa conflituosidade herdada da revolução – 10 governos em 10 anos, entre 1976 e 1985 (VARELA, 2012b).

Mas, uma das consequências mais importantes da incapacidade de uma resistência organizada por parte dos sectores de trabalhadores às medidas contra cíclicas da década de 80 – entre elas a redução do custo unitário do trabalho (e a consequente elevação dos lucros) – será, a partir do final da década de 80, a crescente precarização da força de trabalho, ficando reservado, tendencialmente, à geração da revolução de Abril relações de trabalho-padrão, e, às gerações vindouras, uma crescente precarização, que vai conhecer um salto dramático na primeira década do século XXI.

Argumentamos que para esse processo se ter dado tiveram que reunir-se cinco condições:

- 1) Derrota do setor mais importante do movimento operário organizado – os estaleiros navais da Lisnave – como exemplo para todos os outros setores das classes trabalhadoras e setores médios. Três anos de salários em atraso nos estaleiros navais da Lisnave – a maior concentração operária do país, com cerca de 9000 operários, situada na margem sul do rio Tejo, em Lisboa (Almada) – levaram à derrota destes trabalhadores que assinaram, entre 1984 e 1986, o primeiro compromisso de empresa alguma vez feito em Portugal naqueles termos (de “paz social”), e que teve um efeito de arrastamento simbólico sobre os outros setores, à semelhança, como assinalam Stole-roff (2013) e Strath (1989), entre outros, do que acontece com a derrota dos mineiros com Margaret Thatcher em Inglaterra, dos controladores aéreos nos EUA, dos operários da Fiat em Turim, e, mais tarde, dos trabalhadores do petróleo no Brasil.
- 2) Ligação estreita entre um sindicalismo fortemente apoiado na negociação e não no confronto – embora mais ou menos pactuário consoante seja protagonizado pela UGT (União Geral dos Trabalhadores, de inspiração social-democrata) ou pela CGTP (Confederação Geral dos Trabalhadores de Portugal, mais afecta aos comunistas) – e, tendo este sindicalismo fortes ligações ao regime democrático,

feitas a partir do elemento Estado, visto não como um opositor, mas como um árbitro para o qual as propostas eram direcionadas, em vez de para as empresas, como foi característico do período da revolução (LIMA, 1986, STOLEROFF, 1988).

- 3) Melhoria de vida e dos níveis de consumo das classes médias e trabalhadoras.
- 4) A utilização do fundo da segurança social para gerir a precariedade e o desemprego, criando um colchão social, seguindo as orientações do Banco Mundial, que evite disrupções sociais fruto da extrema pobreza, desigualdade ou regressão social (SANTOS, 2013). Essa utilização foi, caso a caso, negociada e, na maioria dos casos, aceite pelos sindicatos, sob a forma de reformas antecipadas – sector da banca, sector dos seguros, grandes empresas metalomecânicas (só nos estaleiros da Lisnave quase 5000 trabalhadores vão até 10 anos para a reforma antecipada com a totalidade dos salários, o número de trabalhadores portuários é reduzido de 7000 para os atuais 700 em todo o País⁴), setor das empresas de telecomunicações, para citar alguns exemplos. Em troca conservam-se os ‘direitos adquiridos’ para os que já os tinham e ou não entram novos trabalhadores, ou os que entram ficam já sob um regime de precariedade, o que implica uma redução substancial das contribuições para a segurança social. O que se verifica é uma estreita ligação entre gestão da força de trabalho empregada, os fundos da segurança social e a criação crescente de medidas assistencialistas para atenuar os efeitos da conflitualidade social decorrentes do desemprego (subsídios de desemprego, apoio a *lay-off*, formação profissional, rendimento mínimo – equivalente ao bolsa família no Brasil ou *Hartz IV* na Alemanha –, rendimento social de inserção, subsídio social de desemprego, subsídio parcial de desemprego).

A consequência da precarização da força de trabalho é o desemprego e a consequência do desemprego é a pobreza. Esta relação é inequívoca na sociedade portuguesa das últimas três décadas. Quanto mais se regula a favor da flexibilização das leis laborais, maior é a precariedade, e maior é o desemprego, e maior é a pobreza. Actualmente estão em Portugal, sob a égide de programas assistencialistas cerca de 1 milhão de pessoas. Quase metade dos Portugueses (47%) são, oficialmente, pobres caso desapareçam as prestações

⁴ Sobre as reformas antecipadas no trabalho portuário ver Decreto-Lei n.º 483/99 de 9 de novembro.

sociais. (INE, 2012) Há 10% de portugueses que trabalham e não conseguem ultrapassar os 421€ mensais para viver. (BERHAN, 2013) Os números da pobreza também são, do outro lado, os números da riqueza. Entre 1993 e 2009, embora a proporção do rendimento (*share*) dos 5% mais pobres na população tenha duplicado – certamente graças às políticas sociais –, o volume dos rendimentos mais elevados teria aumentado 67% (SILVA, 2013).

Salário social: Estado Social e Segurança Social

Com o memorando da *troika* fortaleceu-se um discurso sobre a impossibilidade de os Portugueses pagarem o Estado social. Num estudo que publicámos desmentimos esta tese. (VARELA, 2012a). Calculámos, entre os anos 1995-2010, quanto quem trabalha e vive do salário entrega ao Estado em contribuições e impostos (directos e indirectos) e quanto recebe deste em serviços públicos prestados (saúde, educação, segurança social, transportes, desporto, espaços públicos, cultura). Chegámos às seguintes conclusões:

- os trabalhadores fornecem cerca de 75% da arrecadação fiscal, apesar de auferirem apenas cerca de 50% do PIB antes dos impostos e contribuições sociais⁵;
- o somatório da coleta fiscal e contributiva dos trabalhadores, entre 1995 e 2003, foi excedentário em relação à despesa inerente às funções sociais do Estado – ou seja, os trabalhadores pagaram mais em impostos e contribuições do que receberam em funções sociais do Estado;
- a partir de 2003 o salário social líquido regista um ligeiro défice, que seguramente seria anulado se os fundos reservados às funções sociais do Estado não tivessem sido parcialmente desviados para subsídios às empresas, integração de fundos de pensões falidos por incúria de gestores privados, políticas de desemprego, etc.;
- não se verifica correlação entre os gastos com as funções sociais do Estado e o défice público – nos anos em que o salário social líquido foi superavitário já se regista pronunciado défice público; nos anos em que formalmente há um ligeiro défice do salário social líquido (2003-2010), o défice público continua a crescer desproporcionadamente.

Dentro do Estado social – e também parte do salário social líquido – têm sido particularmente gravosas as medidas que atingem os reformados, que sofreram cortes dramáticos entre 10 a 50% no valor das suas pensões.

⁵ Por economia de palavras, chamamos ao longo do texto «contribuições» à soma da quotização dos trabalhadores e à contribuição dos patrões para a Segurança Social – sendo que ambas fazem parte do salário, de acordo com o Sistema Europeu de Contas, 1995.

O debate sobre a sustentabilidade da segurança social tem sido dominado pelos argumentos demográficos que apontam para uma tese semi-catastrofista em que a evolução da pirâmide etária (com o aumento da população aposentada em relação aos trabalhadores no activo) comprometeria a sua sustentabilidade. Esta é uma explicação errónea. A chave da sustentabilidade da segurança social está na riqueza produzida e nas relações laborais e não no actual quadro demográfico, que aliás, no que diz respeito a activos/inactivos (e não a jovens e velhos) a ONU prevê que não se altere significativamente até 2060.

O aumento da esperança média de vida (EMV) não é uma tragédia, mas uma bonança civilizacional que exigiu uma evolução de milhares de anos. Por outro lado, a EMV é uma média – entre a de um operário manual e a de um gestor de topo pode haver uma diferença de 18 anos! Lembremos ainda que a EMV em Portugal é sensivelmente idêntica à dos países do Norte da Europa, mas a EMV *com saúde* é das mais baixas, 6 anos – contra os 15 da Dinamarca, por exemplo. Por fim, os cálculos actuais da EMV usam como pressuposto o nível de bem-estar actual, isto é o acesso à saúde e segurança social, habitações salubres, alimentação de qualidade, mobilidade. Se se cortar nestes sectores, a expectativa é que a EMV caia. Ou seja, cortar na segurança social pode significar de facto passarmos a viver menos.

A segurança social portuguesa é sustentável, e superavitária (foi a única área em Portugal que sempre teve superávits), se se impedir a sua descapitalização por parte do Estado e se se garantirem relações laborais protegidas.

A descapitalização da segurança social começou na segunda metade dos anos 80 do século XX:

- a) A utilização do fundo da segurança social para gerir os programas assistencialistas decorrentes do desemprego (os “pais” a pagar o desemprego dos “filhos”);
- b) As pré-reformas, algumas aos 45 ou 50 anos, em que trabalhadores efectivos e com direitos (que contribuiriam) são substituídos por trabalhadores precários;
- c) As dívidas não cobradas (9 mil milhões de euros);
- d) A transferência dos fundos para pensões de CGD, PT, Marconi, ANA⁶ (valem hoje menos 1/3);
- e) A neblina opaca que encobre o valor real (não nominal) dos fundos de pensões da banca⁷; os subsídios da segurança social a *lay-offs* (triplícaram nos últimos 5 anos);

⁶ CGD (Caixa Geral de Depósitos, banco público); PT (Portugal Telecom), Marconi (comunicações), ANA (gestão de aeroportos).

⁷ Transferido em 2012. O fundo de pensões da banca foi transferido para o Estado, para

- f) A Formação Profissional e Políticas Ativas de Emprego (1,4% do PIB), entre eles o Programa Impulso Jovem, que permite às empresas contratar trabalhadores a custo quase zero;
- g) E, até um momento burlesco: a utilização do fundo da segurança social para «ajuda humanitária ao Kosovo».

Dedicámos a maioria dos nossos estudos, publicado na obra colectiva *A Segurança Social é Sustentável. Trabalho, Estado e Segurança Social em Portugal* (VARELA, 2013) às relações laborais no país, e na sua evolução histórica, porque cremos que é nelas que está a chave da sustentabilidade. Sendo verdade que o número de idosos e aposentados aumentou em Portugal, não é menos verdade que o número de trabalhadores activos nunca foi tão grande como neste Portugal de início do século XXI (lembramos a entrada maciça das mulheres no mercado de trabalho). Temos hoje 5,4 milhões de activos e cerca de 2,5 milhões de pensionistas e reformados por velhice, ou seja o dobro dos activos para os pensionistas e reformados.

Para definir a sustentabilidade da segurança social interessa conhecer a produtividade destes trabalhadores. Ora a produtividade tem aumentado mais do que o suficiente para compensar qualquer perda no futuro previsível na população activa ou aumento proporcional da população de pensionistas (a produtividade por trabalhador em Portugal aumentou 5,37 vezes entre 1961 e 2011, isto é, 430% por trabalhador). Porém, metade da população activa está desempregada ou é precária (recebendo em média 37% menos, o que não lhe permite descontar para as pensões dignas dos que já não estão a trabalhar) (Guedes e Viana Pereira, 2013).

Sindicalismo, Greves e conflitos colectivos

Entre 2007 e 2013 Portugal teve 6 greves gerais e várias greves gerais da administração pública⁸. Destaca-se a greve geral europeia de 14 de Novembro de 2012, que em Portugal teve uma forte paralisação a nível nacional bem como uma forte mobilização de rua – foi durante esta greve que ocorreram os principais incidentes violentos entre manifestantes e polícia junto do parlamento, desde o início das políticas de austeridade. De salientar que nesta greve, pela primeira vez nas últimas duas décadas, a

um Instituto de Crédito Público e o seu valor oficialmente usado para «pagar dívidas do Estado à banca e às farmacêuticas». Hoje, são transferidos do Orçamento de Estado 530 milhões de euros anuais para pagar as pensões dos reformados deste sector.

⁸ 30 de maio de 2007; 24 de novembro de 2010; 24 de novembro de 2011, 22 de março de 2012. Para detalhes sobre as greves gerais da administração pública ver Varela, 2011.

CGTP chama em paralelo uma manifestação pressionada por essa exigência nas redes sociais, uma vez que a tradição, até aqui, era não haver manifestações em dia de greve geral.

A última greve geral ocorreu a 27 de junho de 2013 e tinha como objetivo derrubar o Governo, o que não alcançou. Por outro lado várias fontes de imprensa destacam a capacidade da greve paralisar sobretudo o sector dos transportes e ter assim um efeito de arrastamento para o resto da cadeia produtiva. Destaca-se que as greves têm sobretudo impacto na região de Lisboa e Porto, tendo muito pouco efeito nas cidades médias e pequenas.

Salientamos ainda que a última greve geral teve também a participação da UGT (mais próxima da social democracia) que até aqui tem tido um comportamento mais próximo do Governo (das 6 greves gerais dos últimos 6 anos só apoiou 2), aceitando a validade do memorando de entendimento, assinando acordos de concertação social, que a CGTP se recusou a assinar⁹. É de realçar porém que a força da UGT é cada vez menos, estando cada vez mais restrito o sector dos seguros e dos bancários, o que dá uma relevância mais formal do que social aos acordos assinados.

Este número de greves é, deve assinalar-se, histórico, incomum, nunca tendo havido tantas greves gerais no país, em tão curto espaço de tempo (VARELA, 2012b). Independentemente da sua maior (como na greve geral de novembro de 2010) ou menor mobilização (como na greve geral de março de 2012), este número expressa o desconforto na capacidade da sociedade portuguesa, como um todo, nos moldes capitalistas, suportar as diferenças sociais que a atravessam. Segundo dados oficiais em Portugal tiveram lugar, em 2012, 3000 manifestações¹⁰. A 12 de Março de 2011 uma manifestação teve lugar em Lisboa juntando 400 000 pessoas, a 15 de Setembro de 2011, chamada fora das estruturas sindicais também, reuniu 100 000 pessoas, a 15 de Setembro de 2012 e 2 de Março de 2013, em ambas as datas, reuniram-se mais de 1 milhão de pessoas nas ruas do país, as maiores desde o 1 de maio de 1974, depois da queda da ditadura do Estado Novo.

Esta crise, cujas medidas contra cíclicas devastaram setores importantíssimos das classes trabalhadores e setores médios da sociedade – num processo de proletarização/precarização, está provavelmente a destruir também as condições que permitiram estas medidas, ou seja, o pacto social.

O desenvolvimento do capitalismo português no pós 25 de Abril deve-se em grande medida à existência de relações laborais padrão, protegidas em grande pela contração coletiva e pela proibição dos despedimentos (e/ou

⁹ «Líder UGT acusa Governo de desperdiçar concertação social», Jornal i, 28 de julho de 2013.

¹⁰ *Diário Económico*, 28 de março de 2013.

avultadas indemnizações), que agora, por negociação entre o Governo e a *troika*, é posta em causa no sentido de precarizar as relações laborais e proceder a despedimentos, que vão numa tendência de substituir trabalhadores com direitos por trabalhadores precários. Os Gráficos 2 e 3 que indicam a evolução dos Instrumentos de Regulamentação Colectiva de Trabalho (IRCT) e as portarias de extensão (extensão da contratação colectiva) e que são exemplificativos desta tendência.

Gráfico 2 – Evolução do número de IRCT negociados no BTE, por tipo de IRCT, entre 1976 e 2012. (ALVES; POÇAS; TOMÉ, no prelo)

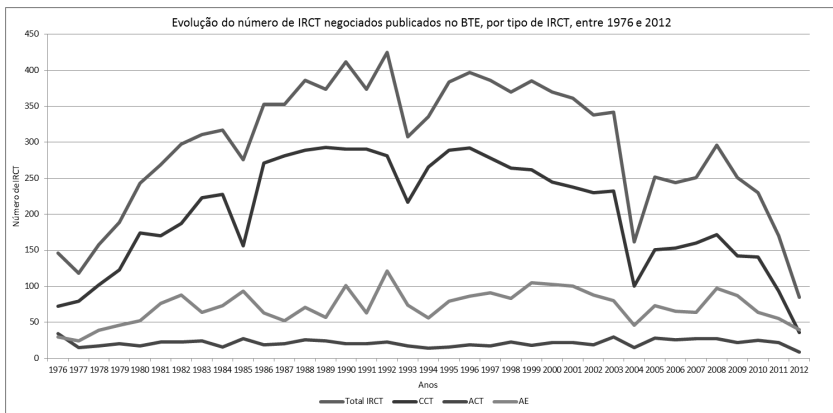
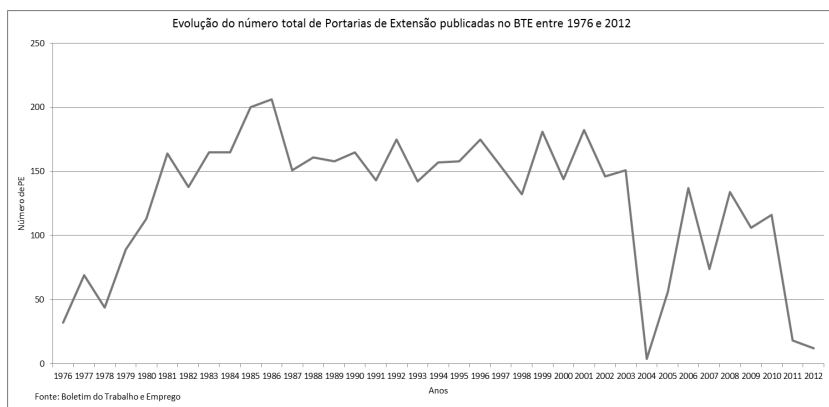


Gráfico 3 – Evolução do número total de Portarias de Extensão publicadas no BTE entre 1976 e 2012. (ALVES; POÇAS; TOMÉ, no prelo)



É curioso lembrar aqui o discurso de Amável Alves, membro do Partido Comunista Português e da comissão executiva da CGTP, que disse publicamente em 2004 que não negociar com a CGTP e os sindicatos pode ser

muito pior para o patronato do que a negociação: «Há, no entanto, uma dúvida que flagela o patronato em Portugal (...) Receiam que os trabalhadores, sem contrato coletivo sectorial que os protege, reivindicuem e lutem, empresa a empresa. Isto é, em vez de anular um conflito arriscam-se a criar muitos». (ALVES, 2004) Ou seja, se é verdade que a contratação colectiva deixa no imediato os trabalhadores em piores condições, a médio prazo a sua ausência pode ter um efeito disruptivo.

Parece indiscutível que Portugal, à semelhança da maioria dos países da Europa, tem, observado uma tendência geral para a queda na taxa de sindicalização, mais recentemente, uma quebra nas receitas *per capita* dos sindicatos devido à redução de salário – real e nominal – dos trabalhadores sindicalizados. De acordo com diferentes cálculos a taxa variou entre 52,% em 1976, 58% em 1981 (ALVES, 2009) e a OCDE refere uma evolução entre 60,8% em 1978, 51,4% 1986, 28,6% 1992. As várias fontes situam a taxa actual de sindicalização entre os 15 e os 19%. No sector privado os sindicatos representam cerca de 9% dos trabalhadores¹¹.

Entre as explicações para a queda da taxa de sindicalização tem estado sobretudo a mudança das relações laborais e a ligação dos sindicatos portugueses a aparelhos partidários (UGT ao PS e a CGTP, de longe a maior, ao PCP) (STOLEROFF, 2013). Alves (2009), demonstra como a taxa de sindicalização entre quem tem um contrato sem termo a tempo inteiro é de facto muito superior (22,6%) aos que têm um contrato a tempo parcial (4,5%), para citar um exemplo. Há portanto uma correlação. Mas, a nossa questão é: haverá uma causalidade? Os estudos que existem não conseguem dar conta da complexidade do tema. Porque a questão poderia ser colocada ao contrário, como o faz Van der Velden (2012), para o estudo das greves na Holanda, onde verificou que a taxa de sindicalização sobe a seguir a greves com um conteúdo mais radical (ocupação de lugar de trabalho, longa duração, esquemas de solidariedade com outras categorias ou sectores de trabalhadores). Portanto a questão, que fica em aberto, pode ser colocada ao contrário: é a ausência de políticas radicais dos sindicatos que leva à dessindicalização?

Notas conclusivas

Paradoxalmente, aquilo que foi um ganho histórico – segurança social universal conquistada no biénio revolucionário de 1974-1975 – transformou-se, por razões políticas, a partir de final da década de 80 do século XX, numa almofada social que financiou o desemprego e a precariedade. A

¹¹ Diário Económico, 27 de junho de 2013.

montante constituiu-se, para moldar estas novas relações laborais, a legitimação de um salário-família, tendo as famílias assumido o prolongamento do sustento dos seus filhos; e a jusante usou-se de forma sistemática os recursos da segurança social para construir uma base assistencialista que acompanhasse a regulamentação da flexibilidade do mercado de trabalho, através de subsídios ao desemprego, subsídios a empresas, apoio a *lay offs*, programas assistencialistas.

Efetivamente, a partir de meados da década de 80 do século XX, a força de trabalho no País foi progressivamente sendo dividida. Entre, de um lado, uma força de trabalho em geral mais velha, com mais direitos, mais sindicalizada, menos formada, ainda sob a égide do pacto social nascido da revolução de 1974-1975, mais predisposta a mediações, e por outro lado um país precário, uma força de trabalho do modelo *just in time*, ou seja, um trabalhador “na hora” que é chamado a trabalhar quando as empresas precisam e devolvido ao desemprego quando baixa a produção, em geral mais qualificado (ALVES, 2009) mas com menos capacidade político-organizativa. Este quadro configura um modelo tendencial com muitas exceções, mas que é demonstrativo da dinâmica da formação atual do mercado de trabalho. Esta situação enfraqueceu objetivamente os sindicatos (STOLEROFF, 2013), as comissões de trabalhadores e outros organismos representativos dos trabalhadores.

O desemprego e a precariedade são a face visível das medidas contra cíclicas e, aceitando que a sociedade é um reflexo de forças antagónicas, da incapacidade das estruturas políticas e sindicais representativas dos trabalhadores resistirem a estas. Está colocado à sociedade portuguesa um desafio histórico. «Comprar os pais para vender os filhos», isto é, manter ao longo dos últimos 20 anos os direitos adquiridos para a franja mais velha da população, que vinham de relações laborais construídas no pós 25 de Abril de 1974, e precarizar os mais jovens não parece ter oferecido garantias nem a pais nem a filhos, estando hoje toda a massa dos trabalhadores ameaçada de uma regressão histórica que talvez – não teremos infelizmente aqui tempo de o explorar – só encontre paralelo histórico nos processos clássicos de proletarianização (e acumulação primitiva) de final do século XIX e dos anos 60 do século XX, que começaram por ser «resolvidos» com recurso à emigração extrema do campo para a cidade e do país para o estrangeiro, mas terminaram, sem mobilidade social e válvulas de escape, em revoluções – a segunda (revolução de abril de 1974) mais radical e extensa que a primeira (revolução republicana de outubro de 1905).

Muitas condicionantes (ARCARY, 2013) fazem que hoje, porém, o desenrolar destes conflitos esteja por definir:

- 1) se haverá sangria de quadros;

- 2) se a emigração funcionará como uma válvula de escape (haverá países e mercados para absorver esta força de trabalho qualificada?);
- 3) se se conseguirá tirar do mercado de trabalho a força de trabalho mais velha e menos qualificada (ainda empregada ou reformada) e colocá-la com subsídios e reformas de subsistência, para fazer entrar no mercado de trabalho uma força de trabalho em geral mais qualificada e precária;
- 4) se a erosão dos direitos laborais não abrirá uma situação de conflito inorgânico disruptivo, isto é, se a ausência de contratação coletiva não significará, por um lado, uma fragilidade dos trabalhadores, mas por outro, ao incapacitar os parceiros sociais, provocar a impossibilidade objectiva de um pacto social (recordemos que é a ausência de organizações de trabalhadores a 25 de Abril de 1974, num quadro então de grande precariedade da mão de obra nas empresas, que fará nascer as comissões de trabalhadores¹²);
- 5) se o estrangulamento da mobilidade social, isto é, da expectativa de viver com mais bem-estar, não será um fator de irrupção social;
- 6) se o grau molecular de organização, na sua dupla vertente, sindical e política, dos setores mais jovens e precários não será um entrave à sua capacidade de impor direitos;
- 7) se uma sociedade mais urbana, mais culta, mais formada, mais consciente dos seus direitos aceitará a regressão histórica que configura a mais importante mudança do mercado de trabalho português desde o biénio revolucionário de 1974-1975.

Fontes:

Eurostat: Government deficit/surplus, debt and associated data, 14/06/2012.

PORTUGAL, Instituto Nacional de Estatística, *Destaque Rendimento e Condições de Vida* – 2011, julho 2012. Disponível em: http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=132814977&DESTAQUESmodo=2, acedido em 08.03.2013.

PORTUGAL, Instituto Nacional de Estatística, *XI Recenseamento Geral da População, 1970*, Lisboa, Sociedade Tipográfica, Lda., 1973.

PORTUGAL, Instituto Nacional de Estatística, *XV Recenseamento Geral da População, 2012*, Lisboa, INE, I.P., 2012.

¹² Estruturas de duplo poder, assembleárias, durante a revolução portuguesa de 1974-1975.

Referências Bibliográficas

- ALVES, Amável, «A contratação coletiva, uma arma dos trabalhadores», In *O Militante*, n.º 273, novembro/dezembro de 2004.
- ALVES, Paulo Marques, *Cidadãos e Militantes: Uma Contribuição para as Teorias da Acção Militante Sindical*, Lisboa, ISCTE-IUL (mimeo), 2009.
- ALVES, Paulo Marques; Poças, Luís; Tomé, Raul (no prelo), *A crise do emprego jovem e a negociação colectiva*, in Actas do XV EN SIOT, Lisboa, APSIOT.
- ARCARY, Valério, «Os limites da estabilidade social. Até quando irá a sociedade «aguentar» «o estado a que isto chegou?»», In Varela, Raquel (coord), *A Segurança Social é Sustentável. Trabalho, Estado e Segurança Social em Portugal*, Lisboa, Bertrand, 2013, pp. 365-430.
- BERHAN, Maria João, «Ser pobre, ser-se pobre. Reflexão crítica sobre os números da pobreza», In Varela, Raquel (coord), *A Segurança Social é Sustentável. Trabalho, Estado e Segurança Social em Portugal*, Lisboa, Bertrand, 2013, pp. 275-286.
- GUEDES, Renato; VIANA PEREIRA, Rui, «E se houvesse pleno emprego?» A sustentabilidade da segurança social e o desemprego. In Varela, Raquel (coord), *A Segurança Social é Sustentável. Trabalho, Estado e Segurança Social em Portugal*, Lisboa, Bertrand, 2013, pp. 89-116.
- LIMA, Marínus Pires de, «Transformações das Relações de Trabalho e Ação Operária nas Indústrias Navais (1974-1984). In *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 18-19-20, fevereiro de 1986, pp.119-149.
- NATAKANI, Paulo, «O Papel e o significado da dívida pública», In Varela, Raquel (coord), *Quem Paga o Estado Social em Portugal?*, Lisboa, Bertrand, 2012, pp. 173-196.
- ROSA, Eugénio, «Emprego parcial, a contrato e a recibos verdes», In http://resistir.info/e_rosa/precariedade.html, consultado a 23 de março de 2013.
- ROSDOLSKY, Roman, *Génese e Estrutura de O Capital em Marx*, Rio de Janeiro, Contraponto, 2001.
- SANTOS, Cleusa, «Rendimento de facto mínimo? Estado, assistência e questão social», In Varela, Raquel (coord), *A Segurança Social é Sustentável. Trabalho, Estado e Segurança Social em Portugal*, Lisboa, Bertrand, 2013, pp. 315-332.
- SILVA, Manuel Carlos, «Pobreza, exclusão social e desigualdade», In Varela, Raquel (coord), *A Segurança Social é Sustentável. Trabalho, Estado e Segurança Social em Portugal*, Lisboa, Bertrand, 2013, pp. 243-266.
- SILVA, Manuela, «A repartição do rendimento em Portugal no pós 25 de Abril 74», In *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 15-16-17 maio de 1985, pp. 269-279.
- STOLEROFF, Alan, «A crise e as crises do sindicalismo: há uma revitalização possível?», In Varela, Raquel (coord), *A Segurança Social é Sustentável. Trabalho, Estado e Segurança Social em Portugal*, Lisboa, Bertrand, 2013, pp. 207-242.

- STOLEROFF, Alan, «All's fair in love and (class) war», 26 de outubro de 2012, publicado em http://www.snesup.pt/htmls/_dllds/All_is_fair_in_love_and_class_war_Stoleroff.pdf, consultado a 15 de março de 2013.
- STOLEROFF, Alan, «Sindicalismo e Relações Industriais em Portugal», In *Sociologia*, n.º 4, 1988.
- STRATH, Bo, *La Política de Desindustrialización. La Contracción de la industria de la construcción naval en Europa Occidental*, Madrid, Ministerio de Trabajo y Seguridad Social, 1989.
- VAN DER VELDEN, Sjaak, «The 2010 Dutch cleaners strike, new ways in unionism (draft)», European Social Science History Conference, Glasgow, 11-14 April 2012.
- VARELA, Raquel (coord), *A Segurança Social é Sustentável. Trabalho, Estado e Segurança Social em Portugal*, Lisboa, Bertrand, 2013.
- VARELA, Raquel (coord), *Quem Paga o Estado Social em Portugal?*, Lisboa, Bertrand, 2012a.
- VARELA, Raquel, «A persistência do conflito industrial organizado. Greves em Portugal entre 1960 e 2008». In *Mundos do Trabalho*, GT Mundos do Trabalho da Associação Nacional de História, no v. 3, n. 6, Segundo Semestre, 2011.
- VARELA, Raquel, «Rutura e Pacto Social em Portugal. Um Olhar sobre as Crises Económicas, Conflitos Políticos e Direitos Sociais em Portugal (1973-1975, 1981-1986)», In Varela, Raquel (coord), *Quem Paga o Estado Social em Portugal?*, Lisboa, Bertrand, 2012b, pp. 71-108.

Taxonomia do Colaboratório Global para a História das Relações Laborais

Tradução Portuguesa

Divisão do Trabalho		Relações Laborais	Descrição da Relação Laboral
		Tipo 1: Indivíduos inaptos para o trabalho.	Indivíduos inaptos para o trabalho – e.g., pessoas com deficiência física ou mental – ou que supostamente não possam trabalhar por serem demasiado novos (≤ 6 anos), demasiado velhos (≥ 75 anos) ou por se encontrarem a estudar.
		Tipo 2: Ricos ou Indivíduos que vivem de rendas	Indivíduos prósperos vivendo de rendas e, consequentemente, sem necessidade de trabalhar para se sustentar.
		Tipo 3: Desempregados.	Aqueles que desejam trabalhar, mas não conseguem encontrar emprego/trabalho.
		Tipo 4: Produtor principal do grupo doméstico.	Produtores-líder de grupos domésticos, em regime de auto-subsistência (que pode incluir pequenas transacções para o mercado).
		Tipo 5a: Parentes produtores.	Parentes subordinados, cônjuges (homem ou mulher) e crianças, do grupo doméstico, que efectuem trabalho produtivo para a unidade residencial.
Indivíduos que trabalham	Indivíduos que não trabalham	Tipo 5b: Parentes não-produtores.	Parentes subordinados, cônjuges (homem ou mulher) e crianças, do grupo doméstico, que efectuem trabalho reprodutivo para a unidade residencial.
Indivíduos que trabalham	Trabalho recíproco	No seio do grupo doméstico ¹³	

¹³ Grupo doméstico, unidade residencial e agregado familiar respeitam à mesma realidade: um grupo de indivíduos co-residentes que pode ou não partilhar laços de parentesco entre si e que, geralmente, executa trabalho produtivo e/ou reprodutivo. Para o contexto rural português e europeu, sinónimos de *Casa*, no seu sentido mais amplo de unidade funcional de produção familiar.

			<p>Tipo 6: Criados e escravos do grupo doméstico, em regime de reciprocidade.</p> <p>Tipo 7: Agentes redistribuidores no seio de uma comunidade.</p> <p>Tipo 8: Trabalhadores forçados.</p> <p>Tipo 9: Trabalhadores contratados e dependentes do empregador até à data do pagamento da dívida.</p> <p>Tipo 10: Servos.</p> <p>Tipo 11: Escravos.</p> <p>Tipo 12: Indivíduos empregues por conta própria</p> <p>Tipo 13: Empregadores.</p> <p>Tipo 14: Trabalhadores assalariados (incluindo os desempregados).</p> <p>Tipo 14.1: Trabalhador assalariado em regime de parceria-rural, enquanto parceiro-produtor (<i>Sharecropping</i>)</p> <p>Tipo 14.2: Trabalhadores assalariados de</p>	<p>Indivíduos que não partilham laços de parentesco com os membros do grupo doméstico e que contribuem para a sua manutenção, sem remuneração e impedidos de abandonar a unidade residencial.</p> <p>Indivíduos que executem trabalho para a comunidade local em troca de remuneração comunal em género, e.g., comida, abrigo, serviços e terra.</p> <p>Os que efectuem trabalho compulsivo e são remunerados principalmente em género. Incluem-se os militares, a marinha e os prisioneiros.</p> <p>Trabalhadores contratados para trabalho forçado, durante um período de tempo, até ao pagamento da dívida para com o empregador.</p> <p>Aqueles que, por exemplo, fazem trabalho tributário por estarem adstritos a um território.</p> <p>Aqueles que são propriedade do Estado (ou outro tipo de autoridade) e que trabalham por tempo indefinido.</p> <p>Aqueles que produzem bens ou serviços para o mercado em cooperação com outros membros do grupo doméstico, ou não tendo mais do que três trabalhadores assalariados, aprendizes, servos ou escravos.</p> <p>Aqueles que produzem bens ou serviços para o mercado, empregando mais de três trabalhadores assalariados, aprendizes, servos ou escravos.</p> <p>Aqueles que recebem como remuneração uma parcela da produção ou dos lucros obtidos na venda dos bens ou serviços.</p>
		No seio da comunidade onde estão inseridos		
		Trabalho Tributário (para o Estado ou outro tipo de autoridade, e.g., feudal ou religiosa.)		
		Trabalho Mercantilizado	Trabalho para o mercado (sector privado)	

			acordo com o número de peças ou unidades produzidas. Tipo 14.3: Trabalhador assalariado à hora, ao dia, semana.		
		Tipo 15: Trabalhadores contratados e dependentes do empregador até à data do pagamento da dívida.	Trabalhadores contratados para trabalho forçado para o mercado, durante um período de tempo, até ao pagamento da dívida para com o empregador (privado).		
		Tipo 16: Servos			
		Tipo 17: Escravos	Tipo 17.1: Escravos empregues na produção intensiva de bens para o mercado. Tipo 17.2: Escravos à jorna		
		Tipo 18: Trabalhadores assalariados	Tipo 18.1: Trabalhador assalariado em regime de parceria-rural, enquanto parceiro-produtor (<i>Sharecropping</i>) Tipo 18.2: Trabalhadores assalariados de acordo com o número de peças ou unidades produzidas. Tipo 18.3: Trabalhador assalariado à hora, ao dia, semana.	Aqueles que recebem como remuneração uma parcela da produção ou dos lucros obtidos na venda dos bens ou serviços.	
					Trabalho em instituições não direccionadas para a economia de mercado (Estado, Organizações Não-governamentais, cooperativas de produção etc.)

TEORIA E HISTORIOGRAFIA DA
DEMOGRAFIA E DAS RELAÇÕES LABORAIS

A classe trabalhadora através do materialismo histórico: passado e presente de um debate aberto

Marcelo Badaró Mattos

Este artigo reflete uma trajetória de pesquisas sobre a classe trabalhadora brasileira. Nos últimos anos, desenvolvi dois programas de estudos paralelos: um voltado para o entendimento das formas particulares de formação da classe trabalhadora na situação periférica de uma ex-colônia escravista (o que me levou à segunda metade do século XIX e inícios do século XX); e outro focado na tentativa de entendimento do desenho atual da luta de classes na sociedade capitalista contemporânea, o que redundou em tentar esclarecer o perfil atual da classe trabalhadora, especialmente na situação, ainda periférica, do Brasil.

O que torna possível, e em grande medida complementar, desenvolver programas de pesquisa com recortes temporais distintos como esses é uma reflexão de fundo conceitual sobre a classe trabalhadora. Desse ponto de vista mais teórico, parto de duas considerações, que procurarei desenvolver ao longo dessa exposição: é necessário superar as concepções estreitas de classe trabalhadora, em direção a um conceito mais ampliado; e esse esforço não só é compatível, como só pode ser bem sucedido se recuperarmos a discussão original de Marx e Engels sobre a classe trabalhadora, bem como as melhores elaborações da tradição crítica do materialismo histórico no século XX. Para tanto, por certo não devemos tomá-las como respostas prontas e acabadas aos desafios da pesquisa histórica e da intervenção no presente, mas como conjunto válido de referências, que devidamente atualizadas e complexificadas, permanecem sendo as melhores que temos.

A nova morfologia da classe trabalhadora

Para entendermos a natureza da classe trabalhadora hoje, é necessário entendermos de que forma o trabalho (abstrato, assalariado) é hoje empregado pelo capital para sua reprodução ampliada.

Em livro teoricamente ambicioso e muito instigante Virgínia Fontes cunhou a conceituação “capital imperialismo” para tratar da configuração do capitalismo global a partir da segunda metade do século XX. (FONTES, 2010) Tal combinação de termos procura dar conta de um duplo resgate e uma conseqüente dupla atualização de conceitos clássicos do campo do materialismo histórico. De um lado, vai buscar em Marx os subsídios para compreender a dinâmica atual do capitalismo, para ela centrada na acumulação capitaneada pela forma “capital monetário” (ou “capital portador de juros”) tal como analisada em *O Capital*. O que se apresentava em potência na época de Marx agora se realiza plenamente, com a máxima concentração de capitais. De outro lado, sua análise procura aprofundar e atualizar a ideia de Imperialismo tal como apresentada por Lênin, para dar conta da escala de expansão imperialista no pós-guerra, em que a exportação de mercadorias e a de capitais já não são as únicas formas de expansão imperialista e as noções de capital bancário e capital industrial, que fundidos dariam origem ao capital financeiro, já não dão conta da forma atual de concentração, que “decorre de e impulsiona o crescimento de todas as formas de capital, pornograficamente entrelaçadas”. (FONTES, 2010, p.198)

Na análise de Fontes, uma das características do processo de expansão capital-imperialista é sua tendência a opor de forma direta a propriedade capitalista (não só dos meios de produção, mas também “da possibilidade efetiva de impor e/ou sobrepor-se a qualquer forma de extração de mais valor”) ao conjunto da humanidade. Vivemos, segundo a autora, uma fase de expropriações tremendas, aí entendidas tanto as expropriações “primárias” (as que separam o homem da terra, impelindo-o a vender sua força de trabalho no mercado para garantir a sobrevivência como consumidor neste mesmo mercado) quanto as que ela define como “secundárias”, que chegam até mesmo aos “direitos”, conquistados através de lutas sociais pretéritas.¹

¹ Tais considerações de sobre a centralidade das expropriações se inserem no marco das mesmas preocupações, embora por caminhos diferentes, da caracterização de Harvey (2003) da acumulação contemporânea ser movida pelas “desposseções”, ou ainda da ênfase de Linebaugh (2008) em destacar o ciclo expropriação – exploração – expropriação. David Harvey, *The new imperialism*. Oxford: Oxford University Press, 2003. Peter Linebaugh, *The Magna Carta manifesto: liberties and commons for all*. Berkeley: University of California Press, 2008.

Essa discussão de Fontes é fundamental para entendermos como se dá hoje a precarização das relações de trabalho no próprio processo de expropriação em curso. A rigor produz-se mais trabalhadores, mas não necessariamente assalariados formais como costumávamos pensar a classe trabalhadora. No que tange ao trabalho produtivo, há hoje mais fábricas e mais operários fabris do que nunca, pelo menos em termos absolutos (os percentuais relativos em escala global não são fáceis de obter), mas as fábricas aparecem cada vez mais na periferia do Globo (Ásia, América Latina) e no coração, ou nos países de desenvolvimento mais antigo, há menos fábricas e menos postos de trabalho no setor secundário de muitos países. A combinação resultante desse processo é: menores salários, maiores taxas de desemprego, menos garantias legais dos contratos, menos direitos, mais “informalidade”, etc.

O mundo hoje possui uma população total de cerca de 7 bilhões de pessoas. Destas, mais de 3 bilhões são considerados parte da população economicamente ativa, num percentual de 65% da população de 15 anos ou mais.² Desde 2007 a população urbana ultrapassou a rural. Dados de 2004 (anteriores portanto aos efeitos da mais recente manifestação da crise capitalista), revelavam um percentual de 6,4% de desempregados entre essa força de trabalho. Entre os empregados, a participação dos que trabalham por conta própria ou exercem trabalho familiar não pago, caracterizando o “emprego vulnerável” chega a 37,2% no Oriente Médio e Norte da África, 31,7% na América Latina e Caribe e 18,7% na Europa e Ásia Central, segundo dados de 2008. Segundo a OIT, 165 milhões de crianças entre 5 e 14 anos trabalham no mundo, das quais 74 milhões em atividades perigosas.

Essa situação se apresenta no caso brasileiro, em dados concretos, na forma de um reforço da secular desigualdade social. O Brasil possui, segundo o Censo de 2010, 190.732.694 habitantes.³ Destes, 160.879.708 vivem nas cidades e apenas 29.852.986 nas áreas rurais. Dados de 2007 indicam que, do total de 98.846.000 pessoas economicamente ativas, 82,6% moram nas cidades. Dos(as) 90.786.000 ocupados(as) no país, apenas 18,3% o estão em atividades agrícolas. Esse quadro contrasta profundamente com o perfil do país há algumas décadas atrás. Em 1940, só 31,2% dos 41.236.315 residentes no país vivia nas cidades. Foi nos anos 1960 que a população urbana ultrapassou a rural. Em 1970, eram moradores das cidades 55,9% das 93.139.037 pessoas recenseadas. Isto implica reconhecer que a classe trabalhadora no Brasil é profundamente concentrada no meio urbano, mas que

² Sigo aqui as estatísticas divulgadas pelo Banco Mundial, disponíveis em <http://www.worldbank.org/>

³ Os dados quantitativos que não apresentarem outra referência explícita são do IBGE, e podem ser acessados no sítio www.ibge.gov.br.

essa concentração se produziu de forma dramaticamente rápida nas últimas décadas do século XX. O que traz implicações para a vida urbana nos grandes centros, que cresceram muito em pouco tempo, vivendo todo o tipo de contradições sociais decorrentes desse inchaço, como também para a experiência e cultura da classe, que possui enormes contingentes ainda fortemente marcados pela vida no campo, pessoal ou das gerações ainda vivas da família. No que tange a esses e todos os demais dados estatísticos sobre o Brasil, as diferenças regionais são imensas e delas não conseguiríamos dar conta em curto espaço.

Entre os 159.361.000 habitantes com 10 anos ou mais de idade, 98.846.000 são, como mencionamos, economicamente ativos, ainda seguindo os dados de 2007. Entre esses, 8.060.000 se encontravam desocupados (dos quais 5.684.000 já haviam trabalhado antes, e outros 2.375.000 procuravam seu primeiro emprego).

Tratando apenas dos trabalhadores urbanos, duas décadas de reestruturação produtiva foram suficientes para introduzir um alto grau de precarização numa população trabalhadora que, por sua elevada concentração recente nos grandes centros, já tendia a produzir elevados contingentes excedentes. Num quadro geral, em 2007, entre as 74.207.000 pessoas ocupadas nas cidades, 72,9% eram empregados, 20,4% por conta própria, 2,5% ocupados não remunerados e 4% empregadores. Entre os empregados, 23,6% não possuíam carteira de trabalho assinada, o que, somado aos por conta própria, significa cerca de 44% de trabalhadores precarizados. Outra forma de perceber a ausência de direitos dos trabalhadores é observar que naquele mesmo ano, 50,7% dos ocupados contribuía para a previdência, portanto descontados os 4% de empregadores (que em geral contribuem), constata-se que a maioria dos trabalhadores não o faz e está excluída, portanto, dos direitos previdenciários, podendo no máximo ser atendida no futuro pela assistência social previdenciária.

No tocante às taxas de desemprego, os dados do IBGE, que nitidamente subestimam o total de trabalhadores desempregados, apontam para em 5,2% a taxa de desemprego em outubro de 2013, confirmando um ciclo de queda, já que em fevereiro de 2009, quando o impacto maior da crise se fez sentir, o percentual era de 8,5%. Desde 2003, a taxa mais alta registrada foi de 12% em 2004. Pelos dados do Dieese, percebe-se que a situação é mais grave, pois seriam 8,1% de desemprego aberto em setembro de 2013 (10,3% de desemprego total).⁴

Somando-se os cerca de 50% de ocupados sem carteira ou contribuição previdenciária, ou seja, sem cobertura de direitos do trabalho, aos mais de

⁴ Conforme as informações do sítio <http://www.dieese.org.br/ped/metropolitana.xml#>.

10% de desempregados, temos uma ideia do grau de precarização das relações de trabalho e fragmentação da classe trabalhadora em seu contingente urbano, majoritário. Mais chocante é a existência de 1.234.000 crianças entre cinco e treze anos trabalhando no país em 2007 (cerca de 750 mil no campo), a imensa maioria sem remuneração.

Dados sobre a terceirização nos ajudariam a completar o quadro deste processo de fragmentação e precarização. Não os encontramos na forma de estatísticas gerais. Estimativas recentes apontam para 8 a 10 milhões de terceirizados no país. Mas, apenas para ilustrar a questão, podemos tomar como exemplo o caso da Companhia Siderúrgica Nacional, de Volta Redonda, privatizada no início dos anos 1990. Em 1989, antes da privatização, a empresa empregava 23 mil trabalhadores, hoje ela emprega 8 mil. Há, porém, 9 mil trabalhadores de empresas terceirizadas prestando serviço na CSN, fora os contratos de fornecimento e serviços que transferem para fora da empresa atividades que antes eram realizadas em seu interior.⁵ Assim, mesmo que concentremos nosso olhar sobre os trabalhadores ocupados e com carteira de trabalho assinada, a precarização é também uma realidade.

Refletindo sobre o conjunto do processo de mudança na forma de ser – a “morfologia” em seus termos – da classe, Ricardo Antunes apresentou uma proposta de alargamento do conceito mesmo de classe trabalhadora. A expressão “classe-que-vive-do-trabalho”, por ele apresentada em *Os sentidos do trabalho*, (ANTUNES, 1999) foi alvo de intensa polêmica (afinal, não viveriam todas as classes “do trabalho”, sendo que umas viveriam da exploração do trabalho de outras?). A importância de sua contribuição, porém, transcende tal polêmica, pois seu objetivo foi “ênfatisar o sentido atual da classe trabalhadora, sua forma de ser”, defendendo a validade analítica do conceito de classe trabalhadora de Marx na atualidade, no que avalio que foi muito bem sucedido.

Seu esforço de crítica aos que afirmaram o fim da classe (ou da validade analítica do conceito) passou pela definição de uma noção ampliada de classe trabalhadora, incluindo “a totalidade daqueles que vendem sua força de trabalho, tendo como núcleo central os trabalhadores produtivos”, mas englobando também os trabalhadores improdutivos, de forma a incorporar, além do proletariado rural, o proletariado precarizado, o subproletariado moderno, *part time*, o novo proletariado dos Mac Donalds (...), os trabalhadores terceirizados e precarizados das empresas liofilizadas (...), os trabalhadores assalariados da chamada ‘economia informal’, que muitas vezes são indiretamente subordinados ao capital, além dos trabalhadores desemprega-

⁵ Dados apresentado oralmente por Edilson Graciolli, professor da UFU, na Universidade Federal Fluminense, em março de 2009.

dos, expulsos do processo produtivo e do mercado de trabalho pela reestruturação do capital e que hipertrofiaram o exército industrial de reserva, na fase de expansão do desemprego estrutural. (ANTUNES, 1999, p. 102-104)

Tenho pleno acordo com Antunes em sua proposta de, através de uma definição ampliada de classe trabalhadora demonstrar a atualidade da reflexão marxiana. Afinal, também era ampla a definição de classe em Marx.

Nesse sentido, uma primeira observação em relação ao conceito de classe trabalhadora em Marx é de natureza terminológica. Nas línguas neolatinas tendemos muitas vezes a traduzir (e a maioria das citações que reproduzirei a seguir incorrem nesse equívoco) a expressão alemã empregada por Marx *arbeiterklasse*, ou o correlato inglês *working class*, por classe operária. Tal tradução aparece muitas vezes associada à ideia de que o “verdadeiro sujeito revolucionário” é o operário industrial – trabalhador produtivo, que sofre a subsunção real ao capital decorrente da interação com a moderna tecnologia empregada na grande indústria.

Daniel Bensaid percebe os problemas desse emprego de um vocabulário restritivo para fazer referência à classe:

No século XIX, falava-se em classes trabalhadoras, no plural. O termo alemão *Arbeiterklasse* ou a expressão inglesa *working class* continuam extremamente genéricos. “Classe ouvrière”, dominante no vocabulário francês, tem uma conotação sociológica propícia a equívocos. Ela designa principalmente o proletariado industrial, com exceção do assalariado de serviços e de comércio, que se submete a condições de exploração análogas do ponto de vista de sua relação com a propriedade privada dos meios de produção, de seu lugar na divisão do trabalho ou da forma salarial de sua renda. Marx fala de proletários. Apesar de seu aparente desuso, o termo é ao mesmo tempo mais rigoroso e mais abrangente do que classe operária. Nas sociedades desenvolvidas, o proletariado da indústria e dos serviços representa de dois terços a quatro quintos da população ativa. (BENSAID, 2008, p. 36)

Marx não distinguiu sempre de forma muito precisa a terminologia com que se referiu à classe, mas dois são os termos fundamentais que encontramos, quase sempre como sinônimos intercambiáveis, em sua obra: proletariado e classe trabalhadora. Por proletariado podemos entender todos aqueles que nada possuem, ou melhor, não possuem outra forma de sobreviver, numa sociedade de mercadorias, do que vender, também como mercadoria, a sua força de trabalho.⁶ A expressão classe trabalhadora é normalmente asso-

⁶ Nos manuscritos de 1844, criticando a forma como a “economia nacional” (forma pela qual Marx se referia então à economia política clássica) associava o trabalhador ao animal

ciada, nos textos de Marx e Engels, ao conjunto daqueles que vivem da venda da sua força de trabalho, quase sempre em troca de um salário.

Definindo o processo de proletarização como chave para o entendimento da acumulação primitiva de capital – “o processo histórico de separação entre produtor e meios de produção” –, Marx explica a formação de uma classe de trabalhadores “livres como pássaros” como decorrente de um longo e violento movimento de expropriação, marcado por momentos em que “grandes massas humanas são arrancadas súbita e violentamente de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como proletários”. (MARX, 1984, p.263) Da expropriação à exploração, eis o caminho histórico de formação da classe.

Ao tratar da classe trabalhadora em seus textos de crítica da economia política, nos quais explica os mecanismos de exploração da classe em relação com o processo de valorização do capital, Marx nunca a restringiu ao operariado industrial, nem através de uma associação restritiva com os submetidos à subsunção real, nem tampouco por uma definição que fechasse a classe no setor produtivo e este também não foi definido como restrito aos trabalhadores industriais. Podemos perceber isso no chamado “Capítulo inédito” d’*O Capital*. Ali, Marx define a subsunção formal e a subsunção real do trabalho ao capital. Associando a primeira forma à mais-valia (ou em tradução mais precisa, mais-valor) absoluta e a segunda à mais-valia relativa, Marx procura demonstrar que o processo se inicia pela subordinação direta dos trabalhadores aos capitalistas, quando estes passam, na condição de proprietários/possuidores dos meios de produção, a controlar o tempo e as condições de trabalho daqueles, que foram reduzidos à condição de proletários. O passo seguinte, da subsunção real, apresenta-se como decorrência da acumulação propiciada pela etapa anterior, e materializa-se pela “aplicação da ciência e da maquinaria à produção imediata”. (MARX, 1978, p. 66)

No mesmo texto, Marx apresenta a distinção entre trabalho (e trabalhador) produtivo e improdutivo: “só é produtivo aquele trabalho – e só é trabalhador produtivo aquele que emprega a força de trabalho – que diretamente produza mais-valia; portanto, só o trabalho que seja consumido diretamente no processo de produção com vistas à valorização do capital.”(MARX, 1978, p.70) Associando as duas distinções, Marx vai afirmar que, com o desenvolvimento da subsunção real, “não é o operário individual, mas uma crescente capacidade de trabalho socialmente combinada que se converte no agente real do processo de trabalho total”, não fazendo sentido,

que recebe apenas o alimento necessário para sobreviver, de forma a existir para trabalhar, definia o proletário pela ausência, como “aquele que, sem capital e sem renda da terra, vive puramente do trabalho, e de um trabalho unilateral, abstrato.” MARX, 2004, p. 30)

pois, buscar o trabalhador produtivo apenas entre os que desempenham as tarefas manuais diretas. (MARX, 1978, p. 71-72)

Indo além, não é o conteúdo do trabalho desempenhado, nem o setor da economia em que se desempenha esse trabalho que definirá o caráter produtivo do trabalho ou do trabalhador. Por isso Marx faz questão de exemplificar o trabalho produtivo com figuras como a do artista, ou do professor, embora reconhecendo que eram exemplos em que a subsunção ao capital ainda era formal:

Uma cantora que entoa como um pássaro é um trabalhador improdutivo. Na medida em que vende seu canto, é assalariada ou comerciante. Mas, a mesma cantora, contratada por um empresário, que a faz cantar para ganhar dinheiro, é um trabalhador produtivo, já que produz diretamente capital. Um mestre-escola que é contratado com outros, para valorizar, mediante seu trabalho, o dinheiro do empresário da instituição que trafica com o conhecimento, é trabalhador produtivo. (MARX, 1978, p. 76)⁷

E se o caráter produtivo do trabalho e do trabalhador não se define pelo emprego na grande indústria (nem, portanto, pela subsunção real), tampouco a classe trabalhadora aparece como restringida aos que exercem trabalho produtivo. Pelo contrário, é a condição proletária e o assalariamento como horizonte que a definem. Marx lembra, naquele mesmo texto, que nem todo trabalhador assalariado é produtivo, mas que mesmo os que exercem profissões antes associadas a uma auréola de autonomia (como os médicos, advogados etc.) cada vez mais se viam reduzidos ao assalariamento e caíam – “desde a prostituta até o rei” – sob as leis que regem o preço do trabalho assalariado. (MARX, 1978, p. 73)⁸

Recorro aqui novamente à análise de Bensaïd que, comentando a concepção ampla de classe presente n’*O Capital*, procura demonstrar como a partir de uma visão de totalidade, da reprodução geral (ou ampliada) do capital, como a define Marx, não há porque restringir a definição de classe ao trabalho produtivo. Ou ainda, não há porque procurar pela classe trabalhadora apenas no processo da produção capitalista, mas há que se entender que sua formação se completa na dimensão ampla da reprodução geral do capital, em todos os espaços – no trabalho, nas condições de reprodução de sua vida, nos seus espaços mais amplos de sociabilidade – em que os interesses e visão de mundo dos trabalhadores confrontam-se com os do capital.

⁷ Marx utiliza o mesmo exemplo do mestre-escola para discutir o trabalho produtivo no capítulo XIV d’*O Capital* (sobre a mais-valia absoluta e relativa). Karl Marx, *O Capital*, v. 1, Tomo II, op. cit., p. 105-106.

⁸ Idem, p. 73.

Não há, em *O Capital*, definição classificatória e normativa das classes, mas um antagonismo dinâmico que ganha forma, em primeiro lugar, no nível do processo de produção, em seguida, no do processo de circulação e, finalmente, no da reprodução geral. As classes não são *definidas* somente pela relação de produção na empresa. Elas são *determinadas* ao longo de um processo em que se combinam as relações de propriedade, a luta pelo salário, a divisão do trabalho, as relações com os aparelhos de Estado e com o mercado mundial, as representações simbólicas e os discursos ideológicos. Portanto, o proletariado não pode ser definido de modo restritivo, em função do caráter produtivo ou não do trabalho, que entra somente no livro II de *O Capital*, sobre o processo de circulação. (BENSAID, 2008, p. 35)⁹

E se é complexa a questão das classes no capitalismo do ponto de vista das relações econômicas, ainda mais complexa se torna se percebermos que em Marx ela não se resume à dimensão econômica. O capitalismo apresentava, para Marx e Engels, um potencial novo, porque nele era possível que, pela primeira vez, uma classe dominada e explorada assumisse consciência de sua exploração. A elaboração teórica dos dois era fruto disso. Michel Lowy (2002) mostra como a fundação do materialismo histórico dos anos 1840 se explica pelas relações que estabeleceram com o movimento dos trabalhadores na época: o cartismo inglês, as revoltas de trabalhadores da Silésia, as organizações comunistas clandestinas de Paris; tanto quanto pela superação das bases filosóficas do idealismo alemão, as bases da economia política clássica e do socialismo anterior. Ou seja, a questão das classes assumia uma dimensão política com potencial transformador. Se todas os conflitos sociais do passado revelavam a luta de classes como dimensão essencial do processo histórico, agora a classe adquiria consciência de classe, algo que não se define em termos puramente econômicos, mas em sua dimensão política, como Marx afirma em correspondência a Bolte, em 1871:

O movimento político da classe operária tem como objetivo último, é claro, a conquista do poder político para a classe operária e para este fim é necessário, naturalmente, que a organização prévia da classe operária, elaborada na prática da luta econômica, haja alcançado certo grau de desenvolvimento. Por outro lado, todo movimento em que a classe operária atua como classe contra as classes dominantes e trata de forçá-las ‘pressionando do exterior’, é um movimento político. Por exemplo, a tentativa de obrigar, através das greves, os capitalistas isolados à redução da jornada de trabalho em determinada fábrica ou ramo da indústria, é um movimento puramente econômico; pelo contrário, o movimento visando a obrigar que se decreta a lei da jornada de oito horas etc., é um movimento

⁹ Ver também, a esse respeito (BENSAID, 1999, p. 158).

político. Assim, pois, dos movimentos dos operários separados por motivos econômicos, nasce em todas as partes um movimento político, ou seja, um movimento de classe, cujo alvo é que se dê satisfação a seus interesses em forma geral, isto é, em forma que seja compulsória para toda a sociedade. Se bem que é certo que estes movimentos pressupõem certa organização prévia, não é menos certo que representam um meio para desenvolver esta organização. (MARX, sd, p. 266)

A percepção da complexidade do conceito de classe pelo materialismo histórico deve levar a que não nos contentemos com uma dimensão da classe para entendê-la, pois que suas dimensões econômicas possuem um sentido ampliado (na produção, na circulação das mercadorias e na divisão desigual do produto do trabalho, ou seja na reprodução ampliada do capital) e Marx nunca restringiu sua definição de classe a uma dimensão econômica, ao contrário, valorizou seu papel político, algo que só conseguia definir a partir da ideia de uma consciência de classe, cujo desenvolvimento não se dá isoladamente, mas na luta de classes.

Combinando essas questões, é interessante perceber como um dos melhores leitores de Marx tratou de demonstrar a formação da classe trabalhadora – e da sua consciência de classe – no período do fim do século XVIII e primeiras décadas do XIX, ou seja, numa época em que ainda predominava a subsunção formal. Refiro-me a E. P. Thompson em seu magistral estudo sobre a formação da classe trabalhadora na Inglaterra. (THOMPSON, 1987-1988) É por isso que Thompson, a meu juízo completamente baseado em Marx, afirma que:

Para dizê-lo com todas as letras: as classes não existem como entidades separadas que olham ao seu redor, acham um inimigo de classe e partem para a batalha. Ao contrário, para mim, as pessoas se veem numa sociedade estruturada de certo modo (por meio de relações de produção fundamentalmente), suportam a exploração (ou buscam manter poder sobre os que as exploram), identificam os nós dos interesses antagônicos, se batem em torno desses mesmos nós e no curso de tal processo de luta descobrem a si mesmas como uma classe, vindo pois a fazer a descoberta de sua consciência de classe. Classe e consciência de classe são sempre o último e não o primeiro degrau de um processo histórico real. Mas se adotamos uma concepção estática da categoria de classe, ou se fazemos descender esse nosso conceito de um modelo teórico preliminar de totalidade estrutural, não procederemos assim pois estaremos subentendendo que a classe está presente desde o início como um resultado de relações de produção, *dai* derivando a luta de classes. (THOMPSON, 2001, p. 274)

Algo que nos possibilita entender as reflexões de Marx e Engels desde a década de 1840 como produzidas a partir e, cada vez mais, no interior do

próprio movimento de formação da classe e de sua consciência, ainda que a classe em formação, naquela época, fosse extremamente diferenciada, submetida a formas de exploração as mais violentas, sem garantias legais de direitos em relação ao exercício do trabalho, em condições de vida as mais degradantes. Portanto, não dependia da existência de grandes concentrações de trabalhadores assalariados industriais – operários fabris – com empregos formais e garantias de direitos o potencial revolucionário da classe que Marx descobriu na sua época. Por que dependeria hoje?

Antes de concluir esta fase da exposição, gostaria de recuperar uma outra tentativa de captar a nova configuração da classe no capitalismo atualmente existente, apresentada pela filósofa cubana Isabel Monal, que recorreu ao conceito de classes/grupo subalterna(o)s de Gramsci para propor uma ampliação de seu escopo, de forma a captar grupos/movimentos caracterizados pela “desagregação, a ausência de consciência política madura, a heterogeneidade e a multiplicidade, etc.” (MONAL, 2003, p. 195) Continua ela, “este conceito ampliado de ‘subalterno’ incluiria as classes exploradas e, em geral, o conjunto dos oprimidos e dos marginalizados, que, em grande medida, atuam como parte desses movimentos sociais e da sociedade civil”. (MONAL, 2003, p. 197)

Monal entende que hoje a categoria de “subalterno” é mais pertinente ainda que no tempo de Gramsci e permitiria ir além dos limites da classe tal como definida em Marx, já que “a categoria gramsciana de ‘subalterna’ – que, desse modo, vai além das classes sociais, mas, ao mesmo tempo as inclui – supriria a lacuna de um conceito deste tipo em Marx.” (MONAL, 2003, p. 197)

Entendo que Monal atribui a Marx um conceito de classe trabalhadora mais fechado do que o que ele apresenta realmente e por isso as sugestões que apresentei aqui estão mais próximas do que propõe Antunes ao defender a validade analítica do conceito de Marx hoje. Também compreendo que ela distingue pouco a forma como Gramsci trata das classes subalternas no seu tempo (o termo surge para ele como expressão da Frente Única entre operários e camponeses para fazer a revolução socialista) e a forma como a aplica como categoria que permite compreender configurações de classe em sociedades pré-capitalistas. Mas, de qualquer forma, a sugestão de Monal de buscar entender a fase atual como de maior heterogeneidade da classe – ou das classes – recorrendo ao conceito de classes/grupos subalternas(os) de Gramsci é instigante. E os historiadores do trabalho tem feito coisa semelhante, inclusive para recortes temporais mais distantes do presente.

Os historiadores e o conceito ampliado de classe trabalhadora

A reconfiguração recente da classe trabalhadora parece ter sensibilizado também os olhares dos historiadores sobre o passado, gerando debates que, a partir de diferentes ênfases teóricas ou de pesquisa empírica, convergem para a necessidade de complexificação do entendimento das relações de trabalho e do perfil da classe trabalhadora nas diferentes situações históricas a partir das quais o capitalismo se implantou em escala global.

Jairus Banaji, por exemplo, em um esforço de pesquisa sobre modos de produção, abordando tanto situações pré-capitalistas no Oriente antigo e moderno, quanto o desenvolvimento histórico europeu até a contemporaneidade, propõe um alargamento dos entendimentos mais correntes sobre o conceito de relações de produção, de modo a percebê-lo como abrangendo diversas faces das relações sociais e não apenas as formas de exploração do trabalho. (BANAJI, 2010) Com isso, pretende demonstrar que se a acumulação de capital, ou seja, relações de produção *capitalistas*, podem ser baseadas em formas de exploração que são tipicamente *pré-capitalistas*, então claramente não há apenas uma única configuração do capital, mas uma série de *distintas configurações*, formas do processo de acumulação, implicando outras combinações. (BANAJI, 2010, p. 9)

Na periferia do capitalismo, tal questão de certa forma já se fazia presente em muitos estudos históricos, embora a rigidez do referencial marxista de cunho mais determinista levasse boa parte dos historiadores a buscar situar a realidade do Sul do Globo na mesma evolução de etapas – modos de produção escravista antigo, feudal, capitalista – que se supunha ser a chave explicativa para a história europeia. Em abordagens mais recentes, o entendimento da maneira através da qual formas de exploração do trabalho marcadas em algum nível pela compulsoriedade foram funcionais à acumulação capitalista, tem levado a resultados bastante positivos.¹⁰ Mas, esse refinamento do olhar dos pesquisadores tem produzido frutos interessantes de análise também a respeito da Europa e mesmo da primeira economia capitalista industrial, na Inglaterra. Alessandro Stanziani (2009), por exemplo,

¹⁰ Ver, por exemplo, os estudos sobre os *coolies* indianos, submetidos a contratos de prestação de serviços e penas legais para a quebra de contrato que os transformavam em trabalhadores compulsórios nas plantações de chá do século XIX e primeiras décadas do século XX, de Mohapatra (2005) e Behal (2006). Para o caso do Sul dos Estados Unidos, América Latina e Caribe escravistas do século XIX, cabe o exemplo da interessante discussão de Dale Tomich (2004) sobre uma “segunda escravidão”, no contexto da expansão mundial de um capitalismo já industrial, em que se alteram as exigências de produtividade do trabalho nas plantations americanas.

vem divulgando estudos em que demonstra como a noção dominante de trabalho “livre” na maior parte da Europa – incluindo a Inglaterra – até meados do século XIX era a da “prestação de serviços”, regulada por direito civil e penal e que os conceitos de livre e não-livre que hoje compartilhamos sobre as relações de trabalho só teriam se estabelecido como dominantes já no século XX.

Essa tem sido uma das discussões centrais que, envolvendo historiadores do trabalho em diversos pontos do mundo, vem gerando nos últimos anos um movimento pela construção de uma História Global do Trabalho. Na definição de um dos principais elaboradores dessa proposta, ela se caracterizaria por:

No que se refere a metodologia, está envolvida uma ‘área de pesquisa’, mais que um paradigma teórico bem definido ao qual todos devem aderir. (...) No que tange aos temas, a História Global do Trabalho foca no estudo transnacional – e mesmo no transcontinental – das relações de trabalho e dos movimentos sociais dos trabalhadores no sentido mais amplo da palavra (...) O estudo das relações de trabalho envolve tanto o trabalho livre como o não livre, tanto o pago como o não pago. Os movimentos sociais dos trabalhadores envolvem tanto organizações formais quanto atividades informais. O estudo tanto das relações de trabalho quanto dos movimentos sociais requer que uma atenção igualmente séria seja devotada ao ‘outro lado’ (empregadores e autoridades públicas). Relações de trabalho envolvem não apenas o(a) trabalhador(a) individual, mas também sua família, quando aplicável. Relações de gênero desempenham um importante papel tanto com a família, e em relações de trabalho envolvendo membros individuais da família. No que diz respeito ao período histórico estudado, a História Global do Trabalho não impõe limites à perspectiva temporal, embora na prática a ênfase é usualmente posta no estudo das relações de trabalho e movimentos sociais dos trabalhadores que emergiram com a expansão do mercado mundial, a partir do século XIV. (VAN DER LINDEN, 2008, p. 6-7)

Nesse movimento, há um esforço por (re)conceitualizar a classe pelos historiadores, que se aproxima, inclusive, da discussão de Monal sobre o período atual. O exemplo mais rico me parece ser justamente o de Van der Linden, em seu monumental *Workers of the world*, acima citado. Percebendo que nas situações históricas empiricamente estudadas em diversas partes do globo (e particularmente no “Sul Global”), as fronteiras entre diferentes formas de exploração do trabalho – escravo e “livre”, por contratos, autônomo ou assalariado, doméstico ou externo, urbano e rural – se apresentam de forma mais fluida e combinada, Van der Linden busca redefinir a classe trabalhadora. Sua perspectiva parte, como em Banaji, da possibilidade de

subordinação de outras formas de exploração do trabalho, que não o trabalho livre-assalariado típico, aos imperativos do mercado capitalista, incluindo proletários tipicamente “livres”, escravos e trabalhadores submetidos a contratos de prestação de serviço com graus variados de compulsoriedade. Em sua definição:

Todo(a) portador(a) de força de trabalho cuja força de trabalho é vendida (ou alugada) a outra pessoa sob compulsão econômica (ou não econômica) pertence à classe dos trabalhadores subalternos, não importando se o(a) portador(a) de força de trabalho vende ou aluga pessoalmente essa força, não importando se o(a) portador(a) possui meios de produção. (VAN DER LINDEN, 2008, p. 33)

Van der Linden alerta que sua definição é provisória e que cada elemento dela demanda mais reflexões, mas define o que para ele é o centro da base comum de classe de toda essa variedade de trabalhadores subalternos: “a mercadorização compulsória de sua força de trabalho”. (VAN DER LINDEN, 2008, p. 34)

Em algumas de minhas pesquisas, compartilhando uma problemática com diversos outros historiadores brasileiros nos últimos anos, tenho estudado situações históricas em que as fronteiras entre trabalho escravo e trabalho “livre” parecem tão fluidas quanto a definição de Van der Linden procura apontar. A leitura de trabalhos como o dele me sugeriu a necessidade de uma reflexão mais consistente sobre como tratar conceitualmente o processo de formação da classe trabalhadora em uma situação de periferia colonial – ou até recentemente colonial – latino-americana como era o caso brasileiro em fins do século XIX. E o primeiro fator a levar em conta, nesse tipo de situação, é a forma como se combinam formas de exploração e relações de produção capitalistas e “pré-capitalistas”.

Essa questão, de certa forma, já aparecia como essencial para Marx, quando se deparava com os movimentos reais da classe trabalhadora em países da “periferia” europeia, nos anos 1880. Marx explicitou, em comentário no prefácio à edição russa do *Manifesto*, publicada em 1882, de forma bastante clara a impossibilidade de se tomar o caso inglês de formação da classe trabalhadora como modelo de validade universal, ao afirmar que o “fatalismo histórico” da conversão do camponês em proletário através da sua separação dos meios de produção (a terra em particular) só se manifestava plenamente no Ocidente, pois se tratava da conversão “de uma forma de propriedade privada em outra forma de propriedade privada”. (MARX, 1982, p. 98) Marx foi colocado frente à questão de se na Rússia o papel teorizado de sujeito revolucionário do proletariado teria validade, face ao amplo domínio camponês. Sua resposta levou em conta a especificidade russa de uma agricultura camponesa coletiva – contrastante com o camponês “deten-

tor de parcela” examinado no *18 Brumário* – em contato com os primeiros momentos de uma agitação socialista naquele país, conectada ao movimento internacional do proletariado. Nesse contexto, Marx afirmaria a possibilidade de que a comuna rural russa tivesse um potencial revolucionário: “se a revolução russa dá o sinal para uma revolução proletária no Ocidente, de modo que ambas se completem, a atual propriedade comum da terra na Rússia poderá servir de ponto de partida para uma evolução comunista.” (MARX, 1965, p. 339-340)

Os clássicos do pensamento social crítico da virada do século XIX para o XX também atentaram para a questão, ao apontarem que o caráter desigual e combinado do desenvolvimento capitalista em sua fase de expansão global – o imperialismo – gerava uma convivência entre formas antigas e novas de organização da produção, que adquiriam especificidades em relação ao processo de desenvolvimento industrial capitalista nas primeiras nações que passaram por ele, como a Inglaterra. (LENIN, 1982, p. 139)

Trabalhando com a dicotomia “países atrasados” – “países avançados” para dar conta da diferença entre o centro e a periferia do sistema capitalista já em sua etapa imperialista, e com a noção de “leis” para definir as propostas teóricas de Lênin e sua, Trotsky assim apresentou a questão:

As leis da história não têm nada em comum com o esquematismo pedantesco. O desenvolvimento desigual, que é a lei mais geral do processo histórico, não se revela, em nenhuma parte, com maior evidência e complexidade do que no destino dos países atrasados. Açoitados pelo chicote das necessidades materiais, os países atrasados se vêem obrigados a avançar aos saltos. Desta lei universal do desenvolvimento desigual da cultura decorre outra que, por falta de nome mais adequado, chamaremos de lei do desenvolvimento combinado, aludindo ‘a aproximação das distintas etapas do caminho e à confusão de distintas fases, ao amálgama de formas arcaicas e modernas. (TROTSKY, 2008, p. 21)¹¹

Foi essa mesma linha interpretativa que permitiu ao marxista peruano José Carlos Mariátegui perceber a especificidade latino-americana e propor uma defesa política da potencialidade revolucionária do elemento indígena nas lutas socialistas dos países andinos, ainda nos anos 1920. Para Mariátegui, a reivindicação indigenista permaneceria isolada, ou manipulada por populismos diversos, enquanto se manifestasse de forma restrita a aspectos étnicos, culturais ou educacionais, demandando expressão econômica e polí-

¹¹ Para uma discussão recente sobre a teoria do desenvolvimento desigual e combinado, que inclui considerações sobre seus desenvolvimentos por autores como Novak e Mandel, ver Marcel van der Linden, (2007).

tica, através de seu vínculo com a questão da terra. Entendendo o potencial que poderia advir de tal mudança de orientação do movimento indígena como decisivamente vinculada à sua “consanguinidade” com o socialismo proletário internacional, Mariátegui explicou que:

A fé no ressurgimento indígena não provém de um processo de ‘ocidentalização’ material da terra quéchua. Não é a civilização, não é o alfabeto do branco, o que levanta a alma do índio. É o mito, é a ideia da revolução socialista. A esperança indígena é absolutamente revolucionária. O mesmo mito, a mesma ideia, são agentes decisivos do despertar de outros velhos povos, de outras velhas raças em colapso: hindus, chineses, etc. A história universal tende hoje como nunca a reger-se pelo mesmo quadrante. Por que há de ser o povo incaico, que construiu o mais desenvolvido e harmônico sistema comunista, o único insensível à emoção mundial? A consanguinidade do movimento indigenista com as correntes revolucionárias mundiais é demasiado evidente para que precise documentá-la. Eu já disse que cheguei ao entendimento e à valorização justa do indígena pela via do socialismo. (MARIATEGUI, 2010)

Assim, dado que o capital opera expropriações e explorações de forma distinta, conforme as realidades anteriores que confronta, tanto a perspectiva de Marx a respeito dos camponeses russos, inspiradora das análises que salientaram as formas desiguais e combinadas de desenvolvimento capitalista na periferia, quanto a valorização do elemento indígena nas lutas sociais latino-americanas, presente em Mariátegui, longe de tratarem as especificidades históricas das situações “periféricas” em relação ao capitalismo europeu/ocidental como reveladoras de particularidades absolutas, as compreendem em conexão com uma totalidade mais ampla do movimento contraditório da história. Daí que Mariátegui possa, ao mesmo tempo, rejeitar o eurocentrismo do projeto civilizatório do capital e proclamar a universalidade do projeto emancipatório socialista.

Ainda em relação à América Latina, foi com a chamada “teoria da dependência”, em sua primeira versão, dos anos 1960, que o estudo do caminho específico, mas subordinado, de desenvolvimento capitalista nesse espaço periférico começou a libertar-se de forma mais incisiva das tentativas de reprodução do modelo europeu de evolução dos modos de produção. O melhor representante dessa perspectiva foi Ruy Mauro Marini. (2005) No que diz respeito à história do trabalho, a principal sugestão de Marini, aqui apresentada de forma muito sintética, foi a de que as economias capitalistas na periferia foram submetidas a uma situação de intercâmbio desigual, o que determinou uma necessidade de que gerassem uma quantidade ampliada de mais-valor, já que uma grande parte dele seria apropriada externamente pelas empresas transnacionais e o centro do capitalismo. Por isso, o trabalho deve-

ria ser necessariamente submetido a uma situação de “super-exploração”. Tal categoria não foi pensada para dar conta de cada situação específica de exploração do trabalho, mas visava explicar a combinação de variadas formas de exploração no conjunto das relações sociais capitalistas. Segundo ele:

o problema colocado pela troca desigual para a América Latina não é precisamente o de se contrapor à transferência de valor que implica, mas compensar a perda de mais-valia, e que, incapaz de impedi-la no nível das relações de mercado, a reação da economia dependente é compensá-la no plano da produção interna. (MARINI, 2005, p. 154)

Frente a tal problema gerado pela dependência, as saídas adotadas pelas economias periféricas da América Latina combinariam três formas de expansão da extração de mais-valor comentadas por Marx: o aumento da intensidade do trabalho, o prolongamento da jornada de trabalho e a redução da capacidade de consumo dos trabalhadores para patamares inferiores ao padrão necessário à adequada reprodução de sua força de trabalho.

Assim, num movimento de formação do capitalismo na periferia dependente que partiria da circulação para impor um padrão à produção, Marini localiza tanto a escravidão quanto sistemas híbridos de exploração do trabalho (entre o assalariamento e a servidão, como no exemplo do “sistema de barracão” no campo brasileiro) na agricultura de exportação, como “uma das vias pelas quais a América Latina chega ao capitalismo”. (MARINI, 2005, p. 160)

Ter em conta essas características é fundamental para pensarmos a transição ao capitalismo no Brasil da segunda metade do século XIX, em que conviviam uma agricultura voltada para exportação, ainda baseada no trabalho escravo, com os primeiros passos do processo de industrialização em ambientes urbanos onde a convivência entre trabalhadores escravizados e “livres” era a tônica.

Em um estudo concluído há alguns anos, tentei dar conta de uma análise do processo de formação da classe trabalhadora na cidade do Rio de Janeiro, maior centro urbano, capital do país e primeiro espaço de desenvolvimento fabril entre nós, abordando o período compreendido entre os anos 1850 e 1910. A hipótese que norteou o estudo foi a seguinte:

Tendo em vista que escravizados e livres conviveram em ambientes comuns de trabalho urbano; que protestos coletivos de uns e de outros, aproximando-se ou distinguindo-se em forma e conteúdo das reivindicações, coexistiram no tempo e no espaço; que formas associativas foram muitas vezes compartilhadas e que discursos identitários surgiram a partir de comparações entre o trabalho escravo e o trabalho livre, trabalhamos com a hipótese de que no processo de formação da classe trabalhadora na cidade do Rio de Janeiro, no período que vai de meados do século XIX às

primeiras décadas do século XX, a presença da escravidão, as lutas dos escravos pela liberdade e as formas pelas quais as classes dominantes locais buscaram controlar seus escravos e conduzir um processo de desescravização sem maiores abalos em sua dominação foram fatores decisivos para a conformação do perfil da nova classe de trabalhadores assalariados. (Mattos, 2008, p. 21)

O livro apresenta diversos elementos de análise que corroboram tal hipótese, mas diante do tema em questão, atendo-me aqui a algumas considerações de natureza conceitual e analítica mais amplas, que naquele trabalho não se constituíam em preocupações centrais.

Por certo que o processo de formação de uma classe trabalhadora no Brasil não pode ser explicado por fatores completamente endógenos. A “questão da mão de obra”, como foi definida pelos contemporâneos – ou seja, como resolver o problema do suprimento de uma força de trabalho regular e barata para a agricultura de exportação em expansão a partir do fim do tráfico africano – tem por origem a imposição inglesa do fim do tráfico (contra a qual a relativamente frágil classe dominante senhorial local conseguiu resistir por três décadas). E a vinda de trabalhadores europeus já expropriados pela expansão do capitalismo no campo por lá foi a solução última adotada pela grande lavoura cafeeira em seu pólo mais dinâmico (leia-se, São Paulo).

É importante destacar que a isso não se chegou como primeira opção, nem tampouco a emigração dos proletários europeus significou que aqui formaram uma massa de assalariados rurais. Nos anos 1850-1860 muito se discutiu e algo se tentou com a importação de coolies chineses, numa substituição similar a que se fez na lavoura cubana naquela época. Porém, as condições externas inviabilizaram tal alternativa. As condições locais da luta de classes (as lutas dos escravos pela liberdade, em combinação com a defesa do abolicionismo por outros setores sociais) tiveram peso decisivo na opção pela imigração subvencionada para os cafeicultores paulistas, mas em outras regiões, transições que implicaram na manutenção dos antigos escravos no trabalho agrícola, através de formas variadas de “contratos de prestação de serviços”, que não garantiam “liberdade” plena, foram implantadas. Além do que, os imigrantes trazidos para as lavouras de café não foram empregados em relações predominantemente assalariadas, como José de Souza Martins (2010) já demonstrou há décadas em seu estudo clássico sobre o colonato. No que diz respeito às relações de trabalho, o “arcaico” e o “moderno” estavam realmente combinados nesse processo de transição periférico, vemos logo de início.

Mas, o que quero ressaltar é que houve também uma base endógena de proletarização. No Rio de Janeiro da segunda metade do século XIX, os

escravos declinaram progressivamente em número, mas escravos e libertos somavam mais de 40% da população urbana de 266 mil pessoas em 1849. Nas fábricas da cidade, num período em que ainda dominava o sistema manufatureiro e as grandes empresas (com mais de 600 operários em alguns casos) eram ainda combinações de várias oficinas, segundo as pesquisas disponíveis, os escravos estiveram lado a lado com os “livres”. Nas ruas, conhecemos a situação bastante disseminada, nessa como em outras cidades, da “escravidão de ganho” (ou “ao ganho”) em que os escravos vendiam sua força de trabalho no mercado urbano e pagavam diária ou semanalmente um valor fixo a seus senhores, muitos deles “vivendo sobre si” (isto é, arcando com os custos de sua reprodução como força de trabalho, o que incluía alimentação e em muitos casos até habitação).

O que isso pode significar? Primeiro, os trabalhadores escravizados já foram previamente expropriados. Sua conversão em proletários não demanda, desse ponto de vista, uma nova “coerção do Estado” que garanta a “coerção do mercado”, como Ellen Wood, pensando em Thompson, aponta para o caso inglês. (WOOD, 2001, p. 69) A coerção do Estado, no caso brasileiro, entrará depois para garantir que esses ex-escravos, já expropriados, permaneçam disponíveis como proletários, ainda que nos trabalhos pior remunerados ou no desemprego, pois a virada para o século XX é marcada pela intensa repressão à “vadiagem”.

Mas, se escravos e libertos trabalhavam lado a lado com “livres” nas fábricas e, no caso dos escravos de ganho, tinham sua sobrevivência já subordinada aos “imperativos do mercado”, estamos diante de uma situação em que “o capital apropriou-se do trabalho excedente de trabalhadores ainda comprometidos com as formas tradicionais de produção”, (WOOD, 2001, p. 67) mesmo sendo estes trabalhadores escravizados. Se assim for, poderíamos dizer que estamos diante do trabalho escravo subsumido formalmente ao capital, mesmo que os subsumidos não sejam “livres como pássaros”.¹²

Do ponto de vista até aqui discutido, portanto, o processo de formação de uma classe trabalhadora no Brasil do século XIX estaria completamente resolvido no interior da noção de “trabalhadores subalternos” de Van der Linden. Desde o momento em que a venda da força de trabalho já obedece aos imperativos do capital (tanto faz se escravos que são pessoalmente vendidos por outros junto com sua força de trabalho, ou se trabalhadores “livres” que a vendem, ou híbridos, em situações como as dos escravos de

¹² É preciso ressaltar que a expressão é em Marx carregada de ironia, pois os proletários estariam “livres” “apenas” de qualquer forma de sobrevivência fora do mercado, sendo compelidos por isso a transformarem em mercadoria a sua força de trabalho nesse mesmo mercado.

ganho e de aluguel) estaríamos diante de uma mesma classe de trabalhadores. No entanto, a definição de classe trabalhadora proposta por Marx, como vimos, vai além da dimensão mais propriamente econômica, comportando também uma dimensão política.

Incluindo tal dimensão política, podemos atentar para a seguinte questão: se os trabalhadores escravizados já viviam (na segunda metade do século XIX) uma situação em algum nível marcada pela subsunção formal ao capital e até mesmo, em certos casos, ao imperativo do mercado, não seria possível que eles tivessem desenvolvido uma consciência de classe análoga à dos trabalhadores ingleses da época da revolução industrial?

A questão se torna cada vez mais complexa, pois, afinal de contas, encontram-se em diversas pesquisas recentes uma série de evidências de que os trabalhadores escravizados compartilharam não só experiências de trabalho e sociabilidade urbana com os trabalhadores ditos “livres” da segunda metade do século XIX. Compartilharam também formas organizativas – constituíram associações de tipo mutual, por exemplo – e mesmo formas de luta, como as greves.

Retomando a referência ao desenvolvimento desigual e combinado, o “chicote” das necessidades materiais que obriga certas formações sociais a “avançar aos saltos”, combinando formas “arcaicas” e “modernas”, é necessário ressaltar também seu “privilégio” relativo, de “saltar etapas” incorporando certas “modernidades” sem necessariamente passar por todas as dificuldades que as precederam. E lembremos que o esforço de Trotsky ao apontar para essa questão era o de explicar como se forma um proletariado tão avançado, capaz de levar adiante a revolução socialista de forma pioneira, em um país que era relativamente um dos mais atrasados da Europa. Quero dizer com isso, citando Claudio Batalha, que:

A universalização do capitalismo como modo de produção e das relações que ele engendra propiciou também a universalização das formas de estruturação do movimento operário. Se os contextos nacionais e regionais variaram consideravelmente e conseqüentemente o modo como o movimento operário respondeu a esses contextos, não se pode dizer que as formas organizativas tenham assumido um caráter específico na escala local, regional ou nacional. (BATALLA, 2010)

Com isso quero dizer que as lutas dos trabalhadores escravizados pela liberdade na segunda metade do século XIX – nas quais se viram associados a outros setores sociais, especialmente aos trabalhadores “livres” – foram marcadas pelo compartilhamento de formas organizativas e estratégias de luta típicas da classe trabalhadora “já formada” na Europa, o que nos leva a pensar em um processo de formação de consciência de classe em curso. Mas, ainda assim, a luta dos escravos é pela “liberdade”, no sentido da superação do fim

do estatuto jurídico da escravidão. O projeto de emancipação social da classe trabalhadora é outro, por colocar em questão não apenas uma determinada forma histórica de exploração do trabalho e divisão social em classes, mas toda e qualquer sociedade dividida em classes e marcada pela exploração do trabalho. E isso já se fazia presente tanto na percepção das continuidades quanto na afirmação da novidade do projeto emancipatório das primeiras elaborações da classe trabalhadora em seu processo de formação no Brasil.¹³

Por tudo isso, é fundamental que tomemos em conta, numa situação periférica de transição ao capitalismo como a do Brasil, que os processos que são pressuposto e base para sua constituição, como o de expropriação/proletarização – por sua vez base e pressupostos para a formação da classe trabalhadora – apresentam especificidades. Entre elas a de que a experiência de exploração anterior, assim como os valores e tradições que são relidos pela nova consciência de classe em formação são bem outros. Se quisermos procurar no caso brasileiro, por exemplo, a ideia-forte do “inglês nascido livre” a que se refere Thompson como um dos pilares que ajudam a erguer essa nova consciência, teremos grande dificuldades.

Ainda assim, os escravos em luta pela liberdade são “sujeitos de sua própria história”,¹⁴ num sentido muito particular, e tanto eles quanto a sua luta pela liberdade (esse sim um valor relido e incorporado pela nova consciência de classe que se formou nas décadas seguintes) serão personagens fundamentais do processo de formação da classe trabalhadora. Porém, o “sujeito social” classe trabalhadora é distinto, em especial porque porta uma consciência distinta, “propriamente de classe”.

Algumas sugestões finais

Passo então, para concluir, a sumariamente apontar uma possibilidade conceitual que respeite as distinções no plano da consciência coletiva – e, portanto, de seus projetos societários – entre diferentes grupos de trabalhadores subordinados ao capital, porque submetidos compulsoriamente a um processo de mercadorização da sua força de trabalho. O ponto de partida é a

¹³ Analisei com mais atenção o discurso das lideranças dos trabalhadores brasileiros na virada para o século XX, quando afirmavam a vitória na luta contra a “escravidão de fato”, mas ressaltavam a especificidade da luta pelo fim da “escravidão dos livres”, em M. B. Mattos (2008), especialmente no quarto capítulo.

¹⁴ A expressão “sujeitos de sua própria história” é fartamente empregada pela historiografia recente da escravidão no Brasil, visando enfatizar a ação individual e coletiva dos escravos em seu processo de adaptação/enfrentamento à escravidão e busca da liberdade. Ver por exemplo Sidney Chalhoub (1990)

própria definição de trabalhadores subalternos de Van der Linden. A categoria “subalternos” surge em sua proposta a partir de uma dupla e combinada referência. De um lado, mais recentemente, o termo foi empregado para definir “toda a população que é subordinada em termos de classe, casta, idade, gênero e ofício, ou em qualquer outro modo”, (SEN, 1987) pelos chamados Estudos Subalternos, surgidos a partir da iniciativa do historiador indiano Ranajit Guha.

Os Estudos Subalternos, especialmente em sua primeira fase, por seu turno, buscaram a categoria em Antonio Gramsci. Apontei, na primeira parte deste texto, para a forma como Isabel Monal recorreu ao conceito de “classes subalternas” de Gramsci para tentar dar conta do grau atual de heterogeneidade dos grupos sociais submetidos a exploração capitalista. Apontei também para o fato de que é justamente por partir de uma concepção mais restrita que a de Marx sobre a classe trabalhadora no capitalismo, que Monal pretende ir além dela para dar conta da definição dos grupos sociais submetidos ao capital hoje, alguns dos quais Marx já havia sugerido serem parte da própria classe trabalhadora.

Também chamei a atenção para o fato de que o conceito de classes subalternas em Gramsci permite mais de uma chave de leitura. De uma lado, ao referir-se às classes subalternas quando abordando as complexas sociedades capitalistas do século XX, Gramsci parece apresentar sob essa rubrica a base objetiva sobre a qual repousa a proposta da Frente Única entre operários e camponeses, necessária para a revolução em países como a Itália. Trata-se também de uma categoria que, nesse caso da contemporaneidade, permite a Gramsci, de forma mais precisa que a simples noção de “massas populares”, discutir o processo através do qual a consciência de classe se “eleva” a partir do senso comum, e em que os limites de uma visão de mundo messiânica, alimentada pelas leituras deterministas do marxismo, são superados pela filosofia da práxis em sua manifestação mais elaborada. (GRAMSCI, 1999, p. 103-107)

O conceito de classes subalternas também é útil para que Gramsci discuta as dimensões “espontâneas” e “organizadas” dos movimentos conduzidos por essas classes. Partindo do exemplo por ele vivido das greves revolucionárias de Turin na virada dos anos 1910 para 1920, Gramsci procura demonstrar como a organização surgida como setor mais consciente das classes subalternas, deve partir justamente do elemento espontâneo de suas manifestações de revolta para dirigir-lhe segundo um programa de “reforma intelectual e moral” (uma conscientização revolucionária nesse caso), evitando tanto repudiar o “espontaneísmo”, quanto permitir que dele triunfe a tendência a fragmentação das lutas. (GRAMSCI, 2000, p. 194-198)

É justamente essa discussão sobre a tendência ao espontâneo e ao fragmentário nas classes subalternas, combinada ao debate sobre as formas da

consciência, que serve de ponte para entendermos a dimensão mais ampla, no que tange a sua historicidade, que Gramsci atribui ao conceito de classes subalternas, empregando-o, por exemplo para tratar dos escravos romanos e dos camponeses medievais submetidos ao senhorio. Nessa dimensão histórica, o que Gramsci propõe é um caminho metodológico de análise – por vezes na forma de um plano de estudo – que busque resgatar a história “desagregada e episódica” desses grupos, procurando perceber nela uma “tendência a unificação”, que é “continuamente rompida pela iniciativa dos grupos dominantes e, portanto, só pode ser demonstrada com o ciclo encerrado, se este se encerra com sucesso.” (GRAMSCI, 2002, p. 135)

Retomando o problema central da discussão que me propus a desenvolver, recorri a Gramsci para destacar que tanto na dimensão da análise do seu presente – intimamente relacionada ao projeto social revolucionário que propunha –, quanto especialmente nas suas notas metodológicas para o estudo do passado, sua concepção de classes subalternas pode ser bastante pertinente para os estudos históricos hoje desenvolvidos. Recolocando os exemplos que anteriormente mencionei, através do conceito de classes subalternas, talvez seja possível dar conta da dimensão de classe do processo de subsunção formal do trabalho – assalariado, mas também “não-livre”, ou por conta própria – ao capital, em situações periféricas (ou mesmo centrais) em que predominem diversas formas de exploração do trabalho. Mas, sem perder de vista os complexos caminhos de definição da subjetividade coletiva das classes sociais, ou seja, incluindo a diversidade de projetos societários que tais diferentes formas de exploração podem gerar, atentando para sua tendência a unificação, que só pode se completar em movimentos históricos nos quais o aspecto da organização e do espontaneísmo se complementem de forma bem sucedida. Em outras palavras, em determinadas situações históricas como a vivida por trabalhadores escravizados e livres em determinadas áreas da América Latina na segunda metade do século XX, estamos diante não de uma única classe de trabalhadores subalternos, mas de classes subalternas, que possuem em comum a subordinação ao capital, mas distinguem-se por formas distintas de consciência social, cuja tendência à unificação pode manifestar-se em determinados momentos específicos das lutas sociais – como a dos movimentos pela abolição, que se tornarão, em seguida, referências fundamentais ao processo de formação da classe trabalhadora. Essa discussão, porém, abre a porta para um outro debate, a respeito do sujeito histórico, para o qual falta espaço neste momento.

Termino, pois, mais com sugestões e indicações provisórias, do que com respostas conceituais acabadas. E não poderia ser diferente, pois se trata de um conjunto de questões que ainda estamos a formular, entre a constatação da fragmentação atual da classe trabalhadora e a consciência dos diversos caminhos historicamente experimentados em seus processos de formação.

Referências bibliográficas

- ANTUNES, Ricardo, *Os sentidos do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999.
- BANAJI, Jairus, *Theory as History: essays on modes of production and exploitation*. Leiden: Brill, 2010.
- BATALHA, Cláudio H. M., O movimento operário brasileiro e a inspiração internacional (1870-1920), Comunicação apresentada ao I Seminário Internacional de História do Trabalho/V Jornada Nacional de História do Trabalho, Florianópolis, 2010. Disponível em www.labhstc.ufsc.br/sulglobal.htm
- BEHAL, Rana, Power structure, discipline and labour in Assam Tea Plantations under colonial rule. *International Review of Social History*, 51, Supplement, 2006.
- BENSAID, Daniel, *Marx o intempestivo: grandezas e misérias de uma aventura crítica (séculos XIX e XX)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- BENSAID, Daniel, *Os irredutíveis: teoremas da resistência para o tempo atual*. São Paulo: Boitempo, 2008.
- CHALHOUB, Sidney, *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- FONTES, Virgínia, *O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história*. Rio de Janeiro: Edufrj, 2010.
- GRAMSCI, Antonio, *Cadernos do cárcere* (Caderno 11), v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- GRAMSCI, Antonio, *Cadernos do cárcere*, v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- GRAMSCI, Antonio, *Cadernos do cárcere*, v. 5, (Caderno 25) Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- HARVEY, David, *The new imperialism*. Oxford: Oxford University Press, 2003.
- LENIN, V. I., *El imperialismo, fase superior del capitalismo*. Moscou: Editorial Progreso, 1982.
- LINEBAUGH, Peter, *The Magna Carta manifesto: liberties and commons for all*. Berkeley: University of California Press, 2008.
- LONER, Beatriz Ana, *Construção de classe: operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930)*. Pelotas: Unitrabalho/EdUFPel, 2001.
- LOWY, Michel, *A teoria da revolução no jovem Marx*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- MARIÁTEGUI, Jose Carlos, Prólogo de *Tempestad en los Andes* de Valcárcel. In MARIÁTEGUI, Jose Carlos, *7 Ensayos de Interpretación de la Realidad Peruana*. Disponível em: <http://www.marxists.org/espanol/mariateg/1928/7ensayos/02.htm>. Acesso em: 05 jul. 2010
- MARINI, Ruy Mauro, Dialética da dependência (1973). In TRASPADINI, Roberta & STÉDILE, João Pedro (orgs.), *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.
- MARTINS, José de Souza, *O cativo da terra*, 9ª Ed. São Paulo: Contexto, 2010.
- MARX, K., *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004.

- MARX, K., *O Capital*, vol.1, Tomo II (capítulo XXIV). São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- MARX, K., *O Capital*, Livro I, Capítulo VI (Capítulo inédito). São Paulo: Ciências Humanas, 1978.
- MARX, K., Marx to V. I Zasluch in St. Petersburg (1881). In MARX & ENGELS, *Selected correspondence*, 2a. Ed. Moscovo: Progress, 1965.
- MARX, K. & ENGELS, F., Prefácio à (segunda) edição russa de 1882, in Obras Escolhidas, v. 1. Lisboa: Progresso/Avante, 1982.
- MARX, K. & ENGELS, F., *Obras escolhidas*, v. III. São Paulo: Alfa-Ômega, s.d.
- MATTOS, Marcelo Badaró, *Escravidados e livres: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2008.
- MOHAPATRA, Prabhu, Regulating informality. In BHATTACHARYA, Sabyasachi & LUCASSEN, Jan (Eds.), *Workers in the informal sector: studies in labour history, 1800-2000*. Delhi: Macmillian, 2005.
- MONAL, Isabel, Gramsci, a sociedade civil e os grupos subalternos. In COUTINHO, C. N. & TEIXEIRA, A. P. (orgs.), *Ler Gramsci, entender a realidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- REIS, João José, The revolution of the ganhadores: urban labour, ethnicity and the African strike of 1857 in Bahia, Brazil, *Journal of Latin American Studies*, 29, 1997.
- SEN, Asok, Subaltern Studies: class, capital and community. In GUHA, Ranajit (Ed.), *Subaltern Studies V. Writings on South Asian History and Society*. Delhi: Oxford University Press, 1987.
- STANZIANI, Alessandro, Introduction: Labour Institutions in a Global perspective, from the Seventeenth to the Twentieth Century, *International Review of Social History*, vol. 54, Part 3, December, 2009.
- THOMPSON, E. P., Sobre classe e falsa consciência. In *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Edunicamp, 2001.
- THOMPSON, E. P., *A formação da classe operária inglesa*, 3 vols. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987-1988.
- TOMICH, Dale, *Through the prism of slavery: labor, capital and world economy*. Boulder: Rowman & Littlefield, 2004.
- TROTSKY, Leon, *História da revolução russa*. São Paulo: Sundermann, 2007.
- VAN DER LINDEN, Marcel, *Workers of the world: essays toward a global labor history*. Leiden. Brill, 2008.
- VAN DER LINDEN, Marcel, The 'Law' of Uneven and Combined Development: Some Underdeveloped Thoughts, *Historical Materialism*, 15, 2007.
- VELASCO E CRUZ, Maria Cecília, Tradições negras na formação de um sindicato: sociedade de resistência dos trabalhadores em trapiche e café, Rio de Janeiro, 1905-1930. *Afro-Ásia*, n. 24. Salvador, 2000.
- WOOD, Ellen, *A origem do capitalismo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

A demografia contemporânea de Portugal, 1801-2011. Para uma visão de síntese

Paulo Teodoro Matos

Introdução

Este capítulo tem por objectivo central a caracterização sumária da demografia portuguesa entre 1801, data do primeiro “censo” da população, até 2011, quando se realiza o XV recenseamento geral da população e habitação. Tomadas em linha de conta as datas extremas vislumbram-se mudanças profundas nas estruturas e comportamentos demográficos em Portugal. Tal como na maioria dos países europeus foi durante estas centúrias – particularmente no século XX – que os efectivos cresceram a um ritmo muito intenso enquanto progredia, também, a urbanização. Entre 1920 e 2000 duplicara a esperança de vida à nascença dos portugueses, em parte decorrente da redução da taxa de mortalidade infantil desde os anos 40. Entretanto a partir dos anos 1980 a sociedade portuguesa perde a sua capacidade de assegurar a substituição de gerações. Como resultado, a uma população predominantemente jovem e tendencialmente concentrada em agregados com mais de 4 indivíduos sucedia-se outra, profundamente envelhecida e onde abundam as “famílias unipessoais”.

A análise dos comportamentos demográficos no passado recente, em particular a partir da década de 1980, revela mutações significativas no domínio da sociedade portuguesa. A par da redução abrupta do número de casamentos, aumentam os divórcios e as uniões consensuais que conduzem a uma natalidade fora do casamento de quase 50%. A família, outrora de dimensão elevada, passa a englobar um número cada vez mais reduzido de elementos surgindo, por outro lado, novas realidades na sua configuração.

Como facilmente se percebe a análise de mais de 200 anos de demografia portuguesa em capítulo único não é tarefa fácil. A primeira dificuldade assenta na própria informação demográfica. Os recenseamentos científicos da população surgem em 1864, enquanto as estatísticas demográficas estão disponíveis a partir de 1886. Deste facto resulta, naturalmente, um conhecimento bastante mais rudimentar acerca das dinâmicas portuguesas de 1801 a 1864/1886. Outro óbice a esta síntese assenta na impossibilidade de se apresentar uma análise ao nível regional, o que é importante para a análise da grande diversidade de comportamentos num país pequeno como é Portugal. De todo o modo será oferecida uma visão sintética no que respeita à densidade populacional e representatividade demográfica dos diversos distritos e regiões autónomas.

Mais do que uma perspectiva interpretativa, incompatível com o objetivo deste texto, optou-se por sublinhar as continuidades e rupturas da população portuguesa tomada como um todo. Para tal, uma das principais preocupações foi justamente a de disponibilizar, sempre que possível, os principais indicadores demográficos em série longa e actualizados até 2012. Ainda que a leitura de tais indicadores seja necessariamente esquemática, ficará o leitor na posse de quadros e gráficos em duração pluri-secular, podendo facilmente aprofundar o seu estudo com base em bibliografia específica.

No que toca à evolução da demografia portuguesa não faltam estudos de grande qualidade, sejam estes de carácter mais especializado ou destinados ao público em geral. Para uma visão mais circunstanciada da evolução da população portuguesa no período aqui analisado está disponível a *História da população portuguesa*, coordenada por Teresa Ferreira Rodrigues (2009). Uma obra de referência sobre a *modernidade demográfica* em Portugal intitula-se *Demografia e transição demográfica em Portugal* de Mário Leston Bandeira (1996). Para o período anterior à estatística moderna (1864) são, também, úteis as publicações de Joel Serrão (1973), Fernando de Sousa (1995) e Luís Espinha da Silveira (2001).

Para o período mais moderno são certamente relevantes os estudos de âmbito mais geral publicados por Ana Alexandre Fernandes (2008), Manuel Nazareth (2009), Maria João Valente Rosa e Cláudia Vieira (2003), Maria João Valente Rosa (2012), entre vários outros. Além de diversos artigos publicados na revista *Análise Social* e, mesmo de alguns números dedicados à população e família, refira-se a produção do Instituto Nacional de Estatística designadamente os *Retratos territoriais de Portugal* e a *Revista de Estudos Demográficos*. É aqui de sublinhar o significativo esforço que este Instituto tem colocado na disponibilização de bases de dados on-line, que muito têm facilitado o trabalho dos investigadores. Por fim uma referência à *Por-data*, instrumento utilíssimo para a rápida obtenção de dados demográficos para o período posterior a 1960 e sua representação gráfica.

Este capítulo compõe-se de duas partes essenciais. Na primeira, relacionada com os aspectos estruturais da população, compreendem-se os diferentes ritmos de crescimento dos efectivos e a população urbana. Ainda nesta parte será prestada atenção à diferenciação distrital no que concerne à densidade e, fundamentalmente, à evolução dos grandes grupos etários (0-14, 15-64 e 65+). Numa segunda parte analisam-se as variáveis demográficas – natalidade, mortalidade, nupcialidade e migrações – procurando-se entrever o processo de “modernização” demográfica em Portugal a partir dos anos 30.

I – As estruturas

Em 1801 é levado a cabo um “censo” da população ordenado pela Coroa mas executado pelas autoridades eclesiásticas, únicas entidades que no terreno poderiam obter a informação necessária à sua boa execução. Após esta data está disponível um conjunto de numeramentos diferenciados da população (1801-1863), em especial a partir de 1835. De facto, com a construção do Estado Liberal, cada vez mais dependente de estatísticas para a implementação de reformas e controle da fiscalidade e da guerra, é determinada a execução anual de um mapa da população para os diversos distritos¹. É conhecida uma parte destas séries, embora a maioria se encontre ainda por identificar (SILVEIRA, 2001). Só a partir de 1864, com a realização do primeiro recenseamento da população baseado na recolha de directa de informação (método directo, nominativo e simultâneo mediante os boletins de família) estão disponíveis dados relativamente fiáveis acerca do volume da população².

Entre 1801 e 2011 a população portuguesa passou de pouco mais de 3 milhões de indivíduos para cerca de 10.5, correspondendo a uma variação de 239%, 74.8% durante o século XIX e 93.9% entre 1900 e 2011. Se tais cifras possam parecer elevadas, verdade é que este crescimento foi relativamente moderado face ao contexto europeu, principalmente no que respeita ao século XX.

¹ Circular de 20.10.1835 de Rodrigo da Fonseca. Cf. *Diário do Governo*, nº 248 (21.10.1835), p. 1019-1020.

² Para uma visão de síntese acerca da informação demográfica consulte-se RODRIGUES, 2006, p. 291-325 e ROSA e VIEIRA, 2003, p.17-24.

A evolução do número de efectivos

Tabela 1 – Evolução dos efectivos em Portugal e taxa de crescimento anual médio 1801-2011

Ano	Efectivos	Taxa de crescimento anual	
1801	3,115,330		
1820	3,352,180	0.39	0.57
1841	3,737,103	0.46	
1850	3,809,775	0.21	
1864	4,286,995	4.68	
1878	4,698,984	0.66	
1890	5,102,891	0.64	
1900	5,446,760	0.65	0.81
1911	5,960,056	0.82	
1920	6,032,991	0.14	
1930	6,825,883	1.24	
1940	7,722,152	1.24	
1950	8,441,312	0.89	
1960	8,851,289	0.48	0.35
1970	8,663,252	-0.21	
1981	9,833,014	1.24	
1991	9,862,540	0.03	
2001	10,356,117	0.49	
2011	10,562,178	0.20	

Fonte: Para os anos de 1801 a 1900 *vide* RODRIGUES, 2009, p. 329; 1911 a 2011 – Recenseamentos gerais da população. Os dados relativos a 1820 encontram-se em SERRÃO, 1975, p. 116 enquanto os respeitantes a 1850 estão publicados no *Almanach de Portugal*, 1855, p. 46.

Esquemáticamente a evolução dos efectivos portugueses poderia dividir-se em três períodos principais para a cronologia em estudo. Numa primeira fase, que corresponde a todo o século XIX, o crescimento teria sido moderado (TCA de 0.57%), muito embora a diferentes ritmos. Durante a primeira metade da centúria o incremento teria sido bastante mais lento em parte devido às severas consequências decorrentes das invasões francesas (1807-1811) e da guerra civil (1831-1834). Já a partir dos anos 50 o crescimento era bem mais intenso, também fruto de uma substancial melhoria da situação política. A Regeneração trazia uma estabilidade política relativamente douradura permitindo reforçar os investimentos públicos e privados em infraestruturas. Assim com o *Fontismo* rapidamente surgiu uma rede ferroviária que unia o litoral ao interior, o reforço da rede viária, a significativa beneficiação dos portos marítimos, o telégrafo, entre vários outros factores de estímulo à circulação de pessoas e bens. Tudo isto teria um impacto inegável no crescimento demográfico.

Um segundo período estende-se de 1900 a 1960. Apesar das significativas flutuações dentro desta fase a população portuguesa registava um aumento bastante acentuado (TCA de 0.81%). Genericamente destaca-se uma progressiva redução da mortalidade (mais expressiva a partir de 1922 e posteriormente desde 1941 com a redução da taxa de mortalidade infantil) gerando um aumento do crescimento natural e a diminuição da corrente migratória entre as décadas de 1920 a 1940 (saldo migratório próximo de zero). De 1911 a 1920 o fraco crescimento populacional ficou em grande medida a dever-se à gripe pneumónica (1918), estimando-se o número de vítimas em cerca de 60 mil para além da redução da natalidade (FRADA: 2005). Pelo contrário nas décadas de 1920 e 1930 o incremento passa a ser extraordinário (TCA de 1.24%) principalmente em razão do decréscimo mais acentuado da mortalidade em Portugal e de um saldo migratório ligeiramente positivo. Nos decénios de 1940 e 1950 o ritmo de crescimento seria inferior, em especial nos anos 50. Apesar do amplo saldo fisiológico deste período verdade é que o aumento dos ritmos de emigração poderão em parte explicar esta tendência.

Uma derradeira fase no crescimento dos efectivos portugueses poderia estabelecer-se de 1960 ao presente tendo por base o crescimento bastante mais moderado da população e, sobretudo, o seu carácter hesitante e até contraditório. Na década de 1960 – fruto de uma corrente migratória sem precedentes e maioritariamente dirigida para a Europa – ocorre pela primeira vez um decréscimo no número de habitantes durante o século XX, apesar do elevado crescimento natural da população. Ao invés, o recenseamento de 1981 regista um forte incremento de indivíduos que se fica a dever quase exclusivamente aos retornados oriundos das ex-colónias: em menos de um ano a sociedade portuguesa incorpora cerca de meio milhão de indivíduos, quase 6% do seu volume.

Ainda no quadro do último período estabelecido merecem particular atenção as décadas mais recentes de 1981 ao presente, com um aumento muito moderado dos efectivos. Se este é praticamente nulo de 1981 a 1991, o elevado afluxo de imigrantes na década de 1990 e inícios do século XXI seria em boa medida responsável pelo aumento das gentes. A fase de maior “euforia” da economia portuguesa, coincidente com a chegada dos fundos estruturais da União Europeia e, concomitantemente, com grandes necessidades de mão de obra iria esbater-se em inícios do século XXI (ROSA; SEABRA; SANTOS, 2003). No entanto, de 2001 a 2011, a entrada de imigrantes reduziu-se voltando Portugal a assumir a tradição histórica de “país de emigração” a partir de 2010. A este facto, gerador de um crescimento menos intenso, deve juntar-se a inversão do sentido do crescimento natural da população. A partir de 2007 o número de óbitos suplanta o de nados-vivos, diferença esta que se aproxima dos 18 mil indivíduos em 2012. A

conjugação do crescimento natural com o migratório numa difícil conjuntura económica e financeira faz antever um declínio populacional e o agravamento do envelhecimento demográfico nos próximos anos.

Ritmos de crescimento e distribuição regional

Em 1801 o Continente português apresentava uma densidade média de 33 hab./km² (RODRIGUES, 2006, p. 332-333) valor que quase duplicava em 1900 (59 hab./km²) e mais que triplicava em 2011 (115 hab./km²). Contudo acentuavam-se as assimetrias. Através dos cortes temporais estabelecidos de 1850 a 1940 – fase de grande crescimento demográfico – todos os distritos viam aumentada a sua densidade populacional, salientando-se o Lisboa, Porto e Funchal e, noutra dimensão, em Évora, Faro, Leiria, Santarém, com variações superiores a 100%. Nos últimos 60 anos, de 1940 a 2011, coexistem dois ritmos bastante distintos na distribuição regional. Por um lado o Norte litoral (excepção feita a Coimbra e Viana do Castelo) onde se reforça significativamente a densidade. É, sobretudo, o caso dos distritos onde se situam os grandes pólos urbanos – Lisboa, Porto e Setúbal mas, também, Aveiro, Braga, Leiria, Santarém e a Região Autónoma da Madeira. Noutro extremo estava o Interior Norte e Alentejo com uma concentração cada vez menor de efectivos. Assim fora em Beja, Bragança, Castelo Branco, Évora, Guarda, Vila Real e Região Autónoma dos Açores, todos com redução na sua densidade.

Numa perspectiva de longa duração e adoptando-se os dois extremos do período em análise fica claro o reforço populacional dos distritos situados no Litoral. Das 20 áreas administrativas consideradas os distritos de Aveiro, Braga, Faro, Leiria, Lisboa, Porto, Santarém e Setúbal iriam ver acrescido o seu peso. Todavia apenas nos distritos de Lisboa, Porto e Setúbal se registou um reforço contínuo ao longo dos 5 momentos censitários aqui seleccionados. A explicação para tais mutações é complexa. Um dos factores estará ligado a uma emigração mais forte nos distritos do interior norte e Sul. No entanto também as assimetrias no ritmo de crescimento natural entre os distritos e a atracção pelo litoral (em especial Lisboa e Porto) estão na base de diferentes ritmos de crescimento.

De uma forma geral em meados do século XIX a “consolidação de regiões diferenciadas é indiscutível” (RODRIGUES, 2006, p. 342), sendo os distritos do interior mais propensos à perda da sua influência, assim como os do litoral de tradição migratória (RODRIGUES, 2006, p. 342). No entanto apesar do crescente aumento da representatividade de Lisboa e Porto é no período de 1940 a 1981 que se aceleram significativamente as clivagens entre litoral e interior. De 1850 a 1940 o litoral passou de 54.8% a 58.4%

enquanto em 1981 esse peso atingia 71.7%. Resulta claro que durante este período se acentuou bastante a conhecida bipolarização em torno de Lisboa e Porto e suas áreas metropolitanas que vão concentrar uma larga parte dos habitantes desses distritos (ROSA, 2003, p. 83-100).

Tabela 2 – Densidade populacional por distritos e ilhas, 1850-2011

	1850	1900	1940	1981	2011
Aveiro	89.7	112.8	154.7	222.4	254.9
Beja	12.0	16.1	27.2	18.4	14.9
Braga	109.8	131.1	180.2	261.9	313.4
Bragança	19.2	28.2	32.4	27.9	20.7
Castelo Branco	20.7	32.4	46.0	35.4	29.7
Coimbra	64.9	85.8	104.7	109.8	108.3
Évora	11.3	17.4	28.4	24.4	22.6
Faro	27.8	50.7	64.2	64.9	90.5
Guarda	35.2	48.1	53.4	37.1	29.1
Leiria	39.4	69.0	102.2	119.9	134.4
Lisboa	57.5	89.6	382.5	750.5	816.1
Portalegre	13.6	21.5	31.2	23.6	19.5
Porto	161.6	262.3	403.7	670.3	779.6
Santarém	23.1	42.4	63.5	67.7	67.6
Setúbal	-	-	53.3	130.0	168.1
Viana do Castelo	89.1	103.6	117.6	115.6	110.2
Vila Real	43.4	56.7	67.8	61.5	48.1
Viseu	58.6	81.7	93.6	84.6	75.4
Açores	100.8	110.0	123.0	104.3	105.8
Madeira	136.0	188.5	312.8	317.0	335.8
Portugal	41.6	59.3	84.4	107.0	114.9

Fontes: 1850 – *Almanach de Portugal*, 1855, p. 461; 1900-2011 – Recenseamentos gerais da população. As áreas dos distritos relativas a 1850 e 1900 provêm de RODRIGUES, 2006, p. 335.

Segundo o censo de 2011 61.4% da população portuguesa residia nos distritos de Lisboa, Porto, Setúbal, Braga e Aveiro. Contudo, mesmo nestas 5 unidades territoriais subsistiam profundas diferenças. Por exemplo, a representatividade do distrito de Lisboa registava o triplo da de Aveiro. Tomando em consideração todos os distritos registavam-se clivagens extremamente acentuadas: seis distritos detêm uma representatividade inferior a 2% e oito valores entre 2 a 5%. No que respeita aos primeiros, todos no interior e Alentejo, acentua-se o fenómeno da *desertificação* populacional ao que acresce o seu elevado nível de envelhecimento demográfico.

Tabela 3 – População recenseada por distritos, 1850-2011 (%)

Distritos/Regiões	1850	1900	1940	1981	2011
Aveiro	6.4	5.6	5.6	6.3	6.8
Beja	3.2	3.0	3.6	1.9	1.4
Braga	7.9	6.6	6.3	7.2	8.0
Bragança	3.3	3.4	2.8	1.9	1.3
Castelo Branco	3.6	4.0	3.9	2.4	1.9
Coimbra	6.7	6.2	5.4	4.4	4.1
Évora	2.2	2.4	2.7	1.8	1.6
Faro	3.7	4.7	4.1	3.3	4.3
Guarda	5.1	4.9	3.8	2.1	1.5
Leiria	3.6	4.5	4.6	4.3	4.5
Lisboa	11.9	12.8	13.6	21.0	21.3
Portalegre	2.1	2.3	2.4	1.5	1.1
Porto	9.7	11.0	12.1	15.9	17.2
Santarém	4.1	5.2	5.5	4.6	4.3
Setúbal	-	-	3.5	6.7	8.1
Viana do Castelo	4.9	4.0	3.4	2.6	2.3
Vila Real	4.8	4.4	3.8	2.7	2.0
Viseu	7.7	7.5	6.0	4.3	3.6
Açores	6.2	4.7	3.7	2.5	2.3
Madeira	2.8	2.8	3.2	2.6	2.5
Portugal	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

Fontes: 1850 – *Almanach de Portugal*, 1855, p. 461; 1900-2011 – Recenseamentos gerais da população.

População urbana

Se hoje não existe unanimidade quanto aos conceitos de *cidade* e *centro urbano*, mais difícil se torna avaliar a evolução da população urbana na longa duração. Além da dimensão demográfica haveria a ponderar um conjunto substancial de elementos como “a rede vial concentrada e urbanizada, capital administrativa, sede de bispado, centro económico”, etc, factores de extrema importância para aferir o estatuto dos centros populacionais (MATOS e MARQUES, 2002, p. 23)¹.

Em 1820 existiam 22 cidades oficiais no Continente e 3 nas ilhas adjacentes concentrando 400 mil habitantes, ou seja, 12.7% da população portuguesa². Adicionando-se aqui os centros com mais de 4.000 efectivos esse

¹ Sobre esta questão veja-se, também, SILVA, 1997, p. 779-814.

² Este valor pouco se teria alterado desde 1801 para o qual se computam 387.463 indivíduos residentes em cidades oficiais (RODRIGUES, 2009, p. 350).

valor totalizava 577 mil, correspondendo uma taxa de urbanização de 19%. No entanto das 25 cidades apenas Lisboa (210 mil) e Porto (60 mil) agregavam mais de 20 mil habitantes, correspondendo a cerca de metade da população urbana e a 10% da população do Continente. Se retirada a capital – única grande cidade em termos europeus – o valor apenas reduzia-se a apenas 13% da população (MATOS e MARQUES, 2002, p. 26-29). Em 1900 a população urbana (cidades oficiais) mais que duplicara mas, apesar disso, apenas ascendia 14,9% do total. Novamente manifestam-se as profundas assimetrias. Lisboa, com 357 mil habitantes, e o Porto com 172 mil, representam 65.3% da população urbana continuando a congregar cerca de 10% do efectivo português³.

Tabela 4 – Nível de urbanização em Portugal, 1900-2011 (%)

Milhares	1900	1911	1920	1930	1940	1950
+ 5	16.2	17.3	18.1	20.8	22.0	24.2
+ 10	12.4	13.1	14.2	16.2	17.4	19.3
+ 20	10.1	11.5	11.9	13.9	14.9	16.2
Milhares	1960	1970	1981	1991	2001	2011
+ 5	26.9	30.1	34.6	39.4	45.4	51.6
+ 10	22.3	26.5	29.7	33.2	37.7	42.7
+ 20	17.7	20.4	23.4	24.5	28.1	30.8

Fonte: 1900-2001 – RODRIGUES, 2009, p. 452; 2011 – Recenseamento da população.

Em termos esquemáticos em 1900 persistiam as mesmas tendências apontadas para inícios do século, em especial a escassa concentração de indivíduos em centros de média dimensão. No decorrer do século XX a inícios do XXI o número de pessoas a residir em centros urbanos (> 5 mil) praticamente duplicou, manifestando um crescimento mais expressivo a partir da década de 1950. No entanto, analisados os centros de média dimensão, verifica-se a sua modesta subida até cerca de 1991, quando se registam variações intercensuais mais dilatadas (RODRIGUES, 2009, p. 452).

Um dos fenómenos mais salientes do processo de urbanização português reside na bipolarização em torno das cidades de Lisboa e Porto e respectivas zonas metropolitanas, como já mencionado. Em 1900 os respectivos concelhos tomados conjuntamente agregavam 9.5% da população portuguesa e, em 1950, 12.6%⁴. Segundo os dados do censo de 2011 o quantitativo demográfico destes concelhos decresceu substancialmente, correspondendo agora a cerca 7.2%. Este decréscimo está associado ao processo

³ Cálculos efectuados a partir dos dados de RODRIGUES, 2009, p. 350.

⁴ Valores calculados de acordo com os dados fornecidos por ROSA, 2003, p. 85.

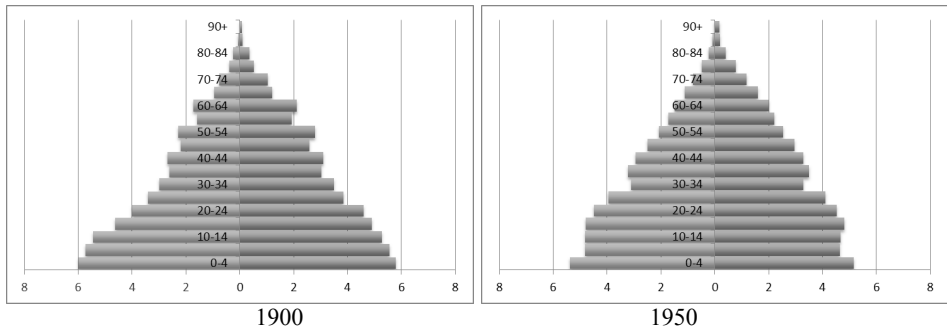
de suburbanização e do aumento das áreas metropolitanas destas duas urbes que aglutinam cada vez mais população (ROSA, 2003, p.88). Por esta razão ganha particular importância o peso que a Grande Lisboa (19,3%) e o Grande Porto (13,2%) detêm no total nacional. Se considerada toda a zona metropolitana estas percentagens ascendem a 26,7 e 15,8, respectivamente.

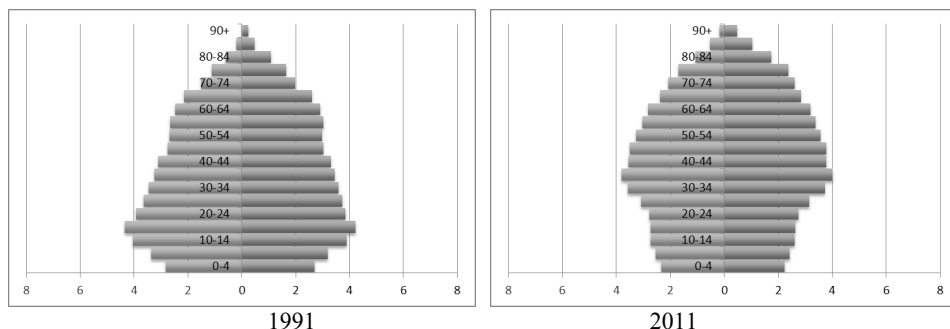
Composição etária e grupos funcionais

As pirâmides etárias da população portuguesa para quatro momentos distintos espelham claramente as grandes mudanças na distribuição dos efectivos por idade. Com uma estrutura jovem em 1900 Portugal é, em 2011, um país claramente envelhecido quer no contexto europeu, quer mundial. Tal situação decorre do efeito combinado entre a redução da fecundidade e do rápido aumento da esperança de vida, tendo ainda expressão os fenómenos migratórios ocorridos. Em longa duração não existiram diferenças significativas na estrutura etária de 1900 a 1950, reduzindo-se ligeiramente a representatividade de jovens e aumentando a percentagem de idosos. A comparação das pirâmides de 1950 e 2011 revela, porém, o envelhecimento na base e no topo da população. Em 2011 a pirâmide portuguesa é já uma metáfora, apresentando-se agora em forma de “urna”. A figura expressa claramente a redução da fecundidade – particularmente forte a partir da década de 1970 – e o aumento da esperança de vida à nascença manifestado pela grande proporção de idosos existentes.

Através dos grandes grupos etários (0-14, 15-64 e 65+) é possível medir estatisticamente o peso dos jovens, potencialmente activos e os idosos, bem assim com as relações entre estes (índices de dependência). Em 1878 os jovens representavam cerca de um terço da população e, em 2011, apenas

Figura 1 – Pirâmides etárias de Portugal em 1900, 1950, 1991 e 2011





Fonte: Recenseamentos da população dos anos respectivos.

um sexto. Este decréscimo é, contudo, descontínuo no tempo. É sobretudo a partir da década de 1960 que o seu peso começa a descer significativamente, especialmente entre 1970 e 2011, quando a fecundidade se reduz drasticamente (ROSA, 2003, p.107).

Com uma tendência inversa encontram-se os idosos cuja percentagem mais que triplicou entre 1878 e 2011. No entanto a tendência de evolução revela similitudes com a progressão dos jovens. O aumento do grupo de 65+ anos não regista flutuações significativas até 1950. Contudo, a partir da década de 1960 que o peso dos idosos foi subindo a um ritmo bem mais elevado, com variações decenais perto dos 20%.

O *índice de juventude*, que mede o peso do grupo 0-14 face ao de 65+, mostra que em 2001 o número de idosos suplantou pela primeira vez o dos jovens: 98 jovens por cada 100 idosos enquanto, em 2011, se reduz apenas a 78. No entanto este valor esconde profundas assimetrias. A título de exemplo em 2011 a Região Autónoma dos Açores apresentava um índice de 136.5 enquanto o Alentejo apenas 65.2%⁵.

A população potencialmente activa (15-64) registou uma tendência bastante mais estável da dos jovens e idosos, oscilando entre os 61.5 e os 66.1% em 1878 e 2011, respectivamente. No entanto há que destacar que o grupo 15-64+ não deve ser confundido com a população activa (ROSA, 2003, p. 102). Apesar da percentagem maioritária deste grande grupo etário espera-se que num futuro próximo venha a decrescer a sua importância, consequência quer da redução da fecundidade, quer do aumento da esperança de vida e, ainda, dos fenómenos migratórios em direcção ao exterior.

⁵ Cálculos sobre o recenseamento da população de 2011.

Tabela 5 – Medidas de estrutura e índices. Portugal, 1878-2011

Índices	1878	1890	1900	1911	1920	1930	1940
% Jovens	33.8	33.2	33.8	34.4	32.8	32.0	32.1
% Potenc. Activos	61.5	60.8	60.5	59.7	61.3	61.8	61.5
% Idosos	4.7	6.0	5.7	5.9	5.9	6.2	6.5
Índice de juventude	713.9	553.2	589.4	583.5	552.9	514.2	495.3
Ind. Dependência de Jovens	54.9	55.6	55.8	57.7	53.5	51.7	52.2
Ind. Dependência de Idosos	7.7	9.9	9.5	9.9	9.7	10.1	10.5
Ind. Dependência Total	62.4	64.4	65.3	67.6	63.1	61.8	62.7
	1950	1960	1970	1981	1991	2001	2011
% Jovens	29.5	29.2	28.5	25.5	20.0	16.0	14.9
% Potenc. Activos	63.5	62.9	61.9	63.0	66.4	67.5	66.1
% Idosos	7.0	8.0	9.7	11.4	13.6	16.4	19.0
Índice de juventude	422.1	365.8	287.5	222.9	146.9	97.8	78.2
Ind. Dependência de Jovens	46.0	46.4	46.2	40.5	30.1	23.6	22.5
Ind. Dependência de Idosos	10.9	12.7	16.1	18.2	20.5	24.2	28.8
Ind. Dependência Total	57.0	59.0	62.3	58.6	50.6	47.8	51.3

Fonte: 1878 e 2011- Recenseamentos da população; 1900-2001 – RODRIGUES, 2009, p. 431

O que mais ressalta na análise da estruturas demográficas actuais é o envelhecimento da população, fenómeno que começou a ganhar particular relevância a partir dos anos 1980⁶. Enquanto o valor nacional de idosos se fixou nos 19% quase um terço (31.7%) das freguesias portuguesas possuía mais de 30% de idosos. Ainda que tal fenómeno não seja exclusivo de Portugal, o súbito aumento da emigração jovem, a quebra contínua da fecundidade e o cenário macro-económico não fazem prever uma inversão de tendência nos próximos anos. Esta realidade consubstancia um dos maiores desafios da sociedade portuguesa. Para além da sustentabilidade da Segurança Social é necessário não esquecer a necessidade da prestação de cuidados médicos adequados, a monitorização de casos mais graves; enfim a implementação de um apoio social eficaz e “políticas de família” mais adequadas.

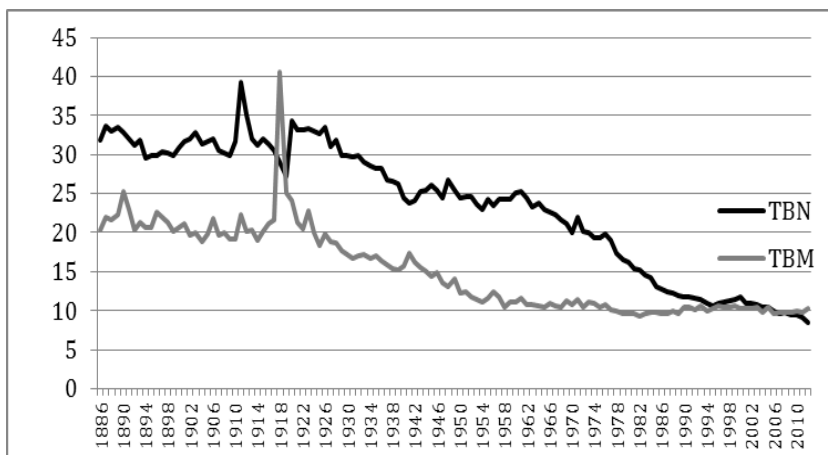
⁶ Esta realidade pode ser aprofundada com diversa bibliografia mais específica, designadamente: NAZARETH, 2008; FERNANDES, 2008 e ROSA, 2012.

II – As dinâmicas

Evolução comparada da natalidade e mortalidade

São escassos os indicadores acerca da evolução da natalidade e mortalidade em Portugal para a primeira metade de Oitocentos. Sensivelmente a partir de 1849 são conhecidos diversos numeramentos, maioritariamente oriundos dos governos civis, com dados relativos ao número anual de nascimentos e óbitos. No entanto não estão disponíveis séries contínuas nem a sua qualidade foi suficientemente aquilatada. Apesar disto, a nível nacional, sabe-se que durante o século XIX a natalidade terá registado alguma estabilidade enquanto a mortalidade se foi reduzindo progressivamente, sobretudo no último quartel do século (BANDEIRA: 1996, p. 195-208; RODRIGUES, 2009, p. 340, p. 375-388).

Figura 2 – Evolução comparada da natalidade e mortalidade em Portugal, 1886-2012



Fonte: Estatísticas demográficas e recenseamentos da população. O número de efectivos inter-censuais foi calculado a partir da equação de concordância.

A série dos nados-vivos e óbitos relacionada com a população média de Portugal revela profundas alterações nos níveis de natalidade e mortalidade entre 1886 e 2012. Privilegiando-se as grandes tendências há que explicar as duas oscilações mais evidentes do gráfico e, nessa medida, factos de natureza “extraordinária”. O pico nos nascimentos em 1911-1912 é fictício uma vez que, com a introdução do registo civil obrigatório em 1911, vários pais

registaram nesses anos os filhos nascidos em anos anteriores. A mortalidade excepcional de 1916-1919 decorre essencialmente da gripe pneumónica e, em grau bastante menor, dos efeitos da I Grande Guerra.

A natalidade poderá ser dividida em dois períodos principais: de 1886-1926 onde se mantém praticamente constante e, pós 1927, quando se regista um decréscimo. Durante esta segunda fase processou-se uma quebra significativa até aos anos 40, posteriormente interrompida devido ao ligeiro “baby boom”. Nos anos 60 a queda é bastante notória, acentuando-se em finais da década de 1970. A evolução da mortalidade enquadra-se em três períodos principais: de 1886 a 1921 onde a sua redução é lenta; de 1922 a 1960 onde esse decréscimo é acentuado e, finalmente, de 1960 ao presente, onde não se registam grandes flutuações apesar do ligeiro incremento na década de 1970. É importante destacar que a partir dos anos 90 a variável regista um ligeiro aumento devido ao envelhecimento da população.

Numa visão global opera-se uma alteração profunda nos níveis de natalidade e mortalidade. Com níveis extremamente elevados até cerca de 1930 estas variáveis apresentam actualmente valores muito baixos. Em relação aos finais do século XIX a natalidade reduziu-se para cerca de um terço e a natalidade para metade. Não menos importante foi a inversão das variáveis a partir de 2007, realidade já ocorrida em vários países da Europa.

Tomadas conjuntamente as taxas brutas de natalidade e mortalidade conclui-se que a modernidade demográfica se inicia na década de 1930 com a redução constante da mortalidade em 1922, seguida pelo decréscimo da natalidade em 1927. Esta realidade, assim como a inversão das variáveis, está de acordo com a teoria da *transição demográfica* pela qual primeiro se reduz a mortalidade e depois a natalidade, enquanto numa fase final estas irão convergir (a *transição completa*). Apesar disto a periodização interna dos diferentes estádios tende a afastar-se da teoria. Um dos aspectos mais salientes reside na queda da natalidade em Portugal ocorrer imediatamente a seguir à da mortalidade quando, na maioria dos casos observados, a redução dos níveis de natalidade se operou bastante depois. Vários autores, designadamente Mário Leston Bandeira e Maria João Valente Rosa, destacam a *especificidade* do caso português (BANDEIRA, 1996; ROSA, 2003).

Fecundidade

Existem diversas medidas para exprimir o nível de fecundidade. No entanto pelo carácter preciso da informação é comumente utilizado como referência o *Indicador Sintético de Fecundidade* (ISF), expressando o número de nados-vivos gerados por cada mulher em idade fértil. Aceita-se que 2.1 é o valor que garante a renovação de gerações (filhos por mulher). Um indi-

gador mais preciso é a *taxa líquida de reprodução* que expressa o número crianças do sexo feminino nascidas por cada mulher e que sobrevivem à idade adulta. Assim a taxa líquida de reprodução é particularmente importante porque tem em conta a mortalidade feminina. Tendo presente que os níveis de mortalidade infantil e juvenil foram elevados até finais da década de 1960, a taxa líquida de reprodução adquire particular importância para mensurar com mais rigor a evolução da fecundidade.

Tabela 6 – Evolução do Índice sintético de fecundidade e Taxa líquida de reprodução em Portugal, 1930-2012.

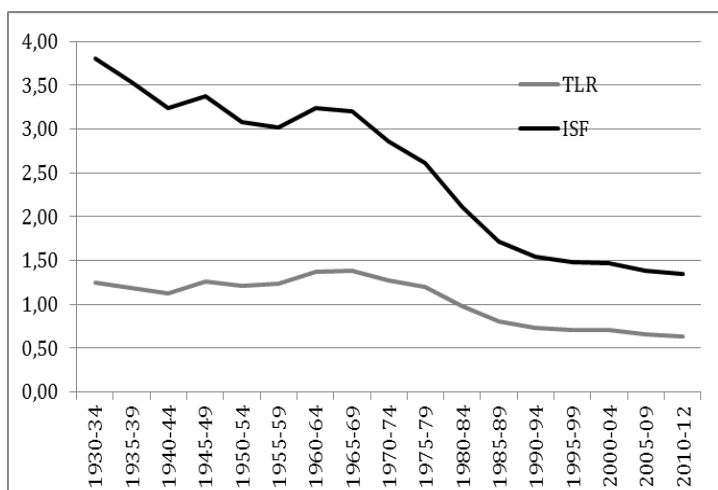
Período	TLR	ISF
1930-34	1.24	3.80
1935-39	1.18	3.54
1940-44	1.12	3.24
1945-49	1.26	3.38
1950-54	1.21	3.07
1955-59	1.23	3.02
1960-64	1.36	3.24
1965-69	1.38	3.20
1970-74	1.27	2.86
1975-79	1.19	2.61
1980-84	0.98	2.10
1985-89	0.80	1.71
1990-94	0.73	1.54
1995-99	0.71	1.48
2000-04	0.70	1.47
2005-09	0.65	1.38
2010-12	0.63	1.34

Fonte: 1930-2000 cálculos efectuados a partir dos recenseamentos e estatísticas demográficas; 2001-2010 – CARRILHO e PATRÍCIO, 2003 e 2010; 2010-2012 (ISF), Estatísticas demográficas de 2010-2012.

A evolução do ISF revela que a descendência média de cada mulher portuguesa se reduz de 3.80 filhos em 1930 para apenas 1.34 em 2010-2012, valor quase três vezes menor. Apesar da tendência de decréscimo ser interrompida na década de 1960 a capacidade de substituição de gerações regride rapidamente na década de 1970 e, ainda mais expressivamente, nos anos 80. De acordo com este indicador a população portuguesa perde a sua capacidade em se renovar do quinquénio de 1980-84 (2.10) para o seguinte, quando cada mulher apenas gera 1.71 filhos. Porém, tomada em consideração a taxa líquida de reprodução, com uma tendência genericamente semelhante à do ISF, é importante destacar a sua evolução distinta entre 1945-49

e 1965-69. Isto significa que a rápida redução da mortalidade infantil a partir dos anos 40 absorveu e até superou a descida da natalidade. Por esta razão convém sublinhar que a sociedade portuguesa apenas inicia uma tendência efectiva de decréscimo da fecundidade em inícios dos anos 70.

Figura 3 – Evolução do Índice sintético de fecundidade e da Taxa líquida de reprodução em Portugal, 1930-2012



Um dado importante reside na queda sistemática do ISF em Portugal desde meados da década de 1960. Se tal decréscimo contínuo encontra paralelo no conjunto europeu, verdade é que desde 2003 a fecundidade da União Europeia inflectiu a sua tendência; assim, de 2003 a 2009 este aumento foi extensivo a 24 dos 27 países considerados (médias de 1.47 e 1.60, respectivamente)¹. Neste contexto Portugal encontra-se em claro contra-ciclo com a realidade da União Europeia.

Mortalidade

Entre 1920 até 2010 a esperança de vida à nascença quer dos homens quer das mulheres portuguesas mais que duplicou. Na base de tal aumento estiveram essencialmente a melhoria dos cuidados médico-sanitários, a rede hospitalar e o acesso à mesma, a melhoria das comunicações, a instrução,

¹ *Demography report 2010. Older, more numerous and diverse Europeans*, Eurostat (Commission staff working document), March 2011, p. 29.

entre vários outros factores. Apesar do aumento gradual deste indicador foi na década de 1960 que se processaram as maiores transformações a nível epidemiológico. Até então poderia dizer-se que a mortalidade decorria em grande medida das leis da natureza. Enquanto nas décadas de 1920-40 o gráfico das taxas de mortalidade por idades apresentava um formato em forma de U, já nos dias de hoje apresenta uma configuração de J alongado, “característico da pós-transição demográfica, que Portugal atingiu nas décadas de 1990 e 2000” (LAGES, 2007, pp. 396-398).

Tabela 7 – Esperança de vida à nascença em Portugal, 1920-2010

	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1980	1990	2000	2010
e(0)Homens	35.1	44.2	46.5	55.1	60.0	62.7	68.0	70.3	73.2	76.6
e(0)Mulheres	39.6	49.0	50.7	60.4	65.5	69.3	75.1	77.4	80.2	82.5
Diferença	4.6	4.8	4.2	5.3	5.6	6.5	7.0	7.1	7.0	5.9

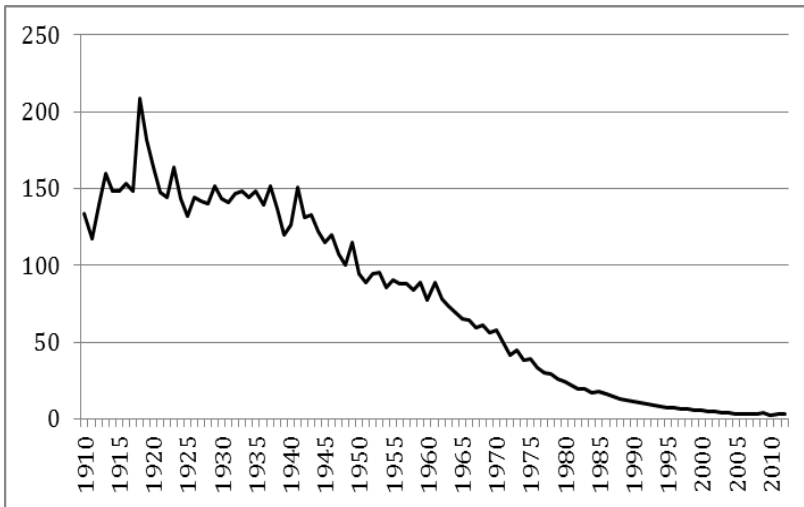
Fonte: 1920-2000 – Recenseamentos e estatísticas demográficas, elaboração própria; 2010/2011 – Pordata. Foram tomados em consideração os óbitos referentes a dois anos (1920/21, 1930/31 ...)

Em boa medida a redução da taxa de mortalidade infantil (TMI) constituiu um factor determinante para o aumento da esperança de vida à nascença. Em 1910 este indicador rondava os 134‰ e, em 1960, 81‰. Apesar da rápida diminuição a partir da década de 1940, a redução seria bem mais expressiva entre as décadas de 1960 e 1970. Nos últimos 40 anos a criação do Sistema Nacional de Saúde, a gratuitidade do acesso à saúde das grávidas e crianças nos seus primeiros anos de vida e a melhoria das condições médico-medicamentosas estiveram na base de progressos substanciais. Tomando por base o ano de 2011 Portugal registava uma TMI de 3.1‰, valor inferior à média da UE-27 que se cifrou nos 3.9‰². Esta sintonia com a UE manifestava-se também na esperança de vida à nascença. Segundo os dados mais recentes da UE-27 disponíveis para 2009 os homens aspiravam a viver 76.4 anos e as mulheres a 82.4 anos, valores muito semelhantes aos de Portugal em 2010-2011: 76.6 e 82.5 anos para homens e mulheres, respectivamente³.

² Dados extraídos da Pordata (última actualização a 2014-01-22)

³ *Demography report 2010*, ob. cit. p. 35.

Figura 4 – Evolução da taxa de mortalidade infantil, 1910-2012

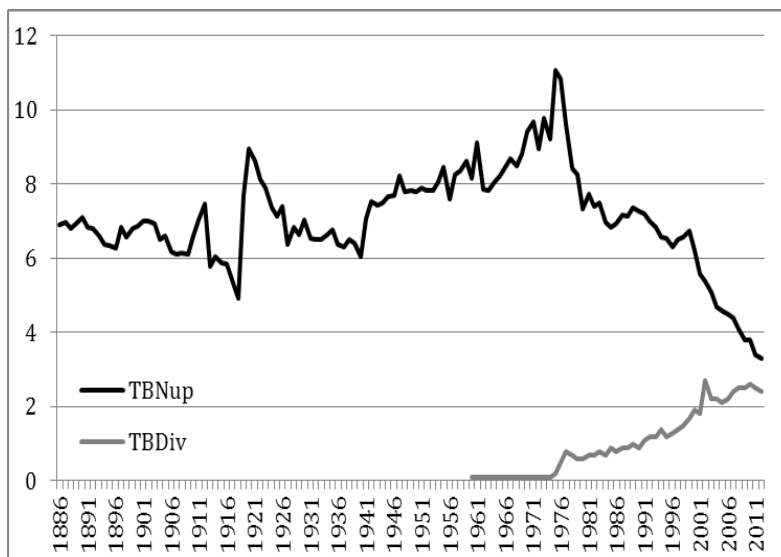


A nupcialidade, divorcialidade e filiação fora do casamento

Ao longo dos dois séculos em análise a nupcialidade registou amplas oscilações. Em termos de longa tendência esboçam-se sobretudo três fases principais. O primeiro período situa-se até 1941 predominando uma tendência longa de estabilidade, ainda que entre 1886-1919 e 1920-1941 se destaquem dois sub-períodos diametralmente opostos. A segunda fase, caracterizada pela subida rápida da nupcialidade, estende-se de 1942 a 1976. Apesar das várias causas para este incremento torna-se importante equacionar a sua relação com a emigração e seu perfil, sobretudo a partir da década de 1960. Muitos homens partiam com o fito de juntar um pecúlio necessário à compra de casa e terra para estabelecerem uma família contribuindo inequivocamente para o aumento da nupcialidade portuguesa. Finalmente, a partir de 1977 opera-se uma drástica redução do indicador, com maior expressão a partir de 2000. No geral, apesar das diversas flutuações, os níveis nupcialidade em finais do século equiparavam-se aos dos verificados em 1886.

A divorcialidade é um fenómeno que adquire significância estatística após a Revolução de Abril uma vez que até então apenas os indivíduos casados civilmente – uma clara minoria – eram susceptíveis de divórcio. A evolução da linha de divorcialidade apresenta-se quase como que um espelho invertido da nupcialidade. Assim a partir de 1978 o ritmo aumenta substancialmente em particular entre 1998 e 2002 quando se atinge o valor mais elevado, não alheio certamente às mudanças introduzidas na lei do divórcio.

Figura 5 – Evolução da nupcialidade e divorcialidade em Portugal, 1886-2012



Fontes: Nupcialidade (1886-2000) – Recenseamentos da população e estatísticas demográficas; 2001-2012 – PORDATA; Divorcialidade: PORDATA.

A idade média ao casamento em Portugal tendeu a registar valores elevados durante o século XX e inícios do XXI, onde os níveis verificados em 2001 se aproximam significativamente aos dos do início do século. Fruto do aumento da nupcialidade o indicador verificou uma descida até 1981 quando a intensidade nupcial já se encontrava em queda. A partir desta década as idades médias registaram, naturalmente, um incremento substancial.

Quer a evolução da taxa bruta de nupcialidade quer a de divorcialidade fazem entrever as rápidas alterações nos comportamentos dos portugueses. Assim se o aumento da percentagem de casamentos civis aumenta progressivamente desde finais dos anos 60 até aos finais da década de 90 ocorria um aumento bastante intenso a partir de 2002. Nesta data a percentagem de casamentos civis atingia 37.5% mas, em 2007, passava a ser maioritária (52.6%) atingindo já os 62% em 2012. Em parte o grande aumento dos divórcios verificado a partir de 1998 terá naturalmente potenciado o incremento dos casamentos civis por ocasião de um novo casamento.

No quadro europeu Portugal figurava no século XIX como um país de elevada natalidade fora do casamento, mesmo comparativamente a Espanha. Apesar de ser muito difícil – senão impossível – quantificar o número de ile-

Tabela 8 – Idade média ao primeiro casamento

Ano	Homens	Mulheres
1900	27.4	24.9
1911	27.3	25.1
1920	27.3	25.5
1930	27.0	25.3
1940	27.6	25.3
1950	27.1	25.5
1960	26.9	24.8
1970	26.6	24.3
1981	25.4	23.3
1991	26.3	24.4
2001	27.8	26.2
2012	31.4	29.9

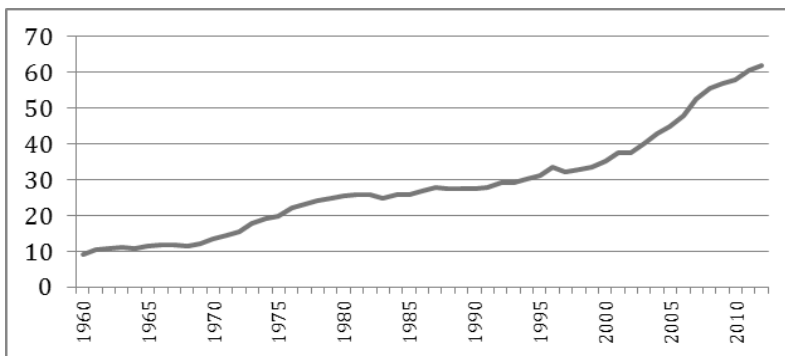
Fonte: 1900-2001 (ROSA e VIEIRA, 2003). 2012 – *Estatísticas demográficas*, 2013.

gítimos por muitos serem também abandonados nas rodas⁴, supõe-se que em inícios do século a percentagem ascendesse a mais de 15%⁵. Em 1939 a ilegitimidade não teria registado uma grande alteração face aos valores inícios do século XIX. A partir da década de 1940 até 1975 a percentagem de filhos fora do casamento sofreu uma redução constante (15.7% em 1940 e apenas 7.16% em 1975). Na base desta redução está a rápida subida da nupcialidade que exactamente entre estas balizas se incrementa de 6.0‰ em 1940 para 11.1‰ em 1975. Pelo contrário a rápida descida no número de casamentos e o aumento da divorcialidade está na base de um incremento extraordinário do nascimento fora do matrimónio, computado em 45.6% para 2012⁶. Este valor esconde, entretanto, profundas assimetrias regionais, oscilando entre os 35.4% no Norte e 58.9% no Algarve.

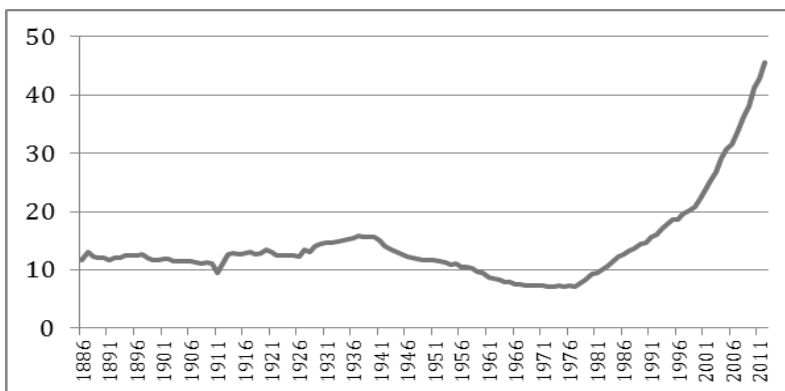
⁴ Até à década de 1870 muitas crianças eram abandonadas nas rodas de expostos. Uma estatística relativa ao ano económico de 1850-1851 dá conta de 14.147 crianças abandonadas nesse ano, excluindo-se as dos distritos de Coimbra, Angra do Heroísmo e Ponta Delgada por falta de dados. Este valor correspondia a cerca de 12.2% do total de nados-vivos em 1850. Cf. “Statistica da existencia e movimento dos Expostos nas rodas dos districtos do continente do Reino e Ilhas adjacentes Ano de 1850-1851”, ANTT, *Ministério do Reino*, maço 3380. Como a admissão de crianças era anónima não é possível conhecer a filiação (legítima ou ilegítima) dos abandonados. Sabe-se, entretanto que não raras vezes diversos casais usaram a roda como meio de aliviar os encargos financeiros.

⁵ Informações de Marino Miguel Franzini relativas aos anos de 1815-1819 in SERRÃO, 1975, p. 98.

⁶ A evolução do número de nados-vivos fora do casamento e das uniões consensuais foi recentemente alvo de um estudo por Helena da Silva (SILVA, 2014).

Figura 6 – Casamentos civis (%), 1960-2012

Fonte: Pordata

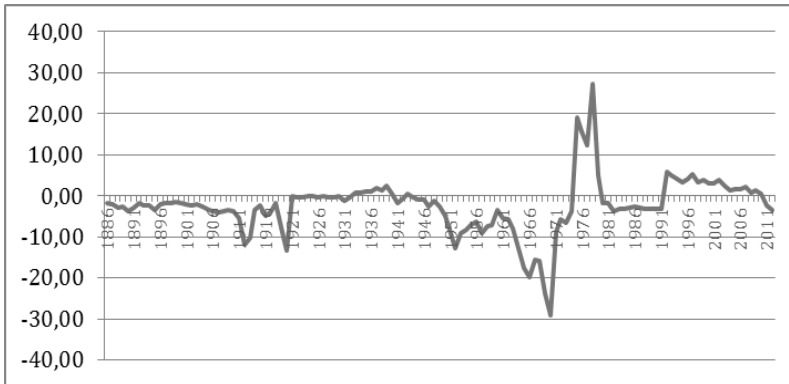
Figura 7 – Filiação fora do casamento em Portugal (%), 1886-2012

Ritmos migratórios

Historicamente Portugal assume-se como um país de emigração, realidade bem vinculada na sua diáspora que, naturalmente, entronca na Expansão Ultramarina. Não obstante a emigração direccionada para a América do Norte no século XIX protagonizada sobretudo por açorianos e, em menor escala para África, surgia o Brasil como o destino preferencial das gentes portuguesas até ao final da década de 1950. Apesar da fragilidade dos dados sabe-se que a emigração legal teria sido bastante intensa a partir de finais da década de 1870, predominando largamente os homens mas esboçando-se já a tendência para um reagrupamento familiar mais intenso (RODRIGUES, 2009, pp. 412-413). Com base no saldo migratório o ritmo da emigração

portuguesa suplanta claramente a imigração até quase finais do século XX. Assim, com excepção da década de 30, marcada por políticas restritivas e do período de 1973 a 1976, com a integração dos retornados da ex-colónias, predomina claramente a emigração em Portugal. Esta seria particularmente forte desde o fim da II Grande Guerra até meados da década de 1970, maioritariamente ilegal e mais orientada para Europa desde 1962.

Figura 8 – Taxa bruta de migração total, 1886-2012



Fonte: 1886-2002 – Recenseamentos e estatísticas demográficas (elaboração própria a partir da equação de concordância. 2003-2012 – Saldo migratório e estimativas definitivas da população residente (Bases de dados do INE).

De forma esquemática poderá afirmar-se que até meados da década de 1990 o peso de estrangeiros em Portugal era muito limitado. De acordo com os recenseamentos da população, em 1900 o seu peso correspondia a 0.8% dos residentes, enquanto em 1970 era apenas de 0.29%. No entanto a sua representatividade reforçava-se. Em 1981 a percentagem era de 1.1, aumentando para 1.9 em 1992 e para 2.2 em 2001. Se considerados os imigrantes em 2003 incluindo as autorizações temporárias de residência a sua representatividade já alcançava os 4.2% (LAGES, 2006, p. 61)⁷.

No início dos anos 90 Portugal adere ao espaço Schengen confirmando-se um novo ciclo imigratório caracterizado pela diversificação de nacionalidades presentes no território. Se até finais do século os estrangeiros são fundamentalmente oriundos das ex-colónias portuguesas e Brasil o panorama

⁷ Para o desenvolvimento deste tema recomendam-se as obras de BAGANHA *et al.*, 2003; BAGANHA e MARQUES, 2001; FONSECA, 2012; MALHEIROS, 2004; MARQUES e GÓIS, 2012; ROSA, 2003, além dos recenseamentos da população e estatísticas do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.

mudaria significativamente a partir de 2000. Depois da consolidação dos imigrantes oriundos da Europa e PALOP's "Portugal passou a atrair também imigrantes económicos de múltiplas origens" (LAGES: 2006, 65). Neste quadro em 2002 a nacionalidade preponderante seria a da Ucrânia seguida de Cabo Verde e do Brasil, todos com valores muito próximos⁸. Volvidos dez anos, em 2012, o peso dos imigrantes ascendeu a 3.9% da população portuguesa, valor inferior ao de 2003. O Brasil seria agora a nacionalidade mais representativa seguindo-se-lhe a Ucrânia e Cabo Verde⁹.

O súbito aumento do fluxo de saídas nos anos de 2011 e 2012 parece confirmar a tradição histórica da emigração em Portugal. Segundo os dados do INE só em 2012 houve um total de mais de 121 mil emigrantes, cifra que faz recordar os níveis da década de 1960. Este valor suplanta o dos nados-vivos portugueses nesse ano, sendo actualmente um dos principais factores para o decréscimo populacional de Portugal.

Conclusões

Ao longo de mais de dois séculos a população portuguesa sofreu mutações profundas que, em termos gerais, se enquadram nas dinâmicas europeias. Portugal registou um aumento populacional mais acelerado durante o século XX embora a partir dos anos 60 esse ritmo seja mais hesitante. Este incremento foi, naturalmente, acompanhado por um processo de urbanização onde os dois grandes pólos urbanos – Lisboa e Porto – se destacam cada vez mais. As estruturas etárias alteraram-se significativamente aumentando progressivamente o volume de jovens e, mais rapidamente o dos idosos, tendência agravada nas últimas três décadas. Portugal assume-se hoje como um país demograficamente envelhecido, sendo de esperar um agravamento deste fenómeno a curto e médio prazo face ao crescimento natural negativo e ao aumento do fluxo de emigração.

Os anos 30 marcam a entrada na modernidade demográfica. Reduzem-se os níveis de mortalidade geral, seguindo-se pouco depois a diminuição da natalidade. Em meados da década de 1940 a mortalidade regista uma tendência de baixa mais pronunciada, mercê dos progressos registados ao nível da mortalidade infantil, onde Portugal regista hoje um valor significativamente baixo no contexto europeu. A natalidade, em queda desde finais da década de 1920, iria reduzir-se mais expressivamente em inícios dos anos 1960. Em 1980-84 uma mulher tinha em média 2.1 filhos, enquanto em 1985-1989

⁸ SEF, *Estatísticas de 2001 e 2002* (inclui autorizações de permanência e residência).

⁹ Estatísticas demográficas de 2012, p. 118.

apenas 1.7, ou seja, abaixo do nível de substituição de gerações. Actualmente o índice sintético de fecundidade situa-se nos 1.3, um dos mais baixos da União europeia. Apesar do início da *transição demográfica* se situar nos anos 30 é no decénio de 1960 que se acentuam, conforme nota Maria João Valente Rosa, as diversas *transições*: epidemiológica e dos cuidados de saúde, da instrução, da taxa de actividade feminina, das migrações e do urbanismo, das dinâmicas familiares e dos grandes grupos etários (ROSA, 2003, pp. 131-135).

Nos últimos trinta anos operou-se, também, uma mudança estrutural nos comportamentos colectivos da sociedade, mais expressiva durante a década de 1990. Os portugueses casam cada vez mais tarde, desejam ter menos filhos enquanto protelam o seu nascimento. A tradição alterou-se com a diminuição do carácter normativo do casamento. Assim, a nupcialidade registou uma redução abrupta, enquanto hoje é amplamente maioritário o número casamentos civilmente. Ao invés a divorcialidade registou uma elevada subida nas últimas décadas, especialmente em meados dos anos 90. Como reflexo destas realidades ganha particular relevância a *união de facto* como instituição cada vez mais corrente num país em que quase 50% da natalidade ocorre fora do casamento. Quem olha para Portugal sob o prisma da demografia rapidamente se depara com uma sociedade bastante *moderna*.

Bibliografia

Fontes impressas

Almanach de Portugal, 1855, p. 46.

Diário do Governo, nº 248 (21.10.1835), pp. 1019-1020

Movimento fisiológico da população e estatísticas demográficas, 1886-2012.

Recenseamentos gerais da população, 1864 a 2011

Estudos

BAGANHA, Maria I. e MARQUES, José Carlos, *Imigração e Política. O caso português*. Lisboa: Fundação Luso-Americana, 2001.

BAGANHA, Maria I. *et al.* (2003), A última vaga: Imigrantes de Leste em Portugal comunicação apresentada na *Conferência Imigração de Leste – Uma nova realidade: oportunidades e desafios*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa

BANDEIRA, Mário Leston (1996), *Demografia e modernidade. Família e transição demográfica em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

CARRILHO, Maria José; PATRÍCIO, Lurdes (2003) A situação demográfica recente em Portugal, *Revista de Estudos Demográficos* – 2.º Semestre de 2003, INE, p. 115-141.

- CARRILHO, Maria José; PATRÍCIO, Lurdes (2010) A situação demográfica recente em Portugal, *Revista de Estudos Demográficos* – 2.º Semestre de 2010, INE, p. 101-146
- FERNANDES, Ana Alexandre, *Questões demográficas. Demografia e sociologia da população*, Lisboa, Colibri/FCSH, 2008.
- FONSECA, Lucinda et. al (Org.), *Migrações na Europa e em Portugal. Ensaio de homenagem a Maria Ioannis Baganha*. Coimbra: Almedina, 2013.
- FRADA, João Cúcio, *Gripe Pneumónica em Portugal Continental – 1918. Estudo Socioeconómico e Epidemiológico*. Sete Caminhos, 2005.
- LAGES, et al, *Os imigrantes e a população portuguesa. Imagens recíprocas: Análise de duas sondagens*, col. Observatório da Imigração nº 21. Lisboa: ACIME, 2006.
- LAGES, Mário Ferreira, Os comportamentos de risco dos jovens portugueses e a sua mortalidade, *Análise Social*, vol. XLII (183), p. 395-418, 2007.
- MALHEIROS, Jorge, *A 2º vaga da imigração brasileira para Portugal (1998-2004)*. Casa do Brasil, 2004.
- MARQUES, José Carlos; Góis, PEDRO, A evolução do sistema migratório lusófono. Uma análise a partir da imigração e emigração portuguesa, *Revista Internacional em Língua Portuguesa – Migrações*, 24, p. 213-232, 2012.
- MATOS, Paulo Teodoro de; MARQUES, A. H. De Oliveira A base demográfica. In *Nova História de Portugal*, dir. de Joel Serrão e A.H. de Oliveira Marques, vol. IX – *Portugal e a instauração do Liberalismo*, Lisboa: Presença, 2002.
- NAZARETH, J. Manuel, *Crescer e envelhecer. Constrangimentos e oportunidades do envelhecimento demográfico*. Lisboa: Presença, 2009.
- RODRIGUES, Teresa (coord.) *História da população portuguesa. Das longas permanências à conquista da modernidade*, col. Economia e Sociedade nº 3. CEPESE/Ed. Afrontamento, 2009.
- ROSA, Maria João Valente; SEABRA, Hugo; SANTOS, Tiago, *O contributo dos imigrantes na demografia portuguesa. O papel das populações de nacionalidade estrangeira*, col. Observatório da Imigração nº 4. Lisboa: ACIME, 2003.
- ROSA; Maria João Valente; VIEIRA, Cláudia, *A população portuguesa no século XX. Análise dos censos de 1900 a 2001*, col. Breve. Demografia. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2003.
- SERRÃO, Joel, *Fontes de demografia portuguesa 1800-1862*, col. Livros Horizonte 19. Lisboa: Livros Horizonte.
- SILVA, Álvaro Ferreira da, A evolução da rede urbana portuguesa (1801-1940), *Análise Social*, vol. XXXII (143-144), p.779-814, 1997.
- SILVA, Helena da, Families, marriages and free unions in Portugal. In *Intermarriage Through History*. Cambridge Scholars Publishing, 2014.
- SILVEIRA, Luís Espinha da (coord.), *Os recenseamentos da população portuguesa de 1801 e 1849*. Ed. Crítica. Lisboa: INE (3 vols.), 2001.
- SOUSA, Fernando, *História da estatística em Portugal*. Lisboa: INE, 1995.

História e Fundamentos do Direito ao Trabalho

Manuel Couret Branco

Introdução

Embora muitos dos que hoje são considerados direitos humanos, civis e políticos ou económicos, sociais e culturais, já estivessem inscritos em algumas constituições nacionais, a sua universalização, ou por outras palavras a sua tácita aceitação enquanto legislação internacional consuetudinária, emerge essencialmente das discussões relativas à formação da Organização das Nações Unidas (ONU) com a assinatura da Carta das Nações Unidas, em São Francisco, a 26 de Junho de 1945. No rescaldo da segunda guerra mundial, as nações envolvidas no conflito, mais do que a reconstrução material dos seus territórios, ambicionavam a construção de uma paz duradoura que afastasse definitivamente o espectro da catástrofe humana que se havia abtido sobre elas na primeira metade dos anos quarenta do século passado. Para tal acreditavam na necessidade de se proteger, não apenas contra o fascismo, mas também contra a depressão económica, e o seu corolário de desemprego maciço, que era tida como um dos principais responsáveis pela sedução que o fascismo havia exercido no seio das nações que viriam a ser derrotadas no conflito.

A 10 de dezembro de 1948 a Assembleia Geral das Nações Unidas adoptava a Declaração Universal sobre os Direitos Humanos (DUDH), que proclamava um conjunto de direitos que, em certa medida, pretendiam definir o rumo do progresso humano, um rumo apontado para a conquista de uma ampla liberdade e de um elevado nível de bem-estar e segurança materiais. Já em 1941, o então presidente dos Estados Unidos da América, Franklin D. Roosevelt, no seu discurso sobre o Estado da União proferido a 6 de Janeiro, havia lançado esta ideia, apelando publicamente a que fossem uni-

versalmente reconhecidas a liberdade de expressão, a liberdade religiosa, a liberdade em relação ao medo e a liberdade em relação à necessidade (EWERT, 2004).

Em todos estes momentos os direitos humanos contemplavam as suas dimensões, civil, política, económica, social e cultural, sem distinção, ou melhor dizendo sem estabelecer uma qualquer hierarquia de importância. Na DUDH coabitam, então, o direito à presunção de inocência (art. 11º), o direito à liberdade de expressão (art. 19º), o direito ao trabalho (art. 23º), o direito à segurança social (art. 22º) ou o direito à religião (art. 18º), por exemplo. As distinções que darão origem à aprovação de documentos separando estes direitos surgirão mais tarde em resultado das vicissitudes do conflito entre os dois grandes blocos político-económicos que caracterizou a história mundial da segunda metade do século vinte.

A chamada guerra fria não apenas separou os direitos em dois grandes grupos como retardou, também, a sua implementação, já que a DUDH não sendo um tratado, não possuía verdadeiramente força de lei internacional. Os países ocidentais atribuíram, desde o início, especial importância aos direitos civis e políticos relegando para segundo plano os direitos económicos, sociais e culturais, que em seu entender não constituíam direitos na verdadeira acepção da palavra, mas apenas objectivos louváveis, preferências sociais a que a garantia dos direitos civis e políticos poderia ou não dar expressão. Os países da esfera de influência da União Soviética, assim como alguns países em vias de desenvolvimento, acentuaram, em contraste, os direitos económicos, sociais e culturais, remetendo a garantia dos direitos civis e políticos para dias melhores.

Esta colagem da discussão sobre os direitos humanos à guerra fria levou a que apenas em 1966, quase vinte anos depois da aprovação da DUDH, fossem aprovados documentos sobre direitos humanos com força de lei. A fractura entre blocos consubstanciou-se, então, na redação e assinatura de dois pactos distintos estabelecendo os direitos humanos, o Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos (PIDCP) e o Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais (PIDESC) onde ficaria incluído o direito ao trabalho. O processo de ratificação pelos estados membros da ONU duraria ainda mais dez anos, pelo que os dois pactos entrariam em vigor somente em 1976 depois de terem sido ratificados por um mínimo de trinta e cinco países.

Génese do Direito ao Trabalho

É na Constituição Francesa de 1793 que algo como um direito humano ao trabalho, isto é o direito de um indivíduo a um emprego livremente esco-

lhido e autorizando uma existência digna, é pela primeira vez explicitamente reconhecido (HARVEY, 2002; TANGHE, 1989). No artigo 21º da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão que constitui a primeira parte deste texto constitucional é proclamado que “A sociedade deve a subsistência aos cidadãos desafortunados, seja providenciando trabalho, seja assegurando meios de existência aos que não estiverem em condições de trabalhar”.

Meio século mais tarde, as discussões que acompanharam a redação da Constituição Francesa de 1848, testemunharam de algumas das mais brilhantes e mais bem fundamentadas trocas de ideias sobre esta matéria, revelando apaixonadas contendas entre os defensores de um direito constitucional ao trabalho e os seus detratores (vide GARNIER, 1848; PROUDHON, 1938). Apesar disso o direito ao trabalho não beneficiará de mais visibilidade do que aquela que já obtivera na constituição de 1793. Com efeito, o ponto VIII do preâmbulo da nova constituição afirma apenas que “A República (...) deve, através de uma assistência fraterna, assegurar a existência dos cidadãos necessitados, seja providenciando trabalho, seja (...) socorrendo aqueles que não estiverem em condições de trabalhar”.

Dantes, em lugar de um direito humano, o trabalho seria mais provavelmente considerado um ultraje. Com efeito, tanto para os gregos da antiguidade como para os romanos, o trabalho, incluindo o trabalho remunerado, era sobretudo tido como uma privação de liberdade (GODELIER, 1986; HEILBRONNER, 1988; MÉDA, 1995) e, portanto, a própria ideia de garantir a cada indivíduo o acesso a um trabalho pago pareceria, no mínimo, desprovida de sentido. Na Idade Média e até à Revolução Industrial esta associação entre o trabalho e a privação de liberdade não é tão explícita como na antiguidade mas o carácter depreciativo do trabalho persiste. No século quinze ser recrutado para trabalhos públicos constituía uma punição, por exemplo (TANGHE, 1989, p. 109), e no século dezassete, para se certificar que de que os pobres trabalhavam, era necessário interná-los em fábricas concentracionárias (POLANYI, 1983). Durante largo tempo, então, parecia que a sociedade reclamava das pessoas que trabalhassem muito mais do que as pessoas reclamavam da sociedade que esta lhes desse um trabalho.

Desde então só em 1948, com a discussão sobre direitos humanos na recém criada ONU, o direito ao trabalho viria a beneficiar de um reconhecimento explícito enquanto direito humano. No artigo 23º da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) é, então, proclamado que toda a pessoa tem direito ao trabalho, à livre escolha do trabalho, a condições equitativas e satisfatórias de trabalho e à proteção contra o desemprego, assim como a uma remuneração equitativa e satisfatória, que lhe permita e à sua família uma existência conforme com a dignidade humana.

Estabelece-se assim não só que as pessoas têm direito a um trabalho mas também que este seja decente. Além disso, estas mesmas pessoas têm

direito à proteção contra o desemprego, que deverá ser entendida como um conjunto de mecanismos que as protegem de ficar desempregadas e não apenas das consequências de ficar desempregadas. Isto é as pessoas têm direito não só a uma compensação monetária por ter ficado sem trabalho mas também a alguma espécie de segurança de emprego, consubstanciada em legislação laboral que as protejam de um despedimento arbitrário, por exemplo.

No que diz respeito ao mesmo direito ao trabalho, o PIDESC, que em conjunto com o PIDCP dá força de lei à DUDH, proclama que:

Artigo 6º

1. Os Estados-Signatários no presente Pacto reconhecem o direito ao trabalho, que compreende o direito de toda a pessoa ter a oportunidade de ganhar a vida através de um trabalho livremente escolhido ou aceite e comprometem-se a tomar as medidas adequadas para garantir este direito.
3. Entre as medidas que cada um dos Estados-Signatários adopta no presente Pacto para atingir a plena efectividade deste direito, deverá constar a orientação e formação técnico-profissionais, a preparação de programas, normas e técnicas que conduzam ao desenvolvimento económico, social e cultural permanente e à ocupação plena e produtiva, em condições que garantam as liberdades políticas e económicas fundamentais da pessoa humana.

Artigo 7º

Os Estados-Signatários no presente Pacto reconhecem o direito de toda a pessoa gozar de condições de trabalho equitativas e satisfatórias que assegurem, em especial:

- a) Uma remuneração que proporcione como mínimo a todos os trabalhadores:
 - i) Um salário igual pelo trabalho de igual valor, sem distinções de nenhuma espécie;
 - ii) Condições de vida dignas para eles e para as suas famílias, em conformidade com as disposições do presente Pacto.

O direito ao trabalho assume, então, duas dimensões distintas. A primeira é quantitativa e sustenta que o direito ao trabalho significa a disponibilidade de trabalho para todos e não apenas o direito de competir em igualdade de circunstâncias por oportunidades de emprego escassas. A segunda é qua-

litativa e diz respeito aos critérios que permitem qualificar o trabalho de decente. A garantia destas duas dimensões do direito ao trabalho exige, em princípio, políticas diferentes, mas uma política que pretenda pôr cobro ao desemprego desprezando os direitos no trabalho, não poderá nunca ser considerada uma política de garantia plena do direito ao trabalho.

A construção da unidade Europeia deu especial atenção à questão dos direitos humanos culminando este processo com a integração de facto da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia (CDFUE) no texto constitucional que constitui o tratado de Lisboa. Apesar de visibilidade dada aos direitos humanos no edifício europeu, no que concerne ao direito ao trabalho a Europa parece enredada numa contradição interna. Em primeiro lugar a versão da Carta Social Europeia (CSE) entrada em vigor em 1999, proclama sobre o direito ao trabalho que:

Parte 1

- 1) Toda a pessoa deve ter a possibilidade de ganhar a sua vida por um trabalho livremente empreendido;

Parte 2

Artigo 1º

Com vista a assegurar o exercício efetivo do direito ao trabalho, as Partes comprometem-se a:

- 1) Reconhecer como um dos seus principais objectivos e responsabilidades a realização e a manutenção do nível mais elevado e mais estável possível de emprego, com vista à realização do pleno emprego;

Enquanto isso a versão da CDFUE entrada em vigor em 2000 afirma no seu Artigo 15º alínea 1 apenas que:

Todas as pessoas têm o direito de trabalhar e de exercer uma profissão livremente escolhida ou aceite.

Nota-se, pois, uma profunda discrepância entre estas duas interpretações que é muito mais do que simplesmente semântica e levanta uma questão muito importante, não só em termos jurídicos como também em termos éticos. Com efeito, o direito a um trabalho não significa o mesmo que o direito de trabalhar. Por outras palavras, não impedir ninguém de trabalhar não significa o mesmo que garantir um emprego para todos.

Para aqueles membros da comunidade internacional que assinaram e ratificaram as proclamações descritas acima, o processo através do qual

foram aprovadas confere ao direito ao trabalho toda a legitimidade do mundo, mas em virtude da natureza profundamente política do referido processo não é de todo surpreendente que muitos, sobretudo entre os economistas, considerem os direitos económicos meros ornamentos legais. Vale por isso a pena fazer um exercício de fundamentação do direito ao trabalho. O ponto de partida para esta argumentação reside na aceitação universal do direito à vida, não apenas em termos de proteção legal contra os atentados à vida, contra o assassinato, mas também em termos de acesso aos bens necessários à sustentação desta mesma vida, tendo em conta que vivemos numa sociedade mercantil, por outras palavras numa sociedade em que a grande maioria destes bens são obtidos através de compra em dinheiro.

Do Direito ao Trabalho como Consequência do Desenvolvimento Capitalista

Numa sociedade primitiva, onde não existiam direitos de propriedade nem divisão do trabalho, ter o direito de viver, isto é ter o direito de aceder aos bens necessários à sustentação da vida, significava o mesmo que ter o direito de caçar, de pescar ou de colher. Assim que a divisão social do trabalho faz a sua aparição e, portanto, que o modo de produção caracterizado pela subsistência é substituído pelo primeiro modo mercantil de produção, o acesso aos meios necessários à sustentação da vida implicam a obtenção de um rendimento. À medida que os meios de produção foram sendo progressivamente sujeitos à apropriação privada e acumulados nas mãos de uns poucos, a grande maioria da população foi ficando sem outra alternativa para obter um rendimento do que vender a sua força de trabalho. Assim, numa sociedade caracterizada pela relação salarial viver significa trabalhar para outrem.

A encíclica *Rerum Novarum* de 15 de Maio de 1891, na qual o Papa Leão XIII manifesta a sua preocupação com a condição das classes trabalhadoras, mas também com a necessidade de defender a propriedade privada e de rejeitar o socialismo, reflete de certo modo este fundamento do direito ao trabalho:

Trabalhar é exercer a actividade com o fim de procurar o que requerem as diversas necessidades do homem, mas principalmente a sustentação da própria vida.

(...)

Efectivamente, conservar a existência é um dever imposto a todos os homens e ao qual se não podem subtrair sem crime. Deste dever nasce necessariamente o direito de procurar as coisas necessárias à subsistência, e que o pobre as não procure senão mediante o salário do seu trabalho.

Assim, na medida em que o trabalho, o trabalho assalariado sublinhe-se, se tornou no principal meio de aquisição de um rendimento, reconhecer o direito à vida é equivalente a reconhecer o direito ao trabalho (MÉDA, 1995, p. 119). O direito ao trabalho nada mais seria, então, do que a metamorfose dos primitivos direitos a caçar, pescar e colher resultante do advento do capitalismo, a necessária e fatal consequência da propriedade como afirmou Pierre Joseph Proudhon (1938, p. 422). O direito ao trabalho é assim justificado pelas condições históricas que caracterizam o modo de produção capitalista, nomeadamente a intrínseca desigualdade perante o direito à vida que afecta os trabalhadores envolvidos numa relação salarial.

A relação salarial, em teoria, coloca em confronto dois indivíduos que se apresentam como iguais, um exprimindo a oferta e o outro a procura, num mercado em que a mercadoria trocada é o trabalho. Nesta relação de cariz meramente comercial, cada uma das partes necessita em igual proporção da outra para afirmar o seu direito à vida, cada uma podendo livremente estabelecer um contrato com a outra. Na realidade, mais do que uma mera hipótese teórica, esta igualdade é um puro mito. Não é difícil de perceber que, na luta pela vida uma das partes está claramente em desvantagem. O próprio Adam Smith reconhece este facto na *Riqueza das Nações* ao afirmar que:

Um proprietário da terra, um agricultor, um mestre manufactureiro, um mercador, mesmo não empregando um só trabalhador, poderiam viver um ano ou dois dos produtos anteriormente armazenados. Muitos trabalhadores não conseguiriam subsistir uma semana, poucos poderiam subsistir um mês e quase nenhum um ano, sem emprego. No longo prazo um trabalhador pode ser tão necessário para o seu patrão como o seu patrão para ele; mas esta necessidade não é tão premente (SMITH, 1981)

Deve sublinhar-se que, no século dezoito, em muitos países europeus, o principal problema não dizia tanto respeito à escassez de emprego como às barreiras que as corporações de ofícios colocavam ao acesso a um emprego. Não espanta, pois, que as primeiras reivindicações sobre o direito ao trabalho apelassem à liberdade de competir por um emprego, e não tanto à disponibilidade de trabalho para todos. No entanto, apesar das diferenças substanciais entres estas duas reivindicações, os argumentos apresentados podem comodamente ser usados para legitimar ambas as concepções do direito ao trabalho. Um economista liberal do século dezanove como Jacques Turgot, por exemplo, criticando o mercado de trabalho corporativo, afirmava que:

Devemos a todos os nossos sujeitos a garantia do pleno usufruto dos seus direitos; devemos essa protecção acima de tudo àquela classe de homens que, não possuindo qualquer propriedade para além do seu trabalho e da sua indústria, estão tanto mais necessitados e em direito de um trabalho

(...) já que é o único recurso que possuem para subsistir (apud MÉDA, 1995, p. 120)

Para o trabalhador desocupado que a sua situação se deva a uma escassez de empregos ou a uma regulamentação limitadora do acesso ao mercado de trabalho é de pouca importância quando se trata de procurar a subsistência. Os socialistas do século dezanove recorrem a um argumento muito semelhante ao anterior para justificar a reivindicação de um direito ao trabalho consistindo este, agora, na provisão de trabalho para todos. Nos debates sobre a constituição francesa de 1848 Louis Blanc afirmava, então:

É verdade ou não que todos os homens têm o direito a viver desde o dia em que nasceram? É verdade ou não que se uns poucos acabam por açambarcar todos os instrumentos de trabalho, apropriando-se do poder de trabalho, os outros estarão condenados (...) a serem escravos dos primeiros ou a morrer? (...) Será justo que, se todos os homens têm o direito de viver desde o dia em que nasceram, o poder de realizar este direito esteja concentrado nas mãos de uns poucos (...) (apud MÉDA, 1995, p. 121)

Em virtude da desigualdade estabelecida em sistema capitalista entre os dois contratantes presentes no mercado de trabalho, a liberdade de trabalhar, isto é a liberdade de se envolver num contrato de trabalho, aquilo que, afinal, distingue um trabalhador livre de um escravo, perderia então o seu significado sem a definição de um direito ao trabalho. Este direito ao trabalho fundar-se-ia, portanto não apenas no direito natural a viver mas também nas particularidades do desenvolvimento do sistema capitalista.

Do Direito ao Trabalho como Contrapartida de uma Obrigação Moral de Trabalhar

Durante os debates sobre a constituição francesa de 1848 a defesa do direito ao trabalho pertenceu sobretudo aos socialistas estando a oposição, digamos, a cargo dos liberais. Apesar desta oposição podemos, no entanto, afirmar que a ideia de um direito ao trabalho encontra também legitimidade no pensamento liberal. Para o filósofo francês Henri Hude, por exemplo, a sociedade liberal livre exige a realização de três condições; o direito de viver, isto é o acesso aos bens necessários à sustentação da vida; a obrigação de trabalhar, sob pena de irresponsabilidade social do indivíduo, e o direito de ganhar a vida, ou seja o direito ao trabalho (HUDE, 1994).

É muito provável, no entanto, que a maioria dos liberais convictos não se deixe facilmente seduzir pela bondade desta ideia. Para os convencer da justeza da reivindicação de um direito ao trabalho na sociedade liberal comecemos por demonstrar a existência de uma obrigação moral de trabalhar

no seio do pensamento económico liberal. Apesar de em teoria separar a ética da ciência, esta corrente económica reconhece a existência de um código moral intrínseco a qualquer processo de troca. Este código moral diz-nos que em ordem a satisfazer as suas necessidades um indivíduo deverá consentir nalgum sacrifício, um princípio claramente reflectido, por exemplo, no livro do Génesis 3.19 que estipula que *comerás o teu pão com o suor do teu rosto*. Mesmo nas sociedades ditas primitivas a ausência de trocas mercantis não implicava que as pessoas pudessem satisfazer as suas necessidades sem qualquer tipo de contrapartida (vide MAUSS, 1983).

Numa sociedade dominada pela troca direta, para satisfazer o leque variado das suas necessidades, um indivíduo deve estar disposto a renunciar à utilidade de um bem que possui para poder beneficiar da utilidade de um bem que pretende adquirir, isto é ele deve estar disposto a consentir numa desutilidade. Por outro lado esta troca deve resultar numa permuta de equivalentes, ou seja de utilidades de igual valor para as pessoas envolvidas no processo, sob pena de uma delas se achar lesada e acabar por desistir da transação.

Numa sociedade comercial em que as necessidades humanas são satisfeitas pela intermediação do dinheiro, que tipo de desutilidade deve o indivíduo consentir para auferir moralmente de um rendimento? Sendo a utilidade normalmente obtida na esfera do consumo, dado que as necessidades do indivíduo são satisfeitas através da “destruição” da utilidade das mercadorias que ele adquire, a desutilidade exigida pela troca moral, supondo a inexistência de qualquer outra fonte legal de rendimento, deverá ser logicamente consentida na esfera oposta à do consumo, ou seja na produção, no trabalho.

O direito à vida, no pensamento económico liberal, exige, portanto, uma obrigação moral de trabalhar, ou qualquer outra forma de atividade socialmente útil, excepto nos casos de incapacidade causada por evidente infortúnio. Ora, por definição, a uma obrigação corresponde sempre um direito. *Do mesmo modo que não há filho sem pai, não há direito sem obrigação e vice-versa*, afirma o filósofo político italiano Norberto Bobbio (1992, p. 80). Por conseguinte, à obrigação moral de trabalhar corresponderá forçosamente um direito ao trabalho.

O princípio é o mesmo, no fundo, que para a escolaridade obrigatória, que conhecemos bem. Se está definido que existe um período compulsório de escolaridade para as crianças de um determinado escalão etário, uma obrigação de ir à escola, essas mesmas crianças têm consequentemente o direito de frequentar a escola. Por outro lado, se o argumento da falta de uma cadeira, por exemplo, não pode ser utilizado para negar a uma criança o seu direito à escolaridade obrigatória, do mesmo modo não se poderá negar o direito ao trabalho a alguém com base no argumento da inexistência de emprego disponível.

Do Direito ao Trabalho como Instrumento de Responsabilidade e Sustentabilidade Sociais

Ao discutirmos os argumentos em favor do direito ao trabalho, como temos vindo a fazer, pressupomos obrigatoriamente a bondade da ideia de uma sociedade livre. Esta sociedade livre exige a participação de indivíduos responsáveis quanto mais não seja porque, no fundo, aquilo que está em causa aquando da realização de eleições, por exemplo, é a prestação de contas dos eleitos aos cidadãos que neles delegaram a capacidade de decidir sobre matérias que a todos afectam, ou seja está em causa um exercício de responsabilidade. Ora, esta responsabilidade só se pode entender, e por conseguinte aceitar, num quadro de reciprocidade. Assim, a contrapartida da responsabilidade do eleito é a responsabilidade do próprio eleitor. Por essa razão, cidadãos de pleno direito mas considerados inimputáveis, como os menores de idade, entre outros, não fazem parte do corpo eleitoral da nação.

Neste sentido o trabalho é ainda um dos mais importantes vectores de aprendizagem e de interiorização dos códigos sociais, um possante instrumento de socialização e de responsabilização do indivíduo (PERRET, 1995; BURGEMEIER, 1994). Apesar de ser admissível que um indivíduo beneficie de uma prestação monetária mensal, garantida e incondicional, com o propósito de lhe assegurar o seu direito fundamental à vida, a incondicionalidade da prestação pode constituir um problema para a sociedade livre. Por outras palavras, se a prestação mensal garante o direito à vida de um indivíduo tão bem como uma remuneração por trabalho efectuado, não lhe confere forçosamente o mesmo grau de responsabilidade social.

Por outro lado, existe uma firme convicção de que o desemprego está na origem de diversos males sociais. Em primeiro lugar constitui uma das principais causas de pobreza e está associada a uma vasta série de afecções físicas e psicológicas (HARVEY, 2002) que, em conjunto, concorrem para diminuir o bem-estar de muitos e aumentar os encargos de todos. Em segundo lugar acredita-se também que contribui para um incremento da atividade criminosa e de outros comportamentos antissociais (FOUGÈRE et al., 2006; HARVEY, 2002). Em defesa do direito ao trabalho, Charles Fourier, um socialista francês do século XIX, afirmava, precisamente, que se o proletário não conseguisse encontrar maneira de vender a sua força de trabalho não lhe restaria outra alternativa senão a de se entregar a uma mendicidade nociva (Apud TANGHE, 1989, p. 166) e que a primeira tarefa dos políticos era a de buscar uma nova ordem social que fizesse com que os proletários preferissem o trabalho à indolência e ao banditismo (Apud HARVEY, 2002, p. 391).

Uma sociedade livre e preocupada com a sua sustentabilidade social deverá, portanto, procurar assegurar o pleno emprego. Os comportamentos

antissociais, por outro lado, não se confinam a meros atos isolados, individuais, envolvem também movimentos de massas que possuem um potencial de dirupção muito superior. A ascensão do fascismo na Europa entre as duas guerras mundiais, por exemplo, alimentou-se abundantemente do descontentamento social resultante do desemprego massivo que se registou durante a grande depressão iniciada com a crise financeira de 1929.

O “Employment Act” de 1946, nos Estados Unidos da América, que obrigou o governo federal a fazer tudo o que estivesse ao seu alcance para atingir o pleno emprego, considerado um direito do povo americano, reconhece explicitamente este argumento. Na sequência da segunda Guerra Mundial os congressistas americanos que o adoptaram estavam, de facto, plenamente convencidos de que o desemprego massivo havia sido um dos principais responsáveis pela ascensão do Nazismo e portanto pela deflagração da segunda guerra mundial (SANTONI, 1986).

Uma Crítica Liberal ao Direito ao Trabalho

Apesar de se ter mostrado anteriormente que o direito ao trabalho encontra parte da sua legitimidade doutrinária no pensamento liberal, deve reconhecer-se que a maioria dos economistas liberais mais provavelmente o criticará vigorosamente. A primeira grande crítica endereçada ao direito ao trabalho, mas também, e sobretudo, à própria ideia de tomar em consideração os direitos em economia, assenta na crença de que uma excessiva atenção dada a estes poderia conduzir ao fomento de políticas que reduzem o bem-estar humano em lugar de o promoverem, o que, no caso particular do trabalho, implicaria a destruição em lugar da criação de empregos. Uma focalização excessiva em torno das noções de justiça e equidade nas intervenções públicas teria, então, um efeito perverso (vide KAPLOW e SHAVELL, 2003).

Em entrevista à TSF e ao Diário de Notícias em 17 de Novembro de 2013, o economista João César das Neves (2013) socorreu-se precisamente deste argumento da perversidade quando afirmou que aumentar o salário mínimo com o objectivo de melhorar a vida dos mais pobres seria criminoso pois teria precisamente o efeito inverso, perverso portanto, daquele que putativamente pretenderia produzir. César das Neves justificava esta sua afirmação argumentando que o aumento do salário mínimo teria como consequência mais imediata o aumento do desemprego e logo da pobreza.

Não é possível, nem quiçá desejável, proceder aqui à desmontagem da própria perversidade da argumentação acerca do efeito perverso com a minúcia que esta mereceria, mas um comentário geral, ainda que sucinto, parece-nos inevitável. Albert O. Hirshmann, numa das suas obras mais aclamadas, intitulada a Retórica da Reação, identificou três argumentos recor-

rentemente avançados pelo conservadorismo para contrariar o progresso social desde o século dezanove. Entre estes figura justamente a pretensa perversidade da ação pública. O mesmo Hirshmann lembra-nos aliás, que, no século dezanove, o sufrágio universal, pilar da moderna acepção dos direitos políticos, foi também acusado de ter um efeito perverso sobre a própria democracia (HIRSCHMAN, 1991).

Um argumento crítico, digamos, mais sólido, do ponto de vista doutrinário aponta para a intolerável interferência estatal nos negócios privados que resultaria do reconhecimento do direito ao trabalho. Num dos muitos debates sobre o direito ao trabalho que acompanharam a redação da Constituição Francesa de 1848, o economista liberal Léon Faucher afirmou o seguinte:

Proclamar o direito ao trabalho é constituir o Estado em provedor de toda existência, em segurador de toda a fortuna e em empreendedor de todas as indústrias (...) O direito ao trabalho (...) constitui um embargo não apenas sobre o que é, mas também sobre o que pode vir a ser, constitui a comunidade não apenas da riqueza adquirida mas também dos meios que a produzem (...) (apud GARNIER, 1848, p. 345-346).

Para os liberais o facto de o direito ao trabalho dever ser forçosamente imposto ou assegurado pelo Estado significava também o fim da liberdade do trabalho, isto é da liberdade de escolher onde e para quem trabalhar (MÉDA, 1995, p. 122; TANGHE, 1989, p. 45), o que seria contraditório com o próprio direito ao trabalho. De uma certa forma não era tanto a ilegitimidade do direito ao trabalho que os liberais invocavam mas a competição que inevitavelmente surgiria entre o direito ao trabalho e outros direitos, sobretudo o direito à propriedade. Alexis de Tocqueville, por exemplo, teria afirmado que o direito ao trabalho constituiria a negação do direito à propriedade (TANGHE, 1989, p. 167) no que teria sido seguido, aliás, pelo não tão liberal assim Pierre Joseph Proudhon (1938). Teríamos então um conflito entre direito à propriedade e direito ao trabalho. No entanto se a ideia de conflito entre direitos é inevitável não é isso que está em jogo aqui. A propriedade de que falam acima os liberais de 1848 não é a propriedade de uma coisa qualquer mas a propriedade capitalista e portanto o que está em causa com a garantia do direito ao trabalho no pensamento liberal é a própria continuidade do sistema capitalista.

Uma Crítica Progressista ao Direito ao Trabalho

Se o essencial das críticas à ideia de um direito ao trabalho provém do lado liberal do espectro político, não se pode deixar de sublinhar que tam-

bém existem críticas digamos, progressistas, de que os escritos de Philippe Van Parijs e Guy Standing constituem bons exemplos, embora não exaustivos como é óbvio. Para o primeiro, garantir o direito ao trabalho significaria atribuir um privilégio injustificado ao trabalho assalariado, discriminando outras formas de exercer uma atividade, como o autoemprego ou o trabalho não pago (VAN PARIJS, 1995, p. 126). Guy Standing, por seu turno, critica o direito ao trabalho em virtude da sua íntima associação histórica ao trabalho como instrumento disciplinador dos pobres e do princípio da obrigação de trabalhar que lhe seria inerente, e acrescenta que o próprio Karl Marx teria certamente fulminado contra o direito ao trabalho, classificando-o de dogma burguês (STANDING, 2005, p. 93-94). Com efeito, sendo o trabalho assalariado considerado por Marx o modo de produção na origem da extorsão de mais valia, o direito ao trabalho mais não seria, então, do que o direito à extorsão de mais valia, à exploração do trabalhador.

Van Parijs defende que o alargamento do conceito de trabalho ao de atividade socialmente útil constitui, simultaneamente, uma solução ao problema do desemprego e um novo tipo de relação económica. A desvinculação do trabalho em relação ao assalariamento permitiria, por exemplo, a expansão da economia não mercantil, assente sobretudo no voluntariado. No entanto, a expansão da esfera não mercantil, por vezes intitulada de economia social ou de terceiro sector, no seio de uma economia cada vez mais mercantil nos seus segmentos mais dinâmicos, significa sobretudo a possibilidade para a economia capitalista de mercado de vir a beneficiar de serviços gratuitos, o que, ao invés de uma nova lógica económica, constitui um aprofundamento da lógica tradicional, que é procurar o produto máximo com o custo mínimo.

De facto, o trabalho voluntário pode ser interpretado como um esquema de externalização de custos salariais do sector capitalista para a comunidade em geral, ou seja uma espécie de varredela para debaixo do tapete, ou melhor dizendo para cima das pessoas, operando uma socialização dos custos com o objectivo de aumentar o lucro privado. Aliás, o complemento necessário do trabalho não remunerado, a atribuição de um rendimento mínimo incondicional, é em parte assimilável ao imposto negativo preconizado por Milton Friedman para libertar as empresas da necessidade de pagar um nível mínimo de salário.

Guy Standing, por seu turno, não acredita que o direito ao trabalho garanta empregos decentes, afirmando que muitos empregos disponíveis minam o próprio direito ao trabalho não apenas porque envolveriam métodos de controlo e disciplina que não teriam sido escolhidos livremente, mas também porque muitos deles seriam degradantes e mal pagos (STANDING, 2005, p. 95-96). Não faria, pois, qualquer sentido considerar como um direito algo que não somente não promove o bem-estar das classes sociais mais baixas,

como contribui, inclusive, para prolongar a sua opressão. Finalmente, Standing critica o direito ao trabalho em moldes próximos dos liberais, afirmando que este direito muito dificilmente pode ser levado à prática pois encerraria a economia numa rígida e estagnante confusão (STANDING, 2005, p. 96).

Poderíamos responder em defesa do direito ao trabalho que reivindicar a disponibilidade de trabalho para todos os que desejam trabalhar não implica que todos sejam obrigados a trabalhar e que os empregos degradantes devam ser forçosamente promovidos. Numa sociedade ideal não deveríamos provavelmente trabalhar tanto, ou até mesmo de todo, e ainda assim ter direito a gozar uma vida com dignidade, no entanto, numa sociedade capitalista, caracterizada pelo papel dominante do trabalho assalariado, será essencialmente dando trabalho a todos que a maioria da população do planeta poderá aspirar a uma vida decente hoje em dia, independentemente de cada um de nós almejar, porventura, viver num sistema diferente.

Conclusão

Numa altura em que a questão do desemprego é particularmente premente nos países mais desenvolvidos, a braços com a mais importante crise económica desde a grande depressão dos anos vinte e trinta do século passado, poder-se-ia crer que a ideia do direito ao trabalho teria emergido precisamente como resposta às crises económicas e sociais que ciclicamente têm assolado as economias. Sem desprimor pela pressão exercida por estas crises na emergência do direito humano ao trabalho, este está sobretudo ligado à construção de uma ideia de dignidade humana, inerente às primeiras discussões sobre direitos humanos, com presença implícita, por exemplo, na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, saída da Revolução Francesa. Com efeito, o direito ao trabalho, na sua essência, não constitui tanto uma resposta da sociedade às várias crises do sistema capitalista, com o intuito de obter uma qualquer proteção face às suas falhas ou deficiências, como uma afirmação da exigência de dignidade humana em sociedade capitalista, independentemente dos seus estados de alma.

No fundo, as origens do direito ao trabalho, tal como as do direito à propriedade aliás, estariam historicamente determinadas pela natureza das relações de poder que caracterizavam as sociedades no seio das quais estes direitos foram reivindicados. Assim, numa sociedade no seio da qual apenas os proprietários beneficiavam de direitos de cidadania, parecia óbvio considerar o direito à propriedade como um direito fundamental. Do mesmo modo com o desenvolvimento da indústria e o aparecimento de movimentos de trabalhadores, o direito ao trabalho passou naturalmente a ser considerado como um direito fundamental (BOBBIO, 1992, p. 77).

Da análise da história e dos fundamentos do direito ao trabalho sobressai ainda a ideia de que o debate filosófico em torno dos seus fundamentos não coincide estritamente com as grandes clivagens ideológicas do nosso tempo, entre socialismo e liberalismo, ou mais prosaicamente entre esquerda e direita. Isto não quer dizer que os argumentos de uns e de outros em favor do direito ao trabalho coincidam, mas que uns e outros encontram, ou deveriam encontrar, argumentos coerentes com os seus princípios doutrinários para defender a existência de um direito ao trabalho. Tal convergência constitui uma oportunidade única para construir em torno da garantia deste direito humano aquele tipo de compromisso do qual o progresso social genuíno normalmente se alimenta.

Se considerarmos que o objectivo de pleno emprego corresponde a uma taxa de desemprego em torno dos 2% da população ativa, este compromisso é tanto mais urgente que o direito ao trabalho não só está longe de estar garantido como até se tem deteriorado quando comparamos as taxas de desemprego atuais com aquelas que vigoravam nos anos sessenta e setenta do século passado. O desemprego, que em 2012 atingia em média 7,9% da população ativa dos países da OCDE (OECD 2012), configuraria, assim, uma violação de direitos humanos, e portanto teoricamente passível de procedimento judicial.

Esta indiferença em relação à garantia de um direito humano universalmente reconhecido é uma das faces da deriva antidemocrática da intervenção do Estado, cada vez mais necessária e cada vez menos normativa, isto é da cada vez mais motivada pela obrigação e cada vez menos pela convicção. Esta deriva caracteriza-se também pela despromoção dos objectivos da política económica. Assim, ao contrário do que caracterizou o período que mediou o final da segunda guerra mundial e os anos setenta do século vinte, em que a política económica era formulada em termos de objectivos finais, como o pleno emprego ou a melhoria dos níveis de vida das pessoas, no período iniciado nos anos oitenta deste mesmo século a política económica passou a ser enunciada, preferencialmente, em termos de objectivos intermédios, como o equilíbrio orçamental ou a flexibilidade dos mercados. Para além de aumentar o grau de insegurança dos trabalhadores e de afectar a sua dignidade de vida esta reformulação da política económica opera também uma redistribuição da riqueza em favor do capital e em detrimento do trabalho (WOLF 2013) assumindo deste modo um papel central na moderna luta de classes.

Referências Bibliográficas

- BOBBIO, N. *A Era dos Direitos*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1992.
- BÜRGENMEIER, B. *La Socioéconomie*. Paris: Economica, 1994.
- PERRET, B. *L'Avenir du Travail, les Démocraties face au Chômage*. Paris: Seuil, 1995.
- EWERT, L. Rights-based Approach to International Development, comunicação apresentada na Wisconsin Institute for Peace and Conflict Studies 20th Annual Conference Challenges and Paths to Justice, Marquette University, Milwaukee, 6 a 8 de Outubro, 2004. Documento não publicado, disponível on-line em <http://www.marquette.edu/polisci/ITJWeb/itj-program.htm>
- FOUGÈRE, D., Kramartz, F., Pouget, J. Youth Unemployment and Crime in France, Discussion Paper Series, nº 5600, Londres: Centre for Economic Policy Research, 2006.
- GARNIER, J. (Ed.) *Le Droit au Travail à l'Assemblée Nationale: Recueil complet de tous les discours prononcés dans cette mémorable discussion*. Paris: Guillaumin, 1848.
- GODELIER, M. O Trabalho, in: R. Romano (Ed.) *Enciclopédia, vol. 7 (Modo de Produção, Desenvolvimento/Subdesenvolvimento)*. Lisboa: Enaudi, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1986.
- HARVEY, Ph. Human Rights and Economic Policy Discourse: Taking Economic and Social Rights Seriously, *Columbia Human Rights Law Review*, 33 (2), p. 363-471, 2002.
- HEILBRONNER, R. *Behind the Veil of Economics*. New York: Norton, 1988.
- HIRSCHMAN, A. O. *The Rhetoric of Reaction*. Cambridge MA: Belknap Press of Harvard University Press, 1991.
- HUDE, H. *Philosophie de la Prospérité. Marché et Solidarité*. Paris: Éditions du Prologue, Economica, 1994.
- KAPLOW, L. and Shavell S. Fairness versus Welfare: Notes on the Pareto Principle, Preferences, and Distributive Justice, *Journal of Legal Studies* 32, p. 331-362, Janeiro, 2003.
- MAUSS, M. *Sociologie et Anthropologie*. Paris: Quadrige/Presses Universitaires de France, 8^a edição, 1983(1950).
- MÉDA, D. *Le Travail, une Valeur en voie de Disparition*. Paris: Aubier, 1995.
- NEVES, J. C *Entrevista à TSF e ao Diário de Notícias*, 2013. Documento disponível on-line em http://www.tsf.pt/PaginaInicial/Economia/Interior.aspx?content_id=3537583&page=-1
- PERRET, B. *L'Avenir du Travail, les Démocraties face au Chômage*. Paris: Seuil, 1995.
- POLANYI, K. *La Grande Transformation, aux Origines Politiques et Économiques de Notre Temps*. Paris: Gallimard, 1983.
- PROUDHON, P. J. *Ouvres Complètes*. Paris: Marcel Rivière et Cie, 1938.

- OECD, *Harmonised Unemployment Rates*, 2012. Documento disponível on line em <http://stats.oecd.org/Index.aspx?DatasetCode=STLABOUR>
- SANTONI, G. J. The Employment Act of 1946: Some History Notes, *Federal Reserve Bank of St. Louis Review*, p. 5-16, Novembro 1986.
- SMITH, A. *Inquérito sobre a Natureza e as Causas da Riqueza das Nações*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 3ª edição, 1981(1776).
- STANDING, G. Why Basic Income is Needed for a Right to Work, *Rutgers Journal of Law and Urban Policy*, 2 (1), p. 91-102, 2005.
- TANGHE, F. *Le Droit au Travail entre Histoire et Utopie 1789-1848-1989: de la répression de la mendicité à l'allocation universelle*. Bruxelles: Facultés Saint Louis; Florence: Institut Universitaire Européen, 1989.
- VAN PARIJS, Ph. *Real Freedom for All, What (if anything) Can Justify Capitalism*. New York: Oxford University Press, 1995.
- WOLF, R. *Capitalism Hits the Fan: The Global Economic Meltdown and What to Do About It*. Northampton: Interlink Pub Group, 2013.

O Movimento Sindical Português no Turbilhão da Crise Global do Sindicalismo

Paulo Marques Alves

1. Introdução

Ao longo do final do século XVIII e da primeira metade do século XIX a “*era das revoluções*” (HOBSBAWN, 1985 [1962]) operou uma ruptura fundamental que permitiu a emergência de uma sociedade emancipada face a uma ordem social relativamente estática, alicerçada em laços de solidariedade hierárquica e onde uma ordem divina legitimava o *status quo* existente, afirmando-se como factor de controlo e de integração social. Com esta ruptura entra-se definitivamente na “*era do capital*” (HOBSBAWN, 1979 [1975]). O associativismo sindical, que integrou um movimento mais geral em prol da liberdade associativa, está indissolúvelmente ligado a esta transformação social.

Inicialmente fortemente reprimidos, em nome da defesa dos princípios de um liberalismo puro, da negação dos corpos intermédios típicos do *Antigo Regime* e do receio da união do proletariado nascente, os sindicatos vieram a ser legalizados, com maiores ou menores restrições, ao longo do século XIX: 1824, no Reino Unido; 1884 em França; 1891 em Portugal. Ainda neste século e durante as duas primeiras décadas do seguinte surgiram os vários modelos históricos de sindicalismo que perduram até hoje: de classe, revolucionário, reformista, católico, de mercado.

O vocábulo *sindicato* foi introduzido na língua portuguesa a partir do francês *syndicat*. Como nota Mouriaux (1983), este termo remete para a função de *síndico*, aquele que representa um grupo visando zelar pelos seus interesses, o que se depreende da sua raiz etimológica, a palavra grega *sun-dikos* que chegou até nós através do latim *syndicus*. É esta igualmente a raiz

das palavras *syndiqué* (*sindicalizado*), que durante o *Antigo Regime* designava “*le ‘cabeleur’, le gréviste, celui qui adhère à un ‘syndicat secret’ faiseur de ‘cabales’*” (HETZEL *et al.*, 1998, p. 275), *syndicalisme* (*sindicalismo*) e *syndicaliste* (*sindicalista*), que surgiram no léxico em finais do século XIX.

Um sindicato é uma associação voluntária formada na base de uma agregação de interesses e de valores partilhados pelos trabalhadores, que assim ultrapassam a competição entre si. Tem como objectivo a defesa e a promoção dos interesses comuns, estruturando-se de acordo com um dado princípio organizativo (ramo de actividade, profissão, empresa/serviço). Visa a defesa contra os malefícios da industrialização e o arbítrio patronal (sindicalismo católico e de mercado); a participação na regulação do mercado de trabalho, a fim de criar uma “*ordem industrial*” que proporcione justiça (sindicalismo reformista); ou ser *um* instrumento (sindicalismo de classe) ou o instrumento (sindicalismo revolucionário) na luta pela emancipação social.

O sindicalismo vive actualmente tempos difíceis (CHAISON, 1996), que têm sido caracterizados como sendo de crise desta forma associativa. É sobre ela que versa este capítulo. Depois de realizarmos um breve excuro sobre os recursos de poder dos sindicatos, centraremos a nossa atenção na crise, analisando as suas causas e os seus contornos, bem como o modo como ela vem afectando o movimento sindical português. Abordaremos igualmente as iniciativas que têm sido tomadas no sentido de a reverter e os seus resultados. Concluiremos afirmando que a crise não constitui de forma alguma o princípio do fim do sindicalismo e que, pelo contrário, este tem futuro.

2. Os recursos de poder dos sindicatos

O poder efectivo das organizações sindicais no quadro das relações sociais de trabalho reside em última instância na capacidade que os assalariados demonstram ter para ultrapassarem a concorrência entre si. Para o seu exercício, os sindicatos mobilizam vários recursos que são interdependentes e que remetem para três dimensões do poder: o “*poder organizacional*”, o “*poder económico*” e o “*poder institucional*” (VISSER, 1995, 1996; EBBINGHAUS e VISSER, 2000).

O “*poder organizacional*” deriva de um conjunto de recursos que são endógenos ao movimento sindical, em particular a sindicalização e a capacidade de mobilização. Uma organização terá potencialmente mais poder se for representativa; se for inclusiva e concentrada; se tiver uma grande capacidade de mobilização (assunção de comportamentos de cariz militante em detrimento de outros de carácter passivo); se evitar divisões de índole polí-

tica, ideológica ou de estatutos; se tiver uma forte e alargada organização de base, envolvendo um vasto e empenhado número de militantes; se estes estiverem bem preparados através de uma eficaz formação sindical; se possuir recursos materiais elevados; se recorrer a especialistas nos mais distintos domínios; se os seus procedimentos e níveis de informação forem os adequados e se o grau de congruência da sua acção face aos valores centrais do sindicalismo for elevado, o que Blackburn e Prandy (1965) designam de “*unionateness*”.

Por sua vez, o “*poder económico*” é definido pela posição que os membros da organização ocupam no mercado de trabalho e no processo de produção. Por exemplo, uma organização que represente trabalhadores com qualificações raras no mercado de trabalho terá potencialmente um poder acrescido por comparação com outra que represente trabalhadores pouco ou não qualificados.

Por fim, o “*poder institucional*” é corporizado por um conjunto de factores como a maior ou menor proximidade das organizações sindicais face ao poder político e o grau de influência que sobre ele exercem; a sua ligação e a capacidade que demonstram de conseguir influenciar a acção dos partidos políticos; o peso da presença sindical na composição de outras estruturas de representação dos trabalhadores ou o nível de prestígio de que os sindicatos gozam na sociedade.

O poder alcançado pelos sindicatos está na base da celebração do “*compromisso social-democrata*” vigente durante o fordismo. Foi esse compromisso que possibilitou que as organizações sindicais passassem a usufruir de um nível elevado de protecção legal; a implementação de legislação laboral conferindo uma protecção relevante para a parte mais débil da relação de poder assimétrica em que a relação laboral se constitui; uma elevada cobertura da negociação colectiva ou a construção do Estado Social enquanto resposta à *questão social* e forma de evitar o conflito de classes, o que no fundo significa assumir a sua existência. Estes factos permitiram fazer crescer o “*poder institucional*” dos sindicatos, que foi ainda fortemente reforçado com a sua *integração institucional*. Ela ocorreu desde o nível micro-social (co-determinação na Alemanha; práticas de participação nos locais de trabalho) ao nível macro-social (concertação social), passando pelo nível meso (participação num conjunto infindável de órgãos de carácter sectorial). Desta forma, o movimento sindical – ou, mais precisamente, as correntes que nele são maioritárias – integrou-se de forma efectiva no sistema político e passou a participar directamente na gestão do capitalismo. E a classe trabalhadora foi integrada de forma relativa no sistema e arrastada para uma prolongada e profunda letargia.

E se os “*trinta gloriosos*” foram anos de florescimento para o sindicalismo e lhe conferiram um poder importante, “*quando a factura se começou*

a mostrar muito alta” e as classes dominantes decidiram abandonar a sua “*estratégia de apaziguar a classe trabalhadora através da instituição do Estado liberal, combinada com concessões económicas*” (WALLERSTEIN, 1995, Apud BEYNON, 2003, p. 47), o que aconteceu no início da década de 70, os alicerces do poder sindical começaram a ser erodidos, com particular ênfase para o recurso crucial que são os efectivos sindicais. Esta situação acabou por alastrar à generalidade dos movimentos sindicais. O sindicalismo entra em crise.

3. A crise do sindicalismo

3.1. A crise e as suas causas

Para aferir o real poder de uma organização sindical vários indicadores podem ser mobilizados, desde logo atendendo à existência das várias dimensões do poder anteriormente referidas. Mas, constituindo os efectivos sindicais o recurso de poder central dos sindicatos¹, essa medição passa necessariamente pela utilização da *taxa de sindicalização*, que expressa a proporção entre o *número de sindicalizados* existente num dado momento e o total da *população sindicalizável*. Para a realização deste desiderato, estamos perante um indicador mais relevante do que o número absoluto de sindicalizados, dado que este até pode aumentar ao mesmo tempo que se regista uma quebra ou uma estabilização da taxa, do que existem inúmeros exemplos, desde logo em Portugal. Nos últimos decénios tem-se evidenciado uma tendência para o recuo da taxa na maioria dos países capitalistas centrais, sintoma decisivo da *crise do sindicalismo*².

¹ É de sublinhar, contudo, que a filiação sindical não denota por si só necessariamente uma disposição para a acção colectiva, como salientaram Pizzorno (1978) ou Tilly e Tilly (1998). Este facto é absolutamente flagrante nos países de sindicalização compulsória, onde a filiação não é mais do que uma figura administrativa, como aconteceu em Portugal antes da revolução de Abril.

² Para Visser (1993), o decréscimo a que se assiste desde os anos 70 significa um enfraquecimento a que não se tinha assistido desde o final da segunda guerra mundial. Para medir a crise, por vezes, são aduzidos outros indicadores, nomeadamente: o decréscimo do número de indivíduos dispostos a militar; a quebra dos níveis de mobilização; a procura de outras formas organizativas; a desactivação de estruturas sindicais e a inoperacionalidade de outras; a diminuição do número de greves e de grevistas ou o aparecimento de movimentos grevistas fora do quadro sindical; a perda de poder negocial na contratação colectiva; a perda de influência política do sindicalismo; etc..

No entanto, esta crise não é um fenómeno novo³, como se constata no gráfico seguinte, que representa a evolução dos efectivos sindicais britânicos em números absolutos desde os finais do século XIX. Este movimento sindical concreto estará, pois, a viver a sua segunda crise, encontrando-se os seus efectivos actualmente ao mesmo nível do início da década de 40.

**Gráfico 1 – Evolução dos efectivos sindicais (N.º)
no Reino Unido entre 1892 e 2010**



Fonte: DBI&S (2013)

Convém referir, no entanto, que a sindicalização é de difícil medição, pelo que os dados estatísticos disponíveis devem ser interpretados com uma precaução acrescida por comparação com a que usualmente se tem quando se trabalha com informação estatística. Outro problema que se coloca refere-se à análise comparativa dos níveis de sindicalização no tempo e no espaço. No primeiro caso, há que atender às alterações produzidas na definição de conceitos, às modificações registadas nas operações estatísticas, etc.. No segundo, deve-se ter em consideração que os conceitos podem não ser definidos da mesma forma em todos os países, que as operações estatísticas utilizadas podem ser diferentes, que se registam graus diferenciados de cobertura dos

³ Segundo Mouriaux (1998), o sindicalismo francês estará a atravessar a sua sétima crise. Labbé e Croisat (1992) aduzem que a sua situação nunca foi boa, excepto no período da Frente Popular. Ele parece viver assim num estado de crise permanente desde a sua origem, embora a crise actual assuma características próprias. Shorter e Tilly (1974) e Visser (1989) acrescentam ao período de algum florescimento registado entre 1936 e 1938 dois outros: 1919 (1918-1921, para Mouriaux) e o pós-Maio de 1968.

dados e que a população de referência considerada, ou seja, quem constitui o universo dos potenciais sindicalizados não é a mesma por todo o lado. A não se acautelar uma harmonização, a comparação carece de qualquer sentido, como bem salienta Mouriaux (2003). Acresce ainda que existem diferentes graus de coerção e de pressão social que podem potenciar quer a sindicalização quer a não sindicalização.

Tomando por adquirido que o movimento sindical atravessa uma grave crise, facto considerado consensual, há que reflectir sobre as suas causas, os seus contornos e as suas consequências. Neste campo, o consenso deixa de se verificar.

Dois paradigmas têm hegemonizado a explicação da crise. O primeiro, que se filia na *teoria dos ciclos económicos*, sustenta a existência de padrões regulares de crescimento e de declínio das taxas de sindicalização que acompanham, respectivamente, as fases de prosperidade e as de depressão económica.

O segundo, assume que a variação nos níveis de sindicalização constitui o epifenómeno das mudanças estruturais que têm vindo a ocorrer. Mudanças na estrutura *económica*: substituição do “*fordismo*” pelo regime de “*acumulação flexível*”; desindustrialização e reestruturações empresariais; crescimento do peso dos serviços e das empresas de menor dimensão em termos do emprego; crescente internacionalização dos mercados e financeirização da economia; etc.. Mudanças na estrutura *social*: desagregação das comunidades de trabalho ou impossibilidade de as construir, aspecto essencial para que a acção colectiva se possa desenvolver; aumento explosivo da instabilidade e da insegurança no emprego devido à precariedade e ao desemprego; alterações na composição da classe trabalhadora, assumindo tanto um carácter quantitativo (decréscimo do proletariado industrial e crescimento de um proletariado de serviços com um perfil e culturas profissionais e sindicais distintas das dos operários das indústrias de produção em massa) como qualitativo (sua crescente heterogeneização, complexificação e fragmentação); individualização das relações sociais de trabalho com o conseqüente contornar da negociação colectiva, que perde eficácia e cuja cobertura declina; reforço do unilateralismo patronal, patente através de práticas despóticas (“*empresa campo de concentração*”) ou de práticas hegemónicas de cooptação e de coerção subtis (“*empresa comunidade de interesses*”) que produzem o “*consentimento*” da dominação por parte dos trabalhadores, levando-os a cooperar com a reprodução do capital, como evidenciou Burawoy (1979); heterogeneização dos estilos de vida; etc.. Mudanças na estrutura *política*: alteração das formas de intervenção do Estado, com as privatizações, o desmantelamento do Estado Social e o aumento do unilateralismo estatal; imposição de leis laborais que desregulam o mercado de trabalho e de legislação anti-sindical; afastamento do movimento sindical por parte dos partidos sociais-democratas; etc.. Mudanças na estrutura *ideológica*: aumen-

to do individualismo; estilhaçar da cultura operária, baseada em valores como a igualdade, a solidariedade, a camaradagem, o colectivismo; etc..

Este é um quadro que não só conduz a um “*retrocesso devastador*” (TILLY, 1995, Apud BEYNON, 2003, p. 47) dos direitos dos trabalhadores, como lhes coloca barreiras à sua disponibilidade para a acção colectiva. E Tilly sublinha que a não ser que se verifique um reforço da organização dos trabalhadores é a própria democracia que corre o risco de ser esmagada “*pelos novas oligarquias do capital*” que os Estados⁴ não conseguem disciplinar e com as quais até se conluíam no sentido do restabelecimento dos níveis de acumulação.

Ambos os paradigmas têm um ponto em comum: postulam lógicas de carácter universalista. Esta é a sua principal fraqueza. De acordo com essa lógica, teríamos como consequência a existência de uma convergência dos padrões nacionais de sindicalização. Não é isso, contudo, o que os dados nos mostram, como se comprova no Quadro 1, onde se apresenta a evolução das taxas de sindicalização em alguns dos países capitalistas centrais no período que decorre entre 1960 a 2011⁵.

De facto, não só as taxas de sindicalização são muito díspares, como se verificam situações em contraciclo, com movimentos sindicais a registarem descidas das respectivas taxas durante a fase de florescimento do sindicalismo. Por outro lado, o declínio registado a partir da década de 70 não afecta com a mesma intensidade o conjunto do movimento sindical internacional, como seria de supor de acordo com as explicações que acabamos de enunciar.

Do quadro podemos reter igualmente que se verificam diferenças significativas quanto aos níveis e à evolução da sindicalização entre países de uma mesma região, por exemplo, entre os EUA e o Canadá; a França e a Itália; a Holanda e a Bélgica; a Noruega e a Suécia ou a Áustria e a Suíça. Nestes casos, as diferenças nos níveis de sindicalização são muito mais significativas do que os patamares de desenvolvimento económico ou do que as diferenças em termos de estrutura social deixariam antever.

⁴ Isso sucede porque, como realça Wacquant (2003) citando Bourdieu (1998), o Estado substituiu a sua “*mão esquerda*”, simbolizada pelos sistemas públicos de educação, saúde, segurança social e habitação, pela sua “*mão direita*”, isto é, pelos seus aparelhos repressivos. A consequência, segundo Wacquant, é perfeitamente visível: “*remoção do Estado económico, dismantelamento do Estado social e fortalecimento do Estado penal*” (WACQUANT, 2003, p. 76). O *Estado solidário* é substituído por um *Estado darwinista* que fetichiza a competição e usa o seu “*punho de ferro*”.

⁵ No seguimento da proposta de Ebbinghaus e Visser (1999) consideramos dois períodos: um de crescimento do sindicalismo, balizado entre o pós-guerra e os meados dos anos 70, e um segundo de declínio após 1975.

Quadro 1 – Evolução das taxas de sindicalização em alguns países capitalistas (1960-2011)

País	1960	1975	Δ% (60-75)	1980	2011	Δ% (80-11)	Δ% (60-11)
ALE	34,7	34,6	-0,3	34,9	18,0	-48,2	-48,1
AUS	67,9	59,0	-13,1	56,7	27,8	-51,0	-59,1
BEL	41,5	51,9	25,1	54,1	50,4	-6,8	21,4
DIN	56,9	68,9	21,1	78,6	68,5 ¹	-12,8	20,4
ESP	n.d.	18,3 ²	n.d.	18,7	15,6 ¹	-16,6	n.d.
FIN	31,9	65,3	104,7	69,4	69,0	-0,6	116,3
FRA	19,6	22,2	13,3	18,3	7,9 ¹	-56,8	-59,7
GRE	n.d.	35,8 ²	n.d.	39,0	25,4	-34,9	n.d.
HOL	40,0	37,8	-5,5	34,8	19,0	-45,4	-52,5
IRL	46,4	56,6	21,9	58,4	36,1	-38,2	-22,2
ITA	24,7	48,0	94,3	49,6	35,2	-39,7	42,5
NOR	60,0	53,8	-10,3	58,3	54,6	-6,3	-9,0
RU	40,4	43,7	8,2	51,7	27,1 ¹	-47,6	-32,9
SUE	72,1	74,5	3,3	78,0	68,9 ¹	-11,7	-4,4
SUI	36,1	32,3	-10,5	27,7	17,2 ¹	-37,9	-52,4
TUR	10,8	39,9	269,4	n.d.	5,9 ¹	n.d.	-45,3
CAN	29,2	34,3	17,5	34,0	29,4	-13,5	0,7
EUA ³	30,9	25,3	-18,1	22,1	11,3	-48,9	-63,4
RCO	9,4 ⁴	15,8	68,1	14,7	9,7 ¹	-34,0	3,2
JAP	32,9	34,5	4,9	31,1	19,0	-38,9	-42,2
AUT ³	50,2	50,1	-0,2	49,6	18,1	-63,5	-63,9
NZE	n.d.	60,9	n.d.	69,1	20,8	-70,0	n.d.

Fontes: ICTWSS

Notas: ¹ Dados relativos ao ano de 2010; ² Dados relativos ao ano de 1977; ³ No caso dos EUA, a fonte dos dados é administrativa para os anos de 1960 e 1975 e o inquérito ao emprego para os restantes anos enquanto no da Austrália, a fonte dos dados é administrativa para os três primeiros anos e o inquérito ao emprego para o último ano considerado; ⁵ Dados relativos ao ano de 1963.

Uma tão grande diversidade de situações impele que outros factores, específicos aos diversos países, sejam mobilizados de modo a explicar, por exemplo, porque é que as perdas foram tão acentuadas em França, porque é que os movimentos sindicais nórdicos conseguiram resistir à crise ou porque é que os seus congéneres anglo-saxónicos começaram a perder efectivos de forma acentuada a partir de finais dos anos 70⁶.

⁶ Alargando a análise a outros espaços geográficos, vemos a importância desses factores específicos que em cada país influirão na tendência de evolução das taxas de

Em primeiro lugar, a crise também terá muito de endógeno ao movimento sindical. Ou seja, existem factores relativos ao modo como os sindicatos se organizam e às suas políticas que contribuem para a existência da crise, factores esses que se farão sentir mais nuns países do que noutros.

No caso francês, os vários trabalhos de Labbé e da sua equipa (LABBÉ, 1994; BEVORT e LABBÉ, 1992; LABBÉ et al., 1989 e LABBÉ e CROISAT, 1992, entre outros) partem do questionamento das razões do afundamento de um movimento sindical que sofreu uma hemorragia de efectivos sem paralelo na Europa, isto apesar de estar submetido às mesmas forças económicas e a semelhantes mudanças sociais e culturais e de não ter conhecido uma evolução tão desfavorável do quadro legal que regula a acção sindical, como a que sucedeu nos países anglo-saxónicos.

Para a equipa do CERAT, não menosprezando as causas exteriores ao movimento sindical, o acento tónico na explicação deve ser colocado fundamentalmente no domínio organizativo, em particular em dois aspectos: o abandono do “*syndicalisme à la française*” e a politização sindical. Os autores comprovaram esta hipótese em diversos estudos que empreenderam junto de ex-sindicalizados da CFDT⁷.

Em 75,0% dos casos as causas da desfiliação tinham a ver com razões internas aos sindicatos. Em cerca de um terço dos inquiridos, eles sentiam-se abandonados pelas suas organizações: as quotas deixaram de ser cobradas, a secção sindical de empresa deixou de funcionar, ninguém atendia o telefone ou abria a porta na sede local do sindicato, etc.. Tudo indicadores do abandono do “*syndicalisme à la française*” e expressões do aprofundamento da centralização e da burocratização sindical.

sindicalização. Por exemplo, na Argentina, o decréscimo de quase 47,8% nos efectivos sindicais entre 1985 e 1995 explicar-se-á em grande parte pela crise do peronismo e do sindicalismo peronista e, por conseguinte, de um determinado modelo de estruturação da relação entre sindicato e partido. Na Polónia, o decréscimo de 82,5% entre 1960 e 2011 ficará a dever muito, num primeiro momento, à mudança de regime operada neste país e, num segundo, à participação do *Solidarnosc* no governo e à sua opção pela adopção de políticas neoliberais. Já no caso da África do Sul, o crescimento de 40,6% verificado entre 1985 e 1999 dever-se-á ao importante contributo do movimento sindical no processo de transição democrática. A mesma leitura pode ser feita para as Filipinas ou para Taiwan. No entanto, em todos estes países as taxas de sindicalização continuam baixas. Para a importante baixa da taxa de sindicalização na Áustria já neste século, provavelmente também não deixará de ter contribuído a falência fraudulenta do banco da confederação sindical austríaca ocorrida em 2006 e que implicou uma profunda reestruturação desta organização.

⁷ Confédération Française Démocratique du Travail, confederação francesa de tendência reformista.

Contudo, de acordo com os estudos do CERAT⁸ esta não constituía a principal causa do divórcio entre os trabalhadores e os sindicatos. Os seus inquéritos mostraram que em 40,0% dos casos, tinham sido os trabalhadores a abandonar a organização devido ao desacordo face à divisão e à politização sindical.

Não são só as questões da burocratização e da politização que terão afastado os trabalhadores dos sindicatos em França ou noutras latitudes. Existem outras causas internas, que se farão sentir com intensidade maior ou menor consoante os países. Segundo Ebbinghaus e Visser (2000), tratar-se-á de um défice de capacidade de adaptação e de inovação dos sindicatos e dos seus dirigentes. Entre essas causas internas contar-se-ão a não adopção de estratégias adequadas para o recrutamento de mulheres e jovens; a adopção de políticas de recrutamento centradas unicamente na oferta de serviços; algumas atitudes *obreiristas* que tendem a afastar outras camadas de trabalhadores dos sindicatos ou a levá-los a constituírem sindicatos próprios; a não propensão que tem sido manifesta para organizar os “*excluded*” de que fala Hyman (desempregados, trabalhadores migrantes, trabalhadores da economia informal, precários, trabalhadores das microempresas e das PME); o conservadorismo dos dirigentes sindicais ou as políticas sindicais, em particular, o seu engajamento na concertação social e o enfoque concedido à defesa de determinados grupos de trabalhadores, excluindo a força de trabalho periférica. Estes dois últimos aspectos estão, aliás, na origem de uma onda de “*greves selvagens*” que varreu a Europa com particular intensidade nos finais dos anos 60 e na década seguinte (SOUSA, 1973).

Poder-se-á objectar que os movimentos sindicais da Escandinávia também são fortemente burocratizados, se encontram divididos por diferenças de estatuto e em certa medida também políticas ou que se integraram profundamente no sistema mas que, no entanto, resistiram bem à crise.

Num artigo significativamente intitulado “*when institutions matters*”, Ebbinghaus e Visser (1999), partindo de uma análise de dados estatísticos, sustentam que as *configurações institucionais* se mostram mais pertinentes do que os factores cíclicos ou estruturais para explicar os níveis e as tendências de sindicalização, ao desempenharem um importante papel no recrutamento de novos membros pelos sindicatos e na sua retenção, constituindo-se como almofadas que permitem amortecer os efeitos das pressões globais de carácter económico, social ou político.

De que arranjos institucionais falamos? Da elevada cobertura da negociação colectiva; do acesso facilitado dos sindicatos aos locais de trabalho,

⁸ Centre de Recherche sur le Politique, l'Administration et le Territoire, centro de investigação do Institut d'Études Politiques de Grenoble.

permitindo uma forte organização sindical nas empresas e uma presença directa nos locais de trabalho e a existência de um “*incentivo selectivo*” (OLSON, 1998 [1965]) à sindicalização como acontece com o *sistema Ghent* existente na Dinamarca, Finlândia e Suécia e, de forma parcial, na Bélgica, país onde teve origem mas onde foi descontinuado, embora os sindicatos mantenham um importante papel administrativo no processamento dos benefícios em caso de desemprego para os seus membros⁹.

Mas o *sistema Ghent* nos três países nórdicos encontra-se desde os finais dos anos 90 sob pressão devido ao surgimento de fundos de apoio no desemprego independentes dos sindicatos, o que explica os decréscimos das taxas de sindicalização verificados a partir de então. Esta é uma situação tanto mais problemática dado que a existência do sistema constitui a principal motivação para a sindicalização, em detrimento das motivações de carácter ideológico, conforme demonstram estudos realizados na Finlândia e na Dinamarca (JOKIVUORI, 2006; KJELLBERG, 2006; LIND, 2004).

É a existência de instituições – ou a sua ausência – que explicam igualmente em larga medida a evolução das taxas de sindicalização nos países anglo-saxónicos. A queda desta taxa no Reino Unido na década de 80 e que se tem vindo a prolongar no tempo é muito devedora de uma restrição legal, com posterior proibição, das práticas de *closed shop* e de *union shop* por parte do governo Thatcher, a que não deixará de se ter aliado igualmente a derrota da prolongada greve dos mineiros de meados dos anos 80. O mesmo sucedeu na Austrália ou na Nova Zelândia.

Deste modo, não menosprezando os factores referidos pelas teorias dos ciclos económicos e estruturalistas, que devem ser tidos em conta, a explicação da situação que os diversos movimentos sindicais nacionais atravessam é mais complexa e deve mobilizar igualmente um conjunto de outros elementos. O que se verifica é que a acção dos factores cíclicos ou estruturais é mediatizada pelas condições institucionais, organizacionais ou legislativas de carácter nacional, que assim assumem grande influência na explicação dos níveis e das tendências da sindicalização.

Num quadro de pluralismo sindical competitivo e de “*guerra da representatividade*” (BARRETO, 1991) como aquele que se vive em Portugal, não tem sido possível apurar de forma rigorosa as taxas de sindicalização globais e sectoriais e discernir as suas tendências de evolução. Por um lado, o acesso a dados administrativos, como os que constam das actas dos proces-

⁹ São estas configurações institucionais que permitem explicar o forte acréscimo da taxa de sindicalização na Finlândia a partir de finais da década de 60, após a reintrodução do sistema neste país. Na Noruega, o sistema deixou de existir em 1938, daí a sua taxa de sindicalização ser inferior à dos vizinhos nórdicos.

tos eleitorais, porventura os mais rigorosos que existem, tem-se mostrado impossível. Por outro, não se verifica uma prática de realização de inquéritos específicos neste domínio, ao mesmo tempo que as operações estatísticas relativas à força de trabalho (Inquérito ao Emprego, Quadros de Pessoal, Balanço Social, Relatório Único) ou nunca incluíram questões sobre a sindicalização, o caso das duas primeiras, ou só as incluíram durante um breve lapso de tempo, como sucedeu com o Balanço Social, com a agravante do nível de não respostas ser bastante elevado. Mais recentemente, o Relatório Único passou a incluir uma questão sobre a sindicalização¹⁰.

Assim sendo, o caminho tem ficado livre para que os sindicatos produzam e divulguem os dados que são da sua conveniência, exagerando muitas vezes propositadamente o número dos respectivos sócios, de modo a reforçarem a sua reivindicação de representatividade, a melhorarem as suas posições nas relações intersindicais ou a poderem assinar convenções colectivas de trabalho independentemente do nível de representatividade real que possuam.

Não se conhecendo com exactidão o número de filiados nos sindicatos portugueses, também não é possível apurar com rigor a representatividade das várias forças em presença. Acresce o facto de não haver a possibilidade de aferição indirecta por via da realização de eleições sociais, pelo que resta proceder a estimações sobre a distribuição dos efectivos pelas diversas organizações. Todos os estudos, com carácter global ou sectorial, desde os mais antigos (BRAGA DA CRUZ, 1990; STOLEROFF e NAUMANN, 1994) aos mais recentes, os que têm sido efectuados desde 2007 pelo EIRO¹¹ acabam por convergir num ponto: que a CGTP-IN¹² é a confederação portuguesa mais representativa.

A representação gráfica da evolução da taxa de sindicalização no nosso país revela que ela acompanha a tendência geral para o refluxo da sindicalização, sendo que de acordo com Pontusson (2013), estaremos em presença do terceiro refluxo mais pronunciado, a nível mundial, a seguir aos da Nova Zelândia e da França. Mas ela revela igualmente que apesar do decréscimo acentuado, o movimento sindical português ocupa uma posição intermédia no contexto dos países do sul da Europa. Cerca de um quinto dos assalaria-

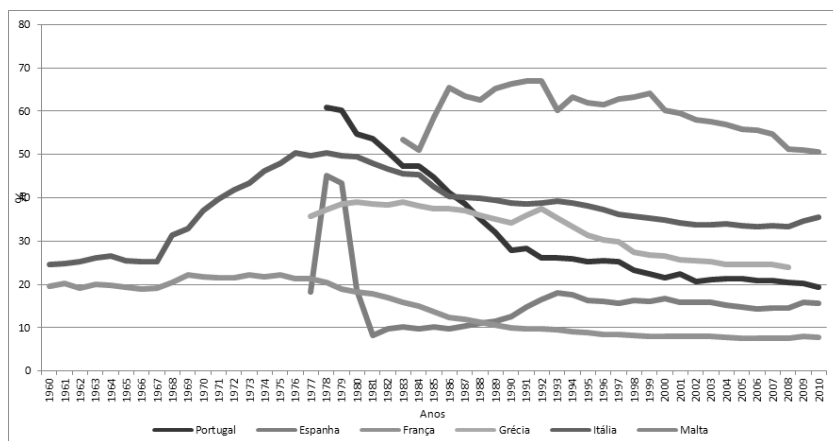
¹⁰ Trata-se da seguinte questão: “Indique o número de trabalhadores sobre os quais tenha conhecimento da respectiva sindicalização (porque são dirigentes ou delegados sindicais, porque procede ao desconto da respectiva quota sindical na remuneração para entrega ao sindicato, ou porque o trabalhador informou que é sindicalizado nomeadamente para efeito de determinação da regulamentação colectiva aplicável).”

¹¹ European Industrial Relations Observatory.

¹² Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses- Intersindical Nacional.

dos portugueses estariam organizados no início da década actual, o que não é despiendo no contexto internacional. Este é um valor idêntico aos de países como a Alemanha, a Austrália, a Holanda ou o Japão.

Gráfico 2 – Evolução da taxa de sindicalização em alguns países do sul da Europa (%) entre 1960 e 2010



Fonte: ICTWSS (2012)

O legado do regime de filiação compulsória vigente antes do 25 de Abril e da vivência do período revolucionário, a par da manutenção da obrigação legal de dedução automática das quotizações sindicais nos salários dos trabalhadores que se manteve em vigor durante algum tempo após a revolução, explicarão as elevadas taxas de sindicalização nos finais da década de 70. Mas, em breve, o panorama se iria alterar como observamos no Gráfico 2. Uma queda, especialmente abrupta ocorre durante a década seguinte, em particular na sua segunda metade, quando a taxa desce 16,6 pontos percentuais a que se adicionam os 10,2 na primeira metade. A queda suaviza-se ao longo dos anos 90 até que se alcança uma situação de alguma estabilização nos últimos anos.

Os anos 80 foram particularmente adversos para o movimento sindical português. Por um lado, a crise da primeira metade da década, acompanhada da segunda intervenção do FMI em poucos anos, teve como consequência um cortejo de encerramentos de empresas, de reestruturações com diminuição de efectivos, de desemprego e de salários em atraso, a forma encontrada por algum patronato para rejeitar a nova relação salarial instituída após a revolução de Abril. Por outro, as mudanças políticas consubstanciadas na primeira parte da década nos governos da AD e do “Bloco Central” e, na segunda, no governo minoritário do PSD de 1985 e na primeira maioria absoluta de Cavaco

Silva de 1987. Estas mudanças traduziram-se, em particular, numa legislação laboral com um carácter cada vez mais flexível e que pôs, de facto, fim ao direito ao trabalho, generalizando a precariedade no prosseguimento do caminho aberto pela lei dos contratos a prazo de 1976. Por outro lado ainda, ocorreram duas revisões constitucionais, uma em 1982 e outra em 1989, tendo esta última aberto a porta às privatizações. Acresce a entrada na CEE em 1986 e as suas decorrências na economia, a desindustrialização e a conseqüente diminuição do emprego na indústria, com um concomitante crescimento nos serviços, ou o desenvolvimento tecnológico, que provocou uma alteração relevante na composição social da classe trabalhadora.

Paralelamente institucionaliza-se o sistema de relações sociais de trabalho, simbolicamente marcado pela criação do CPCS¹³ em 1984 por iniciativa do governo do “Bloco Central”, assim se inaugurando as políticas neocorporativas em Portugal¹⁴. Uma institucionalização que ocorre no contexto de uma profunda crise económica e social e de uma forte conflitualidade nos campos social e político, que a actividade do CPCS irá tentar neutralizar. A marca estatal que encontramos na origem deste órgão perdurará, com o Estado a ser ao longo do tempo ora o seu dinamizador, quando sente necessidade da legitimação das suas políticas por parte dos parceiros sociais, ora dele prescindindo quando não a sente. A CGTP-IN só ocupará os lugares que lhe estavam reservados em 1987, após a primeira maioria absoluta de Cavaco Silva.

No contexto da crise e da agudização das tensões sociais, o CPCS dedicou-se inicialmente sobremaneira à definição da política de rendimentos, tendo sido negociados e assinados pelo governo, associações patronais e UGT¹⁵ dois acordos, um para o ano de 1987 e outro para o de 1988, sendo que este último acabou por ser denunciado pela UGT. Estes acordos visavam a moderação salarial através da imposição de “*tectos salariais*”, os quais condicionavam fortemente a contratação colectiva, que cada vez mais irá perdendo a sua eficácia.

O movimento sindical vai sofrer várias derrotas ao longo desta década nos seus bastiões mais importantes, a mais simbólica das quais ocorrerá na Lisnave onde, após alguns anos de um conflito laboral agudo, acabará por ser assinado um acordo com a comissão de trabalhadores entretanto ganha pela UGT que abrirá a porta à reestruturação da empresa.

¹³ Conselho Permanente de Concertação Social.

¹⁴ O CPCS viria a dar lugar posteriormente à CPCS – Comissão Permanente de Concertação Social em 1991, no quadro do estabelecimento do CES – Conselho Económico e Social, de que é comissão especializada e a que tem uma actividade mais visível.

¹⁵ União Geral de Trabalhadores.

Toda esta situação vai ser enfrentada numa situação de grande debilidade, em grande parte fruto da divisão orgânica em que se encontra a partir de 1978. A origem desta divisão remonta à questão da *unicidade sindical* vivida durante o período revolucionário. Depois da disposição legislativa que a instituía ter sido revogada findo este, inicia-se o processo que culminará com a criação da UGT em 1978 na base de um acordo interpartidário subscrito por PS e PSD. Pelo meio, destaque-se a célebre afirmação proferida por Maldonado Gonelha em 1976 de que era necessário “*partir a espinha à Intersindical*”.

Esta é uma divisão de carácter político-ideológico, o que não constitui caso único no sindicalismo europeu. No entanto, em Portugal tem assumido um forte exacerbamento, que foi particularmente nítido durante os anos 80 e de que os acontecimentos ocorridos durante o 1º de Maio de 1982 no Porto são um momento marcante. Estamos em presença de dois tipos de sindicalismo fortemente politizados, um apostando na *mobilização de classe* (CGTP-IN) e outro na *negociação* (UGT). As relações entre as duas confederações serão nulas até ao final da década. Em 1988, quando confrontadas com um “*pacote laboral*” visando uma ainda mais forte desregulamentação do mercado de trabalho, o degelo nas relações inicia-se e ambas decretam, ainda que separadamente, uma greve geral em 1988. Um longo caminho irá ser percorrido até que em 2010 as duas confederações convocam pela primeira vez em conjunto uma greve geral a que se seguirá uma outra em 2011. A partir daí as profundas divergências estratégicas voltaram a sobressair, tendo culminado com a assinatura por parte da UGT em 2012 do acordo intitulado “*Compromisso para o Crescimento, Competitividade e Emprego*”, assim avalizando um conjunto de medidas que representam uma substancial redução dos direitos laborais em vários domínios, desde logo no despedimento.

Os acontecimentos que referimos e, certamente, alguns mais contribuíram para uma profunda desmoralização, desmobilização e desestruturação do movimento sindical português que deles sai fortemente fragilizado, o que acontece num país onde não estão presentes as configurações institucionais que permitiram aos seus congéneres nórdicos resistir à crise. Pelo contrário, uma das particularidades do sistema português de relações sociais de trabalho é justamente a grande debilidade da presença sindical nos locais de trabalho. E isso sucedeu inclusivamente no período revolucionário. Nem mesmo o movimento das Comissões de Trabalhadores alcançou então uma difusão generalizada no tecido empresarial¹⁶.

¹⁶ Na sua tese de Mestrado, Miguel Pérez refere um estudo do PCP de acordo com o qual por volta de 1979 existiriam entre 980 e 1 000 CT's, e cita Phil Mailer, para quem no Outono de 1974 o número de CT's ascenderia a 2 000 (PÉREZ, 2008). Por seu lado,

Esta situação explica-se pelos inúmeros obstáculos com que os sindicatos têm que se confrontar. Desde logo, a estrutura empresarial, que assenta fortemente em microempresas e em organizações de muito pequena dimensão, e uma cultura patronal avessa, quando não mesmo fortemente hostil, à forma sindical. Depois, a fragilidade de grande parte das organizações sindicais, que carecem de recursos humanos e materiais para se poderem desmultiplicar por um sem número de empresas. Acresce que o sistema de negociação colectiva que foi instituído se estrutura fortemente no nível sectorial, o que não deixará de ter como efeito um desincentivo à criação de organização sindical nos locais de trabalho.

Dois inquéritos por questionário realizados por Stoleroff, um em meados da década de 90 e outro na primeira década do presente século, evidenciam esta enorme debilidade do movimento sindical português, com implicações graves para a sindicalização e o processo de mobilização dos trabalhadores¹⁷ (STOLEROFF, 1995, 2004).

No que se refere à sindicalização, a principal conclusão retirada pelo autor a partir do inquérito de 1994 remete para a existência de uma sua distribuição muito desigual, implicando um profundo dualismo. Atentando nos dados, verificamos que em 49,0% das empresas a sindicalização foi considerada marginal, porque inferior a 20,0%, sendo superior a mais de metade dos efectivos em apenas um quinto das organizações. De notar a situação de maior favorabilidade verificada nas empresas de maior dimensão (apenas 29,0% reportaram uma sindicalização marginal) e, sobretudo, nas de capitais públicos, onde a sindicalização marginal se restringia a apenas 11,0%. São estas empresas, a que se junta a função pública, que constituem actualmente o “*relativo bastião*” do sindicalismo em Portugal.

No respeitante à presença de organização sindical, o mesmo padrão era basicamente seguido. Ela era inexistente em quase dois terços das empresas (61,3%), embora o grau de variabilidade fosse muito elevado: 66,8% nas médias empresas e somente 27,6% entre as de maior dimensão.

Robinson (1999) afirma que entre Maio e Outubro de 1974 terão sido constituídas 4 000 comissões. Todos estes valores pecarão por excesso, sobretudo os dois últimos, atendendo a que, de acordo com cálculos próprios, entre 1979 e 1981 somente 886 comissões se institucionalizaram no seguimento do estipulado na Lei n.º 46/79 de 12 de Setembro. Sendo certo que muitas terão desaparecido entre 1974 e 1979, em particular devido ao encerramento das respectivas empresas, também será certo que esses desaparecimentos não ascenderão a valores na ordem dos milhares.

¹⁷ O primeiro dos inquéritos foi dirigido em 1994 às médias e grandes empresas com 100 ou mais trabalhadores e o segundo em 2003 às grandes empresas com mais de 500 trabalhadores.

O segundo inquérito apurou que mesmo as grandes empresas são marcadas pelo dualismo. A maioria (57,8%) apresentava uma sindicalização que não excedia os 20,0% da respectiva força de trabalho, sendo que 38,8% possuíam uma sindicalização residual de até 5,0% e 19,2% não tinham qualquer sindicalização, o que configura uma situação muito difícil para o movimento sindical português. Em contrapartida, apenas pouco mais de um quinto das empresas (22,3%) apresentavam uma situação mais favorável, com níveis de sindicalização superiores a 46,0%. Um núcleo muito reduzido, na ordem dos 10,0%, tinha mais de 70,0% dos respectivos efectivos organizados sindicalmente.

Num inquérito por questionário que administrámos em 2004/2005 aos sindicatos, os dirigentes sindicais foram questionados sobre quais eram as empresas onde era mais fácil proceder à sindicalização e criar organização sindical. A sua percepção vem ao encontro do que se acaba de constatar. Efectivamente, 53,7% dos inquiridos consideraram haver uma maior facilidade nas organizações com mais de 250 trabalhadores e apenas 6,6% mencionaram as microempresas até 9 trabalhadores.

Mais recentemente, com base nas respostas à pergunta específica inserida no *Relatório Único* de 2010, Portugal e Vilares (2013) estimaram uma taxa de sindicalização para o sector privado na ordem dos 10,9% nesse ano¹⁸. Por ramo de actividade, os valores variavam entre 1,4% nas actividades imobiliárias, 2,4% nas de consultoria, científicas, técnicas e similares e 2,9% na construção civil e 63,8% nas actividades financeiras e de seguros e 60,5% na energia. Salientava-se ainda o ramo dos transportes e armazenagem, com uma taxa de 31,3%, praticamente o triplo do valor médio.

Quer os dados apurados por estes autores quer os que foram em 2006 pelo ISSP¹⁹ e que posteriormente foram vertidos para o *Livro Branco das Relações Laborais* (CLBRL, 2007), permitem-nos afirmar que Portugal segue os padrões vigentes a nível internacional quanto à relação que se estabelece entre a taxa de sindicalização e um conjunto de variáveis sociodemográficas e socio-laborais. Em primeiro lugar, o vínculo laboral condiciona substancialmente a sindicalização, que é 2,2 vezes mais elevada (12,5% contra 5,7%) entre os que têm um contrato permanente. O mesmo sucede

¹⁸ Os autores referem que limitaram a sua análise aos assalariados que trabalham a tempo inteiro com idades entre os 16 e os 65 anos e que excluíram o sector primário, a administração pública e os organismos internacionais. No seu artigo não referem, no entanto, qual é o nível de não respostas à questão, tendo em conta o que se passou com o Balanço Social. De sublinhar igualmente que haverá trabalhadores sindicalizados que não foram contabilizados, por essa situação ser desconhecida do respectivo patronato.

¹⁹ International Social Survey Programme.

com o capital escolar, com a taxa de sindicalização a registar um crescimento significativo à medida que aumenta o nível de habilitações literárias, atingindo-se os 15,8% entre os que têm um diploma do ensino superior contra apenas 8,0% entre aqueles cujo nível de habilitações é inferior ao 1º Ciclo do Ensino Básico, ou seja, a taxa no primeiro grupo é cerca de duas vezes superior. Uma associação positiva ainda mais forte regista-se em relação à dimensão da empresa, com a taxa a crescer na razão directa do aumento da dimensão, variando entre 0,9% nas organizações com entre 1 e 4 trabalhadores e 30,1% nas com mais de 500 trabalhadores. Já a diferença entre géneros mostra ser pouco expressiva, com a taxa masculina a cifrar-se em 11,3% e a feminina em 10,4% (PORTUGAL e VILARES, 2013). Por último, em relação à idade, estes autores referem que os trabalhadores mais velhos são mais sindicalizados, enquanto os dados do ISSP mostravam que os níveis de sindicalização em 2006 eram mais elevados no grupo etário entre os 34 e os 49 anos, sendo então cerca de nove vezes superiores aos do grupo etário entre os 18 e os 25 anos (CLBRL, 2007).

Os dados do ISSP permitem-nos ainda constatar que em 2006 a grande maioria dos inquiridos (62,1%) responderam que não simpatizavam com qualquer organização sindical, sendo que os que se posicionavam favoravelmente face a elas se distribuíam em 21,0% pela CGTP-IN, 9,8% pela UGT e 7,0% por outros sindicatos. Quando questionados sobre a eficácia das organizações sindicais, pouco mais de metade dos que responderam ao inquérito (53,3%) consideraram-nos não eficazes. Daqueles que consideraram a acção sindical eficaz, a maioria mencionou a CGTP-IN (27,5%), contra somente 13,4% para a UGT e 5,8% para os restantes sindicatos (CLBRL, 2007).

Mas, na tentativa de discernir quais são os reais contornos da crise do sindicalismo, a análise não se deve restringir ao exame dos dados estatísticos agregados. É necessária uma análise mais fina, que recorra a informação estatística desagregada.

3.2. De que crise falamos?

Num vasto estudo que incidiu sobre 38 países e que utilizou dados estatísticos provenientes de fontes diversas, Blanchflower (2007) detectou um padrão de regularidade no respeitante ao comportamento da taxa de sindicalização. Em primeiro lugar, ela era sempre mais elevada no sector público do que no privado, variando o diferencial de forma mais ou menos intensa consoante os países²⁰. Em segundo lugar, de uma forma geral, era superior nos

²⁰ A maior diferença verificava-se no Canadá, cifrando-se em 54 pontos percentuais em 2007 (71,4% versus 17,4%).

homens do que nas mulheres, sendo que outros dados nos revelam que, pelo menos, na Nova Zelândia, na Suécia e no Reino Unido sucede o inverso (HAYNES *et al.*, 2006; COULET, 2008; DBI&S, 2013)²¹. Em terceiro lugar, a taxa era igualmente mais elevada entre os que trabalhavam a tempo inteiro face aos que se encontravam em regime de tempo parcial. Por último, era superior nos escalões etários intermédios por comparação com os dos extremos, em particular os inferiores²².

A informação estatística disponível para alguns países, nomeadamente o Reino Unido (MERCER e NOTLEY, 2008; DBI&S, 2013), evidencia a importância de outras variáveis. É o caso, por exemplo, do nível de escolaridade, com a taxa a revelar-se muito superior entre os que possuem credenciais académicas, declinando à medida que se desce na hierarquia dos diplomas. Daí que não seja de estranhar que os grupos profissionais mais sindicalizados neste país sejam actualmente o dos técnicos e o dos *professionals*, igualmente os menos afectados pelo recuo generalizado da sindicalização, concentrando-se as perdas mais significativas nos grupos operários.

Esta taxa parece estar ainda directamente relacionada com o tipo de contrato, com a antiguidade na organização e a dimensão desta. Quanto ao tipo de contrato, ela é francamente superior entre os trabalhadores com

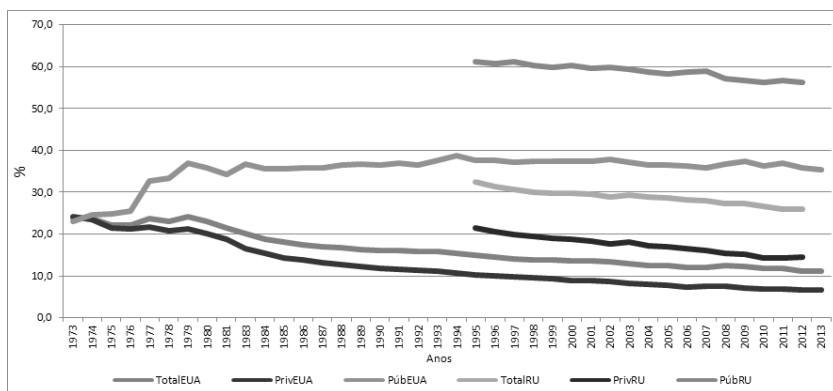
²¹ No caso do Reino Unido tal ocorre desde 2002 em virtude da importante quebra registada na taxa de sindicalização masculina, que decresceu de 35,0% em 1995 para 23,4% em 2012 enquanto a taxa feminina se manteve estável em torno dos 29,0% ao longo do período. A explicação reside em dois factores. Por um lado, o forte recuo da taxa de sindicalização no sector privado, em especial na indústria, que passou de 32,7% para 18,6%. Por outro, se bem que a taxa de sindicalização tivesse declinado cinco pontos percentuais no sector público, onde a feminização do emprego é elevada, os efectivos sindicais neste sector passaram de 3,722 para 3,883 milhões, tendo para este saldo positivo contribuído o número de efectivos femininos que cresceram em 447 mil enquanto os masculinos regrediam em 296 mil.

²² Seguindo Serrano Pascual e Waddington (2000), quatro teses, não mutuamente exclusivas e todas empiricamente suportadas, pretendem explicar a menor propensão dos jovens para a sindicalização. A primeira postula a existência de uma mudança atitudinal das jovens gerações implicando uma sua abordagem mais individualista do trabalho. Outra refere a ausência de experiência sindical, a que se aliarão a frequente não existência de tradição sindical na família de origem ou no grupo de pares, a situação de precariedade em que os jovens se encontram e a não existência de representação sindical nas empresas. A terceira remete o ónus para a organização sindical, defendendo que os sindicatos têm fracassado nas suas estratégias de recrutamento, descurando os trabalhadores mais marginalizados como os jovens. Por fim, enfatiza-se que estes têm oportunidades mais restritas de sindicalização pois a sua inserção no mercado de trabalho processa-se através de ramos de actividade e de empresas onde existem estratégias deliberadas por parte do patronato no sentido de evitar a forma sindical.

emprego estável, também regredindo de forma menos acentuada neste grupo. No caso da antiguidade, cresce à medida que esta aumenta, ao mesmo que decresce de forma menos intensa nos escalões de antiguidade mais elevados. Relativamente à dimensão da organização, sobe à medida que esta cresce e cai de forma mais intensa nas organizações mais pequenas (MERCER e NOTLEY, 2008; DBI&S, 2013)²³.

O Gráfico 3 permite-nos observar a evolução das taxas de sindicalização global e dos sectores privado e público nos EUA e no Reino Unido.

Gráfico 3 – Evolução das taxas de sindicalização total e nos sectores público e privado (%) nos EUA (1973-2013) e no Reino Unido (1995-2012)



Fonte: Unionstats, para os EUA; Mercer e Notley (2008) e DBI&S (2013), para o Reino Unido

Da análise, duas conclusões se podem retirar de imediato: que as taxas de sindicalização no Reino Unido são superiores às dos EUA, em particular

²³ Por toda a Europa, as microempresas e as PME constituem verdadeiros desertos sindicais. Algumas hipóteses têm sido avançadas para explicar o défice de representação sindical nas empresas de menor dimensão. Por um lado, afirma-se a importância do tipo de experiência de trabalho baseada numa maior autonomia e em tarefas mais variadas, para se concluir que tal produz uma maior satisfação com o trabalho (INGHAM, 1970). Por outro, evidencia-se a natureza das relações sociais nestas empresas, onde imperam a individualização, a “*informalidade*” e a proximidade em relação ao poder, com o patronato a adoptar estratégias visando evitar a sindicalização, para o que utiliza tanto a persuasão como a repressão, factores inibidores da acção colectiva. Quando os problemas sobrevêm são resolvidos ou numa base individual através de canais informais ou então optando os trabalhadores pela acção individual (por exemplo, a saída da empresa) em detrimento da acção colectiva (RAM et al., 2001; KELLY, 1998).

no sector público, e que os dois países convergem no sentido da verificação de uma regressão quer das taxas globais quer das do sector privado. Nos EUA, esta última caiu de 24,2% para um valor residual de 6,7%, significando uma perda de 72,3% dos sindicalizados em apenas quatro décadas. Em contraponto, a sindicalização no sector público cresceu 53,5% durante o mesmo período, ainda que nos últimos anos se tenha delineado uma tendência para uma ligeira redução. Em 2013, era 5,3 vezes superior à do sector privado e 3,2 vezes por relação à taxa global. Em 2012, no Reino Unido, a taxa do sector público, que também decresceu ligeiramente nos últimos anos, era 2,2 vezes superior à taxa global e 3,9 vezes face à do privado.

No caso do Reino Unido, o sindicalizado tipo actual é cada vez mais originário do sector público (sobretudo da educação), é mulher, com uma idade superior a 35 anos, dotado de um elevado capital escolar e exercendo profissões técnicas em organizações com mais de 50 trabalhadores, onde labora a tempo inteiro e há mais de dez anos. O mesmo se passará noutros espaços geográficos. Como refere Visser (2010), o “*calcanhar de Aquiles*” do sindicalismo europeu encontra-se na dificuldade de sindicalização e de retenção nas fileiras sindicais dos jovens, dos trabalhadores do sector dos serviços em crescimento, dos trabalhadores das empresas de menor dimensão e dos que estão sujeitos a um regime de precariedade laboral.

Em conclusão, a crise do sindicalismo é uma crise sobretudo do sindicalismo do sector privado, com a forma sindical a restringir-se cada vez mais a um sector público que se encontra actualmente sob pressão. Consequentemente, registou-se uma alteração muito relevante na correlação de forças no interior dos movimentos sindicais. Ela é visível, por exemplo, quando analisamos quais são os principais sindicatos confederados. Ebbinghaus e Visser (2000) fizeram esse exercício para um conjunto de 22 confederações sindicais europeias, existindo dados desde os anos 50 para catorze delas. Observa-se que em meados do século XX os sindicatos metalúrgicos eram a principal força em oito confederações e os de funcionários públicos em apenas uma, a CNV²⁴ holandesa. Nos finais dos anos 90 acontecia exactamente o inverso, com os sindicatos da função pública a serem o principal esteio de seis confederações e os metalúrgicos de apenas uma, no caso a DGB²⁵ alemã, com o IG Metall.

O mesmo sucede em Portugal. No II Congresso da Intersindical Nacional de 1977, os sindicatos que declararam um maior número de sócios foram

²⁴ Christelrijk Nationaal Vakverbond, confederação sindical holandesa de tendência católica.

²⁵ Deutscher Gewerkschaftsbund Bundesvorstand, confederação sindical alemã de tendência reformista.

os da construção civil de Lisboa (74 305), os metalúrgicos de Lisboa (68 635), os têxteis de Braga (65 123) e os têxteis do Porto (60 000). Enquanto isso, o STAL²⁶ declarou 25 943 aderentes (VILANOVA, 1977). De acordo com a acta eleitoral das eleições realizadas em 2007, o STAL contaria então com 53 145 membros. Enquanto este sindicato viu crescer fortemente os seus efectivos, os restantes nomeados definharam.

Esta alteração não deixou de se reflectir na composição dos órgãos de direcção das confederações sindicais. De acordo com cálculos próprios, enquanto na estrutura dirigente saída do I Congresso da Intersindical em 1975 não havia qualquer trabalhador oriundo da função pública entre os eleitos, eles já ascendiam a 33,3% no Conselho Nacional saído do XII Congresso de 2012. Situação inversa ocorreu com os eleitos oriundos das empresas públicas que viram o seu peso diminuir de 33,3% para 11,6% em resultado das privatizações entretanto ocorridas. Por seu lado, na UGT o peso dos dirigentes provenientes do sector público eleitos no I Congresso de 1979 era de apenas 4,3% ascendendo a 28,6% após o XII Congresso de 2013. A proporção de eleitos com origem no sector empresarial do Estado baixou igualmente, neste caso de 52,3% para apenas 7,1%, em grande medida fruto das privatizações na banca.

3.3. Que fazer?

Os sindicatos estão hoje confrontados com desafios enormes e de vária ordem. Desafios externos, consubstanciados nos inúmeros factores que têm induzido uma crise que não pode ser negada, mas cujos contornos convém delimitar. Mas igualmente desafios internos, que se aliam aos factores exógenos no sentido do aprofundamento da crise.

O movimento sindical só muito tardiamente enfrentou a situação, implementando desde então um conjunto de acções diversificadas entre as quais se contam a realização de campanhas de recrutamento e as reestruturações organizacionais. Acrescente-se as tentativas de reforço da acção sindical quer nos locais de trabalho quer a outros níveis, como o internacional, ainda que a globalização tenha tornado evidentes problemas reais que evidenciam a fragilidade da solidariedade internacional e os consequentes entraves à acção colectiva a nível global. Refira-se a acção conjunta com organizações de movimentos sociais diversos, implicando o estabelecimento de alianças e de coligações em torno da resolução não só de questões laborais mas também de outras que extravasam o âmbito laboral, o que permite

²⁶ Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local.

aos sindicatos, simultaneamente, refutar as acusações recorrentes de “*corporatismo*” e aumentar a sua influência na sociedade. Sublinhe-se ainda a implementação de novas agendas negociais, dada a crescente heterogeneidade dos efectivos sindicais e respectivos interesses, a renovação das lideranças ou a utilização da Internet.

De acordo com Kelly e Heery (1994), as campanhas de recrutamento são realizadas, de um modo geral, segundo uma lógica reactiva e não obedecem nem a um planeamento nem a uma sistematização. Por vezes, são acompanhadas do reforço da organização sindical de base e da melhoria da ligação entre os militantes sindicais e entre estes e os aderentes, o que configura o que Heery et al. (2003) designam por “*organizaing model*”, um “*bottom-up model*”. Todavia, o mais frequente é seguirem um outro modelo, o “*servicing model*”, isto é, um “*top-down model*”, significando a implementação de um “*sindicalismo de serviços*” que alguns propugnam e no qual vêem a sobrevivência do sindicalismo (METCALF, 2005)²⁷. Em ambos os casos, mas de forma mais evidente no primeiro, temos a assunção de que o poder dos sindicatos não depende do seu estatuto institucional e que o seu fortalecimento não deriva tanto da legislação ou do grau de confiança neles depositado, mas antes dos efectivos sindicais²⁸. Um exemplo de uma campanha bem sucedida foi a emblemática “*Justice for Janitors*” promovida pelo sindicato norte-americano SEIU²⁹ e que numa década organizou 150 mil trabalhadores, uma grande parte dos quais migrantes, laborando em alguns dos segmentos mais fragilizados do mercado de trabalho, como sejam os serviços de limpeza, de segurança privada e de prestação de cuidados ao domicílio (WALDINGER et al., 1998).

Num caso ou noutro, estas campanhas inscrevem-se no espírito do designado “*community unionism*”, com o qual os sindicatos tentam criar organizações de âmbito local numa óptica comunitária (MOORE et al.,

²⁷ A estes dois modelos, Jarley (2005) contrapõe um terceiro, o do “*social capital unionism*”. Defende-se a recreação da forma comunitária nos locais de trabalho, com os sindicatos a tirarem partido das redes sociais que de forma espontânea se criam entre os trabalhadores. A solidariedade constrói-se com base em práticas onde não se verifique uma clara demarcação entre questões colectivas e questões individuais e entre questões intrinsecamente laborais e outras que o não são mas que se referem à vida, aos problemas, às aspirações e às necessidades dos trabalhadores.

²⁸ A hipótese de um “*sindicalismo sem aderentes*” representa em particular dois perigos: a perda de independência dos sindicatos face a quem os viesse a financiar e o reforço de uma estrutura de cúpula que não representaria ninguém.

²⁹ Service Employees International Union, sindicato norte-americano, um dos protagonistas da cisão de 2005 na AFL-CIO (American Federation of Labor–Congress of Industrial Organizations), que deu origem à Change to Win Federation.

2007). Esta é uma abordagem que mostra ser particularmente relevante para organizar os trabalhadores precários, dada a elevada rotação no emprego a que estão sujeitos.

Contudo, grande parte da acção dos sindicatos tem-se centrado num processo de reestruturação organizacional, que é visível através de uma actividade febril de fusões e integrações. Trata-se de uma reestruturação de tipo externo que na generalidade dos casos se encontra imbuída essencialmente de “*motivações defensivas*” (BEHRENS et al., 2004) com o objectivo de proceder ou a um ajustamento estrutural face ao declínio de sócios e consequente declínio financeiro ou então à procura de economias de escala, de modo a canalizar recursos para serem aplicados em campanhas de recrutamento, se bem que não haja evidência empírica de que tal ocorra efectivamente (WADDINGTON, 2005). Num número muito reduzido de situações podemos encontrar na base destes processos “*motivações agressivas*” visando a obtenção de vantagens nas relações intersindicais.

No entanto, como referem Behrens et al. (2004), só as reestruturações imbuídas de uma “*motivação transformadora*” estão em condições de possibilitar a melhoria da representação dos interesses dos assalariados e, em consequência, o acréscimo do poder sindical. Este tipo de motivação é o único que permite actuar, simultaneamente, nas vertentes externa e interna promovendo uma mudança organizacional que aprofunde a democracia sindical, crie estruturas que acomodem os vários grupos que continuam sub-representados nas estruturas decisórias, incrementando a sua participação, e reconstrua as relações entre os vários níveis do movimento.

O movimento sindical português tem vindo, em maior (CGTP-IN) ou menor (UGT) grau a implementar este tipo de acções. Desde logo, tem estado sujeito a um amplo processo de reestruturação, o qual ocorre de forma mais intensa no “*universo da CGTP-IN*”³⁰. Este processo, que tem em vista aumentar o nível de concentração no interior desta confederação, obedecendo a uma motivação essencialmente defensiva à semelhança do que sucede noutros movimentos sindicais, iniciou-se em finais da década de 70, tendo a CGTP-IN adoptado uma política explícita neste domínio em 1995.

As duas maiores ondas de reestruturação ocorreram entre 1978 e 1984, quando foram extintos ou ficaram inactivos³¹ 100 sindicatos, e entre 1990 e

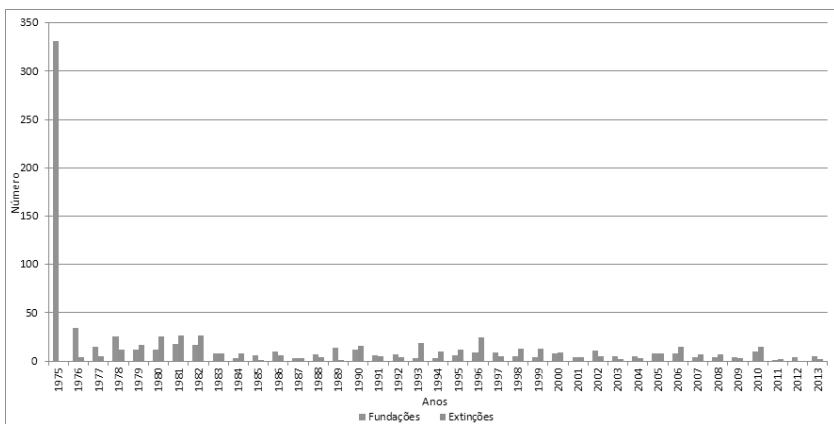
³⁰ Entendemos por “*universo CGTP-IN*” o conjunto de sindicatos que nela são filiados, os que o são indirectamente por pertencerem a federações ou terem assento nas uniões ou no Conselho Nacional da confederação e todos aqueles que participam de forma regular nos seus congressos ou fazem parte da Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública.

³¹ Consideramos “*inactivo*” um sindicato que não tendo formalizado a sua extinção através do anúncio do cancelamento do seu registo no BTE (Boletim do Trabalho e

2000, quando desapareceram 128³² organizações, sendo que 41 se extinguíram entre 1996 e 1998. No século actual assistiu-se a dois picos, um em 2006 e outro em 2010, que levou à extinção de quinze sindicatos em cada um dos anos.

Desde 1975, os desaparecimentos suplantam as fundações em somente dezoito dos anos. Por outro lado, nos últimos três verificou-se uma grande estabilidade, não se tendo, inclusivamente, registado qualquer extinção em 2012.

Gráfico 4 – Dinâmica estrutural do movimento sindical português (1975-2013)



Fonte: Base de Dados das Estruturas Sindicais

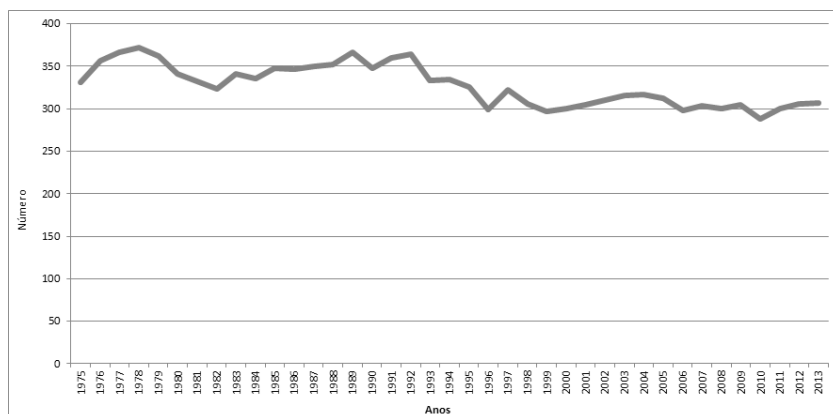
Apesar da tendência para a concentração no seio da CGTP-IN e, em muito menor escala, no interior da UGT, o movimento sindical português no seu todo mantém-se hoje extremamente fragmentado como o estava aquando da revolução de Abril de 1974. À época isso sucedia devido à lógica de jurisdição restrita, essencialmente profissional e distrital subjacente aos sindicatos nacionais. Cerdeira e Padilha contabilizaram a existência de 307 sindicatos em 1974, sendo 157 de profissão e 181 distritais (CERDEIRA e PADILHA, 1988, p. 106ss).

Emprego) deixa no entanto de publicitar os seus órgãos sociais uma vez transcorrido o prazo estipulado nos seus estatutos para o exercício do mandato anteriormente publicitado.

³² Não consideramos para este cômputo os três sindicatos que neste lapso de tempo foram extintos judicialmente.

Ao emergir em 1975, o sindicalismo livre mantém esta característica, situação que não foi profundamente alterada durante o período revolucionário, altura em que as prioridades eram outras. Após este, a fragmentação acabou por acentuar-se apesar da reestruturação anteriormente mencionada. Aos resquícios que subsistiram herdados do corporativismo salazarista vieram acrescentar-se novos factores de fragmentação, onde avultam a cisão político-ideológica consubstanciada pela criação da UGT em 1978 e que conduziu à formação de estruturas paralelas às já existentes, e também a constituição de um incontável número de sindicatos de base profissional formados em torno de interesses particularistas³³. Acrescente-se ainda a existência, mesmo no interior das próprias confederações sindicais, de situações de jurisdição sobreposta ainda não resolvidas. O carácter extremamente fragmentado do movimento sindical português encontra-se bem patente no gráfico seguinte.

Gráfico 5 – Evolução do número de sindicatos em Portugal (1975-2013)



Fonte: Base de Dados das Estruturas Sindicais

Dados os saldos anuais entre fundações e extinções, o número total de sindicatos só foi inferior às 300 unidades – e de forma muito ligeira – num

³³ A forma sindical continua a exercer atractividade, como o indiciam os dezasseis novos sindicatos constituídos desde 2010, a que se deverão acrescentar outros quatro resultantes de fusões. Estes sindicatos são parte integrante das 660 organizações de base constituídas após a Lei Sindical de 1975. A elas deverão adicionar-se 57 federações, 64 uniões locais e distritais e dez organizações com o estatuto de confederações. Nos finais de 2013 encontravam-se em actividade oito confederações, 27 federações, 46 uniões e 317 sindicatos.

número muito reduzido de anos, tendo o número de organizações variado entre um máximo de 372 em 1978 e um mínimo de 288 em 2010.

O efeito conjugado dos processos de concentração e de fragmentação referidos produziu uma paisagem sindical que é hoje bastante distinta da existente em 1975: cresceu fortemente a proporção dos sindicatos com jurisdição em todo o território nacional em detrimento daqueles com uma jurisdição mais restrita; verifica-se uma crescente concentração das sedes sindicais em Lisboa; registou-se um decréscimo acentuado dos sindicatos de profissões “manuais” crescendo em contrapartida fortemente os sindicatos de profissões “técnicas e científicas”, de empresa/serviço e categoriais; e se em 1975 a maioria dos sindicatos tinha jurisdição no sector secundário, a partir de 2005 tal passou a suceder com o conjunto formado exclusivamente pelas organizações da administração pública, educação e saúde, algumas das quais se tornaram dos maiores sindicatos nacionais; por fim, registre-se ainda a profunda alteração ocorrida no que respeita à filiação sindical, com os sindicatos não filiados confederalmente a suplantarem pela primeira vez em 2008 o número de organizações do “*universo da CGTP-IN*”.

4. Conclusão

O refluxo dos efectivos sindicais é a característica dominante no movimento sindical à escala internacional actualmente, incluindo em Portugal. Mas a análise dos dados estatísticos agregados que estão disponíveis permite concluir igualmente que este refluxo é desigual, ocorrendo segundo ritmos e intensidades muito diferenciados. E, para além de desigual, é contraditório porque vários movimentos sindicais até cresceram ou, quanto muito, estabilizaram, enquanto outros se afundavam profundamente. Isso significa que se tem verificado uma diversidade relativa no respeitante aos padrões nacionais de sindicalização. Só a partir dos finais dos anos 90 é que se começou a desenhar uma tendência para uma maior convergência dados os pequenos retrocessos que se começaram a registar na Escandinávia.

E de que crise falamos? Trata-se de uma crise que denuncia uma decadência inexorável do sindicalismo que conduzirá ao seu desmoronamento definitivo como profetiza, por exemplo, Rodrigues quando afirma peremptoriamente que “*as características gerais da sociedade pós-industrial abrem pouco espaço para a organização sindical*” (RODRIGUES, 1999, p. 301)? Ou trata-se antes de um recuo que representa uma fase de refluxo conjuntural? Ou será que a crise representa o sinal de uma mutação do sindicalismo no sentido de se tornar uma espécie de “*agência social*” sem sócios que dá o seu apoio a outros colectivos como defendia Rosanvallon (1988)? Ou será, por fim, que a crise representa o sinal de uma mudança qualitativa em que

determinadas forças sociais cedem o seu lugar a outras, que continuarão a manter acesa a chama do sindicalismo?

Por detrás do declínio sindical global, que é inegável, sendo produto da conjugação de vários factores, oculta-se uma outra realidade que só a análise dos dados desagregados possibilita descortinar. Se a crise não afecta com idêntica intensidade os vários movimentos sindicais nacionais, ela também não atinge com a mesma intensidade os vários sectores e ramos da economia ou os diversos grupos sócio-profissionais.

O declínio da taxa de sindicalização é muito mais acentuado no sector privado da economia, onde se concentra a maioria da força de trabalho, atingindo particularmente os grupos que constituíram tradicionalmente o esteio do sindicalismo: os assalariados do sexo masculino que laboram no sector produtivo da economia, nas minas, na metalomecânica, na metalurgia, no têxtil, em suma, nos bastiões do sindicalismo operário.

Do mesmo modo, a sindicalização não cresce – ou até regride – nos ramos emergentes da economia, como é o caso dos serviços privados. Contudo, é um dado adquirido da experiência do movimento sindical que a sindicalização e a criação de organização sindical nos locais de trabalho não acontecem nem de forma espontânea nem automática, sendo que quando existem por vezes também são difíceis de manter. Por conseguinte, temos que ser prudentes neste domínio. Assim nos mostra a história, que está repleta de exemplos de casos onde à partida a sindicalização se mostrou difícil mas que, tendo ocorrido determinadas *circunstâncias*, acabaram por se sindicalizar. Foi o que aconteceu com os operários não qualificados que só muito tardiamente chegaram ao sindicalismo. Inclusivamente, há umas décadas seria impensável pensar que grupos³⁴ que sempre se mostraram bastante afastados da forma sindical por indiferença, quando não mesmo por hostilidade, se viriam a sindicalizar de um modo mais ou menos massivo e até a desempenhar um papel muito activo no movimento sindical, como hoje sucede. Daí ser prematuro afirmar-se terminantemente que os sectores emergentes não se virão a sindicalizar.

Assim sendo, o recuo verificado no movimento sindical não é um indício de uma sua decadência inexorável. Tal como não chegámos ao fim da história, das ideologias, das classes ou do trabalho, também não chegámos ao

³⁴ A título exemplificativo referam-se os casos dos detentores de órgãos de soberania, professores universitários, médicos, enfermeiros, polícias, militares, guardas prisionais, guardas costeiros, clérigos (veja-se os sindicatos DTL – Diakoniatyontekijoiden Liitto ry na Finlândia e DND – Det Norske Diakonforbund e Presteforeningen na Noruega) ou *trabalhadores do sexo* (atente-se ao sindicato britânico IUSW – International Union of Sex Workers, formado em 2000 na sequência de uma pesquisa-acção de uma antropóloga portuguesa).

fim do sindicalismo. O processo a que vimos assistindo nos países capitalistas centrais aponta antes para uma mudança qualitativa, em que à medida que declina o sindicalismo de antigos sectores operários se consolida um sindicalismo ancorado no sector público, em torno de grupos sócio-profissionais técnicos dotados de um elevado capital escolar. O perigo é o sindicalismo tornar-se cada vez menos representativo do conjunto dos assalariados.

O futuro do sindicalismo passa necessariamente pela existência de sócios. Esta constitui uma condição prévia à indispensável construção da organização sindical nos locais de trabalho que, a existir, permitirá posteriormente reforçar a sindicalização. Alie-se-lhe uma “*capacidade estratégica*”, isto é, uma capacidade das organizações para elaborarem, implementarem e difundirem uma agenda própria que expresse o pensamento, os interesses e os objectivos dos seus membros e onde se inclua não somente as suas reivindicações, mas também os seus projectos e o modo como encaram as relações sociais (HYMAN, 1997, 2007).

Alie-se-lhe ainda o fomento da “*solidariedade interna*”, passando pelo reforço da democracia sindical, pelo fortalecimento da coesão entre os trabalhadores e entre estes e a organização e pelo aprofundamento das relações entre as várias organizações sindicais nos planos nacional e internacional. E também o fomento da “*solidariedade externa*”, isto é, da capacidade dos sindicatos trabalharem na e com as comunidades envolventes, em aliança com outro tipo de associações, articulando coordenações horizontais e verticais e aliando combates laborais e outros de carácter mais geral (LÉVESQUE e MURRAY, 2003).

Concluindo: o sindicalismo tem um passado que é portador de futuro. E a prová-lo aí está a recente vitória obtida pelos estivadores do porto de Lisboa após um duro e prolongado conflito laboral. Este também demonstrou que a solidariedade internacional é possível mesmo em tempos de globalização e do acirrar da concorrência entre os trabalhadores dos diferentes países.

Bibliografia

- BARRETO, José. A Formação das Centrais Sindicais e do Sindicalismo Contemporâneo em Portugal (1968-1990). Lisboa: ICS, 1991.
- BEHRENS, Martin; HURD, Richard; WADDINGTON, Jeremy. Structural Change as a Source of Union Revitalization. WSI-Mitteilungen 09/2003, v. 56, p. 534-40, 2003. Disponível em www.boeckler.de/pdf/wsimit_eng_2003_09_behrenshurdwaddington.pdf. Consultado: 10 fev. 2014.
- BEVORT, Antoine; LABBÉ, Dominique. La CFDT: Organisation et Audience Depuis 1945. Paris: La Documentation Française, 1992.
- BEYNON, Huw, O Sindicalismo Tem Futuro no Século XXI? In: SANTANA, Marco Aurélio; RAMALHO, José Ricardo (orgs.). Além da Fábrica:

- Trabalhadores, Sindicatos e a Nova Questão Social. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003, p. 44-71.
- BLACKBURN, R.M.; PRANDY, K.. White-Collar Unionization: a Conceptual Framework. *British Journal of Sociology*, v. 3, n.º 1, p. 111-22, 1965.
- BLANCHFLOWER, David. International Patterns of Union Membership. *British Journal of Industrial Relations*, v. 45, n.º 1, p. 1-28, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. *Contre-feux*. Paris: Raisons d'Agir, 1998.
- BRAGA da CRUZ, Manuel. *A Sindicalização dos Professores. Resultados de um Inquérito*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 1990.
- BURAWOY, Michael. *Manufacturing Consent. Changes in the Labour Process under Monopoly Capitalism*. Chicago: University of Chicago Press, 1979.
- CLBRL. *Livro Branco das Relações Laborais*. Lisboa: Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, 2007.
- CERDEIRA, Maria da Conceição; PADILHA, Edite. *As Estruturas Sindicais Portuguesas (1933-1987)*. Lisboa: Ministério do Emprego e da Solidariedade Social, 1988.
- CHAISON, Gary N.. *Union Mergers in Hard Times. The View of Five Countries*. Ithaca: Cornell University Press, 1996.
- COULET, Cyril. Une Chute Rapide du Taux de Syndicalisation Induite par la Réforme de l'assurance Chômage. *Chronique Internationale de l'IRES*, n.º 112, p. 47-58, 2008.
- DBI&S. *Trade Union Membership, 2012*. Londres: Department for Business, Innovation and Skills, 2013. Disponível em https://www.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/204169/bis-13-p77-trade-union-membership-2012.pdf. Consultado: 10 fev. 2014.
- EBBINGHAUS, Bernhard; VISSER, Jelle. When Institutions Matter: Union Growth and Decline in Western Europe: 1950-1995. *European Sociological Review*, v. 15, n.º 2, p. 135-58, 1999.
- EBBINGHAUS, Bernhard; VISSER, Jelle (eds.). *Trade Unions in Western Europe Since 1945*. Londres: Macmillan, 2000.
- EIRO – European Industrial Relations Observatory. Disponível em <http://www.eurofound.europa.eu/eiro>. Consultado: 10 fev. 2014
- HAYNES, Peter et al. Union Reach 'Representation Gap' and the Prospects for Unionism in New Zealand. *The Journal of Industrial Relations*, v. 48, n.º 2, p. 193-16, 2006.
- HEERY, Edmund et al. Union Revitalization in Britain. *European Journal of Industrial Relations*, v. 9, n.º 1, p. 79-97, 2003.
- HETZEL, Anne-Marie et al. *Le Syndicalisme à Mots Découverts*. Paris: Éditions Syllepse, 1998.
- HOBSBAWN, Eric. *A Era das Revoluções*. Lisboa: Editorial Presença, 1985 (1962).
- HOBSBAWN, Eric. *A Era do Capital*. Lisboa: Editorial Presença, 1979 (1975).
- HYMAN, Richard. The Future of Employee Representation. *British Journal of Industrial Relations*, v. 35, n.º 3, p. 309-36, 1997.
- HYMAN, Richard. How Can Unions Act Strategically? *Transfer*, v. 13, n.º 2, p. 193-10, 2007.

- INGHAM, Geoffrey K.. Size of Industrial Organization and Worker Behaviour. Cambridge: Cambridge University Press, 1970.
- JARLEY, Paul. Unions as Social Capital: Renewal Through a Return to the Logic of Mutual Aid. *Labor Studies Journal*, n.º 29, p. 1-26, 2005.
- JOKIVUORI, Pertti. Trade Union Density and Unemployment Insurance in Finland. *Transfer*, v. 12, n.º 1, p. 83-87, 2006.
- KELLY, John. Rethinking Industrial Relations: Mobilization, Collectivism and Long Waves. Londres: Routledge, 1998.
- KELLY, John; Heery, Edmund. Working for the Union: British Trade Union Officers. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.
- KJELLBERG, Anders. The Swedish Unemployment Insurance – Will the Ghent System Survive? *Transfer*, v. 12, n.º 1, p. 87-98, 2006.
- LABBÉ, Dominique. La Crise du Syndicalisme Français. *Revue de l’IRES*, n.º 16, p. 75-101, 1994.
- LABBÉ, Dominique; CROISAT, Maurice. La Fin des Syndicats? Paris: L’Harmattan, 1992.
- LABBÉ, Dominique; CROISAT, Maurice; BEVORT, Antoine. (1989), La Désyndicalisation. Le Cas de la CFDT. Grenoble: CERAT, 1989.
- LÉVESQUE, Christian; MURRAY, Gregor. Murray. Le Pouvoir Syndical dans l’économie Mondiale: Clés de Lecture pour un Renouveau. *La Revue de l’IRES*, n.º 41, p. 149-76, 2003.
- LIND, Jens. The Restructuring of the Ghent Model in Denmark and Consequences for the Trade Unions. *Transfer*, v. 10, n.º 4, p. 621-25, 2004.
- MERCER, Sally; NOTLEY, Richard. Trade Union Membership 2007. Londres: BERR – Department for Business, Enterprise & Regulatory Reform, 2008. Disponível em <http://stats.berr.gov.uk/UKSA/tu/tum2008.pdf>. Consultado: 10 fev. 2014.
- METCALF, David, Trade Unions: Resurgence or Perdition? An economic analysis. In: FERNIE, Susan; METCALF, David (eds.). Trade Unions: Resurgence or Demise? Londres: Routledge, 2005, p. 83-117.
- MOORE, Sian; JEFFERYYS, Steve; COURTS-SALIES, Pierre. Why do Europe’s Unions Find it Difficult to Organise in Small Firms? *Transfer*, v. 13, n.º 1, p. 115-130, 2007.
- MOURIAUX, René. Les Syndicats dans la Société Française. Paris: Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1983.
- MOURIAUX, René. Crises du Syndicalisme Français. Paris: Montchrestien, 1998.
- MOURIAUX, René, O Sindicalismo dos Países Industrializados em Fins dos Anos 1970: Efectivos, Estruturas e Estratégias. In: SANTANA, Marco Aurélio; RAMALHO, José Ricardo (orgs.). Além da Fábrica: Trabalhadores, Sindicatos e a Nova Questão Social. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003, p.89-105.
- OLSON, Mancur. A Lógica da Acção Colectiva. Bens Públicos e Teoria dos Grupos. Oeiras: Celta, 1998 (1965).
- PÉREZ, Miguel. Contra a Exploração Capitalista. Comissões de Trabalhadores e Luta Operária na Revolução Portuguesa (1974-1975). Lisboa: FCSH-UNL, 2008.

- PIZZORNO, Alessandro, Political Exchange and Collective Identity in Industrial Conflict. In: CROUCH, Colin; PIZZORNO, Alessandro (eds.). *The Resurgence of Class Conflict in Western Europe since 1968*. Londres: Macmillan, 1978.
- PONTUSSON, Jonas. Unionization, Inequality, and Redistribution. *British Journal of Industrial Relations*, v. 51, n.º 4, p. 797-25, 2013.
- PORTUGAL, Pedro; VILARES, Hugo. Sobre os Sindicatos, a Sindicalização e o Prémio Sindical. In: BANCO DE PORTUGAL. *Boletim Económico. Artigos*, inverno 2013. Disponível em https://www.bportugal.pt/pt-PT/EstudosEconomicos/Publicacoes/BoletimEconomico/Publicacoes/BOL_inverno_2013.pdf. Consultado: 10 fev. 2014.
- RAM, Monder et al.. The Dynamics of Informality: Employment Relations in Small Firms and the Effects of Regulatory Change. *Work, Employment and Society*, v. 15, n.º 4, p. 845-61, 2001.
- ROBINSON, Peter. Portugal, 1974-1975: The Forgotten Dream. Londres: Socialist History Occasional Papers, n.º 9, 1999. Disponível em www.socialisthistorysociety.co.uk/robport.pdf. Consultado: 10 fev. 2014.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. *Destino do Sindicalismo*. São Paulo: EDUSP, 1999.
- ROSANVALLON, Pierre. *La Question Syndicale. Histoire et Avenir d'une Forme Sociale*. Paris: Fondation Saint-Simon/Calman-Lévy, 1988.
- SERRANO PASCUAL, Amparo; WADDINGTON, Jeremy. *Young People: the Labour Market and Trade Unions*. Bruxelas: ETUI, 2000.
- SHORTER, Edward; TILLY, Charles. *Strikes in France: 1830-1968*. Cambridge: Cambridge University Press, 1974.
- SOUSA, José M. C.. *As Greves Selvagens na Europa Ocidental*. Porto: Edições Afrontamento, 1973.
- STOLEROFF, Alan. Elementos do Padrão Emergente de Relações Industriais no Contexto da Reestruturação: Alguns Resultados de um Inquérito Nacional às Médias e Grandes Empresas. *Organizações e Trabalho*, n.º 13, p. 11-42, 1995.
- STOLEROFF, Alan. O Unilateralismo na Gestão do Trabalho e as suas Implicações para as Relações Industriais e o Sindicalismo em Portugal. In: *Actas dos Ateliers do Vº Congresso Português de Sociologia*, 2004. Disponível em www.aps.pt/cms/docs_prv/docs/DPR4616dec461a9f_1.pdf. Consultado: 10 fev. 2014.
- STOLEROFF, Alan; NAUMANN, Reinhard. A Sindicalização em Portugal: a sua Medida e a sua Distribuição. *Sociologia – Problemas e Práticas*, n.º 14, p. 19-47, 1994.
- TILLY, Charles. Globalisation Threatens Workers' Rights. *Journal of International Labor and Working Class History*, n.º 47 (spring), p. 1-23, 1995.
- TILLY, Charles; TILLY, Chris. *Work under Capitalism*. Boulder: Westview Press, 1998.
- VILANOVA, João. 1977/78: Sindicalismo em Portugal – Perspectivas futuras/pacto social. Lisboa: Assírio e Alvim, 1977.

- VISSER, Jelle. *European Trade Unions in Figures*. Deventer: Kluwer, 1989.
- VISSER, Jelle. *Syndicalisme et désyndicalisation*. *Le Mouvement Social*, n.º 162, p. 17-39, 1993.
- VISSER, Jelle. *Trade Unions from a Comparative Perspective*. In: RUYSEVELDT, Joris; HUISKAMP, Rien; HOOFF, Jacques van (eds.). *Comparative Industrial & Employment Relations*. Londres: Sage, 1995, p. 37-67.
- VISSER, Jelle. *Internationalism in European Trade Unions: a Lost Perspective or a New Agenda?* In: PASTURE, Patrick; VERBERCKMOES, Johan; WITTE, Hans de (eds.). *The Lost Perspective?* Aldershot: Avebury, 1996, p. 176-199.
- VISSER, Jelle. *Union Membership Statistics in 24 Countries*. *Monthly Labor Review*, n.º 129, p. 38-49, 2006.
- VISSER, Jelle. *Industrial Relations in Europe, 2010*, Luxemburgo: Publications Office of the European Union, 2011. Disponível em <http://ec.europa.eu/social/KeyDocuments.jsp?type=0&policyArea=0&subCategory=0&Country=0&year=0&advSearchKey=IRIE&mode=advancedSubmit&langId=en>. Consultado: 10 fev. 2014.
- VISSER, Jelle. *ICTWSS – Database on Institutional Characteristics of Trade Unions, Wage Setting, State Intervention and Social Pacts, versão 4.0.*, 2013. Disponível em <http://www.uva-aias.net>. Consultado: 10 fev. 2014.
- WACQUANT, Loic. *A Penalização da Miséria e o Avanço do Neoliberalismo*. In: SANTANA, Marco Aurélio; RAMALHO, José Ricardo (orgs.). *Além da Fábrica: Trabalhadores, Sindicatos e a Nova Questão Social*. São Paulo: Editora Boitempo, 2003, p.72 – 88.
- WADDINGTON, Jeremy (ed.). *Restructuring Representation: the Merger Process and Trade Union Structural Development in Ten Countries*. Bruxelas: Peter Lang, 2005.
- WALDINGER, Roger D. et al.. *Helots no More: a Case Study of the Justice for Janitors Campaign in Los Angeles*. In: BRONFENBRENNER, Kate et al. (eds.). *Organizing to Win: New Research on Union Strategies*. Ithaca: Cornell University Press, 1998.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *Response: Declining States, Declining Rights*, *Journal of International Labor and Working Class History*, n.º 47, p. 24-27, 1995

Biografias dos autores

Ana Rajado é licenciada em Geografia pela Universidade de Coimbra e colaborou com vários artigos na obra colectiva *Os Anos de Salazar* (30 vols., Planeta DeAgostini, 2008). É autora do documentário *Os Corticeiros* sobre a indústria da cortiça no vale do Ave e chefe de produção do documentário *As Coisas Não São Feitas Por Acaso*, sobre a vida e obra do fotógrafo Eduardo Gageiro. É investigadora do projecto de história global do trabalho *Global Collaboratory on the History of Labour Relations* (IISH, Amesterdão).

António Monteiro Cardoso é doutorado em História Moderna e Contemporânea em 2005 pelo ISCTE-IUL e investigador do IHC da Universidade Nova de Lisboa. Como temáticas principais trabalha sobre Portugal na primeira metade do século XIX, sobre a revolução liberal e a independência do Brasil e sobre colonialismo e Timor. Publicou *A Revolução Liberal em Trás-os-Montes (1820-1834)*, *O Povo e as Elites* (2007) e *Timor na 2.ª guerra mundial. O Diário do Tenente Pires* (2007).

António Simões do Paço é investigador do Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Tem diversos artigos e livros publicados sobre a história da I República, do Estado Novo, do Partido Comunista Português e o processo de integração de Portugal e Espanha nas Comunidades Europeias. Foi editor, coordenador e co-autor de *Os Anos de Salazar*, uma história do Estado Novo em 30 volumes.

Cátia Teixeira é estudante de doutoramento em História Contemporânea na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, com um projecto de tese sobre as relações laborais durante o Estado Novo, orientada pela Doutora Raquel Varela. Mestre pela mesma instituição, com uma dissertação orientada pelo Professor Doutor Fernando Rosas sobre a conflitualidade operária na Covilhã durante a Segunda Guerra Mundial. Investigadora integrada do Instituto de História Contemporânea da FCSH-UNL, onde colabora no projecto financiado pela FCT sobre as *Relações laborais em Portugal e no Mundo Lusófono, 1800-2000: continuidades e rupturas*. Pertence ainda à equipa do

projecto internacional *Global collaboratory on the history of labor relations: 1500-2000*, sediado no Instituto Internacional de História Social de Amesterdão.

Filipa Ribeiro da Silva é professora auxiliar do Departamento de História da Universidade de Macau. As suas principais áreas de interesse são a História Económica e Social do período Moderno, a História Marítima, os Impérios Português e Holandês e as Inquisições Ibéricas. Na sua obra conta com publicações sobre alguns destes temas incluindo a presença Portuguesa e Holandesa na Costa Ocidental Africana, o sistema económico Atlântico, a migração laboral para a Costa Ocidental Africana e as relações laborais em Moçambique.

Jan Lucassen foi director e Investigador Principal da Secção de Investigação do Instituto Internacional de História Social da Real Academia das Ciências dos Países Baixos, e é, actualmente, Investigador Honorário da mesma e Professor Eméritos da Universidade Livre de Amesterdão. Jan Lucassen é autor e co-autor de múltiplas publicações sobre a História do Trabalho e da Migração nos períodos Moderno e Contemporâneo, principalmente, na Europa Ocidental e na Índia.

Jelmer Vos é professor auxiliar de história na Old Dominion University em Virginia. Tem publicado vários artigos sobre o tráfico de escravos na Costa de Marfim e no rio Congo e sobre escravatura e o negócio de borracha no norte de Angola na época colonial, tais como “Of Stocks and Barter: John Holt and the Kongo Rubber Trade, 1906-1910,” (*Portuguese Studies Review*, 2011) e “Child Slaves and Freemen at the Spiritan Mission in Soyo, 1880-1885” (*Journal of Family History*, 2010).

Joana Alcântara é licenciada em Antropologia pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (2009-2012), onde frequenta o Mestrado em Direitos Humanos e Movimentos Sociais, desenvolvendo investigação sobre Comissões de Soldados e a Revolução Portuguesa de 1974-75. Recebeu em 2013 o Prémio de Mérito e Excelência para melhor licenciada em Antropologia da respetiva instituição. É investigadora do projecto *Relações Laborais em Portugal e no mundo lusófono 1800-2000: continuidades e ruturas*, do Instituto de História Contemporânea da FCSH/UNL, e do Grupo de História Global do Trabalho e dos Conflitos Sociais do mesmo instituto. Pertence ainda à equipa do projeto internacional *Global Collaboratory on the History of Labour Relations: 1500-2000*, sediado no Instituto Internacional de História Social de Amesterdão.

Karin Hofmeester é vice-directora da Secção de Investigação do Instituto Internacional de História Social da Real Academia das Ciências dos Países Baixos e Professora na Universidade de Antuérpia. É também coordenadora do Projecto *Global Collaboratory on the History of Labour Relations, 1500-2000*. Grande parte das suas publicações incidem sobre temáticas da História Global do Trabalho e sobre a circulação de mercadorias à escala global.

Manuel Couret Branco é professor associado com agregação do Departamento de Economia da Escola de Ciências Sociais da Universidade de Évora. Licenciou-se em Economia e em Geografia pela Universidade de Paris 1 Panthéon-Sorbonne e doutorou-se em Economia pela École des Hautes Études en Sciences Sociales, também em Paris. É membro do NICPRI, Núcleo de Investigação em Ciências Políticas e Relações Internacionais e do CEFAGE, Centro de Estudos e Formação Avançada em Gestão e Economia, da Universidade de Évora. Entre as suas últimas publicações encontram-se os livros *Economia Política dos Direitos Humanos e Economics versus Human Rights* e os artigos, *The Political Economy of the Human Right to Water, Economics Against Democracy e Family, Religion and Economic Performance*.

Marcelo Badaró Mattos é doutorado (1996) em História Social pela Universidade Federal Fluminense. Realizou estágios de pós-doutoramento no Museu Nacional/UFRJ e no Instituto Internacional de História Social, de Amsterdão. Atualmente é professor titular de História do Brasil da Universidade Federal Fluminense. É bolsista de Produtividade nível 1 do CNPq. Tem experiência nas áreas de Metodologia e Teoria da História e de História do Brasil, com ênfase em História do Brasil República e História Social do Trabalho. Publicou os livros: *E. P. Thompson e a tradição de crítica ativa do materialismo histórico; Escravizados e livres: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca; Reorganizando em meio ao refluxo; Novos e velhos sindicalismos no Rio de Janeiro; Trabalhadores e sindicatos no Brasil* (em 2.^a edição); *O sindicalismo brasileiro após 1930*.

Maria Augusta Tavares é doutorada em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Professora Associada da Universidade Federal da Paraíba-UFPB, Brasil, Líder do Grupo de Pesquisas sobre o Trabalho na UFPB e Investigadora Colaboradora do Grupo de Estudos do Trabalho e dos Conflitos Sociais, IHC/Universidade Nova de Lisboa. Tendo o trabalho como objeto central das suas pesquisas, trata principalmente das formas de exploração contemporâneas e da tendência à informalidade e à precarização, inclusive entre trabalhadores imigrantes. É autora de *Os fios (in)visíveis da produção capitalista: informalidade e precarização do trabalho* (2004) e de muitos artigos acerca dessa temática.

Maria João Berhan da Costa é mestre em Saúde e Desenvolvimento pelo Instituto de Higiene e Medicina Tropical, Universidade Nova de Lisboa. Investigadora no Observatório Interdisciplinar de Estudos da Sociedade. Trabalha sobre demografia, pobreza e saúde e publicou “Setting up a Demographic Surveillance System in Northern Angola” (*African Population Studies Journal*, 2012); “Ser pobre, ser-se pobre. Reflexão crítica dos números da pobreza em Portugal” (*A Segurança Social é Sustentável*, 2013).

Paulo Marques Alves é doutorado em Sociologia pelo ISCTE-IUL. Professor Auxiliar do ISCTE-IUL leccionando nos domínios das teorias sociológicas; das metodologias de investigação; do trabalho, emprego e organizações e do sindicalismo e relações laborais. Investigador no DINÂMIA’CET-IUL, com participação num vasto número de projectos de investigação, de que se destaca o EIRO – European Industrial Relations Observatory. Autor de várias obras no campo do sindicalismo e das relações laborais.

Paulo Teodoro de Matos é doutorado em Demografia Histórica e Investigador Principal da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (Centro de História de Aquém e de Além-Mar – Programa Investigador FCT 2013) e Professor Auxiliar Convidado da Universidade Católica Portuguesa, onde ensina Demografia. Tem desenvolvido investigação na área da Demografia Histórica e História Social e da Família de Portugal e seus territórios ultramarinos (sécs. XVIII a XIX). Investigador responsável do projecto “Counting Colonial Populations. Demography and the use of statistics in the Portuguese empire, 1776-1875”, financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia.

Paulo Cruz Terra é doutorado pela Universidade Federal Fluminense, no Brasil. Atualmente é professor da área de História do Brasil Império, do Polo Universitário de Campos dos Goytacazes, da Universidade Federal Fluminense. Organizou, junto com Marcela Goldmacher e Marcelo Badaró Mattos, o livro *Faces do trabalho: escravizados e livres* (2010), e publicou o livro *Cidadania e trabalhadores: cocheiros e carroceiros no Rio de Janeiro (1870-1906)* (2013).

Raquel Varela é doutora em História Política e Institucional (ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa) e investigadora do Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa, onde coordena o Grupo de Estudos do Trabalho e dos Conflitos Sociais, e investigadora do Instituto Internacional de História Social, onde coordena o projecto internacional *In the Same Boat? Shipbuilding and ship repair workers around the World (1950-2010)*. É igualmente coordenadora do projecto *História das Relações*

Laborais no Mundo Lusófono. É neste momento *Presidente da International Association Strikes and Social Conflicts* e vice coordenadora da Rede de Estudos do Trabalho, do Movimento Operário e dos Movimentos Sociais em Portugal. Publicou *História do Povo na Revolução Portuguesa 1974-1975* (2014), *A Segurança Social é Sustentável. Trabalho, Estado e Segurança Social em Portugal* (2012), *Quem paga o Estado Social em Portugal?* (2012), *25. April 1974 – Die Nelkenrevolution (25 de Abril. A Revolução dos Cravos, Berlim, 2012)*, *História do PCP na Revolução dos Cravos* (2011), *Revolução ou Transição? História e Memória da Revolução dos Cravos* (2012), *Greves e Conflitos Sociais no Portugal Contemporâneo* (2012), *Strikes and Social Conflicts. Towards a Global Labour History* (2012), *O Fim das Ditaduras Ibéricas (1974-1978)* (2010).

Renato Guedes é doutorado em física pela Universidade de Lisboa e Investigador do Centro de Física Teórica e Computacional da Universidade de Lisboa, onde se dedica ao estudo de extensões do Modelo Padrão das interações fundamentais em partículas expressas no bóson de Higgs e no quark top. É co-autor dos livros *Quem paga o Estado Social e A Segurança Social é Sustentável?*, ambos publicados pela editora Bertrnad.

Sónia Ferreira é doutorada em Antropologia pela FCSH-UNL e investigadora do CRIA e do “Grupo de Estudos do Trabalho e dos Conflitos Sociais” do IHC (FCSH-UNL). Entre 2009 e 2011 desenvolveu pós-doutoramento no âmbito do projeto “Sentir o pulso da comunidade: políticas e narrativas identitárias de uma comunidade migrante portuguesa no Canadá” (CRIA/FCSH-UNL). Atualmente é bolseira de pós-doutoramento da FCT, com o projeto “«Magazine Contacto»: uma produção televisiva multisituada e a construção da identidade nacional portuguesa na diáspora” (CRIA-IUL e URMIS-Paris VII). É igualmente investigadora no projecto *Relações Laborais em Portugal e no mundo lusófono 1800-2000: continuidades e ruturas* (IHC/CRIA/CHAM – FCSH-UNL) e do projeto *Global Collaboratory on the History of Labour Relations: 1500-2000* (IISH– Amesterdão). É autora das obras “Mulheres de Desaparecidos” (2003) e “A Fábrica e a Rua” (2010).

Tarcísio R. Botelho é doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo. Atualmente é professor da Universidade Federal de Minas Gerais e editor da revista *Varia Historia*. Organizou, entre outros, os livros *Redes sociais e história* (com Mateus Rezende de Andrade e Gusthavo Lemos, 2013) e *Desigualdades sociais e econômicas na História e História social: perspectivas metodológicas* (ambos com Marco H.D. van Leeuwen, 2012).

Execução Gráfica
Colibri – Artes Gráficas
Apartado 42 001
1601-801 Lisboa
Tel: 21 931 74 99
www.edi-colibri.pt
colibri@edi-colibri.pt